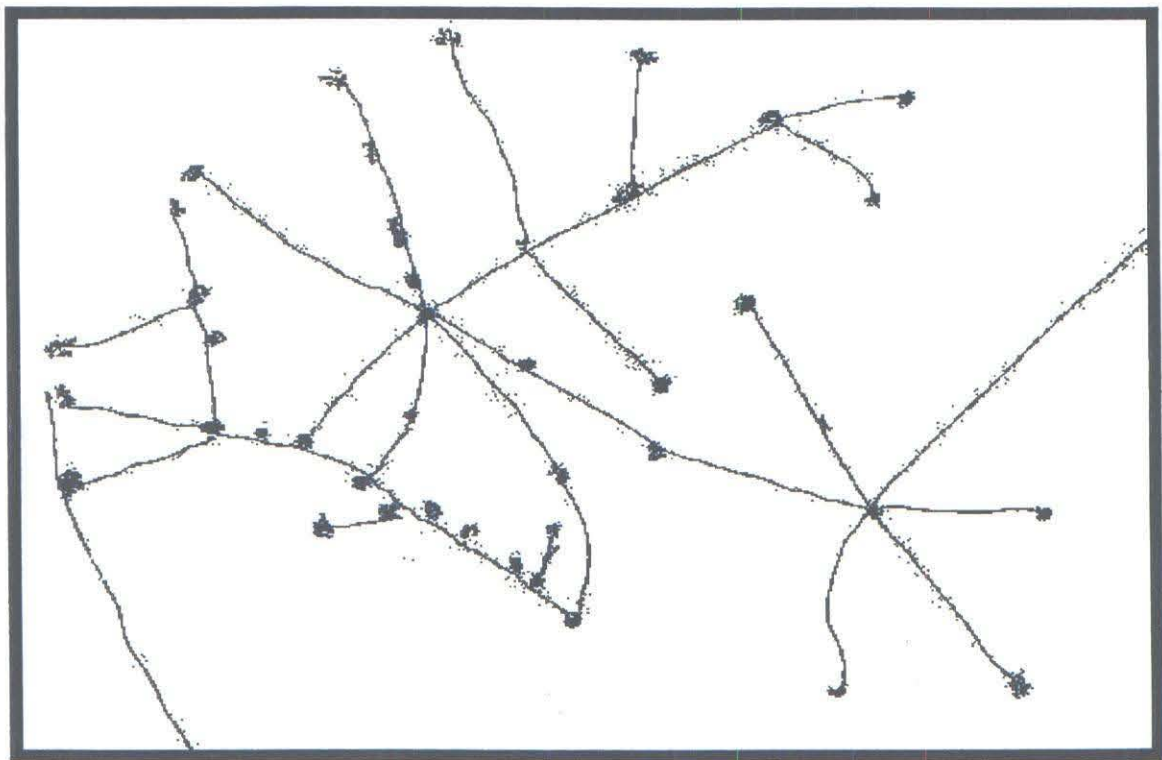


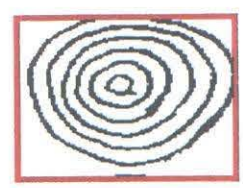
Relatório de Identificação da Terra Indígena Zo'é

Portaria 309 /PRES/Funai – 04.04.97



Mapa desenhado pela família de Sowari, indicando aldeias, acampamentos e percursos na porção norte e leste da área (fev.1998).

Dominique Gallois & Nadja Havt
Outubro de 1998



Projeto Temático: Sociedades Indígenas e suas Fronteiras na região Sudeste das Guianas
Núcleo de História Indígena e do Indigenismo / Universidade de São Paulo
Rua Anfiteatro, 181 - Favo 8, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP
Tel: 011 - 818 3301 - Fax: 011 - 818 3156 - e-mail: nhia@usp.br

São Paulo, 23 de novembro de 1998

Sr. Walter Coutinho
Departamento de Identificação e Delimitação
FUNAI
Brasília

Prezado Senhor,

A Coordenação do GT de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Zo'é – Port. 309/97 - vem, por meio desta, encaminhar a este Departamento, na pessoa de seu Diretor, o Relatório Circunstanciado relativo ao referido GT, de acordo com o que estabelecem o Decreto N° 1775, de 08 de janeiro de 1996, e a Portaria N° 14, de 09 de janeiro de 1996, e em cumprimento aos requisitos contratuais estabelecidos com o Departamento de Identificação e Delimitação e o PPTAL.

Nesta oportunidade, aproveitamos para lamentar o atraso na finalização do Relatório, devido tanto a motivos de ordem pessoal, como em função de demora no encaminhamento de documentação relativa aos levantamentos fundiário e cartorial por parte dos funcionários do INCRA e ITERPA que compuseram a equipe do GT.

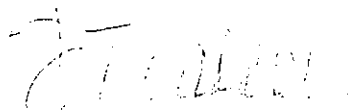
Além disso, o relatório referente ao levantamento ambiental nos foi encaminhado apenas em sua primeira versão, com informações por completar e itens por reformular, já que continham dados incorretos acerca dos Zo'é. Na falta dessas correções, e sendo mínimas as condições de aproveitamento do relatório preliminar, a própria Coordenação assumiu a redação da IV Parte - "Meio Ambiente", sem anexar o relatório do especialista encarregado de sua elaboração.

Certas de que o conteúdo apresentado responde ao objetivo de identificar e delimitar as "terras tradicionalmente ocupadas" pelos Zo'é, contamos agora que ele seja igualmente esclarecedor quanto à necessidade de ter assegurada a preparação e participação dos Zo'é em todas as próximas etapas do processo de regularização fundiária de suas terras, iniciado pelos trabalhos deste GT.

Para tanto é imprescindível que os Zo'é sejam devidamente informados por esta Coordenação dos resultados de sua participação anterior, concretizada pelo Relatório ora encaminhado. Somente o envolvimento do grupo e a manutenção de canais permanentes de informação poderão garantir o sucesso desse processo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição da DID e PPTAL para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,


Dominique T. Gallois


Nadja Havt Bindá

Índice

Introdução

1. O GT de Identificação da Terra Indígena Zo'é	I
2. Dados utilizados neste Relatório	II
3. Participação indígena	IV
4. Especificidade da situação da T.I. Zo'é	VI
Anexos 1:	VII
• Breve Histórico das atividades do GT e documentos produzidos por seus participantes	
• Croquis Funai / SUAF -- Al Cuminapanema / Urucuriana – Interdição 16.12.87	
• Port.430 /Pres – 10.06.96	
• Port.309/ Pres – 04.04.97	
• Relatório da Expedição Urucuriana / Curuá, 08/98 -- Nadja Havt	

Primeira Parte: Dados Gerais e História

I.1. Os Zo'é, informações básicas

<u>I.1.1. Auto-identificação, étnica, cosmológica e cultural</u>	1
a) Auto-denominação	1
b) A relação com outros povos	2
c) Um povo de tradição cultural Tupi-Guarani	3

<u>I.1.2. População atual</u>	4
-------------------------------	---

<u>I.1.3 Situação atual de contato</u>	4
--	---

I.2 Movimentos históricos de ocupação e contato

Apresentação	6
--------------	---

<u>I.2.1. Origem mítica e hipótese sobre a presença zo'é na região</u>	7
--	---

- | | |
|---|--|
| a) O mito de criação já menciona a existência dos <i>kirahi</i> | |
| b) Hipótese para a origem dos Zo'é | |

<u>I.2.2 Os Zo'é moldam sua ocupação à relação com inimigos e com frentes de ocupação não-indígena na região</u>	9
--	---

- | | |
|--|--|
| a) Trocas e conflitos com inimigos <i>Tapy'yj</i> | |
| b) Castanheiros raptam mulheres zo'é: a história de <i>Raru</i> | |
| c) Conflitos com inimigos <i>Apam</i> | |
| d) Dissensões internas e a fuga de <i>Kunamiju</i> | |
| e) Outros encontros com <i>kirahi</i> , ou a história de "Capitão" | |
| f) A presença contínua de <i>Tapy'yj</i> , a leste | |
| g) Gateiros se aproximam das aldeias | |

<u>I.2.3. A experiência da atração em torno de Postos, nos últimos 20 anos</u>	15
--	----

- | | |
|--|--|
| a) Em 1975, helicóptero do IDESP lança roupa sobre a aldeia <i>Keijã</i> | |
|--|--|

- b) Após cinco anos de "sedução", os Zo'é aceitam o contato com a MNTB
- c) A FUNAI assume o controle da área, em 1991

Anexo 2: Censo nominal da população zo'é em fevereiro de 1998

Anexo 3: Sinopse das fontes para a história da ocupação na região

Segunda Parte: Habitação permanente

Formas de viver a proximidade e a distância

Apresentação 21

II.1 Composição da população zo'é

- a) Um povo constituído na relação entre grupos locais distintos 21
- Tabela 1: Grupos locais zo'é, designados pelo nome de seus "cabeças"
- b) Formas de assentamento 25
- Tabela 2: Aldeias atuais, com diferentes situações quanto à produtividade de suas roças 25
- c) Critérios para a implantação de novos *kiatu* 30
- d) Distribuição dos grupos locais pelo território 34
- Tabela 3: Conjuntos de aldeias, no tempo e no espaço 35

II.2. Atitudes e classificadores de distância social

- a) Entre "outros", mantêm-se distância respeitosa 38
- b) O grupo doméstico e a vida no pátio 40
- c) Classificadores de relações sociais 41

II.3. Relações inter-comunitárias

- a) Trocas matrimoniais 43
- b) Trocas rituais 47
- c) Trocas de bens 49

II.4. Organização social e qualidade de vida

- a) a noção de *-jet* 51
- b) manutenção de distâncias 52

Terceira Parte: Atividades produtivas e territorialidade

Usos e manejo dos recursos & convivência com os postos e outras relações

III. 1 Marcos do território zo'é 53

- a) Grupos locais e suas áreas de influência 54
- Mapa 1 (imagem de satélite, com áreas de influência dos conjuntos de aldeias)
- b) Indicadores materiais de apropriação do espaço 55
- Mapas 2 e 3 (elaborados pelos índios Zo'é)

c) Indicadores sociais de ocupação	58
III.2. Marcadores temporais:	
<u>argumento ambiental no discursos sobre dispersão e concentração</u>	59
a) A chuva como marcador	59
b) "Cantos" como marcadores	60
c) As frutas	61
III.3. Atividades "sazonais"	63
III.4. Breve descrição física das roças	72
III.5. A convivência com postos de assistência	74
a) Mobilidade ou concentração	74
b) Sedução, curiosidade ou dependência	75
c) Saindo do isolamento: os encontros com os índios Waiãpi	76
d) Uma nova categoria de <i>kirahi</i> : os garimpeiros	77
III.6. De volta ao território: -koha, o lugar e o modo de vida	78
Quarta Parte: Meio Ambiente	
IV.1. Apresentação e Fontes disponíveis	79
IV.2. Caracterização em nível regional do interflúvio Erepecuru/Curuá	80
IV.3. O interflúvio Erepecuru / Cuminapanema	82
<u>Aspectos gerais sobre a área de ocupação dos Zo'é e seu entorno</u>	
IV.4 Áreas imprescindíveis para a garantia dos recursos necessários ao bem estar dos Zo'é	85
1) identificação e descrição	
a) a área atualmente ocupada pelos Zo'é tem, aproximadamente, os seguintes limites	85
b) o entrono da ocupação frente à preservação de recursos	91
2) Justificativa	92
a) ocupação histórica, distâncias sociais e dispersão territorial	93
b) a garantia do entorno no norte-nordeste e no extremo sul	94
Quinta Parte: Reprodução física e cultural	
V.1. Evolução demográfica	97
a) Sinopse dos dados disponíveis	97
b) Alastramento de doenças no período de "atração"	98
c) Mudança nos padrões de reprodução	100

d) Crescimento demográfico e expansão territorial	101
<u>V.2. Áreas imprescindíveis e referências culturais</u>	
102	
<u>V.3. Áreas imprescindíveis à reprodução cultural da sociedade zo'é</u>	
a) Densidade da ocupação e trânsito na área de concentração atual	104
b) Dados específicos referentes à atual dinâmica da população zo'é confirmam que:	104
<u>V.4. Áreas imprescindíveis à reprodução física da sociedade zo'é</u>	
a) Condições adequadas à reprodução física da sociedade Zo'é	
- Em relação à área de ocupação atual	
- Em relação ao entorno	
b) Reprodução cultural: história e perspectivas de crescimento	108
c) Descrição resumida dos limites das áreas necessárias à reprodução física e cultural	109

Anexo 5: Pirâmides / faixas etárias da população zo'e, em 1992 e 1998

Sexta Parte: Levantamento fundiário

1. <u>Inexistência de invasões e ocupações de terceiros</u>	111
2. <u>Vestígios de presença de garimpos</u>	111
3. <u>Levantamento Cartorial</u>	112

Anexo:

Relatório e documentos encaminhados pela Engenheira Agrimensora Edna Miranda Ferreira chefe DFU/AER Belém.

Sétima Parte: Conclusões, Recomendações e Delimitação

<u>7.1. Conclusões</u>	114
<u>7.2. Recomendações</u>	
a) Respeito sem protecionismo	117
b) Perspectivas para sair do isolamento	118
c) A atuação da MNTB junto aos Zo'é	120
d) Proteção e controle territorial	122
e) Assistência à saúde	123
f) Os Zo'é e os Remanescentes de Quilombo do Baixo Erepecuru	124
g) A margem norte do Igarapé Urucuriana	125
<u>7.3. Delimitação</u>	127

Anexo: Memorial descritivo de identificação, Descrição do Perímetro, Planta de Delimitação, Pontos de Coordenadas Geográficas Determinadas através de GPS (Ensign XL e Garmin 45).

Fontes de Informação

Área Indígena do Cuminapanema, Povo Zo'é
e referências sobre a região do interflúvio Erepecuru / Curuá

Introdução: Atividades do GT e Participação Indígena

1. O GT de Identificação da T.I. Zo'é

1.1. Em 1987, a Funai interditou a Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana, cuja **dimensão aproximada era de 2.059.700 ha, ao sul do Parque Indígena de Tumucumaque, nos municípios de Alenquer e Óbidos, Pará (Port. n.4.098 de 30.12.87). A interdição visava dar condições de trabalho às equipes de localização e contato, na identificação de numerosas referências de índios isolados, levantadas pela DII/Funai, naquela região. Na época, a Funai já tinha conhecimento da presença do povo Zo'é, contactado pela Missão Novas Tribos, em 1982, mas ainda não dispunha de informações sobre a área efetivamente ocupada por este grupo.**

Informações sobre a ocupação zo'é foram obtidos a partir de 1989, quando a Funai inicia suas atividades na assistência a este povo e quando pesquisadores da USP iniciaram o levantamento antropológico e etnohistórico (ver abaixo, item 2). Em 1996, como resultado de entendimentos entre a DII/Funai e as antropólogas responsáveis por esta pesquisa e pela coordenação do GT, optou-se por iniciar os trabalhos de identificação da terra ocupada pelo grupo Zo'é, correspondendo à faixa central da área interditada. Ao mesmo tempo, foram realizados levantamentos complementares na faixa norte, onde existem sinais de presença indígena, de outras etnias que não zo'é. São esses trabalhos que descrevemos a seguir.

Os documentos produzidos no decorrer dos trabalhos referem-se ora à identificação da Terra Indígena Cuminapanema / Urucuriana, ora à da Terra Indígena Zo'é. Os trabalhos descritos a seguir e os dados apresentados nas partes seguintes do presente relatório dizem respeito, especificamente, à ocupação tradicional dos índios Zo'é. No entanto, em acordo com decisão conjunta dos membros do GT, também incluímos informações e propostas referentes às faixas norte, sul e leste da área interditada, que ficam excluídos da proposta de limites da Terra Zo'é, mas que, por estarem no entorno imediato desta Terra Indígena e do Parque Indígena do Tumucumaque, devem ser considerados como áreas de preservação permanente (ver Sétima Parte do Relatório).

1.2. Os trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena Zo'é foram desenvolvidos entre 1996 e 1998, contando com a participação diferenciada de vários técnicos e especialistas.

- ◆ A primeira etapa, de estudos antropológicos, incluindo atividades de preparação da comunidade indígena, foi realizada por Dominique Gallois e Nadja Havt (antropólogas / USP), ao longo de sucessivas estadias na área – cfr. Portarias 430 (10.06.96) e 584 (05.07.96).
- ◆ Os trabalhos conjuntos do GT, constituído pela Portaria 309 (04.04.97), ocorreram em abril e maio de 1997, com a participação de:
 - Dominique T. Gallois (antropóloga USP) – Coordenadora
 - Nadja Havt Bindá (antropóloga USP)
 - Rogério César Silva (biólogo UFG)
 - Antonio Abrahão de Oliveira, técnico agrimensor ADR Funai, Belém
 - Fiorello Parise, Chefe da Frente de Contato, ADR Funai, Belém
 - Edna Miranda Ferreira, engenheira agrônoma, ADR Funai, Belém
 - Heleno Augusto Couto dos Santos, técnico em agricultura e pecuária, ADR, Belém
 - Audinécio Estácio da Luz, técnico agrícola, INCRA, Santarém
 - Edmilson Martins da Silva, engenheiro agrônomo, ITERPA, Belém
- ◆ Em agosto de 1997, foi realizada uma expedição de localização ao Rio Urucuriana, para verificar a referência n. 11 da tabela de índios isolados do DII. Onze pessoas participaram da expedição (Portaria 688/PP – 30.07.98), coordenada pelo sertanista Fiorello Parise, incluindo a antropóloga Nadja Havt e e 18 membros da comunidade Zo'é.
- ◆ No decorrer dos trabalhos do GT, foram realizadas reuniões com representantes das comunidades remanescentes de quilombo do rio Erepecuru. Entendimentos com esses representantes e com os técnicos que os assessoram viabilizaram a adequação dos limites sul da Terra Indígena Zo'é e norte da Área Remanescente de Quilombo Erepecuru, pleiteada para titulação. Como se argumenta neste relatório (ver Recomendações, na Sétima Parte), é fundamental garantir a contigüidade destes limites, como medida de proteção de ambas as áreas, indígena e quilombola. – cfr. *Lúcia M.M. Andrade, Área Remanescente de Quilombo Erepecuru, maio de 1998.*

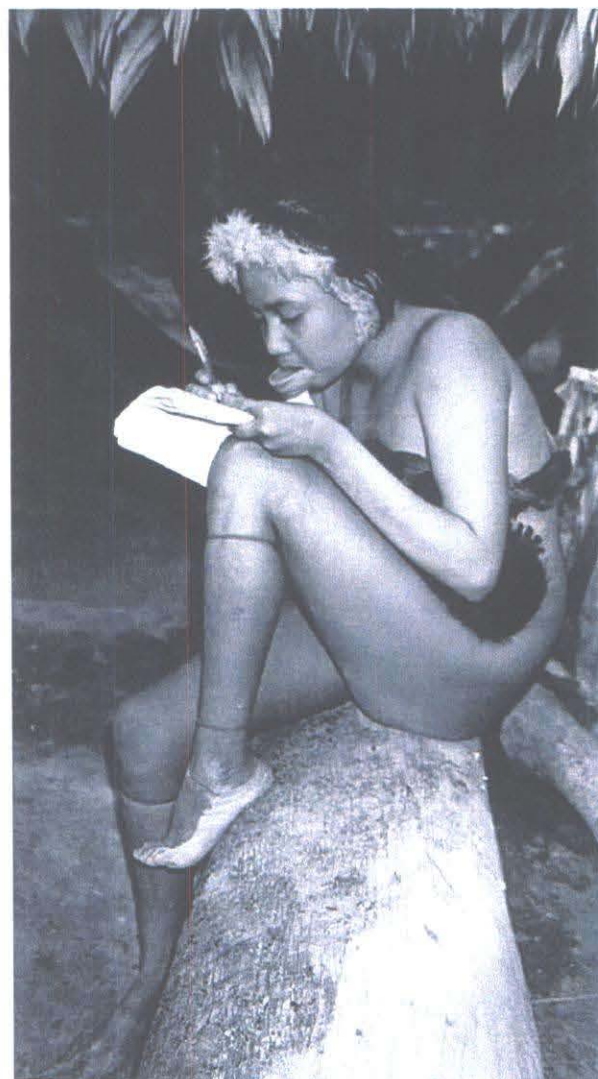
2. Dados utilizados neste relatório

As informações etnográficas apresentadas no presente relatório resultam de levantamentos acumulados, ao longo de vários anos, por uma equipe de pesquisadores do Núcleo de História

Indígena e do Indigenismo, NHI-USP. Esclarecimento que se faz necessário especialmente porque os Zo'é, que convivem com postos de assistência há apenas 10 anos, são um povo monolíngüe. O conhecimento de suas formas de organização social e territorial, a história de sua ocupação e suas formas específicas de adaptação ao contato, só poderia resultar de um diálogo em sua própria língua e em acordo com categorias de entendimento próprias àquela comunidade. Dependeria, sobretudo, de procedimentos antropológicos, que viabilizassem sua participação ativa no desenrolar da pesquisa. É nesse sentido que ressaltamos, no próximo item, que uma das condições mais significativas para os resultados do GT foi a oportunidade de preparar, ao longo de vários anos, a comunidade a compreender e participar da identificação de sua terra.

Como recomenda a Portaria 14 de 09.01.96, o GT incorporou um especialista que procederia, em colaboração com as antropólogas, à caracterização ambiental da área. Os trabalhos de campo transcorreram da melhor forma possível, na medida em que as antropólogas viabilizaram o repasse de informações etnográficas necessárias para que o biólogo Rogério César da Silva, pudesse proceder ao levantamento, que também contou com a participação ativa da comunidade. Rogério César da Silva encaminhou uma primeira versão do relatório à Coordenação do GT, em agosto de 1997. Como esta primeira versão do relatório apresentava dados e interpretações incorretas, solicitamos ao seu autor efetuar alterações nos pontos incorretos. Infelizmente, essas alterações nunca foram realizadas apesar de nossa insistência. Por este motivo, não anexamos o relatório, por conter graves equívocos sobre as formas de manejo praticadas pelos Zo'é. Incorporamos, entretanto, os dados descritivos necessários à caracterização ambiental da terra indígena, na Quarta Parte do Relatório.

*Jirusi fazendo uma lista de rios que ela conhece,
Rui Rupa, 1991*



3. Participação indígena

Ressaltamos que a participação da comunidade é um pressuposto que norteia este GT, tendo em vista não apenas o trabalho acumulado nesse sentido, ao longo dos anos anteriores, como a expectativa de superarmos, neste caso específico, experiências em outras áreas de índios isolados, nas quais o não envolvimento da comunidade na definição dos limites resultou na inocuidade das medidas de proteção de sua terra.



Ire'hui elaborando um mapa, 1996

Tanto a coordenação do GT como os técnicos da DII/Funai que participaram ou acompanharam as várias etapas do processo de identificação, entenderam que era preferível estender por mais tempo a etapa de levantamento antropológico, porque viabilizaria a indispensável preparação desta comunidade à participar, não apenas da identificação dos limites de sua terra, mas, a longo prazo, de sua proteção permanente.

O caminho da participação dos Zo'é na identificação foi um diálogo sobre uma nova forma de conceber os limites. A preparação da comunidade para assumir a defesa de sua terra depende, efetivamente, do repasse sistemático e continuado de informações sobre os múltiplos aspectos de uma delimitação, em forma didática adequada. É assim que, desde 1992, os Zo'é foram induzidos a elaborar "mapas" com informações sobre as aldeias de seus antepassados, suas áreas de ocupação atual, seus percursos até áreas de concentração de recursos, etc. Ao mesmo tempo, os pesquisadores do NHII/USP percorriam as áreas de ocupação do grupo e registravam dados etnohistóricos. Ao dirigir nossos percursos, os Zo'é entenderam o objetivo de

nosso levantamento e contribuíram sempre com o repasse (em mapas e narrativas) de um conjunto de informações muito detalhado sobre a ocupação indígena da área. Essas informações, foram então submetidas a outro procedimento, de georeferenciamento com GPS, em que a participação dos Zo'é também foi fundamental. No final do processo, em fevereiro de 1998, eles confeccionaram – em duas folhas grandes – um mapa contendo a sinopse de todas essas informações, para uso do GT (mapas 1 e 2, Segunda Parte).

Além da participação ativa na produção de informações, a meta era garantir que os Zo'é incorporassem, em suas categorias de entendimento, uma nova noção de "limite", que seria produzida gradativamente com eles, ao longo dos trabalhos de identificação. Como ocorre entre grupos recém-contactados, a incorporação deste novo conceito de limite se processa juntamente à compreensão da nova posição, de serem "índios" (cfr. Gallois, 1998).

Efetivamente, como muitas outras sociedades indígenas amazônicas, os Zo'é não concebem "limite" enquanto marcador linear fixo, que "fecha" áreas de ocupação territorial. As noções de limite – inclusive territoriais – que fundamentam sua cosmologia são concebidos em termos de relações (entre grupos étnicos, entre homens e animais, entre vivos e mortos, etc.) cuja efetivação no espaço é móvel, dependendo da intensidade e natureza da relação. O desafio era, então, fazer com que os Zo'é incorporassem um nova concepção de limite, em que o aspecto espacial determina os elementos relacionais. É evidente que esta incorporação não se realiza em detrimento de suas categorias culturais, mas consiste numa adequação. O resultado mais significativo da visita dos Zo'é à Terra Waiãpi, no Amapá (ver, final da Primeira Parte), foi que eles puderam visualizar o que esses limites espaciais – os de uma demarcação – representam: são limites marcados no espaço, que também representam limite nas relações, entre índios e não-índios, entre áreas de floresta (a dos índios) e áreas desmatadas (pelos não-índios).

Outra conclusão da experiência e das atividades de preparação da comunidade à participação no processo de identificação e defesa de sua terra foi que os Zo'é entenderam que cabe a eles dialogar com os não-índios e com as agências sobre o que eles consideram como limites de sua terra, e como pretendem gerenciar os recursos desta terra, dentro de um ritmo próprio de atividades e de relações sociais. Foi extremamente significativa, nesse sentido, a reunião entre os membros do GT e praticamente todos os homens da comunidade, em maio de 1997, quando se acordou a proposta de limites. Eles explicaram, na oportunidade, não apenas os limites da área que ocupam, como os motivos para sua proteção. Apontaram três pontos que detalhamos nas próximas partes: o atual movimento de expansão e abertura de novos assentamentos (ver, Segunda Parte), o crescimento populacional (ver, Quinta Parte) e a necessidade de preservar áreas de concentração de recursos (ver Terceira Parte), nas bordas da zona mais densamente ocupada, para evitar sua depredação por ocupação não-indígena (ver, Quinta Parte).

4. Especificidade da situação dos Zo'é

O presente relatório é, portanto, a descrição de um povo contactado há pouco mais de 10 anos, com 174 pessoas, monolíngüe (apenas dois jovens entendem rudimentos da língua portuguesa e aprendem a se expressar), que neste momento – e especialmente no contexto das atividades do GT – está aprendendo a conhecer sua posição na sociedade brasileira mais ampla.

A descrição do forte vínculo que este povo mantém com sua terra adquire, nas atuais circunstâncias, uma dimensão particular, na medida que em deve detalhar não apenas os usos que os Zo'é fazem dos recursos de sua área, mas sua forma muito especial de organização social. Trata-se de definir o modo como esta comunidade pensa e pratica da gestão de seu espaço, o que será feito a partir da descrição dos padrões de organização social e política que determinam um modo tradicional de ocupação do espaço.

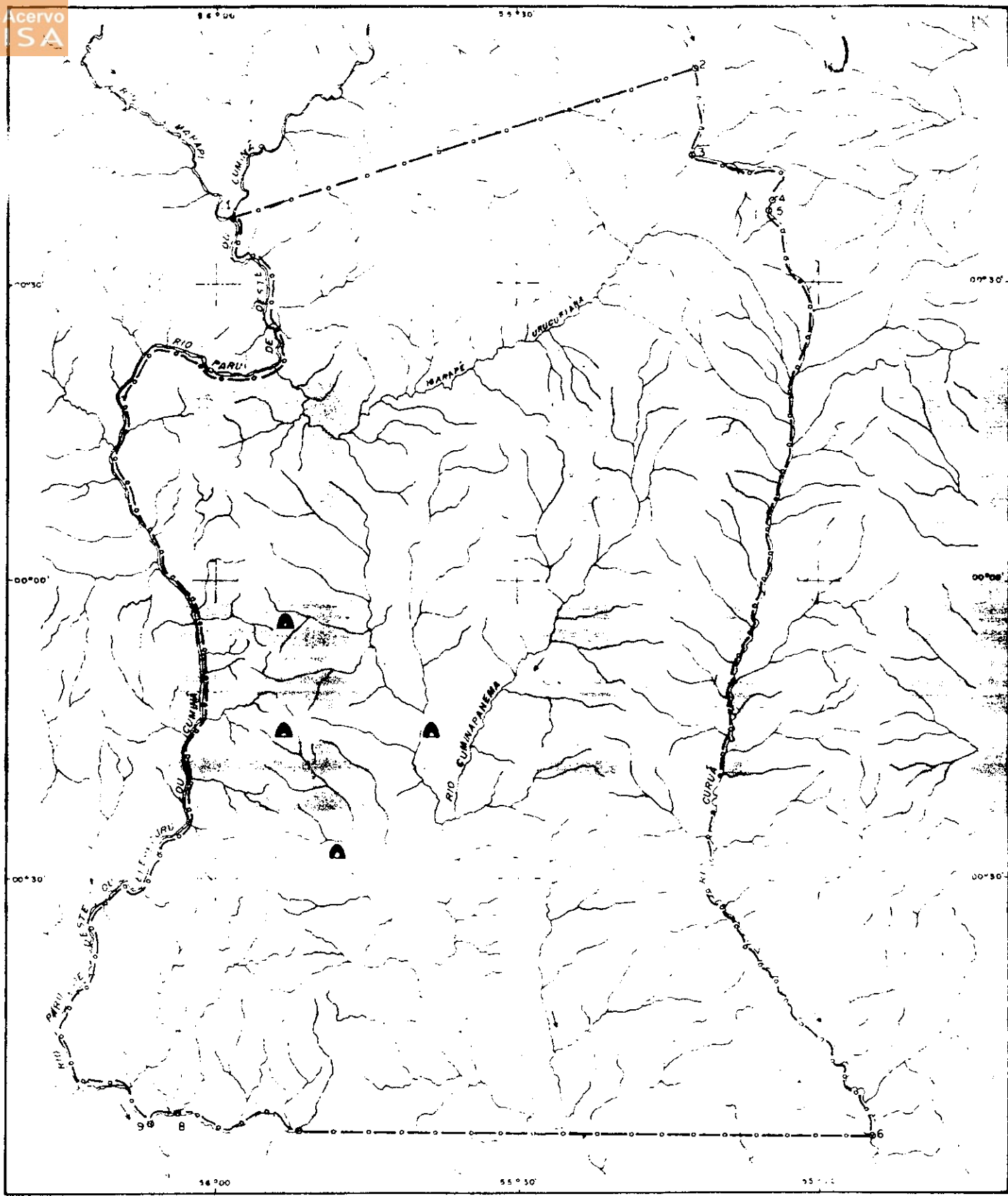
Cabe ressaltar que, apesar dos impactos que a implantação de postos de assistência representou, as condições de vida dos Zo'é continuam determinadas por seus padrões tradicionais. Essas condições excepcionais devem-se também à característica da região, com rarefeita ocupação não-indígena, praticamente limitada à presença de remanescentes de quilombo, no limite sul da área. Como os Zo'é, contrariamente a maioria dos grupos indígenas da região, não sofreram até o momento pressões para a invasão de suas terras, o GT teve a oportunidade de definir, com esta comunidade, os limites de uma área que corresponde ao seu território.

Anexo:

Breve histórico das atividades do GT e documentos produzidos por seus participantes


- ◆ Os primeiros encaminhamentos para a formação do GT foram realizados no início de 1996, com entendimentos entre as antropólogas responsáveis pelos estudos antropológicos e a ADR Funai em Belém, especialmente Edna Miranda Ferreira e o sertanista Fiorello Parise.
- ◆ Em junho de 1996, uma programação de atividades para a identificação da referida área foi elaborada pelas antropólogas e encaminhada à DID Funai, com o cronograma das três etapas que deveriam ser completadas naquele ano. Entretanto, apenas as atividades da primeira etapa (estudos antropológicos e preparação da comunidade) foram concluídos no prazo, como segue:
 - reuniões entre as antropólogas e os técnicos da ADR e da DII, em Belém, para encaminhar formas de colaboração e definir critérios da participação de cada instituição;
 - estudos antropológicos e preparação da comunidade, sob responsabilidade de Dominique Gallois e Nadja Havt (realizados em duas etapas, de junho a setembro de 1996) – *cfr. Portaria N. 430/PRES de 10.06.96 (em anexo)*;
 - visita de quatro representantes do povo Zo'é à aldeias e aos limites demarcados da Terra Indígena Waiãpi / AP (que foi realizada em julho de 1996);
 - pesquisa de dados documentais nos arquivos da DII em Brasília;
 - pedido de aquisição da imagem de satélite da área, através do PPTAL.
- ◆ Em outubro de 1996, as antropólogas encaminharam nova programação para as etapas subsequentes do trabalho (estudos complementares na área ambiental, levantamento cartorial e fundiário) a ser realizado entre novembro de 1996 e junho de 1997. Na mesma oportunidade reiteraram a urgência de se obter a imagem de satélite, para iniciar os estudos de caracterização ambiental da área.
- ◆ Em janeiro e fevereiro de 1997, o planejamento foi confirmado e todos os técnicos - da ADR Funai, do ITERPA e INCRA - são indicados, assim como um mateiro para acompanhar o levantamento ambiental – *cfr. Portaria N. 309/PRES de 04.04.97, constitui o Grupo Técnico e enumera seus 9 participantes (em anexo)*. Os trabalhos do GT foram então realizados, na seguinte seqüência:
 - Reunião de todos os dados cartográficos, que tinham sido preparados pela DFU/Belém e pelo Dep. Geografia da UFG;
 - Reunião na ADR Belém, para acertar o cronograma de entrada em área de todos os membros do GT;

- Trabalho de campo da antropóloga Nadja Havt e do biólogo Rogério C. Silva da UFG, em março e de Dominique Gallois, a partir de abril; deu-se ênfase, nesta etapa à preparação da comunidade a participar das atividades planejadas para o GT;
 - Em campo, técnicos da Funai, as antropólogas e o técnico ambiental identificaram os limites (deslocamentos in loco e sobrevôos);
 - O técnico agrimensor Antonio Abraão de Oliveira, em colaboração com os demais membros do GT, completou o levantamento de pontos georeferenciados; o mesmo técnico elaborou os mapas da área– *cfr. Relatório de Viagem, 15.05.97 e memorial descritivo de identificação, a descrição do perímetro e os pontos de coordenadas geográficas determinadas através de GPS;*
 - No início de maio, todos os membros do GT, reuniram-se em Keijã para acertos finais sobre a proposta de limites, inclusive com a participação ativa da comunidade;
 - Na seqüência, a antropóloga Nadja Havt e os técnicos da DII realizaram visita às comunidades negras que ocupam a faixa de limites sul da área proposta, para obter e repassar informações sobre os trabalhos do GT;
 - Sob coordenação da Chefe da DFU da ADR, técnicos da Funai realizaram o levantamento cartorial, no mesmo período, nas comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém – *cfr. Relatório de viagem GT n.309/Pres, de Edna Miranda Ferreira, 08.07.1998 (em anexo);*
 - Os técnicos do INCRA e ITERPA também elaboraram relatórios – *cfr. Edmilson Martins da Silva, ITERPA, Relatório de Vistoria de Campo,20.07.97; e Audinécio Estácio da Luz, INCRA, Relatório de Viagem,22.06.97.* Note-se que, em função do atraso no pagamento as de seus técnicos, os dois órgãos só encaminharam os relatórios à Chefe da DFU/Belém, em maio (ITERPA) e junho (INCRA) de 1998.
- ◆ Uma das recomendações aprovadas pelo conjunto dos participantes do GT em abril seria a realização de uma expedição de localização de referências de índios isolados na região dos rios Urucuriana e Curuá. A coordenadora do GT confirmou que a obtenção de informações sobre a existência de vestígios e/ou ocupação no Urucuriana era indispensável à conclusão dos trabalhos de identificação (*Relatório preliminar, 26.05.97*) e solicitou apoio do PPTAL para a realização da expedição;
- Sob a coordenação do sertanista Fiorello Parise, a expedição foi realizada em agosto e setembro de 1997 – *cfr. Relatório de Localização ao Rio Urucuriana: relatório de viagem, 05.03.98.* Os resultados desta expedição são comentados no corpo do Relatório, Segunda e Sétima Partes.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PUNTO DEFINIDOR DO LIMITE
- RIBESSELO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- ▲ ALDEIA INDÍGENA

		MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - SUAF	
		DE NOMINAÇÃO AREA INDÍGENA CUMINAPANEMA/URUCURIANA	
MUNICÍPIO ÓBIDOS E ALENQUER		PLANTA DE INTERDIÇÃO	
UF PA QUAR 40 ADM ALTAMIRA		ÁREA 2.059.700 Ha	PERÍMETRO 6,35 Km
		ESCALA 1:100.000	DATA 16/12/87
		PROCESSO Nº 1784/90	BASE CARTOGRAFICA: MIR 4748/62/63
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES JOÃO E. DE CARVALHO SERTANISTA D-2		TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES SIDNEY F. POSSUELO COORDENADOR-CII	
		FUNEPO CHEFE DA DDP	PORTARIA Nº PP 4098/87



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria nº 430 /PRES

Brasília, 10 de junho de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e de conformidade com o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Dra. DOMINIQUE TILKIN GALLOIS, antropóloga - professora da USP e NADJA HAVT, antropóloga mestrando da USP para, sob coordenação da primeira, realizar estudos antropológicos de identificação da Terra Indígena Zo'é (Cuminapanema Urucuriana), localizada nos municípios de Óbidos e Alenquer/PA.

Art. 2º Determinar o deslocamento das antropólogas a Belém/PA e aos municípios de Óbidos e Alenquer para a coleta de dados.

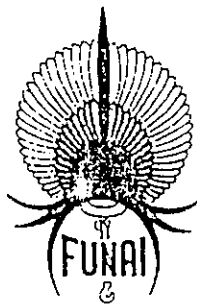
Art. 3º Determinar que os estudos complementares de delimitação desta terra, quando de suas realizações, sejam executados sob coordenação das antropólogas acima designadas, a nível geral por Dominique Gallois e a nível de campo por Nadja Havt.

Art. 4º Determinar o prazo de sessenta dias para deslocamentos e levantamento de dados em campo, a contar de 11 de junho de 1996 e quarenta dias para a elaboração do relatório, a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 5º Os estudos definidos pelo art. 1º serão realizados concomitantemente com continuação de pesquisas de interesse das antropólogas financiadas pela Universidade de São Paulo/USP e com atividades ligadas ao trabalho do Centro de Trabalho Indigenista/CTI, não implicando em custos financeiros para a FUNAI.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

J. M. G. Gaiger
JULIO MARCOS GERMANY GAIGER



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria nº 309 /PRES

Brasília, 04 de abril de 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e tendo em vista a continuidade dos trabalhos determinados pelas Portarias nº 430, de 10.06.96 e nº 584 de 05.07.96,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana (PA), composto por:

- 1) Dominique Tilkin Gallois, antropóloga-coordenadora, da USP;
- 2) Nadja Havt Bindá, antropóloga, da USP;
- 3) Rogério Cesar Silva, biólogo, da UFG;
- 4) Antônio Abrahão de Oliveira, técnico em agrimensura, da ADR Belém;
- 5) Fiorello Parise, Chefe da Frente de Contato, da ADR Belém;
- 6) Edna Miranda Ferreira, engenheira agrônoma, da ADR Belém;
- 7) Heleno Augusto Couto dos Santos, técnico em agricultura e pecuária, da ADR Belém;
- 8) Audinécio Estácio da Luz, técnico agrícola, do INCRA-Belém;
- 9) Edmilson Martins da Silva, engenheiro agrônomo, ITERPA-Belém.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos técnicos aos Municípios de Óbitos, Alenquer, Oriximiná e Monte Alegre, todos no Estado do Pará, nos seguintes prazos: Dominique T. Gallois, Nadja H. Bindá e Rogério Cesar da Silva, de 03 a 29 de abril de 1997; Antonio Abrahão de Oliveira, de 07 a 28 de abril de 1997; Fiorello Parise, de 14 de abril a 5 de maio de 1997; Edna M. Ferreira e Edmilson M. da Silva, de 26 de abril a 11 de maio de 1997; Heleno Augusto C. dos Santos e Audinécio E. da Luz, de 28 de abril a 07 de maio de 1997.

Art. 3º Determinar o prazo de sessenta dias para a entrega dos relatórios finais a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seu deslocamento correrão às custas do Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura.


JULIO MARCOS GERMANY GAIGER

EXPEDIÇÃO AO URUCURIANA / CURUÁ

Relatório – Nadja Havt, NHII/USP

1. Apresentação

A "Expedição para estudo de referências a índios isolados no Urucuriana/Curuá" foi realizada entre 26/08 e 13/10/97, com a finalidade de confirmar evidências de presença indígena ao norte e nordeste da Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana criada pela Fundação Nacional do Índio através da Portaria PP / N ° 4.098, de 30 de dezembro de 1987.

Os trabalhos foram coordenados pelo sertanista Fiorello Parise, e contaram com o apoio financeiro do Departamento de Índios Isolados da Funai, em Brasília, e do PPTAL; além da colaboração das Administrações Regionais da Funai, em Belém e Itaituba¹. Houve, ainda, apoio institucional do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do empréstimo de equipamento e financiamento da participação de pesquisadora do NHII, respectivamente; bem como do Centro de Trabalho Indigenista, que também emprestou equipamento para viabilizar a documentação da Expedição. Ao todo, participaram diretamente 29² pessoas, sendo 11 zo'és, que fizeram um trajeto aproximado de 450 Km (estimados pela soma de segmentos de reta seguindo o percurso no mapa), acompanhando o Rio Erepecuru, os igarepés Urucuriana e Capirari, e o Rio Cuminapanema.

Com o atraso no início dos trabalhos, e a realização da Expedição em setembro / outubro, a falta de água obrigou a uma redução no roteiro original, ficando totalmente inviabilizado o cumprimento dos trechos no interflúvio Cuminapanema / Curuá, além de prejuízos parciais nos trechos cobertos por terra ao norte e ao sul do Igarapé Urucuriana, e entre o Cuminapanema e seu principal formador, o Kiã're (segundo toponímia zo'é, sem denominação em português).

Ainda assim, a Expedição mostrou-se uma fase complementar importante para os fins do GT de Identificação e Delimitação da Terra Zo'é, no sentido de trazer elementos tanto para uma revisão dos limites da Portaria 4.098 que interdita a Área Cuminapanema/Urucuriana, como para os próprios estudos do GT.

A seguir, serão apresentadas informações obtidas ao longo da Expedição, além de um histórico e de dados sobre os procedimentos adotados em campo.

¹ A ADR Belém colaborou no encaminhamento das solicitações feitas durante a Expedição; e a ADR Itaituba com o empréstimo de uma funcionária que prestou apoio em campo, a partir do Posto Indígena Cuminapanema, na primeira metade da Expedição.

² Incluindo a funcionária de Itaituba e o Chefe do PIN Cuminapanema, nos diferentes períodos em que operaram o rádio a partir da sede do Posto.

2. Histórico

Em 1987, foi criada por portaria da Presidência da Funai (cf. citado acima) a Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana, com extensão total de 2.059.700 há. A mesma Portaria tornou a Área interditada, o que estava em conformidade com os parâmetros adotados pela Fundação Nacional do Índio após a instituição de um setor e política específicos para os chamados "índios isolados".

De acordo com tais diretrizes, a figura (jurídica) da Interdição é um recurso necessariamente transitório, ao qual se recorre nos casos de índios isolados até que sejam realizados estudos para determinação da área ocupada pelo(s) grupo(s) em questão. Segundo documentos do Departamento de Índios Isolados (DII) e de comunicações pessoais com o sertanista Fiorello Parise, a existência de um grupo indígena (isolado) no interflúvio Erepecuru / Cuminapanema já estava confirmada, pelo menos, desde o início dos anos 70, quando ocorreram rápidos contatos entre o grupo - os Zo'é - e membros de uma equipe do IDESP, que realizava estudos na região.

No período, os técnicos da Funai decidiram não realizar o contato definitivo, optando por uma espécie de monitoramento à distância. Entretanto, essa opção mostrou-se inoperante quando, no início da década de 80 começaram as investidas de representantes da New Tribes Mission, no sentido de atrair os isolados, sem que tais procedimentos fossem comunicados à Funai. O ano de 1987 marcou para os Zo'é, então denominados Poturu³, o contato definitivo, quando decidiram aproximar-se dos missionários. No mesmo ano, foi assinada a Portaria de Interdição, "para efeito de segurança, garantia da vida e do bem estar dos índios" (D.O., 21/01/88) da região, até que todas as referências fossem confirmadas. Com o pouco conhecimento sobre a área, esta foi estipulada quase que aleatoriamente, considerando algumas referências à presença indígena, e de modo tal que não houvesse riscos de "deixar de fora" outros grupos, além daquele contactado em 73 pelo IDESP. Assim, os pontos previstos pela Portaria de Interdição, configurando a extensão de 2.059.700 há, resultaram de uma estimativa, e não de um conhecimento sobre a ocupação indígena no interflúvio Erepecuru/Curuá.

Apesar da Portaria restringir o acesso à área à própria Funai ou de pessoas por ela autorizadas, os missionários do braço da New Tribes Mission no país - a Missão Novas Tribos do Brasil - não se retiraram e levaram adiante as atividades de atração, enquanto tentavam negociar a assinatura de um convênio com a Funai, de modo a regularizar sua situação na Área.

Desde que a própria Funai não se decidia a fazer valer a Interdição, optando mais uma vez pelo monitoramento à distância, só em 91 os missionários são retirados, o que ocorreu, segundo documentação da Funai, em virtude da deterioração no estado geral de saúde do grupo. Com a retirada da MNTB e implantação na Área de uma estrutura da Funai, passa a

³ Essa denominação mostrou-se equivocada com o início dos estudos antropológicos junto aos Zo'é, pois ela refere-se apenas à madeira usada na confecção do adorno labial.

vigorar efetivamente a restrição de acesso dentro do perímetro determinado pela Portaria, havendo ciência, por parte do órgão oficial de assistência, de que era preciso dar prosseguimento aos estudos das referências de presença indígena, para garantir que a Interdição não fosse levantada em prejuízo de outros grupos além dos Zo'é.

Com essa finalidade foi realizada, sob coordenação do sertanista Fiorello Parise, no final de 95, a conclusão dos trabalhos de implantação da estrutura de uma frente de atração na região. Foi feito o transporte pelo Erepecuru de equipamentos básicos (barcos, moteres de popa, moto-serras, equipamento para comunicação por rádio, etc), até as proximidades do Igarapé dos Amigos⁴. Essa etapa terminou em janeiro de 96, com a construção da sede da "Base" (S 0° 22' 56.4" / W 56° 02' 15.2"), para a qual a Funai contou com o trabalho intenso de metade da população zo'é no período⁵. Finalmente, durante os trabalhos de campo para o GT Zo'é, foi acordado que o levantamento das referências de ocupação indígena deveria ser cumprido como parte do GT, pela realização de uma "Expedição" coordenada pelo sertanista Fiorello Parise, nas regiões do Urucuriana e do Curuá. Uma outra portaria de interdição poderia ser elaborada - já excluindo a área de ocupação dos Zo'é - caso os trabalhos apontassem para sua necessidade.

Durante o GT foram acertados aspectos formais para viabilizar a Expedição. Além disso, foram aproveitados todos os sobrevôos programados para verificação dos limites a serem propostos pelo GT, quando foram observados possíveis trechos para os roteiros e pontos que poderiam ser usados como apoio ou referência, como foi, por exemplo, o caso da pista da CESBRA. Entre maio e agosto de 97 foi feita a preparação da Expedição, inclusive com a reativação dessa pista, mais uma vez com a ajuda dos Zo'é. Em 26/08/97, foram reiniciados os trabalhos em campo.

3. Objetivos

Apesar do direcionamento da expedição Ter sido feito pela Funai, através do Departamento de Índios Isolados, a participação dos Zo'é no GT de Identificação e Delimitação permitiu uma ampliação no escopo dos objetivos como a seguir:

I. Quanto ao setor de índios isolados da Funai:

Com respeito às políticas específicas desse setor da Funai, a realização da Expedição significou o cumprimento de uma etapa obrigatória de estudos sobre uma área interdita. Passados dez anos desde a assinatura da Portaria e do contato definitivo dos Zo'é, a continuidade da interdição na Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana sem a execução

⁴ Esse trabalho foi realizado em várias etapas, entre 93 e 95, período em que foram feitos, por terra, trajetos entre a sede do Posto e o Rio Erepecuru, a fim de selecionar a localização mais apropriada para a construção da futura "base" da frente de atração.

⁵ A outra metade trabalhava mais intensamente ainda na construção de casas, seguindo um projeto de reestruturação do Posto, conduzido pelo funcionário Cristiano da Paixão, que o chefiava na época.

das etapas de levantamento da presença indígena poderia ser questionada, mesmo numa região de difícil acesso e sem ocupação não-indígena, como é o caso em questão.

Assim, quanto ao DII, o objetivo da Expedição era verificar se havia ocupação indígena além dos Zo'é, e tentar identificar a extensão dessa ocupação. Conforme declarou o sertanista Fiorello Parise, não estava entre os objetivos realizar contato, caso fosse constatada presença indígena, ficando essa etapa para um momento posterior, após implantação de uma estrutura que pudesse assegurar o monitoramento mais próximo do(s) grupo(s) e/ou a assistência à saúde (após a efetivação do contato).

Como os estudos antropológicos apontaram a existência de um grupo local zo'é que, após conflitos, teria atravessado o Igarapé Kiã're, passando a ser ignorada sua localização alguns anos depois da cisão, entendeu o sertanista que uma parte do roteiro deveria incluir a região entre o Cuminapanema e seu principal formador, e, portanto, a tentativa de localizar vestígios desse sub-grupo estaria entre os objetivos da Expedição.

II. Quanto à participação dos Zo'é

Ao contrário do que aconteceu em relação à primeira etapa de campo do GT, que foi precedida de duas fases de preparação dos Zo'é⁶, não foi possível realizar com antecedência o mesmo trabalho antes da Expedição. Assim, no período de quatro meses entre as duas etapas - isto é, antes da Expedição - não houve o repasse aos Zo'é de informações que lhes permitisse estabelecer mais claramente uma conexão entre os dois momentos, ou de refletir sobre a importância da Expedição, inclusive para o futuro de sua ocupação territorial.

Como o percurso seguia praticamente sobre os limites propostos pelo GT para a Terra Zo'é, tentou-se, durante o próprio trajeto, a cada dia, ressaltar esse aspecto da passagem pelo limite, conseguindo-se, em alguns momentos, levantar a questão da ocupação não-Zo'é, o que era facilitado pela existência de vestígios da passagem de "brancos" em vários pontos, principalmente às margens do Urucuriana. No entanto, se havia, por parte da Funai, alguma expectativa de que os Zo'é reconhecessem vestígios de ocupação indígena, ela foi frustrada, já que os mesmos não tinham referências históricas que lhes permitisse fazer afirmações a respeito. Além disso, a noção de índio ainda está em fase inicial de construção pelos Zo'é, não havendo razão para que estabelecessem relação de semelhança entre vestígios de ocupação por ventura encontrados e os resultados de sua própria intervenção sobre o ambiente.

Da perspectiva do repasse de informações aos Zo'é, e de sua preparação para as próximas etapas do processo de regularização fundiária, bem como do próprio contato, os objetivos da expedição eram:

⁶ A primeira foi a visita aos Waiãpi, no início de julho de 96, e a segunda durante o mês que antecedeu o início oficial do GT, segundo previsto na Portaria que o instituiu.

- Contribuir para o processo de construção da idéia de limites rígidos ou fixos, através da verificação daqueles a serem propostos pelo GT, inclusive colocando placas; usando também como recurso a memória de experiências recentes nesse sentido, como foi a visita aos limites fisicamente demarcados da Terra Waiãpi;
- ressaltar entre os Zo'é a importância de conhecer áreas que foram incorporadas à proposta de delimitação, por razões outras que não sua ocupação, como é o caso da cabeceira do Kiã're;
- retomar todas as discussões acerca de seu território, e sobre sua participação no processo de regularização fundiária, de acordo com o trabalho que vinha sendo feito antes mesmo da criação do GT.

4. Aspectos Operacionais

Como foi explicado no histórico, da parte da Coordenadoria de Índios Isolados da Funai, em Belém, toda uma sequência de procedimentos vinha sendo tomada desde 93/94. A realização dos trabalhos do GT reforçou a necessidade da Expedição, tendo em vista a possibilidade de levantamento da interdição, uma vez concretizada a regularização fundiária da Terra Zo'é. Já em 97, entre o final da 1ª etapa de campo do GT e o início dessa fase de estudos complementares em agosto, uma série de procedimentos foi adotada, os quais serão rapidamente descritos a seguir:

I. Material, suprimentos e equipamentos

Toda a estrutura existente no PIN Cuminapanema, principalmente em virtude da Frente de Atração, foi aproveitada: barcos, motores de popa, moto-serra, rádios. Foram montados três conjuntos para comunicação (rádio, antena e bateria), onde uma das baterias, maior, era usada pela equipe de apoio que permanecia na voadeira. Placas solares permitiam recarregar as baterias, inclusive as usadas pelas duas equipes móveis. Cada equipe portava também um GPS de bolso e uma cópia do mapa digitalizado a partir da imagem radar referente à região (Escala 1: 250.000), trabalho feito por técnicos da Funai na SUDAM. Uma Imagem TM, em papel, na mesma escala, doada pelo INPE ao NHII também foi utilizada.

A maior parte dos suprimentos foi transferida de avião até a pista da CESBRA, ainda no dia 26/08. Para lá também seguiram o sertanista Luis Moreira e um dos casais Zo'é que participou diretamente da expedição - Keapu e Terã. Os três permaneceram lá fazendo manutenção dos suprimentos, enquanto os outros subiam o Erepecuru de barco.

A renovação dos suprimentos, inclusive de material de pesca, munição, flechas, pontas de flecha, cordas para os arcos, além de farinha, beiju, tapioca e castanha-do-Pará para os Zo'é, foi garantida por dois vôos de lançamento, o primeiro próximo às cabeceiras do Igarapé Capirari (N 0° 18' 05.4" / W 55° 18' 14.2"), em 27/09; e o segundo, num

acampamento às margens do Cuminapanema, no ponto em que foi tomado o rumo oeste, em direção ao Kiã're (S 0°10' 28.9" / W 55° 31' 03.0").

A água para consumo nos trajetos realizados pela equipe que cobriu a margem norte do Urucuriana, e no trecho entre o ponto de saída do Urucuriana (N 0° 25' 36.9" / W 55° 25' 37.8") e o de chegada no Kiã're (S 0° 14' 12.3" / W 55° 39' 23.1") foi garantida cavando-se poços nos leitos dos Igarapés e do Cuminapanema, e cortando-se cipós (entre um acampamento e outro). Em alguns trechos, porém, a única solução possível foi usar sacos plásticos para carregar água;

II. O roteiro estipulado

O planejamento inicial previa a seguinte sequência de trajetos:

- PIN Cuminapanema, no Keijã, até Base Erepecuru;
- Subir o Erepecuru nas duas voadeiras até Pista da CESBRA;
- Passar as três primeiras cachoeiras antes da embocadura do Urucuriana;
- Primeiro roteiro da "equipe sul", margem sul do Urucuriana desde a Cachoeira Resplendor;
- Passar Cachoeira Grande e entrar no Urucuriana (equipes "norte" e "voadeira");
- Transporte da "equipe norte" de volta ao Erepecuru, até pista localizada ao norte da boca do Urucuriana, a partir de onde esta equipe faria seu primeiro roteiro;
- Ao longo do Urucuriana, mais dois roteiros em cada margem;
- Já deixando o Urucuriana, uma equipe iria o mais próximo possível do Curuá, enquanto a outra seguiria para o Cuminapanema, onde seria preparado o ponto para lançamento de suprimentos;
- Trecho a jusante do Cuminapanema com as duas equipes juntas;
- Separação das equipes no Cuminapanema, uma continuado no curso deste Rio, tomando rumo oeste na altura do Ivi'ara (antiga aldeia Zo'é), a outra equipe já rumaria oeste no ponto de separação, tomando rumo sudeste depois de passado o Kiã're, também em direção ao Ivi'ara, de onde as duas equipes seguiriam juntas para o Posto.

O prosseguimento dos trabalhos levou à conclusão de parte desse roteiro estava inviabilizado pela falta de água, situação que só veio a piorar com o passar da estação seca. Ainda, a necessidade de carregar água, além dos suprimentos, material, etc, tornava mais lentos os deslocamentos e forçava à implementação de uma outra dinâmica de trabalho, não separando as equipes por percurso, mas por ordem de execução do trabalho: uma seguia na frente, abrindo caminho e carregando água, e a outra ia atrás, no caminho já aberto, levando os suprimentos.

III. O envolvimento dos Zo'é

Não resta dúvida de que, para os Zo'é, foram muito limitados os resultados imediatos em termos de obtenção e processamento de informações, e de reflexão sobre a Expedição.

enquanto experiência de repercussão para suas questões territoriais. Isso se explica por vários fatores conjugados:

- A falta do trabalho prévio de preparação que permitisse o entendimento dos objetivos da Expedição e da Funai ao realizá-la;
- dado inevitável de que eles estavam ali carregando mantimentos e equipamentos e abrindo trilhas, e isso era encarado por eles do ponto de vista da troca, e, portanto, segundo parâmetros zo'é de estabelecimento de relações sociais;
- As dificuldades com a falta de água, fator que imprimiu um ritmo aos trabalhos diferente do inicialmente planejado;
- fato de não ter sido possível contar com alguns indivíduos, que vinham acompanhando com grande intensidade os trabalhos do GT e estavam mais preparados. Para eles teria sido mais fácil chegar à compreensão do quadro mais amplo, repassando-o aos outros;
- Em várias situações, a falta de parâmetros históricos que orientassem a ação dos Zo'é, o que, na prática, colocava-os numa posição de seguidores e - de certo modo - dependentes da Funai. Uma evidência disso foi toda a teoria que elaboraram sobre o sertanista Fiorello Parise, como alguém que manda, de ser o detentor de um saber que os outros não tinham

Ainda assim, a Expedição contribuiu com elementos importantes para a construção de uma compreensão dos Zo'é acerca do contato com os "brancos", e do processo de regularização fundiária como parte desse novo quadro de relações: uma iniciativa que não é deles, mas cujas consequências afetarão definitivamente suas vidas. Isso só foi possível pela preocupação anterior com a informação, através da visita aos Waiãpi, as sessões de mapas e vídeo, as conversas nos pátios das famílias, etc. Graças a isso, os Zo'é encararam com seriedade e/ou preocupação o fato de estarem "andando sobre o limite", a fixação das placas, e os vestígios de passagem de garimpeiros encontrados em vários pontos do Urucuriana. Também disso há evidências: a participação de alguns indivíduos, e mesmo famílias, que não estiveram na Expedição, mas que vinham esperar o retorno mais perto do Kiã're, produziu dois resultados em termos de ocupação. Um grupo que decidiu reativar o Ivi'ara, aldeia localizada no extremo nordeste do território e que estava desativada há mais ou menos 20 anos. Outro grupo que iniciou a abertura de uma roça junto ao local onde a Expedição alcançou o Kiã're (ver localização acima).

Esses são passos que se articulam a uma expansão geográfica junto com os movimentos de dispersão, após quase uma década de tendência de concentração em torno das sedes das agências de contato - a MNTB até 91, e a Funai desde então. Entretanto, a retomada de um modelo de ocupação territorial mais próximo daquele praticado antes do contato definitivo, em 87, e para o qual a Expedição também contribuiu, está a depender de como atuarão os agentes externos, e de como será a participação dos Zo'é na sequência do processo de regularização fundiária de sua Terra.

5. A Expedição: sobre os limites do território Zo'é

Das 27 pessoas que trabalharam mais diretamente na Expedição, três seguiram de avião para a Pista da CESBRA no dia 26/08/97, enquanto os dois mateiros e os dois práticos seguiram por terra até a Base da Funai, no Erepecuru no dia 27/08. Com eles foram vários rapazes e homens adultos, levando combustível, rádio e mantimentos, e que ficaram lá pescando até a chegada dos outros 20 participantes, dia 30/08. Os que seguiram por terra para a Base subiram o Erepecuru, a partir de lá, em duas voadeiras. Depois da Pista da CESBRA, ao longo do curso do Urucuriana, o grupo passa a trabalhar dividido em três equipes, duas fazendo percursos por terra nas duas margens do Igarapé, e a terceira trabalhando como equipe de apoio na voadeira menor (a maior ficou guardada perto da pista de pouso).

Esse esquema foi mantido até que não foi mais possível subir o Urucuriana de barco. Então, no segundo acampamento à beira deste Igarapé (N 0° 18' 50.3" / W 55° 40' 13.7"), quatro jovens Zo'é - Eresei, Xumirá, Kuru e Nami hi - juntamente com Caetano Escanavino (representante do Projeto Saúde e Alegria incorporado à Expedição de última hora) ficaram esperando a volta dos dois práticos - Severiano e Júlio César - para daí fazerem a viagem de volta, descendo o Urucuriana e o Erepecuru, e por terra até o Posto. A voadeira ainda seguiu alguns quilômetros Igarapé acima, até o ponto onde foi montado o terceiro acampamento (N 0° 25' 36.9" / W 55° 25' 37.8"), a partir do qual a Expedição seguiu por terra até o Rio Cuminapanema, seguindo seu curso, tomando rumo oeste em direção ao Kiã're e ao Posto, no Keijã, aí chegando em 13/10.

Abaixo está resumido o trajeto completo, apresentado em três etapas diferenciadas em função dos procedimentos adotados, e das condições encontradas. Juntamente com cada etapa descrita, constarão os resultados parciais da Expedição e/ou aspectos que tenham merecido algum destaque..

I Etapa: Keijã - Pista da CESBRA

- 26/08: Keapu e sua mulher, Terã, e Luis Moreira seguem de avião para a Pista da CESBRA. Para lá também são levados mantimentos e combustível para a segunda e terceira etapas do percurso, placas para identificar a Área Indígena, utensílios mais pesados como machados, parte do material de pesca, parte da munição, etc.;
- 27/08: Zezinho, Zecão, Severiano e Júlio César seguem com vários rapazes e homens adultos para a Base (levam combustível para subir o Erepecuru e parte dos mantimentos), onde permanecem até o dia 30/08. Os zo'és que os acompanharam aproveitam para pescar com as voadeiras;
- 29/08: os outros 20 participantes deixam o Posto em direção à Base. No trajeto, feito mais lentamente, há condições de usar o GPS para obter a localização do Tahyty (S 0° 17' 49.7" / W 55° 56' 28.3"), aldeia antiga cujas tentativas de localização com GPS durante o GT tinham falhado. Outros jovens e meninos Zo'é acompanham o grupo para se juntar àqueles que foram pescar no Erepecuru e ajudar a trazer os peixes de volta. No dia 30/08, a chegada à base pela manhã é logo seguida dos preparativos finais para subir o Erepecuru, ainda no mesmo dia. Dois dos meninos Zo'é - Dybytupäre e Teãkwã - acabam não voltando pra casa e são incorporados à Expedição.

O nível do Rio já estava abaixo do esperado para o período, por isso havia muitas praias para acampar, mas também muitos pontos de difícil passagem devido às pedras. Mesmo assim, foram poucos e sem gravidade os incidentes. Os aspectos a destacar foram:

- os práticos contratados para a condução das voadeiras e um dos mateiros são das comunidades de remanescentes de quilombo do baixo Erepecuru, e narraram episódios de contato com índios do Igarapé Poana, afluente da margem direita do Erepecuru. Esses contatos foram rápidos, os índios foram avistados de longe, e a referência precisa ser atualizada, já que nos últimos 20 anos diminuiu a frequência com que os remanescentes sobem o Erepecuru, ao mesmo tempo em que parecem ter cessado as tentativas de implantação de atividade garimpeira no Urucuriana. Além de trabalhar como guias e práticos para pessoas e empresas que tentavam instalar-se na região, muitos indivíduos dessas comunidades também subiam o Erepecuru e o Urucuriana em suas próprias atividades de caça e coleta;
- a oportunidade dos Zo'é de conhecerem por representantes das comunidades de remanescentes de aspectos e histórias relativos à ocupação da região por aquelas comunidades, que é facilmente comprovada pelo seu conhecimento do Rio e dos Igarapés e suas margens, bem como pela existência de vestígios dessa ocupação: pequenas áreas desmatadas, sinais de acampamentos, árvores frutíferas como limoeiros;
- a identificação pelos Zo'é, a partir do Rio - e não das margens - das evidências de sua própria ocupação: caminhos, pontos de pesca, os nomes dos igarapés. Isso se constituiu numa boa ponte para a retomada das sessões com mapas e a imagem de satélite, e das discussões sobre os limites e da ocupação territorial;
- a oportunidade de retomar, principalmente com os mais velhos, a questão dos limites a partir de sua participação no ato de fixar placa de identificação na Pista da CESBRA.
- A primeira etapa é cumprida com a chegada a essa Pista, reaberta em 06/97. A partir daí, formaram-se as equipes para cumprir os roteiros por terra.

II Etapa: Pista da CESBRA - Urucuriana

Esta etapa foi cumprida com percursos por terra e por água, com as equipes fazendo trajetos diferentes. Por isso optou-se pela permanência de todo o grupo na CESBRA até que se fizesse um balanço e distribuição dos mantimentos, revisão dos roteiros plotando pontos nos mapas e inserindo-os no GPS.

O trecho entre a pista e a boca do Urucuriana foi feito muito lentamente, usando apenas a voadeira mais leve para passar as quatro cachoeiras: Jacaré, Paciência, Resplendor e Grande. Em vários momentos, o barco foi carregado nas pedras expostas das cachoeiras ou através de trilhas abertas na margem. Logo depois de passada a Resplendor, a 1ª equipe começou o trabalho por terra. Abaixo, o resumo da 2ª etapa.

- 04 a 09/09 - 1ª rota na margem sul (Urucuriana), a partir da Cachoeira Resplendor e chegando no Urucuriana em um ponto aproximadamente 17 km Igarapé acima

(tomando-se uma linha reta da embocadura, no rumo sudeste). A parte mais a noroeste desse trecho ainda é uma área de influência do Erepecuru. Mesmo assim, uma parte dos igarapés já estava seco. Não havia mais castanhais, mas as evidências indicavam a abundância de caça: antas e porcos. Na segunda metade do trajeto, por duas vezes constatou-se ocorrência de vegetação secundária, que poderia ser associada a resultado de ação antrópica. Entretanto, as evidências não eram conclusivas a esse respeito, pois a vegetação já estava em estágio avançado de recuperação e não havia sinais de uso de instrumentos de corte, nem vestígios de casas, roça ou fogo. A aproximação das margens do Urucuriana foi dificultada pela ocorrência e adensamento dos igapós. Os Zo'é se ressentiam bastante da falta de roupas e calçados tendo que atravessar a tiririca. (Ponto inicial: N 0° 20' 55.4" / W 55° 50' 05.8"; Ponto de chegada: N 0° 14' 39.3" / W 55° 46' 43.2")

- 06 a 10/09 - 1ª rota na margem norte (Urucuriana), a partir de pista de pouso em frente à Ilha do Natal (às margens do Erepecuru, a mais ou menos 7.5 km ao norte da embocadura do Urucuriana). Segundo os relatos da equipe que cumpriu o trajeto, não foram encontradas evidências de ocupação indígenas. As dificuldades com a falta de água começaram logo no início do percurso, e só cresceram até a chegada ao Urucuriana. É uma área alagada no período das chuvas, com formações de campo e igapós, onde a vegetação também causou bastante desconforto aos Zo'é. As condições de saúde - com várias pessoas resfriadas - tornavam maior o problema da falta de água. (Ponto inicial: 0° 25' 40.5" / W 55° 50' 26.4"; Ponto de chegada: N 0° 18' 49.8" / W 55° 40' 14.1")
- 05 a 09/09 - nesse período, a equipe que permaneceu na voadeira acusou a ocorrência de capoeiras próximo às margens do Urucuriana, perto da embocadura. Provavelmente, sua observação foi facilitada nos pontos de acampamento porque ainda não havia ocorrência da vegetação de igapó, que começa alguns quilômetros acima da boca, e torna muito difícil o trânsito entre as margens e a floresta. Esta dificuldade não foi verificada ao longo do Erepecuru. Assim, nos dois momentos em que foi constatada a presença de floresta secundária na "1ª rota sul", estas podem ser capoeiras associadas àquelas encontradas pela "equipe voadeira";
- 10 a 12/09 - 2ª rota na margem sul do Urucuriana, a partir do acampamento de chegada da 1ª rota (sul) e até as proximidades do ponto de chegada da 1ª rota norte. Por terra, mais uma vez, nenhuma evidência de ocupação indígena recente é encontrada. O roteiro planejado foi modificado em função da falta de água, antecipando o retorno à margem do Igarapé. Exatamente no ponto de chegada dessa rota há uma ocorrência de inscrições nas rochas do leito do Urucuriana. Desde que não houve ainda como promover uma análise especializada dessas inscrições, o material fotográfico produzido segue em anexo, tendo sido tomado o cuidado de posicionar, ao lado das mesmas objeto para dar ideia de escala das dimensões. Todos os desenhos são, como se vê pelas fotos, estilizados e representam, na sua maioria, animais. Os Zo'é informaram que no Erepecuru e no Kiã're - e, também, provavelmente no Cuminapanema depois da confluência com o Kiã're - há outras ocorrências de inscrições em afloramentos rochosos, sempre nos leitos, e, portanto, visíveis apenas quando as águas baixam ao

longo da estação seca. Na cosmologia zo'é essas inscrições são atribuídas aos Bahit, seres de águas profundas, e uma das razões para a distância dos Zo'é em relação aos cursos d'água de maior porte⁷. (Ponto inicial: N 0° 14' 36.9" / W 550° 46' 45.6"; Ponto de chegada: N 0° 18' 19.3" / W 550° 40' 47.5");

- 14 a 17/09 - 2ª rota na margem norte do Urucuriana. Para esta rota previu-se cobrir uma pequena área no médio Urucuriana que apresentava, pela imagem de satélite, o mesmo padrão que aquele identificado às áreas de ocupação zo'é. Assim, trabalhava-se com a hipótese de que ela fosse resultado de ação antrópica, o que deveria ser verificado. Durante o GT, aproveitou-se um dos sobrevôos para uma primeira aproximação, mas este não foi muito além de constatar que era uma região de campos, sem que nada fosse concluído acerca de interferências causadas por ocupação humana. A persistência da dúvida tornou obrigatória essa verificação durante a Expedição. Depois de subir um trecho do Urucuriana na voadeira, a equipe pernitoou num acampamento montado uns 4 km antes do início da área-dúvida, denominada "Mancha". No segundo dia, depois de subir mais 3 km na voadeira, o grupo iniciou o percurso por terra, tendo tomado o cuidado de incluir sacos com água na bagagem. Em 16/09, constatando a total falta de água, e a impossibilidade de manter o estoque para completar o roteiro previsto, a equipe decide rumar sudeste, e seguir o Urucuriana a mais ou menso 1 km da margem, até encontrar um local adequado para um acampamento onde as equipes pudessem ficar reunidas. Foi nesse trajeto de retorno rumo ao Urucuriana que foram identificados vestígios de caminhos abertos na mata. Foi relatada a presença de capoeirões recentes - um a dois anos - e trilhas com galhos finos e arbustos partidos, mas sem sinais de corte. Em função das condições de saúde de alguns componentes da equipe (uns com diarreia, outros com gripe), ficou decidido pelo cancelamento do roteiro e reavaliação das condições de prosseguimento dos trabalhos no acampamento seguinte. Segundo a opinião dos sertenistas Luis Moreira e Fiorello Parise, os sinais encontrados poderiam não ser indicadores de ação humana, mas resultado da passagem de antas - engano relativamente comum no tipo de trabalho a que a Expedição se propunha. Pesando todos os fatores: os sinais identificados pela "equipe norte" e as dificuldades com água, ficou acertado que uma equipe faria outra tentativa de verificação, mais a nordeste, subindo ainda o Urucuriana, enquanto uma segunda equipe já começaria a abrir o caminho rumo ao Cuminapanema. A viagem de volta do grupo destacado para retornar ao Posto começaria no mesmo período, onde trabalhariam na preparação e execução do lançamento de suprimentos em ponto acertado por rádio. (Ponto inicial, trajeto feito na voadeira: N 0° 18' 49.8" / W 55° 40' 14.1"; Ponto de saída do trajeto por terra: N 0° 24' 07.9" / W 55° 29' 58.9"; Pontos de acampamento entre os quais foram vistos os sinais descritos: N 0° 24' 53.6" / W 55° 29' 14.2" e N 0° 24' 55.3" / W 55° 28' 10.5"; Ponto de chegada: N 0° 25' 36.9" / W 55° 25' 37.8");

⁷ A antropóloga Dominique t. Gallois, que trabalha com os Zo'é desde 89, e coordenou o GT de Identificação e Delimitação da Terra Zo'é, tem material de pesquisa acumulado sobre os bahit e a cosmologia zo'é, aos quais já fez referências em seus relatórios apresentados para a Funai.

- 18 a 24/09 - 3ª rota na margem norte do Urucuriana, do 3º acampamento à beira deste Igarapé até um afluente localizado aproximadamente 20 km (considerando uma linha reta) a montante. Como a falta de água persistisse fora do Urucuriana, o grupo tinha que retornar à margem ao fim de cada dia de caminhada. O Igarapé marcado como ponto final deste roteiro foi o primeiro, ao longo de todo o Urucuriana que não estava seco, apresentando os dois - naquele ponto - o mesmo porte. Nenhum vestígio foi encontrado na ida, por isso o grupo resolveu fazer o mesmo percurso de volta, aproveitando o caminho já aberto, e assim encontrar o mais cedo possível a equipe que já estava a caminho do Cuminapanema.

III Etapa: Urucuriana - Cuminapanema - Kiã're - Posto

A terceira etapa da Expedição é feita por terra até o Posto. Dadas as condições, são eliminados roteiros até o Rio Curuá; e apenas um trajeto é mantido para Cuminapanema e Kiã're, ao invés de separar as equipes para cobrir áreas diferentes na região, como originalmente planejado.

No mesmo período da última atividade da II Etapa, entre 18 e 24/09, a abertura da trilha no rumo sudeste seguiu lentamente, em vista da necessidade de transportar água. Nos primeiros dias de trabalho, as pessoas voltavam ao acampamento no Urucuriana para dormir, aproveitando o percurso no dia seguinte, pelo caminho já aberto, para levar mais suprimento. Foram montados "pontos de água", onde eram deixados os sacos em giras com água para os que vinham atrás. No dia 24/09, a equipe chega ao Rio Capirari, formador do Cuminapanema, alguns quilômetros a jusante das cabeceiras, e aproximadamente 19 km a montante da confluência do Capirari com o Cuminapanema (N 0° 18' 05.4" / W 55° 18' 14.2").

No dia 25/09, a equipe que fazia a 3ª rota na margem norte também chega ao local, que passa a ser preparado para o lançamento dos mantimentos por avião. O mesmo é realizado com quase 100% de aproveitamento, no dia 27/09, recomeçando nesse mesmo dia os trabalhos de abertura de caminho, agora nos rumos sul e sudoeste, subsequentemente, seguindo os cursos dos rios Capirari e Cuminapanema. No trajeto ao longo do Capirari, o sertanista Luis Moreira identificou vestígios de ocupação, outra capoeira antiga, de mais ou menos 40 anos. Foi a última ocorrência apontada. Ao longo de quase todo o percurso até o Kiã're a água era obtida cavando-se poços nos pontos selecionados para acampamento, e cortando cipós nos caminhos.

Ao longo do Cuminapanema voltaram as dificuldades de acesso ao Rio, devido às faixas de igapó, que diminuíram à medida que se avançava no rumo sudoeste. Note-se que o Cuminapanema apresenta pequenas cachoeiras e corredeiras ao sul do território zo'é, isto é, a jusante da confluência com o Kiã're. Deve ser a partir daí, também, que aparecem inscrições nas rochas que passam a compor o leito do Rio. Há indícios, baseados na evidente variação na ocorrência de espécies vegetais (a castanha-do-Pará, por exemplo), e diante dessas mudanças no leito do Cuminapanema, de que a estrutura do relevo e a geologia da região apresentam características diferentes entre o Kiã're e o Erepecuru em

relação à região entre o mesmo Kiã're e o Cuminapanema (ao norte de sua confluência). Seria necessário investigar essa hipótese, para a partir daí avaliar sua importância na história da ocupação humana da região, sendo possível adiantar, desde já, que a ocupação zo'é tem estado claramente concentrada no primeiro dos dois interflúvios em questão. É precipitado defender uma tese de adaptação ecológica para explicar essa história, mesmo que os dados acima venham a ser confirmados por estudos posteriores, pois as referências documentais e a história zo'é falam de intensa ocupação dos dois interflúvios (ver os relatórios de Dominique Gallois informando acerca dos inimigos dos Zo'é). O ideal é promover os estudos com vistas à ocupação futura, inclusive pelos Zo'é.

Antes de iniciar o trajeto de volta, tomando o rumo oeste, em direção ao Kiã're, foi realizado, em 06/10 (S 0° 10' 28.9" / W 55° 31' 03.0"), um segundo lançamento de mantimentos, novamente incluindo itens necessários aos Zo'é, já que não era ainda possível ter certeza de quanto tempo seria preciso para fazer o trajeto. O trabalho prosseguiu com um grupo na frente, abrindo o caminho, e outro mais atrás, levando mantimentos. A chegada ao Kiã're foi no dia 09/10, onde os Zo'é preferiram passar um tempo aproveitando a abundância de água, peixe e tracajá. No dia 12/10, todo o grupo chegou ao Kiheta (S 0° 15' 18" / W 55° 45' 38"), antigo ponto de pesca e caça de urubu em que há uma pequena roça sendo implantada. Algumas famílias estavam lá, numa temporada de pesca, e outras vieram para encontrar a Expedição. Estes retornaram no dia seguinte, acompanhando a chegada ao Posto, passando pela aldeia Purity (S 0° 19' 02" / W 55° 47' 42"), em 13/10.

6. Resultados

Apesar do atraso no início dos trabalhos ter comprometido a realização de parte do roteiro planejado para a Expedição aos rios Urucuriana e Curuá, foram reunidos elementos sobre a ocupação indígena da região.

Fora dos limites previstos para a Expedição, no Igarapé Poana, margem direita do Erepecuru, persistem as referências à presença indígena, baseadas nos relatos dos remanescentes de quilombos do baixo Erepecuru, que há muito sobem este Rio, chegando até o Urucuriana em suas atividades de caça, pesca e coleta, ou a serviço de empresas e indivíduos interessados na exploração de recursos minerais, principalmente no Urucuriana. É necessário providenciar a verificação dessas referências, e, em caso de sua confirmação, a garantia da ocupação indígena.

Na margem sul do Urucuriana e nas proximidades do Cuminapanema, foram encontradas capoeiras com idades variando, aproximadamente, entre 30 e 50 anos, sem evidências de ocupação recente, nem mesmo de natureza intermitente ou sazonal. Na margem norte do Urucuriana, na área interpretada na imagem de satélite como possível resultado de ação antrópica, devido às semelhanças com a área de ocupação zo'é, foram encontrados sinais que podem ser associados à ocupação humana recente - capoeirões de um ou dois anos,

galhos quebrados em trilha reta - mas cuja comprovação não foi possível, não tendo sido encontrados vestígios nos outros dois roteiros cumpridos na mesma margem.

Evidências da ocupação da margem esquerda do Kiã're por grupo Zo'é dissidente, seguindo relatos do próprio grupo, também não puderam ser verificadas devido à falta de água entre o Kiã're e o Cuminapanema.

7. Conclusão e observações finais

Descritas as etapas de trabalho, alguns pontos devem ser ressaltados, para fins de balanço, quanto aos três aspectos que se mostraram mais relevantes.

I. A ocupação humana na região correspondente à Área Indígena Cuminapanema/Urucuriana.

Em vista das dificuldades experimentadas, não foi descartada, num balanço preliminar, a hipótese de que a não confirmação de presença indígena atual pode ter relação com as mesmas condições (climáticas) que limitaram o alcance da Expedição, e consideradas bastante adversas em função da falta de água.

A ocorrência de capoeiras, com idade estimada variando entre 30 e 50 anos, nas proximidades do Igarapé Urucuriana e do Rio Cuminapanema, indicam uma ocupação indígena antiga mais intensa, embora não se possa descartar de pronto uma ocupação atual intermitente, especialmente se as condições não são extremas (total falta de água ou rios muito cheios). No entanto, contra esta possibilidade pesam a abundância da caça, a facilidade com que os animais eram abatidos e a falta de sinais que indicassem esse ou outro tipo de uso do ambiente: galhos quebrados, restos de tocaias, vestígios de acampamentos, etc.

Quanto à ocupação não-indígena, ela provavelmente foi mais intensa ao longo do Erepecuru e Urucuriana (e, neste caso, não indo além de vinte ou trinta quilômetros da embocadura). Pelas informações dos representantes das comunidades de remanescentes de quilombos do baixo Erepecuru, houve uma ocupação sazonal, mas regular, para fins de caça, pesca e coleta, realizada por regionais, inclusive os próprios remanescentes, cuja história deve ser tão antiga quanto a ocupação não-indígena na região, possivelmente intensificando-se após a implantação dos quilombos.

Além disso, houve um período específico, entre o final dos anos 60 e os anos 70, em que empresas e indivíduos engajados na pesquisa mineral, visando implantação de mineração e atividade garimpeira, respectivamente, afluíram à região, sendo o Urucuriana - aparentemente - o alvo dos interesses, enquanto o Erepecuru era utilizado como via de acesso. Pistas foram abertas, supõe-se que a fim de evitar as cachoeiras do Erepecuru. Além da Pista da CESBRA (N 0° 22' 10.6" / W 56° 01' 34.0"), há aquela ao norte da

embocadura do Urucuriana, em frente à Ilha do Natal (N 0° 25' 40.5" / W 55° 50' 26.4"). Uma terceira pista pode ter sido aberta próximo à aldeia zo'é de Terekie uhu abyr (S 0° 08' 48.0" / W 55° 56' 46.0"). Levantou-se a hipótese de sua existência na fase de preparação do GT, através da análise da imagem de satélite. Durante a Expedição, Severiano - um dos práticos - confirmou essa abertura, mas os Zo'é não a conhecem e não foi possível fazer checagem de campo.

Não foram encontradas informações quanto ao resultado das pesquisas de campo) minerais na região, a não ser o relatório do IDESP referente ao Projeto Trombetas/Curuá. Mas as estruturas, materiais e equipamentos abandonados, especialmente no Urucuriana (uma parte disso eventualmente recuperada e apropriada pelos remanescentes, antigos guias), são indicadores de que tais projetos (ainda) não são economicamente viáveis.

II. Aspectos ambientais e sua relação com a ocupação zo'é

Na área percorrida pela Expedição, como no território zo'é, constata-se em relação à flora que há muita diversidade e disseminação espacial, contra baixas densidades de indivíduos por espécie. Há locais em que um certo predomínio de alguma espécie pode passar a impressão contrária, mas essas pequenas "ilhas" de concentração populacional são pontuais, e podem estar associadas a mudanças no relevo ou à ocorrência de cursos d'água.

Para toda a região, persiste a necessidade de um estudo geomorfológico, que permita interpretações mais confiáveis sobre o ambiente. O estudo do relevo forneceria também pistas importantes para as análises sobre a flora, ajudando a superar as dificuldades que a diversidade - aliada à extensão, aos problemas de acesso ou aos fatores sazonais - impõem às interpretações mais amplas sobre vegetação.

No que diz respeito às questões ecológicas e possíveis repercussões sobre a ocupação da região, durante a Expedição notou-se o seguinte:

- A existência de grandes populações de espécies animais - peixes, quelônios, aves e mamíferos. Chamou atenção, inclusive dos Zo'é, a quantidade de antas, porcos e mutuns. O mesmo não aconteceu com os macacos, mas isso pode estar associado à falta de chuvas e a consequente ausência de frutas que são consumidas preferencialmente pelos macacos;
- Diferenças quanto à ocorrência de espécies vegetais entre dois interflúvios: Erepecuru / Kiã're, e Kiã're / Cuminapanema. Os três casos que ficaram mais evidentes, porque são espécies que os Zo'é valorizam, a castanha-do-Pará, o açaí e a palmeira palha-preta (sakuri, para os Zo'é). Não foi observada a ocorrência de nenhuma das três até a chegada ao Kiã're. Esse aspecto é importante para o futuro da ocupação zo'é nos trechos incorporados à proposta de limites por razões prioritariamente ambientais (a proteção de cabeceiras e de áreas de reprodução de espécies valorizadas pelo grupo), como é o caso da margem sul do Urucuriana e a região a Nordeste do Kiã're, pois a

presença mais constante dos Zo'é nessas áreas exigirá deles um esforço o sentido de adaptar usos a sua vegetação específica;

- Do ponto de vista da ocupação, do ambiente e da adaptação, o aspecto que mais se destacou durante a Expedição foi o papel central do Kiã're na garantia da água em superfície, quando no próprio Cuminapanema, acima da confluência com o Kiã're, foi necessário cavar poços e, apenas ocasionalmente, recorrer à água empoçada em superfície. Desde que, a leste do Kiã're, mesmo próximo a suas margens, os igarapés estavam secos, é de se supor que a chave da questão (e da perenidade do Kiã're) esteja na geologia e no relevo a oeste do Igarapé, entre este e o Erepecuru, e desde sua cabeceira próximo ao Urucuriana. Constata-se facilmente que a região de mais intensa ocupação dos Zo'é ocorre nesse interflúvio, onde mesmo os efeitos de uma estação seca prolongada e rigorosa, como a de 97, ficam amenizados, e os principais cursos d'água a que os Zo'é recorrem só ficam cortados a partir do final de novembro, quando uma nova estação de chuvas está próxima. Além disso, observa-se que durante a estação seca, a presença constante de água corrente no Cuminapanema só ocorre com o aporte das águas do Kiã're, sendo possível que a partir desse ponto o próprio Cuminapanema esteja sob influência das mesmas conformações geológicas e geomorfológicas que parecem predominar entre o Erepecuru e o Kiã're. Entretanto, essas são hipóteses a serem estudadas, permanecendo o fato da importância do Kiã're para garantir água na região.

III. Os Zo'é e seu território

Os Zo'é estão em pleno processo de elaboração de uma forma de pensar limites territoriais que lhes é culturalmente estranha: os limites fixos, para territórios exclusivos, e que restringem movimentos de expansão. Nesse aprendizado, puderam contar com a chance de verificar um exemplo concreto de como isso funciona, num contexto de maior proximidade cultural, através de seu contato com os Waiãpi e da visita a limites fisicamente demarcados da Terra deste grupo indígena, também falante de uma língua Tupi, no Amapá. Essa experiência foi renovada, agora no seu próprio caso, com a realização da Expedição. Além do Erepecuru, do Urucuriana e do Cuminapanema, os Zo'é estiveram na embocadura de dois igarapés que circunscrevem o limite nordeste da proposta de Delimitação a ser apresentada pelo GT Zo'é: um afluente do Urucuriana, onde fixaram uma placa (N 0° 21' 30.0" / W 55° 34' 42.0"); e o outro afluente do Cuminapanema (S 0° 02' 26.8" / W 55° 25' 25.0").

O Erepecuru e o Cuminapanema, alguns quilômetros ao sul da confluência do segundo com o Kiã're, já faziam parte dos limites históricos da ocupação do grupo; mas o Urucuriana e todo o limite nordeste e leste, incorporados à proposta do GT, colocam para os Zo'é, além da questão conceitual de elaboração de novas noções de limites, possibilidades de ocupar espaços e ambientes cujo acesso tinha sido restrito ao longo da história do contato dos Zo'é com outros grupos indígenas da região - seus "inimigos".

Para tornar efetiva essa ocupação num prazo mais curto, a participação dos brancos tornou-se fator importante, especialmente no que diz respeito ao repasse de informações, aliado a uma política de contato que promova, tanto quanto possível, a autonomia zo'é, tornando, ao mesmo tempo, cada vez menor sua dependência frente à assistência à saúde e à satisfação de necessidades materiais surgidas no contexto do contato (lanternas, pilhas, facões, machado, etc.).

Uma evidência desse papel dos brancos está na maneira como os Zo'é vêm incorporando as pescarias no Erepecuru ao seu cotidiano, aproveitando os trabalhos de preparação da Expedição desde 94, e de manutenção da Base (da Frente de Atração) da Funai. Lembrando que ao norte da Base, com a abertura de roças como Poruruty (S 0° 06' 35" / W 55° 59' 00"), os pontos de pesca no Erepecuru são elementos da dinâmica zo'é de ocupação territorial, dando-se independentemente das ações dos funcionários da Funai. O Erepecuru, assim como os limites citados acima, são associados à ação territorial não-zo'é: da Funai num caso, dos "inimigos", no outro.

Além disso, também são frutos dessa relação as duas roças próximas ao Kiã're, sendo que uma tem sua história relacionada aos trabalhos de busca a dois homens que prestavam serviço à Funai na Área, essa região foi posteriormente apropriada, ocupada e usada como ponto de pesca, a roça é mais recente; a outra roça, também em fase de primeira derrubada, fica próxima ao acampamento da Expedição no Kiã're (S 0° 14' 06.6" / W 55° 39' 39.5").

Como os Zo'é estão claramente tirando proveito das atuais inserções dos "brancos" na região para sua própria experiência e história de ocupação territorial, a conduta futura desses seus "parceiros" em relação ao que viram durante a Expedição será um fator de peso para que esse trabalho não termine apenas com relatórios sobre evidências de ocupação indígena, revertendo efetiva e positivamente para os Zo'é, co-participes na sua realização.

8. Apêndice: Notas sobre as localizações dos pontos e medidas apresentadas neste relatório

O primeiro roteiro proposto para a Expedição, elaborado pelo sertanista Fiorello Parise, foi exaustivamente discutido até a chegada à Pista da CESBRA, quando ainda não se tinha idéia do quadro que seria encontrado no percurso. A partir desse ponto, as equipes cumpriram roteiros diferentes, conforme explicado nos outros itens do relatório. Por isso, na CESBRA, foram calculados , usando o mapa digitalizado na SUDAM com base na imagem radar, os três primeiros roteiros da II Etapa. No acampamento na Cachoeira Resplendor, no GPS de cada equipe, foram inseridos os pontos e rotas correspondentes a seus respectivos trabalhos, ficando o terceiro GPS com a "equipe voadeira".

Esses pontos serviriam de referência para os percursos, e logo no começo dos trabalhos verificou-se que havia desvios, causados por erros na cartografia e na montagem dos

conjuntos de mapas, e na imprecisão dos instrumentos utilizados. As equipes passaram, então, a trabalhar com a possibilidade desses erros, atentando não só para as medidas inseridas no aparelho, como comparando o que era observado no percurso ao que mostravam o mapa e a imagem acerca do relevo e da hidrografia.

Ao longo da execução de cada roteiro, as medidas tomadas in loco, usando o GPS, eram armazenadas na memória do aparelho, e são essas as medidas que aparecem neste relatório, e não aquelas calculadas e plotadas antes da realização dos roteiros. Com a continuidade da Expedição, a rotina de manipulação desses dados foi incorporada às atividades de cada dia, e não poderia ser diferente, tendo em vista a constante necessidade de modificar os roteiros, à medida que a falta de água assim o exigia. Além disso, sempre que necessário, os dados eram passados pelo rádio, o que acontecia quando as equipes precisavam ser localizadas no mapa e orientadas a refazer sua rota.

Finalmente, vale informar que a localização precisa dos pontos onde os vestígios foram localizados não pôde ser obtida com o GPS, em função de fatores como as limitações do equipamento sob densa cobertura vegetal.

//

PRIMEIRA PARTE

Dados Gerais e história

I.1. Os Zo'é: Informações básicas

Apresentamos, no que segue, informações básicas para a identificação cultural dos Zo'é, em acordo com critérios antropológicos, históricos e linguísticos. Outras informações referentes à história da ocupação, à organização social e ao uso do território encontram-se detalhadas nas partes subsequentes do Relatório.

I.1. 1. Auto-identificação, étnica, cosmológica e cultural

a) Auto-denominação

Os índios do Cuminapanema se reconhecem como Zo'é (1), que significa "nós", ou melhor: "gente como nós". Esta autodenominação apenas é utilizada quando surge a necessidade de explicitar sua diferença com relação aos não-índios, chamados *kirahi* (2), ou aos povos inimigos, *Apam* e *Tapy'yi*. São esses os únicos etnônimos utilizados pelo grupo.

O termo "Zo'é" é um classificador étnico ainda em construção, que os índios do Cuminapanema chegam a utilizar para designar para qualquer pessoa que aparenta ser "como" eles. Ao mesmo tempo, os Zo'é estão aprendendo a se pensar como "índios", na



¹ Os termos *Poturu* e *Poturudjara*, inicialmente utilizados pela FUNAI e pela MNTB para designar os Zo'é, referem-se somente ao tipo de madeira com que são confeccionados os adornos labiais *embe'po*. "*Poturu*" é o que respondiam os Zo'é quando alguém apontava para seus rostos, indagando um nome.

² Em algumas circunstâncias, diferenciam os *kirahi ete*, os "verdadeiros" *kirahi*, que não eram nem Zo'é nem inimigos e foram os primeiros representantes da população regional com quem travaram contatos esporádicos há várias décadas e os agentes com quem se relacionam agora, que são apenas *kirahi* ou *kirahi amõ* (outros *kirahi*, não-regionais).

relação que vêm mantendo, há muito pouco tempo, com agentes que só se relacionam com eles, por serem "índios".

b) A relação com outros povos

Os Zo'é se preocupam sobretudo em marcar sua diferença com algumas categorias de seres que ocupam as bordas de seu território: os inimigos e entidades sobrenaturais. Experiências antigas, sempre rememoradas, de encontros com esses "outros" ocupantes da região impõem limites ao trânsito nas áreas onde inimigos e seres perigosos deixam indícios de sua presença.

Como outros povos Tupi da Amazônia, os Zo'é não estabelecem assentamentos próximos a grandes cursos d'água, domínio de entidades sobrenaturais (*Moni, kiruwat*), capazes de agredir os que se aventuram sem cuidados perto de suas moradias. Há também, pela mata, figuras monstruosas (a onça de duas cabeças, cobra tucano, etc...), identificadas pelo cheiro; quando se suspeita sua presença numa determinada zona, os Zo'é evitam temporariamente de circular por ela.

Mas é a preocupação com a presença de inimigos que impõe, mais frequentemente, limites à livre circulação na região. Sintetizamos adiante (item 1.2) a história da ocupação no interflúvio Erepecuru/Cuminapanema, onde os Zo'é acomodaram seu domínio à presença de outros grupos, através de relacionamentos inicialmente pacíficos⁽³⁾, que se transformaram, depois, em conflitos⁽⁴⁾. Mudam-se os percursos e modos de percorrer a floresta, toda vez que alguém encontra sinais estranhos, atribuídos aos

³ Os Zo'e dizem ter obtido de seus inimigos a maior parte dos cultivares que existem em suas roças: abóbora, cará, quase todos os tipos de batata. Explicam que se relacionaram pacificamente com grupos que chamam *Tapy'yi*, mas que esta relação se degradou com raptos de mulheres. Inúmeras narrativas mostram que, quando os Zo'é recusaram dar suas esposas aos inimigos, mataram os infratores, que se distanciaram prometendo vingança. Desde então, os Zo'é fogem do rastro dos inimigos.

⁴ Os Zo'e distinguem duas categorias de inimigos: os *Apam*, canibais, moradores do oeste e os *Tapy'yi* que matam com bordunas e moram a leste. Consideram que os primeiros foram eliminados, mas que os segundos continuam vivendo, ao norte do Urucuriana e a leste do Kiã're.

inimigos, nas regiões que eles costumavam percorrer no passado e onde se supõe que eles possam voltar.

c) Um povo de tradição cultural Tupi-Guarani

Os Zo'é falam uma língua da família Tupi-Guarani e são monolíngues. Apenas alguns jovens estão aprendendo a entender a língua portuguesa e a se expressar, através de palavras soltas, na língua nacional.

Em função do isolamento e contato recente, a língua zo'é foi a última a ser incorporada na classificação linguística desta família Tupi. O parentesco genético da língua Zo'é foi estabelecido a partir de evidências lexicais e fonológicas, por Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (1996), a partir do modelo proposto por Aryon Rodrigues (1985) e que permite associar esta língua a um sub-conjunto desta família, que inclui as línguas faladas pelos Waiãpi (Amapá), Araweté, Asurini, Tembé (Pará) entre outros.

Juntamente à língua, os Zo'é compartilham com outros povos Tupi toda uma tradição comum, que inclui formas de pensamento e de organização social. Estudos antropológicos, que vêm sendo realizados junto aos Zo'é desde 1989, atestam uma grande similaridade entre as representações míticas deste povo e as dos Waiãpi, Arawete, Asurini (Viveiros de Castro, 1986, Gallois, 1995, 1996; Havt, 1997). Semelhanças que indicam uma possível origem comum, na região do baixo Xingu (Gallois, 1986).

Entre as tradições comuns a outros povos Tupi, cite-se, por exemplo, o ciclo mítico referente à re-criação da humanidade, após o dilúvio e o incêndio que destruíram a humanidade anterior; as tradições relativas à *Tupã*, um demiurgo responsável pelo trovão; a concepção de um universo composto de várias terras e céus superpostos; e, para citar apenas algumas práticas comuns, a importância dos rituais de purificação relacionados à fase menstrual e ao parto. Finalmente, como outros povos Tupi e Caribe da região, os Zo'é articulam sua organização social e sua territorialidade a partir dos movimentos dos diferentes grupos locais em que se esta sociedade se divide.

I. 1. 2. População atual

A sociedade zo'é divide-se, atualmente, em seis grupos locais. Em alguns períodos do ano, convivem nas mesmas aldeias e, em outros, estão dispersos nas áreas de concentração que lhes são próprias (ver adiante, item IV.2). Os grupos locais, portanto, não correspondem às aldeias, mas aos pátios que ocupam em cada aldeia. A vida social zo'é consiste na alternância entre aproximação e dispersão desses grupos pela área, em movimentos que são normatizados tanto pelas formas particulares de organização social como pelas formas de manejo dos recursos (ver, respectivamente, Segunda e Terceira Partes).

A população zo'é totalizava, em setembro de 1998, 178 pessoas. Este número corresponde aproximativamente à população estimada no início do processo de contato, em 1982, antes do alastramento de doenças que causaram baixas demográficas importantes (ver adiante, Quinta Parte, item.5). Apresentamos a seguir (Anexo 1) o último censo nominal, realizado em fevereiro de 1998, e comentários sobre a evolução demográfica nos últimos 15 anos, que indica uma clara tendência ao crescimento.

I.1.3. Situação atual de contato

Os Zo'é foram apresentados ao mundo em 1989, através de reportagens e de imagens da "pureza" deste povo e argumentavam pela sua "fragilidade". Entraram para a história como um dos últimos povos "intactos" na Amazônia" (ver Fontes, item II). Foi justamente por constituírem uma das raras etnias ainda "não atingidas" nem pela palavra de deus, nem pela política governamental de assistência aos índios, que a MNTB se instalou no Cuminapanema em 1982 e levou cinco anos para "pacificar" os Zo'é. Entre 1987 e 1991, esta missão evangélica controlou sozinha o processo de acomodação dos Zo'é a esta nova situação, até a FUNAI assumir a área.

Assim, foi apenas nesta última década que os Zo'e passaram a experimentar um conjunto de impactos que historicamente atingiram as sociedades indígenas na Amazônia: aparição de novas doenças, introdução de tecnologias de alto impacto e conseqüente atração em torno de postos de assistência, cuja localização em determinados pontos do território atendia aos interesses das agências.

Em muitos aspectos, esta situação apresenta similitudes com a dos outros 50 grupos isolados e recém-contactados que existem na Amazônia:

- Apesar do discurso das agências, o "contato" que elas estabeleceram com os Zo'é nos anos 80 não foi o ponto zero: há pelo menos 80 anos, os Zo'é tem tido experiências de convivência com não-índios.
- A ocupação histórica dos Zo'e, no inteflúvio Erepecuru / Cuminapanema, configura uma área de refúgio, onde procuraram manter-se afastados tanto dos povos indígenas vizinhos, seus inimigos, quanto dos núcleos de ocupação de remanescentes de quilombolas, ao sudoeste da área.
- A tradição oral atesta que foi no processo recente de contato (1982/90) que os Zo'é sofreram as baixas demográficas mais drásticas, decorrentes da propagação de doenças antes desconhecidas.
- Devido às difíceis condições de acesso e à inexistência de programas estaduais ou federais de desenvolvimento econômico na região norte do Pará, a área continua ambientalmente e culturalmente preservada. Não existe, no momento, nenhuma ocupação não-indígena no perímetro da área proposta.
- Até o momento, a proteção do habitat dos Zo'é só conta com uma garantia jurídica precária: a interdição, para fins de contato da A.I. Cuminapanema / Urucuriana, pela Port.FUNAI/PP/4098 (DOU 21/01/88).

A política de isolamento, que os agentes responsáveis pela assistência implantaram nesta área indígena, não impediu um série de adaptações inevitáveis, decorrentes do convívio dos índios recém-contactados com os postos de assistência: sedentarização,

novo sistema de trocas, contaminação, etc... Como sempre é verificado, na perspectiva dos índios, o foco das relações com o posto é a obtenção de objetos e o acesso à técnicas novas. Mas, como se verá adiante, os aspectos positivos da assistência continuada fornecida pela FUNAI já se fazem sentir no crescimento da população e na conseqüente expansão territorial, que continua sendo realizada segundo ritmos de ocupação e exploração de recursos próprios e segundo seus modos de organização tradicional.

Por todas estas razões, consideramos que as transformações que a convivência permanente com postos e agentes de contato representa para os Zo'é, devam ser compensadas, como garante a Constituição Federal, pela regularização fundiária de seu território. Especialmente porque a FUNAI conseguiu antecipar suas intervenções ao convívio mais intenso dos índios com frentes de ocupação regional. Como não há nenhum conflito de posse pela terra dos Zo'é, será oportuno concluir rapidamente a regularização fundiária da terra indígena.

I. 2. Movimentos históricos de ocupação e contato

Apresentação

Descrevemos, a seguir, alguns movimentos históricos que moldaram a ocupação indígena na região. Serão abordados através da sequência de encontros que os Zo'é mantiveram com grupos indígenas e não-indígenas, desde sua provável região de origem até a área onde vivem hoje, distinguindo três períodos. Cada um corresponde a uma dinâmica de mobilidade territorial, com impactos diferenciados na vida dos Zo'é.

- a origem da presença zo'é nesta área, sobre a qual existem hipóteses mas poucas referências documentais;
- um período em que a ocupação da área pelos Zo'é se molda à presença de outros grupos indígenas e de encontros com representantes das frentes pioneiras;

corresponde grosso modo ao intervalo entre 1870 e 1970, quando eventos contados pelos Zo'é podem ser comparados a algumas referências historiográficas;

- os últimos 30 anos, que representaram a experiência nova da atração rumo à convivência com postos de assistência, com impactos em sua mobilidade territorial.

A análise dos dois últimos períodos parte da perspectiva dos Zo'é - numa periodização que eles mesmos nos forneceram - e se completa pela justaposição de fontes historiográficas, cujo aporte é limitado (ver, síntese apresentada no Anexo 3), mas permite caracterizar os interesses e o tipo de relações que as frentes pioneiras mais recentes estabeleceram com os índios da região.

1.2.1. Origem mítica e hipótese sobre a presença zo'é na região

Como estabelece a etnografia regional ⁽⁵⁾, a área onde vivem os Zo'é é considerada habitat de povos Caribe, que ocupam quase ininterruptamente as terras firmes do planalto das Guianas. Os únicas enclaves não-Caribe são os Zo'é e, no Amapá, os Waiãpi ⁽⁶⁾, dois povos falantes de língua Tupi-Guarani, aparentados aos grupos da mesma família linguística que vivem até hoje na região do médio Xingu, sul do Pará.

As fontes disponíveis sobre a região norte do Pará não trazem informações suficientes para confirmar a migração dos Zo'é até seu habitat atual. Mas é certo que este povo têm sua origem ao sul da área atual. Esta é a direção que eles indicam quando são indagados sobre sua procedência histórica. A localização de antepassados remotos não interessa muito aos Zo'é, que concebem esta origem na forma de um ciclo de sucessivas re-criações da humanidade.

a) O mito de criação já menciona a existência dos *kirahi*

Se os Zo'é - como outros povos Tupi - não dão muita importância à localização de seus antepassados longínquos, eles tampouco se preocupam em estabelecer um "começo"

⁵ Em particular Steward, 1948, Nimuendajú, 1945, 1948 e Frikel 1958.

na história da humanidade. Seu mito de origem descreve a re-criação da humanidade por um herói que surge para intermediar, naquele momento, a relação entre grupos e seres distintos e para recolocar “em pé” os Zo'é. Essas narrativas contam os feitos de *Nipuhan*, que chega do sul e sobrevive ao cataclisma; na paisagem desolada de uma terra destruída pelo dilúvio e pelo fogo, ele refaz a humanidade, juntando os ossos dos que haviam perecido, “engolidos” pelo dilúvio. Nas narrativas relativas a este episódio, semelhantes a outras tradições Tupi-Guarani, os Zo'é atribuem ao herói criador saberes e poder característicos dos *kirahi* (7).

Como sempre ocorre na tradição oral das sociedades indígenas que mantêm contatos antigos com a população regional, a presença de não-índios acaba sendo integrada ao tempo mítico. Os Zo'é não questionam nem a origem, nem os movimentos dos *kirahi* ou dos povos inimigos: eles, simplesmente, sempre existiriam (8). A mitologia zo'é não sustenta uma relação de exclusividade entre este povo e seu território (9). A ausência de preocupação com a base territorial, na origem dos tempos, é atestada em outras cosmologias Tupi e pode estar relacionada ao amplo movimento de migrações que estes povos empreenderam, em várias direções e épocas (10). Se os Zo'é também chegam à sua atual área de ocupação, como resultado de uma migração, é necessário adiantar uma hipótese que procura dar conta de seus movimentos nos últimos dois séculos.

⁶ No caso dos Waiãpi, a documentação permitiu a reconstituição da migração que este povo empreendeu no século XVIII até o Amapá e a Guiana Francesa (Gallois, 1986).

⁷ Vale ressaltar que os Zo'é consideram *Nipuhan* como um *kirahi*. Após sua façanha na recriação dos Zo'é, ele volta a sua origem, no sul e é por este motivo que os índios costumam perguntar a todos os visitantes se conhecem seu paradeiro, ou se o encontraram. Ele é descrito usando roupas, escrevendo, usando canoa com motor, gravador, injeções e ferramentas diversas. Como é comum na elipse temporal que o mito efetua, os Zo'e atualizam suas tradições com ingredientes extraídos da atual situação de contato.

⁸ Os Zo'é afirmam que, quando *Nipuhan* recriou a humanidade, não precisou refazer os brancos, que não haviam sido engolidos pelo dilúvio: os brancos já existiam, mas estavam longe, “na borda da terra”, ao sul. Uma série de elementos históricos são agregados ao mito, associando o evento da recriação a contatos intertribais e interétnicos: o fogo que destruiu a terra (antes do dilúvio) foi provocado por inimigos *Tapy'yi si*, habitantes do leste; para alcançar as ossadas dos humanos destruídos pelo dilúvio, o herói vêm do sul. Chega flutuando em um recipiente típico dos brancos: um carote de gasolina, ou uma cuia em forma de canoa. Depois, cada um volta a ocupar seu espaço: os brancos ficam no sul, os Zo'e nas montanhas, longe dos rios, os inimigos a leste.

⁹ Cfr. Carneiro da Cunha & Viveiros de Castro, 1985.

¹⁰ Cfr. Métraux, 1927.

b) Hipótese para a origem dos Zo'é

Consideramos que a atual localização do grupo, numa área central e montanhosa do interflúvio Erepecuru / *Kiã're* corresponde a uma posição de refúgio, relativamente recente, onde os Zo'é instalaram seu domínio, após uma série de conflitos com os ocupantes originários. Desde que as tradições dos Zo'é não informam sobre o percurso de seus antepassados, antes desses conflitos, a hipótese de uma origem a leste é apenas uma conjectura nossa, que deverá ser comprovada com apoio de outras fontes, em particular, dados lingüísticos. Nossa hipótese apoia-se numa série de referências a um grupo de língua Tupi, os *Apamã*, que foram aldeados no final do século XVIII nas missões que fundaram a atual cidade de Almeirim. As fontes indicam que parte do grupo se distancia dos aldeamentos, no século XIX ⁽¹¹⁾. Em 1944, o Pe. Krause menciona informações dos Aparai a respeito da presença de um grupo de língua Tupi no curso médio do rio Maicuru ⁽¹²⁾. É provável que sejam um sub-grupo zo'é. Se não permaneceram no Maicuru e seguiram rumo a oeste, até a área de refúgio onde vivem hoje, é porque aquela bacia era ocupada pelos Aparai, que podem ser identificados aos inimigos *Tapy'yi* (Frikel, 1958 e Rauschert, 1981).

Como, até o momento, não dispomos de indícios cronológicos mais precisos sobre a origem e/ou migração do grupo, só podemos descrever o processo histórico de ocupação de seu território, a partir de suas próprias tradições.

1.2.2. Os Zo'é moldam sua ocupação à relação com inimigos e com frentes de ocupação não-indígena na região

A seguir, sintetizamos a seqüência de eventos que os Zo'é nos indicaram enquanto um referencial cronológico ⁽¹³⁾ de sua história de contato com não-zo'é. Configuram uma

¹¹ Para informações sobre o grupo *Apamã*, ver Anexo 3, no final desta Primeira Parte.

¹² Outra hipótese para a identificação do grupo Tupi mencionado no Maicuru, é a separação de um grupo local zo'é (história de *Kunamiju*, cfr. item 3 adiante) que atravessou o igarapé *Kiã're* há cerca de 60 anos, possivelmente por percursos já conhecidos dos Zo'é, rumo ao Curuá e o Maicuru.

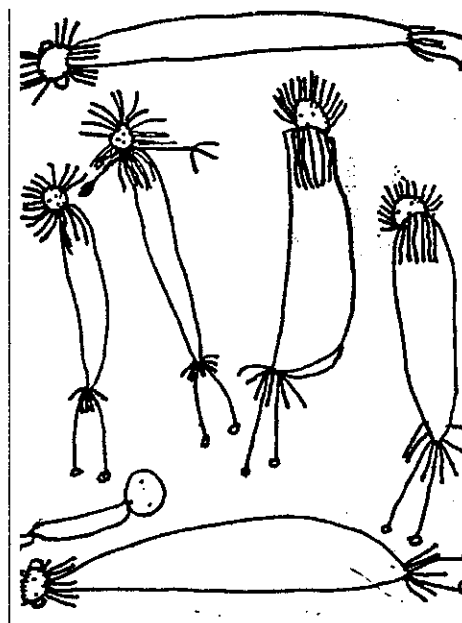
¹³ São acontecimentos que a tradição oral privilegia e que foram narrados por vários indivíduos, mantendo praticamente idêntica a seqüência dos acontecimentos (cfr. D.T.Gallois, 1995 e 1996).

série de conflitos que parecem ter tido impactos significativos na ocupação da área. Deve corresponder a um período de cerca de 90 a 100 anos, durante o qual os Zo'é adequaram sua ocupação à presença de agressores. De fato, nesse período, o relacionamento com os grupos inimigos e com os *kirahi* e'e (14) é rememorado como uma série de raptos. O movimento territorial dos Zo'é no período correspondeu a duas reações opostas. Enquanto os lugares frequentados por inimigos eram abandonados - e continuam sendo, até certo ponto, evitados - os Zo'é declaram que sempre procuraram reencontrar os sinais e as trilhas dos *kirahi*.

É nesta sequência de contatos que os Zo'é moldaram os limites da área que continuam ocupando até agora. O período aqui considerado termina nos anos 70, quando a relação se inverte: são os Zo'é que passam a ser alvo de frentes de atração.

a) Trocas e conflitos com inimigos Tapy'yi

As relações com inimigos identificados como *Tapy'yi* foram inicialmente intercâmbios pacíficos que se transformaram, há cerca de 60 anos (15), em relações conflituosas. Tudo indica que esses *Tapy'yi* sejam diferentes grupos de língua Caribe, entre eles os Tiriyo (16), ao norte, e os Aparai, a leste, onde a presença destes índios é atestada até o final dos anos 50 (Raushert, 1981). A referência aos *Tapy'yi si* (claros) no mito de origem indica que sempre estiveram em contato com povos inimigos. Hoje, a existência dos *Tapy'yi* continua moldando as formas de ocupação zo'é, mesmo não tendo ocorrido nenhum encontro com inimigos



¹⁴ Os "verdadeiros" *kirahi*, como são designados os primeiros não-índios com quem os Zo'é se relacionaram, e que consideram totalmente distintos dos que irromperam mais recentemente em sua área, cuja característica é, ao contrário dos primeiros, a "fala boa".

¹⁵ Este cálculo, assim como a data das aldeias frequentadas por não-índios, em tempos mais recentes, foi estabelecida a partir da idade relativa dos testemunhos que são, hoje, os anciões da comunidade.

¹⁶ Quando viram imagens dos Zo'é, alguns Tiriyo lembraram histórias de seus antepassados, casados com mulheres deste grupo (D.Fajardo Grupioni, ip.1996).

nos últimos 40 anos. A memória de suas agressões é lembrada a cada sinal estranho nas matas onde eles costumavam aparecer. Evita-se frequentar áreas onde os Zo'é "sentem o cheiro" dos inimigos. A aparência dos *Tapy'yi* é bastante homogênea nas descrições e contrasta com a estética zo'é: usam os cabelos soltos, pintam o rosto com urucum e têm órgãos sexuais desmesurados (porque não amarrados, como fazem os Zo'é).

De um conjunto extenso de eventos narrados a respeito desses inimigos, dois momentos são importantes. O primeiro, porque os Zo'é lhes atribuem a origem de uma boa parte dos cultivares que eles plantam até hoje (certos tipos de mandioca brava e banana, cará, pimenta, algodão e outros). Na época em que tiveram acesso a esses produtos, dizem que também realizavam intercâmbios matrimoniais. Os Zo'é dizem que seus ancestrais nunca precisaram ir até as aldeias dos inimigos, pois eram os *Tapy'yi* que sempre vinham visitá-los. A referência à obtenção de cultivares é importante, quando colocada em paralelo às afirmações segundo as quais muitas aldeias do centro da área Zo'é eram "terra de inimigo". Como os Zo'é se fixam na área, acabam por entrar em conflito com os ocupantes anteriores. A iniciativa das agressões é sempre atribuída aos inimigos, que vinham raptar mulheres e matar os homens, arremessando pesadas clavas em suas cabeças.

b) Castanheiros raptam mulheres zo'é: a história de Raru

Na sequência dos raptos efetuados pelos *Tapy'yi*, os Zo'é tiveram suas mulheres levadas por *kirahi*, identificados como castanheiros. Quando se referem a esse período, enumeram-se longas listas de pessoas, entre mulheres e crianças, que desapareceram. A história de *Raru* ⁽¹⁷⁾ condensa esta experiência. Era uma mulher zo'é que viveu com

¹⁷ Os relatos sobre raptos costumam reproduzir diálogos significativos da aproximação entre os índios e os castanheiros: tomam evidente que os índios se aproximavam para trocar mercadorias e sempre acabaram surpreendidos pela reação dos castanheiros, que além de não oferecer os bens desejados, acabavam "levando" membros do grupo. *Raru* é a única que voltou, entre cerca de 30 pessoas, entre adultos e crianças, que os Zo'é lembram terem sido raptadas. Ela estava grávida, havia deixado seu marido e acompanhou os brancos levando seu filho; junto com ela, seguiram vários rapazes que iam "casar com moças *kirahi*". Quando *Raru* e um de seus filhos voltaram, o esposo *kirahi* que vinha com ela morreu no caminho. De acordo com os narradores, ela voltou sem o adorno labial, ostentando uma "costura" no beijo. Ela viveu muito tempo entre os brancos, dormindo todos os dias com um homem diferente, fazendo farinha e preparando

os *kirahi*, viu o rio Amazonas e Santarém e, depois de quase duas décadas, voltou à sua aldeia. Ao contrário dos episódios mais antigos, este ocorreu no *Kiã're*, formador do Cuminapanema. Os indivíduos raptados eram sobretudo da aldeia *Iv'ara*, situada na porção nordeste do território zo'é.

A reação foi um encolhimento do grupo, que se distanciou da bacia do Cuminapanema, por onde circulavam os castanheiros; os Zo'é iniciaram um movimento no sentido oposto, para "procurar" os *kirahi* na direção do Erepecuru, onde ocorreram efetivamente a maior parte das experiências mais recentes de contato. Na verdade, os Zo'é nunca ocuparam sistematicamente as margens pantanosas do médio *Kiã're*, uma zona considerada imprópria à implantação de aldeias e também marcada por uma sucessão de experiências negativas: o rapto do grupo de *Raru*, novos conflitos com inimigos, além de conflitos internos.

c) Conflitos com inimigos Apam

Um outro conjunto de narrativas refere-se a conflitos com inimigos *Apam*, que os Zo'é descrevem como canibais e sempre localizam a oeste (nas margens do Erepecuru e seus afluentes, especialmente o igarapé Pupuruni, chamado *Apã rupa*, a moradia dos canibais). São considerados extintos, porque nunca mais encontraram seus rastros.

Esses inimigos usavam pintura corporal preta e cabelos muito compridos⁽¹⁸⁾. Quando falam desses inimigos, os Zo'é sempre citam a história de *Waitxyt*, que foi morto, levado e comido pelos *Apam*. Não era a primeira vez que acontecia, mas se esta morte é lembrada é sobretudo porque ela foi vingada pelos *kirahi* e' e. Contam que os parentes

comida para eles. A descrição que ela fez do "parana", ou rio Amazonas, como sendo a borda da terra, continua fixada nas representações dos atuais Zo'é (cfr. Gallois, 1996).

¹⁸ É praticamente impossível identificar quem seriam os *Apam*. É provável que sejam os Tunayana, mencionados pelos viajantes do final do século passado e pela expedição Rondon, na margem esquerda do médio Erepecuru (desde a cachoeira Torino até a da Paciência, num trecho que abrange a boca do Pupuruni) ou seriam os Pianokoto (um dos grupos formadores da atual etnia Tiriyo) com os quais os quilombolas mantinham relações conflituosas, segundo as mesmas fontes (Souza, 1946; Oliveira, 1925). Os atuais remanescentes dos quilombos do Erepecuru, visitados pela equipe do GT confirmam conflitos com índios habitantes do curso médio, cuja descrição corresponde ao padrão dos povos Caribe da região (Havt, ip. 1997).

do rapaz foram avisar *kirahi* que viviam naquela área e estes organizam uma expedição punitiva. Cercam a casa dos *Apam* e a incendiaram. Todos morreram.

Esses relatos informam que os Zo' é mantinham relacionamentos com moradores não-índios do Erepecuru. A aldeia de *Waitxyt* era, na verdade, um acampamento de *kirahi*, para atividades extrativistas. Era situada no alto *Pupuruni*, afluente do Erepecuru. Dizem que, após este acontecimento, esses *kirahi* se retiraram rio abaixo (19). Muitos Zo' é continuam frequentando aquela área e nos mostraram, em deslocamentos por esta zona, capoeiras dos *Apam* e dos *kirahi*.

A expedição punitiva registrada na tradição zo' é confere aos *kirahi* um papel "protetor", uma característica que foi reatualizada nas experiências recentes de encontro com a MNTB e a FUNAI.

d) Dissensões internas e a fuga de *Kunamiju*

Movimentos territoriais e impedimentos à ocupação de certas zonas da área surgem novamente num período mais recente, há cerca de 60 anos. Desta vez, resultam de conflitos internos ao grupo local de *Ivi'ara*. O dissidente, chamado *Kunamiju*, e seus familiares abandonam suas duas aldeias (*Parakaruty* e *Ihieaku*) e partem em direção ao leste. Atravessam inclusive o *Kiã're*. Durante um certo tempo, alguns indivíduos continuam fazendo a ponte entre o novo assentamento dos dissidentes, conhecido como *Tetan*, na margem oposta do *Kiã're* e a zona de *Ivi'ara*, onde tinha ocorrido o conflito. Mas acabaram perdendo a pista daqueles que se foram e nunca voltaram (20).

e) Outros encontros com *kirahi*, ou a história de "Capitão"

Na sequência dos raptos de mulheres zo' é por castanheiros, a tradição menciona outra agressão dos *kirahi*, lembrada na história de um menino, filho de *Wiehere kiauru*, que

¹⁹ Informação confirmada pelos quilombolas, em depoimentos à equipe de Rondon (Oliveira, 1925)

²⁰ No início de nossa pesquisa e por ocasião da viagem que alguns Zo' é fizeram de avião, nessa direção, rumo ao Amapá, perguntam insistentemente se nós, ou outros *kirahi*, teriam encontrado os descendentes do grupo de *Kunamiju*. Nenhuma evidência foi encontrada nos sobrevôos e caminhadas realizadas durante o GT e nunca ouvimos falar de sinais deste grupo.

foi morto por um indivíduo chamado "Capitão". Para se vingar, os Zo'é atacaram o grupo de forasteiros (21). O incidente ocorreu numa das aldeias do grupo de *Dyby uhu*, as mais próximas do Erepecuru cujos moradores mantinham relações frequentes com *kirahi* que viviam naquele rio. Conta-se que na época, algumas famílias zo'é haviam seguido os não-índios rumo ao "parana" (curso baixo do rio ou rio Amazonas propriamente dito) e não voltaram. Assim, as relações instauradas com regionais no tempo de *Raru* prosseguiram por muitas décadas. Os Zo'é falam inclusive de intercâmbios matrimoniais, que certamente explicam certos fenótipos compostos de raça negra, visíveis na atual população zo'é.

f) A presença contínua dos Tapy'yi, a leste

A última série de eventos que modificaram a ocupação zo'é, ainda na fase histórica de conflitos com inimigos e raptos por parte de *kirahi*, diz respeito, novamente, à presença de *Tapy'yi* nas bordas da área ocupada pelos Zo'é. É o episódio mais recente de encontro com sinais de inimigos. Foi testemunhado por pessoas que ainda vivem e que, quando eram crianças, encontraram sinais de presença de inimigos (redes, fogos em acampamento tipicamente indígena) bem perto de uma zona freqüentada para pescaria e caçadas, entre o *Tarãrin* e o *Kiã're*. Com medo de encontrar novamente os *Tapy'yi*, os Zo'é deixaram de circular nesta zona alagada à beira do *Kiã're* até bem pouco tempo, quando voltaram a circular por ali, junto com membros da FUNAI.

g) Gateiros se aproximam das aldeias

Como todas as áreas indígenas da Amazônia, no final dos anos 60 e início dos 70, a área de ocupação zo'é passa a ser percorrida por caçadores de felinos, conhecidos como "gateiros". Os Zo'é encontravam suas trilhas, gaiolas, ferramentas abandonadas, restos de acampamentos. A maioria dos contatos no período foram indiretos, ou, como dizem os Zo'é "sem carne". Ocorreram, principalmente, às margens do Erepecuru e no

²¹ Os Zo'é sempre mencionam que seus antepassados se impressionaram com a resistência do agressor, que não caía debaixo das flechadas, por usar uma proteção que parecia pedra. Só morreu com uma flechada no rosto.

seu afluente *Pupuruni*. Os homens mais velhos do grupo enumeram vários locais onde encontraram "sinais" de *kirahi*. Esses sinais eram procurados, porém ninguém ficava nos locais por muito tempo, por receio de encontrar os inimigos "canibais" *Apam*.

Os Zo'é explicam que, pouco a pouco, sinais de *kirahi* voltaram também a aparecer no *Kiã're*, onde vários homens ainda vivos chegaram a trocar palavras com os forasteiros que, habitualmente, corriam com medo. Nesta fase, os *kirahi* já não causavam medo: "só andavam, fediam e deixavam algumas ferramentas". A frequência desses encontros aumentou até a intrusão da MNTB, em 1982.

I.2.3. A experiência da atração em torno de postos, nos últimos 20 anos

Nos relatos dos Zo'é, a presença mais recente de não-índios em seu território fixou-se enquanto uma cronologia dos "barulhos". Inicialmente, motores de popa que subiam os rios, depois, aviões e helicópteros que sobrevoaram as aldeias, em seguida o barulho das motosserras, quando os missionários iniciaram a derrubada da pista da Base. Os Zo'é explicam que, a partir do momento em que esses sinais e barulhos representaram a possível obtenção de mercadorias, eles sempre partiram em busca de seus autores.

É assim que se inicia uma nova etapa de sua história: a atração para a convivência com agências de contato. Diga-se de passagem que, até hoje, o barulho de um avião chegando à pista de *Keijã* é capaz de mobilizar famílias que vivem em aldeias distantes a se precipitar ao Posto, para "ver" o avião e seus ocupantes, de quem esperam obter bens e informações sobre as "bordas do mundo" (22). Essas informações, como veremos na cronologia que segue, só começam a ser obtidas há bem pouco tempo.

²² Até bem pouco tempo, a principal frustração dos Zo'é era a de não poder embarcar nesses aviões, para conhecer os lugares de origem de seus visitantes. Foram atendidos em 1996, quando alguns deles visitaram a T.I. Waiãpi, no Amapá. Antes disso, sua relação ao mundo de fora estava limitada às informações passadas pelas agências assistencialistas que se instalaram na área.

a) Em 1975, helicóptero do IDESP lança roupa sobre a aldeia Keijã

Enquanto os Zo'ê vinham, desde os anos 60, obtendo ocasionalmente peças de roupa e ferramentas deixadas por forasteiros nas margens do Erepecuru, ou mesmo em suas aldeias, eles foram surpreendidos por visitas mais espetaculares: helicópteros e aviões que vieram lhes oferecer esses desejados bens, caídos do céu.

O primeiro apareceu em 1975, quando um helicóptero despejou embrulhos com roupa e outros objetos sobre a aldeia principal. De acordo com os Zo'ê, todos se assustaram e os homens tentaram flechar o helicóptero, que se distanciou, mas acabou voltando para lançar os pacotes com roupas vermelhas. A primeira reação dos índios foi enterrar ou queimar todas essas coisas. Mas acabaram resgatando as roupas²³, que utilizaram, como fazem até hoje, como vestes ou desfiadas para amarrações de flechas.

Tratava-se da equipe do IDESP, que estava realizando pesquisa mineral para a SUDAM. Quando descobriu uma aldeia, num primeiro voo, o IDESP entrou em contato com a ADR FUNAI em Belém (24) e decidiu interromper a pesquisa na área (25). Em vôos seguintes, de avião (rumo à pista do Marapi, onde o IDESP tinha uma base), o pessoal do IDESP constatou a existência de 3 outras aldeias, além da central (*Zawarakiäven e Keijã*), vista no primeiro voo.

Os Zo'ê, hoje, distinguem claramente o propósito desta primeira visita de um helicóptero das que a sucederam. Enviar presentes pelo céu, ou não, e quais presentes, são marcos que diferenciam os *kirahi* (26). Obviamente, após esta experiência, esses bens

²³ Os relatos de encontros com gateiros e castanheiros (ver acima), detalham sempre as vestes que os forasteiros usavam e o espanto dos índios quando estes se recusavam a distribuí-las. Após a vinda do primeiro helicóptero, os Zo'ê deram ênfase a este item, como dívida obrigatória dos *kirahi*. Oferecer *dybo* (roupa, ou fio de algodão) se tomou, por um tempo, o elemento marcante de uma boa relação com eles.

²⁴ No mesmo ano, a Funai designou dois sertanistas para acompanhar a situação na área (Otávio Canguçu e Arnaldo Perez) mas estes não realizaram nenhum reconhecimento in loco.

²⁵ Tratava-se de um mapeamento e pesquisa mineral para o Projeto Curuá-Cuminapanema, dentro das atividades do Polamazônia, em convênio com a SUDAM. A diretoria do IDESP excluiu do levantamento, realizado entre 1975 e 80, uma área de 60 km de extensão entre os rios Erepecuru e Cuminapanema, devido à presença dos índios. Na época, o IDESP resolveu não divulgar o caso à imprensa. Mas quando a Funai noticiou, em 1989, a "descoberta" dos índios do Cuminapanema, o pesquisador Otávio Chaves reivindicou a descoberta do grupo isolado (O Liberal, 02.06.89).

²⁶ A interrupção dos lançamentos representa um marco: o helicóptero que transportava a equipe da Funai em 1989 não lançou nada e é assim que é rememorada a entrada desses novos *kirahi*.

passaram a ser não apenas aceitos como procurados. O movimento dos Zo'é ia, então, ao encontro da política de atração que a MNTB iniciou pouco depois.

b) Após cinco anos de “sedução”, os Zo'é aceitam o contato com a MNTB

A efetivação do contato foi uma iniciativa da missão evangélica fundamentalista New Tribes, que pode ser acompanhada no noticiário que esta instituição, com sede nos EUA, publicou em seus boletins (27), entre 1982 e 1992. A etapa inicial da “atração” dos Zo'é envolveu uma equipe de cerca de 12 missionários, entre americanos ligados à sede e brasileiros da sucursal MNTB. Na segunda etapa, após a consolidação do contato em 1987, a responsabilidade da base foi estrategicamente transferida à sucursal da missão no Brasil.

O desconhecimento que o órgão indigenista oficial tinha daquela região era o cenário ideal para os propósitos da missão: os índios estavam isolados e a FUNAI não estava interessada nem em realizar o contato, nem em controlar a área. Os missionários decidiram iniciar procedimentos para atrair os índios a partir de 1981. Pesquisaram criteriosamente, com os moradores das cidades próximas e em sobrevôos, a localização e os movimentos do grupo. Tudo indica que não foi fácil atraí-los: consta do noticiário divulgado pela missão que os Zo'é reagiam violentamente às aproximações dos missionários (BG, Jul/93: 4). Os índios confirmam que reagiam à aproximação desses desconhecidos. Após um primeiro contato, muito rápido, em 1982, a MNTB avisou a FUNAI e se lançou na implantação de uma base na selva, distante das aldeias dos “arredios”. Uma campanha bem orientada sobre a rara oportunidade de atingir um povo totalmente alheio à palavra de Deus, rendeu-lhes rapidamente o apoio de igrejas locais, nos EUA e no Brasil.

Quando concluíram sua base, chamada “Esperança”, realizaram expedições sistemáticas para contactar os índios, usando técnicas semelhantes às das frentes do

²⁷ Ver o noticiário das revistas *Brown Gold* e *Sem Fronteiras*, citadas em Gallois & Grupioni, 1995.

SPI e da FUNAI. Seduziam os índios com presentes lançados por avião ⁽²⁸⁾ ou dependurados em tapiris, nos caminhos das aldeias. Mas foi somente após quatro anos de tentativas e contatos “relâmpagos”, que eles foram aceitos ao convívio dos Zo'é.

Entre 1982 e 1987, os missionários estiveram várias vezes em acampamentos ou aldeias dos Zo'é, mas ficavam pouco tempo. Entre 1985 e 1987, chegaram a ficar até três dias na aldeia principal. Segundo os Zo'é, muitas pessoas ficavam doentes na seqüência dessas visitas. Como os missionários demoravam meses para voltar, as pessoas doentes acabavam morrendo. Um censo genealógico minucioso que realizamos durante nossas estadias entre 1989 e 1992, registrando *causas-mortis* registra que cerca de 35 Zo'é faleceram de doenças pulmonares propagadas no bojo dessas idas e vindas “relâmpago” dos missionários (ver adiante, Quinta Parte, item 5).

E os Zo'é explicam que foi em busca do local de origem deste e de outros males, que iniciaram um deslocamento coletivo rumo ao sul, de onde vinha o “sopro condutor” da doença. E, assim, chegaram à Base “Esperança” em outubro de 1987, data “oficial” do contato, segundo a MNTB.

A partir de então, e nos cinco anos seguintes, os missionários concentraram suas atividades em fixar as famílias que vinham se instalar na Base. Alegavam falta de tempo para atender as aldeias distantes, onde só faziam incursões muito rápidas. Conseguiram, assim, atrair quase a metade da população na base, que foi rebatizada pelos Zo'é como *Rui Rupa*, a “aldeia de Luís”, um dos missionários. Ali, eles obtinham como retribuição ao seu trabalho (na limpeza da pista de pouso, nas seções de registro linguístico) ou como fruto de furtos sistemáticos, objetos disputados no sistema formal de trocas inter-comunitárias. Mas a missão ainda estava na primeira etapa de seu trabalho, preparatório à evangelização dos índios ⁽²⁹⁾, quando a FUNAI retirou, em 1991, toda a equipe da área.

²⁸ Por volta de 1982-83, o avião da MNTB lançou ferramentas em cima da aldeia *Kaporuhu*: era o início da fase de atração que depois prosseguiu com a instalação de “tapiris de presentes” na mata. O despejo de presentes continuou, até 1987 aproximadamente, com lançamentos de ferramentas sobre a aldeia *Keijã*.

²⁹ O objetivo da atuação da MNTB estava pautado em três etapas, que nos foram descritas pelos missionários: após o domínio completo da língua (fase 1), iniciariam a alfabetização (fase 2) e, através da tradução de textos bíblicos, iniciariam a transmissão da palavra de deus (fase 3). Na primeira fase, os missionários admitiam que deveriam priorizar

c) A FUNAI assume o controle da área, em 1991

A FUNAI tinha conhecimento da existência de um grupo isolado na região do Cuminapanema desde os anos 70. Na época da abertura da Perimetral Norte, planejou-se inclusive uma expedição de contato (cfr. Port. COAMA de 25.06.76, que cria o Posto Indígena de Atração Cuminapanema), mas a interrupção dos trabalhos da estrada inviabilizam o repasse de verbas necessárias para a frente de atração.

Quando a MNTB informou, em 1982, o encontro com os índios isolados, diferentes setores da FUNAI reagiram de maneira desconexa e a situação no Cuminapanema deixou de ser assunto prioritário por muitos anos. No convênio que assinou com a MNTB em 1988, a FUNAI se limitou a proibir a atividade da missão entre índios isolados. A MNTB continuou seu trabalho na ilegalidade por vários anos, mas enviando ocasionalmente à FUNAI, relatórios de suas atividades no Cuminapanema.

A primeira providência concreta tomada pela FUNAI para a proteção do grupo isolado só é tomada em 1987, na sequência de um importante encontro de sertanistas do órgão para planejar o trabalho junto a grupos isolados e estabelecer o instrumental normativo apropriado. A nova Coordenadoria de Índios Isolados / CII-FUNAI toma, então, a iniciativa de proteger o território do grupo "Poturu" e interdita (Port. PP-4098 de 30.12.87) a Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana, para efeito de "segurança, garantia de vida e do bem estar dos índios". Os limites e a superfície desta área, num total de 2.059.700 ha, foram estabelecidos em gabinete, sem nenhum dado concreto a respeito da localização do grupo indígena, até então praticamente desconhecido, salvo as poucas informações que a MNTB fornecia em seus relatórios.

Mais um ano se passa sem que a CII/FUNAI obtenha a verba necessária para se fazer presente na área. Em janeiro de 1989, a MNTB alerta a FUNAI sobre a precária

questões relacionadas à saúde e à economia, mas sempre enfatizando que esta não era a meta prioritária. O pronunciamento que o missionário americano Paul Nagell realizou diante das câmaras da Rede Globo confirma que, se eles apoiam "materialmente" os índios, a MNTB tem como fundamental objetivo supri-los em termos "espirituais". Se os

situação de saúde dos índios. O então coordenador da CII, Sidney Possuelo, consegue apoio da imprensa e, desta forma, obtêm recursos para mobilizar uma equipe que visita a área em fevereiro. Constata-se então que, após vários anos de trabalho com os índios, a MNTB nem sequer havia providenciado a sua vacinação. Numa segunda viagem, a equipe da FUNAI verifica que a situação de saúde estava piorando e passa então a planejar um trabalho mais sistemático, sob responsabilidade do sertanista João Evangelista de Carvalho, da ADR. Belém.

Durante dois anos, os Zo'é assistiram à convivência tensa entre representantes das duas agências, FUNAI e MNTB, cada uma instalada numa base - uma ao sul, outra ao norte. Entre 1989 e 1991, as equipes da FUNAI fazem visitas frequentes mas não conseguem tomar a direção do trabalho junto aos índios. E eles continuam circulando entre as duas bases, para obter os desejados bens manufaturados, que lhes são concedidos em acordo a diferentes critérios, uns da missão, outros da FUNAI. Em outubro de 1991, a FUNAI retira a MNTB da área, pois havia finalmente conseguido recursos e pessoal adequados para assumir um trabalho de assistência que abrangeria a totalidade das aldeias (na época, cinco).

A convivência com os postos de assistência trouxe modificações na vida cotidiana dos Zo'é - que descrevemos adiante (Terceira Parte, ítem III.3). Mas o resultado mais significativo desses dez anos de convivência certamente foi a capacidade crescente dos Zo'é manifestarem seus interesses no encaminhamento de ações assistenciais e no processo de identificação e delimitação de sua área (ver acima, Introdução).

Anexo 2
Censo nominal da população zo'é, em fevereiro de 1998

Idade	sx.	nome	conjugue(s)	pai (s)	mãe
1942 - 56	ma	Biri	Keanã	Tamesi+	Searãkwã+
1970 - 28	fe	Keanã	Biri	Siwi+	Kieza uhu+
1986 - 12	ma	Du'a		Biri	Keanã
1986 - 12	fe	Keaby		Sarakut	Sa'hy+
1932 - 66	ma	Sarakut	Putere & Jurupy	Kasiri uhu+	Busi+
1952 - 46	fe	Jurupy	Sarakut	Tywyj+	Kutã'i uhu+
1984 - 14	fe	Bikut		Sowari	Jurupy
27.04.90	ma	Kiãrõ		Biri	Jurupy
24/08/96	ma	Merete		Sarakut	Jurupy
1975 - 23	ma	Tapi	Kutã'i uhu	Kasiri uhu+	Putere
1981 - 17	fe	Kutã'i uhu	Tapi	Tehearõ+ & Sarakut	Sa'hy+
1977 - 21	ma	Ju'si	Kutã'i uhu	Wa'hu	E'he
23/11/95	fe	Tõwa'i		Tapi	Kutã'i uhu
1940 - 58	fe	Putere	Sarakut	Wara+	Pixa+
1952 - 46	ma	Zarui	Tõ're & Takitu	Bikut+	Piem+
1979 - 19	fe	Takitu	Zarui	Dubehe+	Sãri
31.12.94	fe	Kwãpire		Zarui	Takitu
16/08/97	ma	Jibokeava		Zarui	Takitu
1960 - 38	fe	Tõ're	Towapa	Za'hu+	Searãkwã
15.02.91	fe	Deahy		Zarui	Tõ're
1982 - 16	ma	Towapa	Tõ're	Dubehe+	Já'by
1979 - 19	ma	Xumirã	Jypy ha	Djuhu+	Ihu
1976 - 22	fe	Jypyha	Xumirã	Dubehe+	Já'by
05.91 - 07	ma	Pixen		Ipo	Jypyha
08.95 - 03	fe	Byby		Ipo	Jypyha
26.12.97	ma	Sã'i		Xumirã	Jypyha
1938 - 60	fe	Ja'by	Ipo	Wara+	Ty'he+
1966 - 32	ma	Iwiej	A'da	Apin & Biri	I'hã
1972 - 26	ma	Sarara	A'da	Siwi+	Kieza uhu+
1967 - 31	fe	A'da	Iwiej & Sarara	Biri & Rori+	Kujã'i uhu
1990 - 08	fe	Kõ'se uhu		Iwiej & Sarara	A'da
1993 - 05	ma	Kurupai		Sarara	A'da
08.02.95	fe	Pam		Sarara	A'da
1947 - 51	fe	Sãri	Pu'ã	Tamesi+	Searãkwã
1984 - 14	ma	Pu'ã	Sãri	Iwiej	A'da
1969 - 29	ma	Boj	Jirusi & Kutã hi	Kikipuã+	Tatu+
1976 - 22	fe	Jirusi	Boj	Dubehe+	Sãri
04.91 - 7	ma	Kunamiju		Boj	Jirusi
14.02.94	ma	Wodji		Boj	Jirusi
15.03.96	fe	Pazeãtãrajyt		Boj	Jirusi

15.01.98	fe	pirā		Boj	Boj	Jirusi
1980 - 18	fe	Kutā hi			Towato uhu+	Tō're
1947 - 51	ma	Jirusi uhu	Pa'hi hu & Takitu		Towahun+	Tiruhu+
1951 - 47	fe	Pa'hi hu	Jirusi uhu		Ava'e+	Ebaj+
1983 - 15	ma	Puku			Jirusi uhu	Pa'hi hu
1986 - 12	ma	Haj			Jirusi uhu	Pa'hi hu
1971 - 27	fe	Takitu	Jirusi uhu & Ipo		Tarawit	Dig
27.04.94	fe	Umby			Jirusi uhu	Takitu
06.01.97	fe	Uruvuramojrajyt			Ipo	Takitu
1970 - 28	ma	Ipo	Takitu		Kikipuā+	Tatu+
1959 - 38	ma	Za'tu	Owa & Poini		Tamiri	Tywak
1977 - 21	fe	Owa	Za'tu		Toipa uhu+	Bo'da
1983 - 15	fe	Poini	Za'tu		Toipie	A'sui
1974 - 24	ma	Si'uhu	Tura & Za'pu		Typopy+	Si'u
1967 - 31	fe	Tura	Si'uhu & Xan		Kurupai	Ai'uhu+
27.01.92	ma	Pazesini			Za'tu	Tura
13.03.95	ma	Araturu			Xan	Tura
1983 - 15	ma	Xan	Tura		Za'tu	Za'pu
1952 - 46	fe	Za'pu	Si'uhu & Keape		Rōwā+	I'hun+
1985 - 13	ma	Sororo			Za'tu	Za'pu
1987 - 11	ma	Teā'kwā			Za'tu	Za'pu
1983 - 15	ma	Keape	Za'pu		Towari+	Si'u
1932 - 66	ma	Kurupai	Si'u		Buba+	Sipe+
1953 - 45	fe	Si'u	Kurupai		Kiewawa+	Zawaru hu
1987 - 11	ma	Moni			Todou hu+	Si'u
1990 - 08	fe	Riru rajyr			Todou hu+	Si'u
1984 - 15	fe	Typysot	Xu'a		Todou hu+ & Tihun	Si'u
1984 - 14	ma	Xu'a	Typysot		Za'tu	Za'pu
1920 - 78	ma	Tamiri	Tywak		Sihe+	Badai+
1928 - 70	fe	Tywak	Tamiri		Awa'e+	Ebaj+
1970 - 28	ma	Kurusiwie	Saby		Sakyt+	Tapen+
1976 - 22	fe	Saby	Kurusiwie		Tamiri	Tywak
03.94 - 04	fe	Dyra			Kurusiwie	Saby
10.11.97	ma	Kiāremete			Kurusiwie	Saby
1987 - 11	fe	Sipu			Towato uhu	E'he
1974 - 24	ma	Seri	Kuruta		Za'tu	Ku'si
1978 - 20	fe	Kuruta	Seri		Keapu	Te'he
12.94 - 04	fe	Kujātā'i			Seri	Kuruta
11.01.97	fe	Kujājirowa			Seri	Kuruta
1953 - 45	fe	Ku'si			Rōwā+	Ihiun+
1984 - 14	ma	Nami hi			Za'tu	Ku'si
1986 - 12	ma	Apam			Za'tu	Ku'si
10.91 - 07	fe	Patua			Si uhu	Ku'si

1969 - 29	ma	Hāj	E'he	Keapu	Te'he
1964 - 34	fe	E'he	Hāj & Wa'hu	Tamiri	Tywak
1962 - 36	ma	Wa hu	E'he	Sarakut	Siran+
1982 - 16	ma	Resei		Towato uhu & Wa hu	E'he
1991 - 07	ma	Tetā		Hāj	E'he
19.01.92	ma	Irehukiauri		Hāj	E'he
06.95 - 03	fe	Sawarareidy		Hāj	E'he
1950 - 48	fe	Te'he		Turu+	Keanā+
1985 - 13	fe	Sero		Keapu	Te'he
1987 - 11	fe	Piji'he		Wara	Te'he
1967 - 31	ma	Nami hu	Busui & Kuri	Tamiri	Tuhu
1972 - 26	fe	Busui	Nami hu	Jawarun+	Nirā+
1990 - 08	fe	Kujā se		Nami hu	Busui
02.94 - 04	fe	Kujājirowa		Nami hu	Busui
12.95 - 02	ma	Taduje		Nami hu	Busui
09.11.97	ma	Arasijō		Nami hu	Busui
1981 - 17	fe	Kuri	Nami hu	Djuhu+	I'hu
1995 - 03	fe	Pixasa		Nami hu	Kuri
1932 - 66	fe	Tuhu		A'y+	Tiruhu +
1975 - 23	ma	Xu	Deby	Tamiri	Tuhu
1975 - 23	ma	Tywj	Deby	Dubehe+	Za'pu
1951 - 47	ma	Tea ho	Deby	Towari+ & Djuhu+	Sōwai+
1980 - 17	ma	Kuru	Deby	Toipa uhu & Jurusi uh	Bo'da
1969 - 29	fe	Deby	Xu, Tywj, Tea ho & K	Sarakut	Sa'hy+
04.91-07	fe	Rusārā		Xu & Tea ho	Deby
02.94-04	fe	Se hy		Tywj	Deby
1996 - 02	fe	Tamorajyr		Xu	Deby
1947 - 51	fe	Bo'da		Kiewawa+	Zawaruhu-
1970 - 28	ma	Sikwiet	Muru'i uhu	Zawarun+	Nirā+
1972 - 26	fe	Muru'i uhu	Sikwiet & Iwiej	Sarakut	As'hy+
17.11.94	ma	Arabirixan		Sikwiet	Muru'i uhu
14/11/97	ma	Kujāribot		Sikwiet	Muru'i uhu
1986 - 12	ma	Iwiej	Muru'i uhu	Zawarun+	Nirā+
1962 - 36	ma	Sowari	Dig	Tamiri	Zararak
1957 - 41	fe	Dig	Sowari & Tarawit	Warekuru+	Tu'a+
1986 - 12	fe	Kururuhu		Sowari	Dig
07.11.89	ma	Boata		Sowari	Dig
12.92 - 05	fe	Pypotari		Sowari	Dig
1939 - 68	ma	Tarawit	Dig	Towari+	Sowai+
1923 - 75	fe	Zararak		A'y+	Tāri+
1957 - 41	fe	Kutā'i		Warekuru+	Nami+
1974 - 24	ma	A'y	Wo'i	Sowari	Keava
1982 - 16	fe	Wo'i	A'y	Tarawit	Dig

09.06.96	fe	Kujäty'at		A'y	Wo'i
1972 - 26	ma	Ire'hui	Zawat	Tarawit	Dig
1978 - 20	fe	Zawat	Ire'hui & Hun	Toipie	A'sui
20.03.94	ma	Opuku		Ire'hui	Zawat
18.12.95	fe	Zawarakierarajyr		Ire'hui	Zawat
09.11.97	fe	Kujätoropopuku		Ire'hui	Zawat
1982 - 16	ma	Hun	Zawat	Siwi+	Kiezauhu+
1949 - 49	ma	Toipie	A'sui	Sarakut	Kusi/Sirän+
1960 - 38	fe	A'sui	Toipie	Kurupai	Ai' uhu+
1990 - 08	fe	Ju'i sisi		Toipie	A'sui
01.95 - 03	fe	Sirikiet		Toipie	A'sui
1996 - 02	ma	Wirepipotamöpörään		Toipie	A'sui
1967 - 31	ma	Tará	Keava & Bo'he	Biri	Kujä'i uhu+
1942 - 56	fe	Keava	Tará	Dubehe+	Pä'hä +
1976 - 22	fe	Bo'he	Tará	Siwi+	Kiezauhu+
02.96 - 02	fe	Keapinakujä		Tara	Bo'e
01.02.97	fe	Zawarabyrasire		Tara	Bo'e
1952 - 46	ma	Tihun	Tanä & Ta'si	Kasiri uhu+	Pixa+
1930 - 68	ma	Apin	Tanä	Djuhu+ & A'y	
1948 - 50	fe	Tanä	Apin & Tihanuhu	Tara+	Kose+
1986 - 12	ma	Dubutupä		Tihanuhu	Tanä
17.11.94	ma	Kijöremiö		Sikwiet	Muru'i uhu
1981 - 17	fe	Tä'si	Bodja	Tihun	Tanä
1984 - 14	ma	Boidja	Tä'si	Zawarun+	Nirä+
25.09.96	ma	Tejkwetusi		Wara	Tä'si
1973 - 25	ma	Wara	Kujä'i & Tä'si	Kirata	Ijä
1972 - 26	fe	Kujä'i	Wara & Towari & Urutu	Zawarun+	Nirän+
1988 - 10	ma	Ajä'i		Wara	Kujä'i
12.93 - 04	fe	Kujä hu		Wara	Kujä'i
1978 - 20	ma	Towari	Kujä'i	Turu+ & Tihanuhu	Tanä
1980 - 18	ma	Oroto uhu	Kujä'i	Wa'hu	E'he
1975 - 23	ma	Sira'hyt	Ju'i	Kikipuä+	Kujä'i uhu
1976 - 22	fe	Ju'i	Sira'hyt & Kie'i	Kirata	Ijä
1990 - 08	ma	Ihiea'hi		Sira'hyt	Ju'i
02.94 - 04	fe	Sowiwi		Sira'hyt	Ju'i
30.04.96	fe	Teahuhrowaaruzar		Kie'i	Ju'i
1980 - 18	ma	monporetakujä			
		Kie'i	Ju'i	Sakyt+	Tapen+
1950 - 48	ma	Keapu	I'hu & Terä	Wa'e+	Teky//Sa'ä
1972 - 26	fe	Terä	Keapu	Kasiri uhu+	Putere
1952 - 46	fe	I'hu	Keapu & Si'ju	Tamesi+	Searäkwä
1974 - 24	ma	Si'ju	Pa'hi & I'hu	Towahun+	Sisi+
1985 - 13	ma	Töke		Keapu	I'hu
1987 - 11	fe	Moräsi		Keapu	I'hu

Anexo 3

**Sinopse das fontes
para a história da ocupação na região**

1. Presença indígena no baixo-Amazonas

A seguir, apresentamos uma síntese das informações que nos permitiram apresentar acima hipóteses a respeito da identificação cultural (item II.1) e origem dos Zo'é (item III.2) numa área situada a sudeste de sua ocupação atual, no baixo Amazonas.

As fontes históricas ⁽¹⁾ sobre a presença indígena na margem esquerdada do rio Amazonas evidenciam, a partir do século XVIII, intensos movimentos - forçados ou não - que modificaram não só a localização mas a configuração cultural dessa população. A instalações de fortificações na boca dos principais afluentes da margem esquerda do rio Amazonas ⁽²⁾, junto com aldeamentos missionários são responsáveis por estas profundas transformações. Não se conhece ao certo a origem e o destino desta população, apesar de referências muito antigas. Óbidos é um local significativo na história das primeiras explorações do rio Amazonas, onde o primeiro navegante, Orellana desembarcou e foi atacado por índios "em cujas fileiras combatiam mulheres" (Friel, 1953:63). É o "país das Amazonas".

Muitos grupos aldeados se afastaram da margem do rio, fugindo rumo ao norte, no final do século XVIII. Em quatro aldeamentos da beira do rio Amazonas, entre Almeirim e Óbidos, foram reagrupados grupos indígenas que ou eram os ancestrais dos Zo'é ou eram povos Caribe com os quais os Zo'é mantiveram contato no decorrer de sua própria migração até a área de refúgio que ocupam hoje.

- Os aldeamentos próximos da fortaleza de Paru (Almeirim) eram constituídos de índios Apama, falantes de uma língua Tupi e de índios Aracajus. Os índios Waiãpi, originalmente localizados no baixo rio Xingu e que são aparentados aos Zo'é, ocuparam um aldeamento próximo de Almeirim, no decorrer de sua migração rumo ao noroeste do Amapá. Fontes do século XIX indicam que os Apamã haviam abandonado Almeirim para se refugiar no rio Maecuru. Antes, eles também foram aldeados em outros locais, subindo o rio Amazonas:
- Os Apamã são mencionados em Gurupatuba (Monte Alegre), à boca do rio Maecuru, um aldeamento fundado em 1657 e que se transforma na missão central dos Jesuitas e, em 1693, dos Padres da Piedade. Era um aldeamento populoso, composto de índios Apamas, Tapuiussus, Consari, Juriparis.
- Não são mencionados, na aldeia de Surubiu, ou Curuá-Manema (Alemquer), onde foram aldeados índios Pauxis/Pawiyana, de língua Caribe e Barés, "descidos" do alto Rio Negro.

¹ Descrições da região do baixo-Amazonas e dos aldeamentos missionários situados na margem esquerda do rio, podem ser encontradas em: Acuña, 1682; Aires de Casal 1817/1976; Spix & Martius, 1823, vol.3; A. d'Orbigny 1826/1976; São Jose, 1847; M.B.M. Baena 1883/1885; R.A. da Cunha 1887; Berredo, 1905; Bettendorf, 1901; Moraes, 1860; Rivet, 1924; S.Leite 1938/1943 - vol.3/cap.4; A.C.F.Reis 1947; Nimuendajú, 1948, Fr.H.Fragosto, 1982.

² As fortificações da região foram construídas no século XVII: Paru/Almeirim em 1693, Santarém em 1697 e Pauxis/Obidos em 1698 (Reis, 1947).

- Pauxis é também a denominação dada à fortaleza elevada em 1697, num local habitado originalmente pelos índios Conduri. Este grupo vivia num dos três aldeamentos (Arapius, Coriatis, Candorizes, Mepuris e Janatuãs) que originou a cidade de Óbidos. Antes do fechamento das aldeias missionárias, os Pawiyana se refugiam ao norte, passando pelo Cuminá, pelo Erepecuru (Cachoeira do Mel) e os leva até a bacia do Agua Fria, onde seus remanescentes são encontrados por viajantes, nas primeiras duas décadas deste século.

Uma pesquisa mais detalhada das fontes, associada à análise de informações linguísticas, poderá confirmar, ou não, a relação entre o grupo Apamã e os ancestrais dos Zo'é. A rota da migração, após a fuga dos aldeamentos do baixo Amazonas passa pelo rio Maecuru (onde são mencionados num afluente do curso alto, até anos 40 deste século), Curuá, até o alto curso do cuminapanema, como indicado acima (III.1).

2. Frentes de ocupação do interflúvio Erepecuru / Curuá

As expedições de reconhecimento que percorreram as imediações da área atualmente ocupada pelos Zo'é só são documentadas nos últimos 100 anos ⁽³⁾. Quase todos os viajantes, inclusive, se limitam a subir os rios principais, sem realizar incursões no interflúvio. Seus relatos evidenciam que a área era ocupada - e continua sendo - por vários grupos indígenas e por quilombolas.

As referências à grupos indígenas que trazem são pobres e também são limitadas no que diz respeito à origem do povoamento negro na região. No que segue, selecionamos alguns eventos da história da região, que contextualizam a localização atual dos zo'é e alguns dos contatos que sua tradição oral descreve (ver item III.2).

As crônicas de que dispomos sobre a região podem ser caracterizadas em três tipos: a) viagens de reconhecimento propriamente ditas, a serviço da administração regional, realizadas em busca dos "campos gerais", um espaço então considerado adequado ao desenvolvimento da pecuária; b) viagens da comissão demarcadora de limites, em torno de Rondon; c) visitas esporádicas de missionários e etnógrafos, que trazem informações fragmentadas sobre a ocupação da região.

a) As primeiras expedições pelo Erepecuru

O primeiro cronista a percorrer o rio Erepecuru até seu curso alto foi o Padre Nicolino José Rodrigues de Souza, pároco de Óbidos e Monte Alegre. Enquanto estudava na Europa, tinha lido relatos sobre a existência de campos naturais situados ao sul da Serra de Tumucumaque e, de volta ao Brasil, realizou três viagens (entre 1876 e 1882) para comprovar a existência desses campos, que representariam, em acordo com os interesses das elites locais da época, uma perspectiva para o desenvolvimento da região. Padre Nicolino também empreendeu suas viagens com a finalidade de catequizar os índios.

Em 1893, o engenheiro Gonçalves Tocantins é incumbido pelo governo do Pará de realizar uma viagem para estudar a viabilidade econômica dos campos. De volta, o expedicionário propõe a abertura de uma estrada entre Óbidos e os campos situados ao sul da cordilheira de Tumucumaque.

³ Para a elaboração desta parte da sinopse, contamos com dados levantados e analisados por Fábio Bechara Sanchez (1997/1998), pesquisador do NHI/USP.

Um ano depois, com o mesmo intuito e o mesmo apoio do governo, Valente de Couto viaja pela área para dar início à abertura da estrada que viabilizaria a criação de gado na região. Mas ao abrir a picada entre os rios Erepecuru e Curuá, mas a expedição se perde durante 5 meses, até que o governo do estado organiza uma expedição de "resgate" que atravessa importantes castanhais, provavelmente os que estavam sob controle dos Zo'é. A expedição, entretanto, não deixa relatos detalhados de suas descobertas.

Nos primeiros anos deste século, é a vez de Olga Coudreau realizar expedições no interflúvio Erepecuru / Curuá. Ela continua explorações iniciadas pelo marido, à pedido do governador do Pará, em cinco viagens: la realiza várias viagens na região: 1900 (abril/set) rio Cumina ou Erepecuru - encontra Pianokoto perto da cabeceira; 1900/1901 - rio Curuá; 1901 (abril/dez) - afluentes do Mapuera; 1902/1903 - rio Maecuru; 1905/1906 - Canumã. Em seus relatos, nenhuma referência à presença dos Zo'é. Como os viajantes anteriores, ela realiza uma descrição das possibilidades de exploração econômica da região, em particular dos campos. Os últimos exploradores que visitam o Erepecuru com esta finalidade foi Picanço Diniz, um fazendeiro que explora o rio em 1925, acompanhado do geólogo Avelino Oliveira.

b) Rondon e a Comissão Demarcadora de limites:

Uma expedição de inspeção da fronteira, chefiada por Candido Rondon, sobe o Erepecuru em 1928/29. O relato da viagem foi realizado por Gastão Cruls, que traz um conjunto de informações interessantes sobre sub-grupos Tiriyo (então conhecidos como Pianokoto). Outra expedição de caráter militar sobe o mesmo rio em 1935/37 e atinge a fronteira com Suriname. Os relatórios desta viagem foi editados por Braz de Aguiar, que traz informações interessantes sobre a ocupação indígena da área.

c) Viagens e relatos de missionários-etnógrafos:

Coube ao frei Protásio Friel realizar os primeiros estudos etnográficos dos povos indígenas da área, com informações que publicou em vários trabalhos. Friel foi também responsável pela frente de contato que o "Trinômio FAB / Missão Franciscana / Índios" planejou como uma estratégia para abrir a região à ocupação regional, nos anos 50.

Friel (1958) no entanto, não aporta nenhuma referência direta aos Zo'e. A região compreendida entre o Erepecuru e o Curuá, ocupada por este grupo à época da pesquisa do missionário-etnógrafo, fica em branco em seu mapa (1958: 189). Entretanto, entre os grupos indígenas ⁽⁴⁾ mais próximos da área ocupada pelos Zo'e, mencionados por Friel, há duas referências a grupos que - como sugerido acima - podem ser os ancestrais Zo'é: *Apamã*, na margem esquerda do Maecuru e *Nêrêyó* (que Friel identifica como "Índios vampiro", "antropófagos") nos rios Panama e Trombetas.

⁴ Aparai (Karib) - além da atual área de ocupação, no Maecuru e Curuá de Alenquer; warhoyana (Warikyana) - no lg. da Anta na zona dos campos do Marapi; Marahtcho Pianokoto/Tiriyo) - nos rios Panama e Marapi; Pawiyana/Pauxi (Warikyana) no Erepecuru e Agua Fria; Prehnoma (Warikyana) - nas proximidades do Erepecuru; Tchagoyana/Xakoyana (Índios Saracura ?) - entre Acapu e Erepecuru; Waihayana (índios cacete ?) entre Acapu e Erepecuru; Waryana (Carib ?) - no alto Erepecuru-Marapi; Worêyana (Warikyana) do Trombetas até o Erepecuru e quase até altura do Panama - extintos - "arqueo-mitológicos povos de mulheres"

d) Materiais de imprensa, à época da construção da Perimetral Norte:

Algumas notícias de jornal datadas de 1973 a 1976, quando estava sendo aberta a Rodovia Perimetral Norte, que iria atravessar o território Zo'é, mencionam a presença de índios "agressivos", denominados Nereyô. É provável que esta identificação seja uma reconstrução a partir dos dados de Frikel. Mas é certo que a localização dos índios que reagiram à presença de helicópteros e aviões (cfr. acima, item III.3) é a das aldeias Zo'é.

e) A etnografia produzida pelas agências oficiais de contato e por pesquisadores da USP:

A entidade que possui, provavelmente, o maior número de indicações mais recentes sobre a localização dos Zo'é no momento do contato é a MNTB, cujos agentes realizaram investigações com moradores de várias localidades da região, antes de se lançar ao contato. Entretanto, os dados "oficiais" da missão não divulgam esses dados: os relatórios da MNTB apresentam um formato padrão, onde apenas constam dados etnográficos genéricos. Os dados linguísticos nunca foram apresentados à FUNAI. Nos raros documentos que apresentam algum detalhamento ou interpretações a respeito de manifestações culturais, encontramos interpretações simplórias a respeito das relações entre grupos da região, por exemplo, a identificação de um dos grupos inimigos dos Zo'é como sendo os Yanomami (que vivem em Roraima).

Quanto aos dados apresentados nos relatórios da Funai, que também costumam seguir um formato padrão que não prioriza a descrição etnográfica, eles são de fundamental importância como documentos que registram a sucessão de iniciativas de intervenção junto aos Zo'é. Intervenções estas que mudaram várias vezes de rumo, ao sabor das orientações pessoais dos chefes de posto.

Sob os auspícios da DII/FUNAI, inúmeras equipes de televisão, do mundo inteiro, e vários jornalistas visitaram a área do Cuminapanema. As informações que divulgam na mídia sempre focalizam o "primitivismo" e o suposto "isolamento" dos Zo'é. Enquanto fontes documentais, elas remetem muito mais à crônica do imaginário ocidental sobre o "bom selvagem" que à realidade dos índios Zo'é. São interessantes na medida em que comprovam que, por um período, a área Zo'é foi transformada numa "vitrine", a serviço do indigenismo oficial.

Dados etnográficos propriamente ditos, vem sendo levantados e analisados de forma sistemática desde 1989, por uma equipe de pesquisadores do NHI/USP, sob coordenação de D.T.Gallois e que se responsabilizam pela investigação de diferentes aspectos da etnografia Zo'é. As primeiras visitas aos Zo'e, no período 1989/91, foram realizadas por D.T.Gallois (cujo estudo abarca a história, a cosmologia e vida social e ritual) e por L.D.B.Grupioni (analisa a intervenções das agências sobre o modo de vida zo'é). A partir de 1994, D.T. Gallois prosseguiu o estudo da tradição oral e N.Havt iniciou sua pesquisa sobre as representações zo'é do ambiente. F.Becharra pesquisou as fontes históricas do século passado. A equipe produziu vários relatórios de pesquisa mas, fora textos de divulgação científica, ainda não publicou a totalidade dos resultados da pesquisa, em andamento.

SEGUNDA PARTE

Habitação Permanente Formas de viver a proximidade e a distância

Apresentação

Descrevemos, no que segue, aspectos da organização social zo'é, que evidenciam padrões próprios de estabelecer qualidade de vida.

Primeiro, abordamos a divisão deste povo em vários grupos locais e as relações que esses grupos mantêm entre si. O que nos leva à caracterizar outros elementos das relações inter-pessoais e inter-comunitárias, que mostram a articulação entre relações sociais e formas de ocupação e uso do território (descritas na Terceira Parte do Relatório). É particularmente significativo - do ponto de vista da territorialidade - o fato dos Zo'é privilegiarem, em sua vida social e em seus padrões de manejo de recursos, a alternância entre dispersão e concentração das famílias pertencentes aos diferentes grupos locais.

II. 1. Composição da população zo'é

Qualquer observador que chega à área Zo'é, logo percebe a existência de divisões internas, não apenas na distribuição da população entre as aldeias, mas nas atitudes de distância entre moradores de uma mesma aldeia (ver adiante, II.2). Apesar da reduzida população atual, os Zo'é mantêm viva a separação entre vários grupos locais.

a) Um povo constituído na relação entre grupos locais distintos

Wan é o termo usado para indicar o pertencimento a um grupo local. Cada grupo se identifica através das áreas de domínio que ocupa no momento (e nem sempre, na origem). Um grupo e seus líderes são considerados "donos" das áreas em que desenvolveram atividade pioneira e respeita-se a antecedência dos "donos" na exploração

de caminhos de caça, pontos de pesca e, obviamente, roças. Além da referência às zonas de domínio, cada grupo é referido pelo nome de seus cabeças, que os Zo'é designam como - *jy* (1). Ser um *jy* zo'é é uma condição exclusivamente masculina, daqueles indivíduos que chegaram a um certo estágio de maturidade e acumularam competência para a fala, a troca, além de serem bons conhecedores da história e do jeito de ser zo'é. São, portanto, os homens mais velhos, capazes de orientar ações, de estar à frente da abertura de assentamentos, de distribuir bem a comida, etc... (2).

Internamente, um grupo local constitui-se como uma parentela, ou seja, um agregado de famílias extensas. Essas famílias, por sua vez, mantêm relativa independência entre si e podem viver separadas por períodos relativamente longos.

Para descrever as relações sócio-políticas internas ao povo Zo'é e o padrão de dispersão / concentração que caracteriza seu modo de vida, torna-se necessário fazer um corte no presente, denominando e fixando os seis grupos locais em que se dividem atualmente. Se adotamos, a seguir, esta configuração "congelada" da divisão da sociedade zo'é em seis grupos, é porque ela se presta à descrição. Alertamos, entretanto, para as constantes modificações que afetam a composição dos grupos no tempo, implicando em alterações também visíveis na sua relação com o espaço.

Na Tabela 1, esses seis grupos locais são designados pelo nome de seus "cabeças", ou - *jy* . Esta é a maneira mais indicada para identificá-los, para evitarmos fixar a relação momentânea de cada um com o espaço que atualmente ocupam.

Levando em conta a independência de movimento das famílias de cada grupo, é importante frisar que um grupo local não é nem uma aldeia, nem uma unidade apenas definida territorialmente. A sociedade Zo'é se constitui no movimento, no tempo e no espaço, das relações entre os diferentes grupos, cuja composição se altera no tempo (ver adiante, item II.3).

¹ - *Jy* é um termo que pode ser traduzido como "esteio". Quando dão exemplos de -*jy*, referem-se ao esteio principal da casa, à coluna vertebral, ao tronco de uma árvore.

Tabela 1

Grupos locais zo'é designados pelo nome de seus "cabeças"

"Cabeças"	Tihun	Biri	Keapu	Sowari	Nami hu	Tamiri
Outros chefes de família	Wara Kirata Sira'hit Apin	Sarakut Sarara Jurusi Ipo Tapi Zarui Boj Ju'si Iwiej	Xumirá, Siju	Tarawit, Tara Ire'hui Si'hu Tsarō Za'tu Kurupai	Xu Sikwiet Teaho Tuwaj Kuru	Kurusiwie Seri Hāj Wa'hu
Área de Concentração	Sul	Sul & Leste <small>(aliança recente com Sarakut)</small>	Centro-norte	Nordeste	Centro-leste	Centro
Número de famílias	Quatro	Sete	Duas	Cinco	Três	Seis

Para ilustrar as alterações na composição e localização dos grupos locais, apresentamos, em anexo, alguns croquis de aldeias (Croquis 1, 2 e 3 – de 1989 e 1995), onde se pode verificar a mobilidade na posição das famílias pertencentes a grupos locais distintos (cujas moradias são identificadas com as mesmas côres utilizadas na Tabela 1, acima).

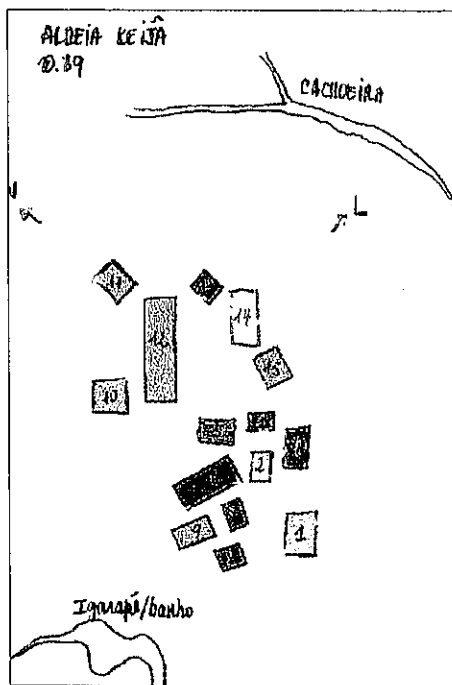
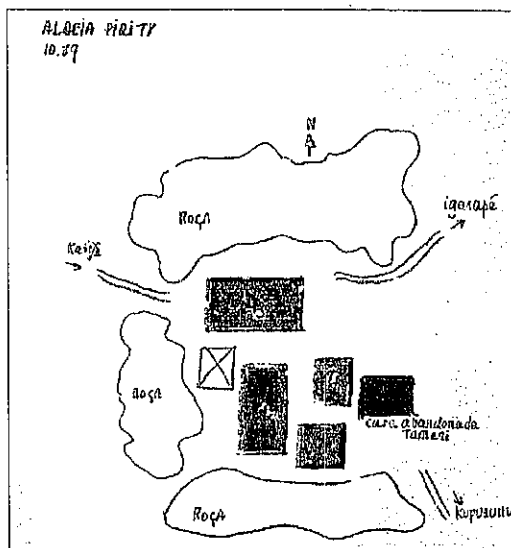
Outro elemento, que pode contribuir ao entendimento da divisão que funda a sociedade zo'é, é a representação que esses índios fazem do mundo dos mortos, no céu. Ali, existem várias aldeias onde as pessoas que morrem se reagrupam segundo sua origem em terra ⁽³⁾. A vida após a morte está em acordo com a noção de territorialidade, ou -

² Nesse sentido, pode ser associado às figuras dos "homens importantes", ou indivíduos que são seguidos em sua ação pioneira, descritos em outras sociedades indígenas das Guianas, por exemplo, por Overing-Kaplan (1975), Riviere (1984) e Viveiros de Castro (1986).

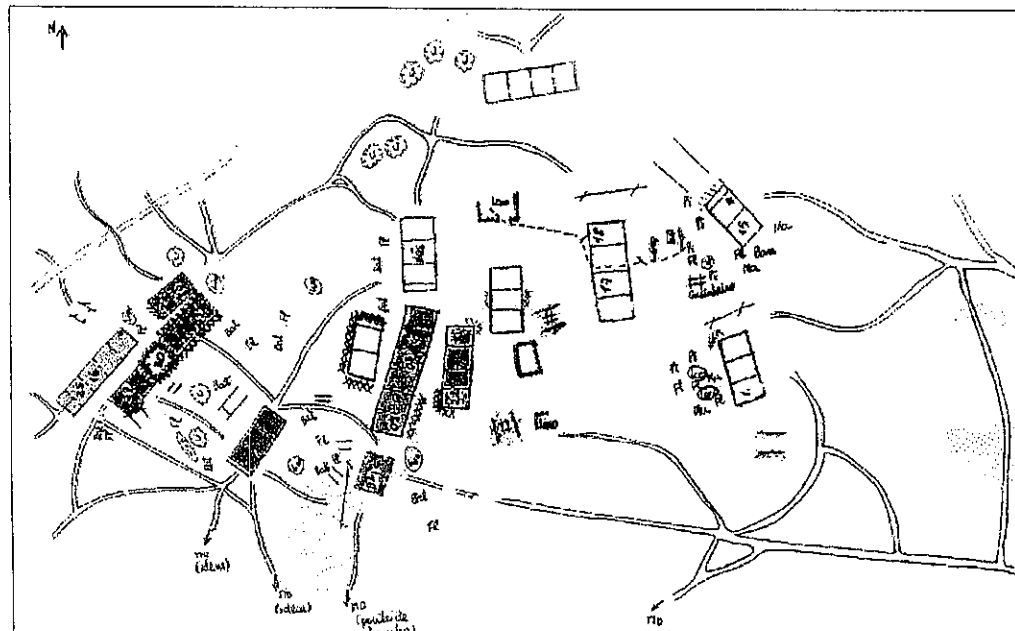
³ As aldeias de mortos são compostas de grupos familiares que se relacionam, como os vivos, por laços de consanguinidade e de afinidade que reproduzem os dos agrupamentos das gerações atualmente em vida. O detalhamento da posição desses mortos, em várias aldeias, é informado pelos canais de trânsito e comunicação que os vivos mantêm com eles, através do sonho dos mais velhos, que visitam regularmente os mortos, trazem seus cantos e notícias de seu cotidiano (suas comidas, seus namoros, etc...).

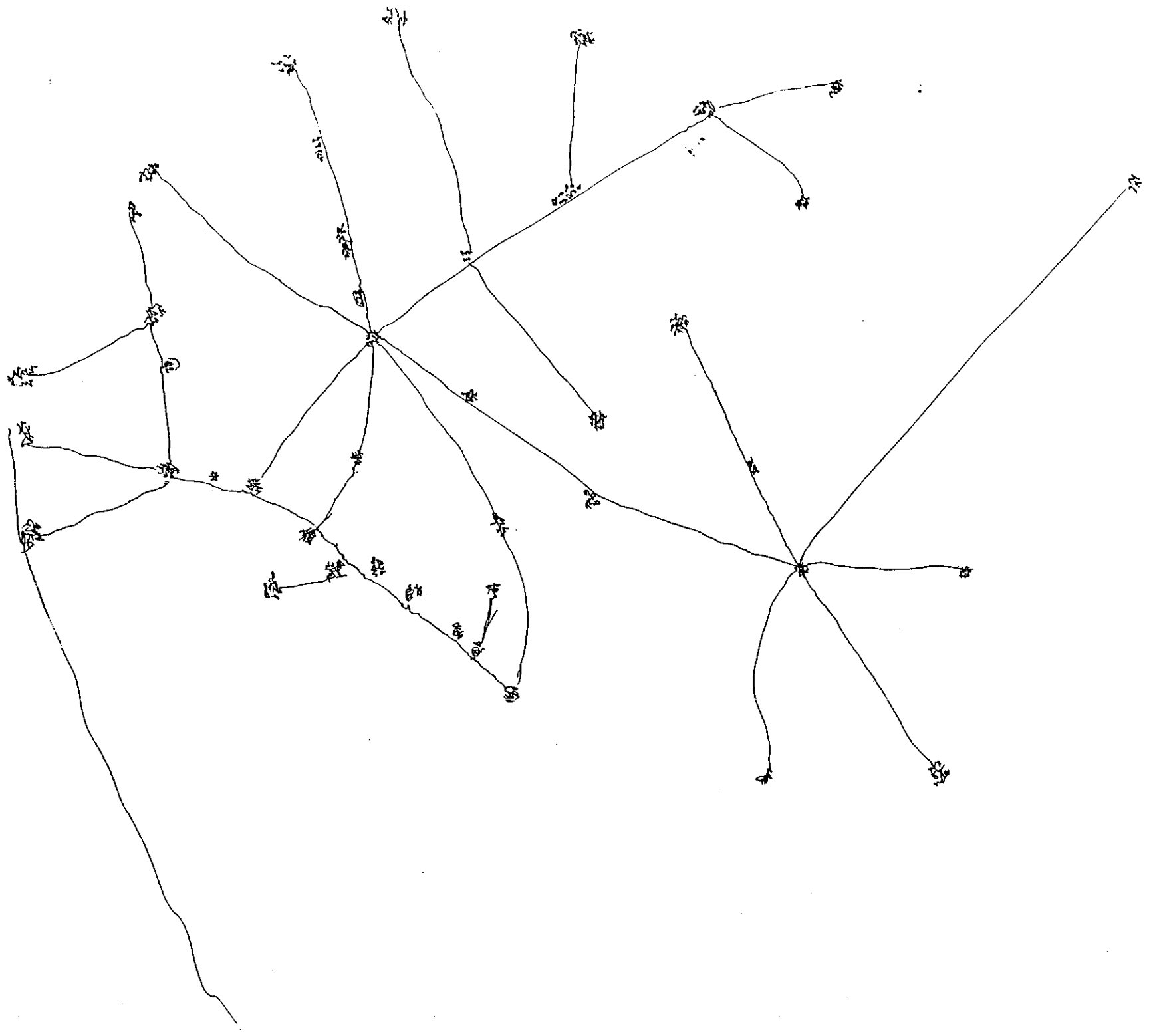
koha, que abrange aspectos não apenas materiais, mas também espirituais do que concebemos como “moradia” (ver adiante, II.6). As aldeias dos mortos estão posicionadas em cima das ocupadas durante a vida. Por exemplo, um indivíduo que era identificado ao grupo local do ancestral *Kikipuã*, e viveu grande parte de sua vida junto a este, em *Kaporuhu*, vive sua morte no céu desta aldeia, mesmo se faleceu em *Zawara kiäven*, tuada muito ao norte daquela.

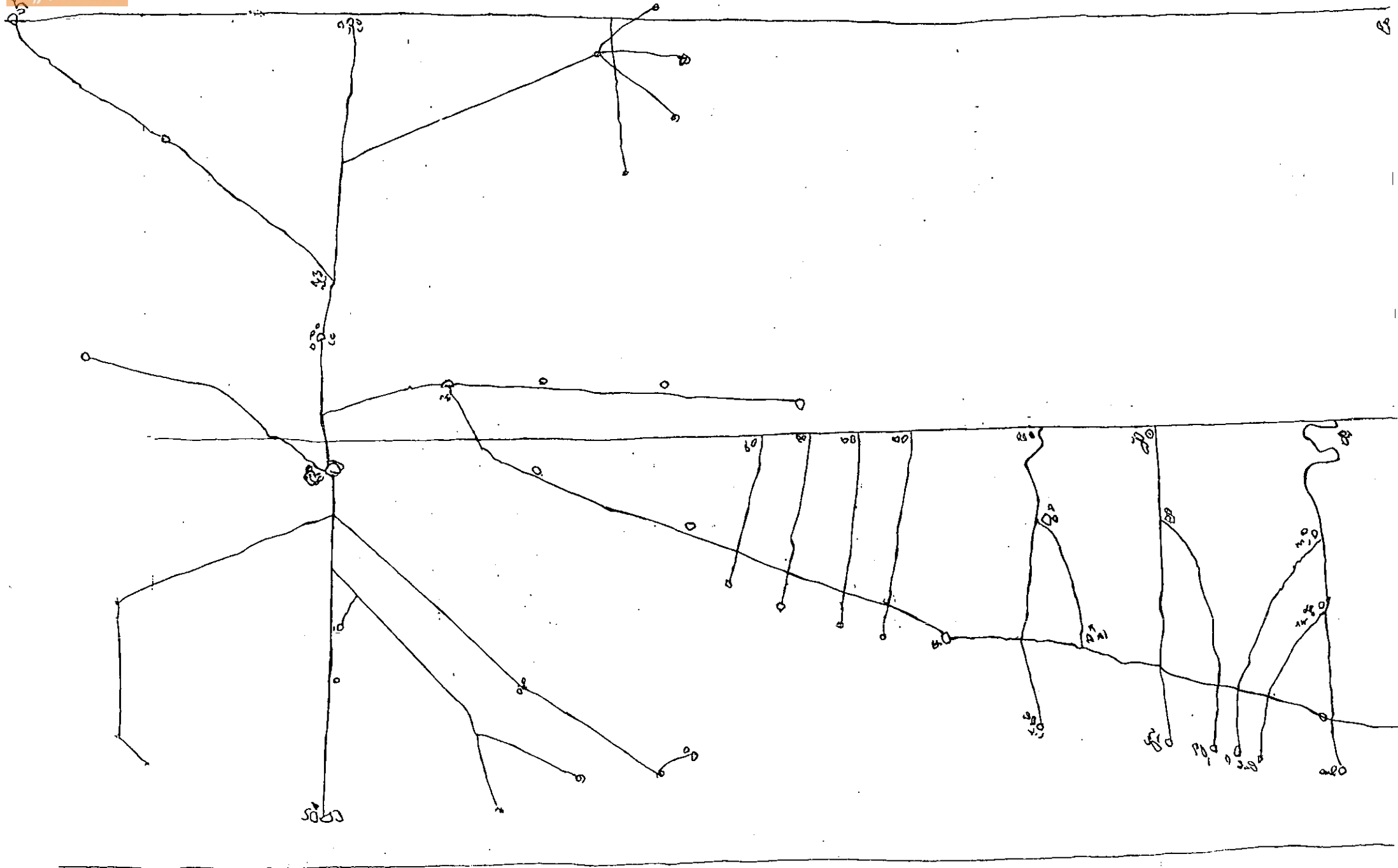
Croquis 1 e 2 (1989) PIRITY e ZAWARAKIAVEN



Croquis 3 (1995) ZAWARAKIAVEN







b) Formas de assentamento

Quando se referem à suas habitações, os Zo'e utilizam dois conjuntos de termos: o primeiro para designar os aspectos físicos dos assentamentos, o segundo para se referir às relações sociais que os caracterizam. Passamos a uma breve descrição dessas categorias locais.

O designativo genérico para aldeia, enquanto construção física, é *-ta*. Referem-se também às aldeias como "clareiras", utilizando então o termo *kiatu* (4). O termo para casa é *tapyj*, por oposição à casa provisória construída nos acampamentos (ou nas aldeias), que é chamada *sakuri* (5), simplesmente, o nome da palmeira de palha preta mais frequentemente usada para a cobertura desses abrigos. Os locais de acampamentos são chamados genericamente *kieihe*, mas mais frequentemente designados pelo termo da atividade (caça de urubu, pescaria, caça de mamíferos ou aves) que ali são desenvolvidas.

Tabela 2

Aldeias atuais **com diferentes situações quanto à produtividade de suas roças**

6 aldeias com roças produtivas (de norte a sul)

Poruruty

Zawara kiäven

Pirity

Ovixã teary

Nã'ret

Kuruaty

5 aldeias em fase de reativação (eram capoeiras antigas), com derrubadas e/ou plantios em formação (de norte a sul)

Kusityry ty

Ivi'ara aze

Ivi'ara

Kiheta

Pireaty

2 aldeias em locais não ocupados pelas antigas gerações

⁴ Os critérios para seleção de áreas próprias à implantação de aldeias são descritos na VI Parte do Relatório.

⁵ O uso frequente do termo *tapiri*, indiferentemente para casa ou abrigo provisório, é uma adaptação ao "pidgin" utilizado pelos agentes que circulam na área.

Kiã're / norte - grupo de Xu - aberta por influência dos trabalhos do GT

Kiã're / sul - grupo de Haj - local selecionado durante expedições de busca de dois mateiros que se perderam na área em 1992

1 antiga aldeia, agora capoeira, cuja reativação está sendo planejada

Terekie uhu

Em termos sociológicos, o designativo para a vida conjunta numa aldeia é *-koha (tekoha, rekoha)*, um termo que define sobretudo a concepção zo'é de "qualidade de vida" (ver adiante, item II.4). Mas o que é visível na forma dos assentamentos são os agrupamentos de casas ou abrigos, em torno de pátios de uso restrito às famílias de um mesmo grupo local. Cada um desses pátios, e também as casas - quando existe apenas uma - são chamados *-upa (tupa, rupa)*, habitação familiar (6).

Quanto às aldeias antigas ou recentemente abandonadas, existem várias formulações, interessantes na medida em que configuram a continuidade da apropriação que determinados grupos fazem de porções do território. As designações mais correntes são os termos compostos a partir do nome do dono do aldeamento. Há duas formulações possíveis: *-taperet* (capoeira) ou *-ty* (lixo, restos de alguém) (7).

Esse conjunto de designações, utilizadas pelos Zo'é para se referir a formas de assentamento, confirmam que a divisão política entre grupos locais é o fundamento da apropriação do espaço. É também a relação entre os grupos e as áreas das quais estes se apropriam, que melhor explica a territorialidade zo'é, na medida em que resulta na regulação do acesso aos recursos. Mas é importante considerar que essas regras são constantemente contraditas, seja, por exemplo, pela prática dos que vão "escondidos" colher castanha aonde não deveriam; ou, pela ação pioneira dos "homens importantes", que abrem novos caminhos até áreas de domínio alheio, apoiando-se, para tanto, em alianças matrimoniais com pessoas de outros grupos locais.

6. *Upa* é o termo para designar o lugar, suporte ou receptáculo de qualquer objeto, animal, etc...

7 Por exemplo: *Dybysi taperet* (a capoeira da roça plantada por Dybysi) ou *Dybysity* (o lixo de Dybysi). Na primeira formulação, usa-se o sufixo *-abyr* (finado quando o dono da aldeia morreu: *Dybysibyr taperet*). É interessante que, quando a aldeia foi abandonada há muito tempo, mantêm-se apenas o nome de seu fundador ou de seu último dono, cristalizado na forma de um nome próprio de aldeia: quando se fala da pessoa, usa-se o sufixo *-abyr*, quando se fala de sua aldeia usa-se apenas seu nome.



A aldeia Zawarakiäven, em 1992

Assim, a territorialidade zo'é só pode ser compreendida se considerada em sua dimensão sociológica, ou seja, se descrita como uma rede de relações intercomunitárias. O que nos remete, de um lado, à história (ver acima, I.2.) e, do outro, aos padrões de relações interpessoais (item II.2, adiante).

Um acampamento, rumo a uma pescaria, 1992

Para os Zo'é, a referência é o fato social da roça, e não a habitação. Fisicamente, uma aldeia zo'é é um assentamento estabelecido para fins de residência prolongada, e pode ser, numa primeira aproximação, descrita como uma ou mais casas com roças em volta. Com os dados abaixo, mostra-se que a descrição correta demanda a inversão dos termos dessa colocação inicial, pois, no longo processo de implantação de um assentamento para fins de residência prolongada, estabelecer-se nessas residências é uma etapa adiantada da história de um *kiatu*, isto é, de um espaço apropriado ao ambiente para a concretização da roça enquanto fenômeno sócio-cultural, onde *kiatu* é o termo zo'é para roça ativa, em oposição a *taperet*, com que designam as roças não ativas, "antigas". Se o que caracteriza uma aldeia zo'é é a roça, daqui por diante será usado o termo local *kiatu* em referência aos assentamentos para fins de residência prolongada. Para os acampamentos, assentamentos para fins de residência temporária e sazonal, os Zo'é usam o termo *kie'he* (cf. Gallois, em Gallois e Havt, 1995: 23).

Num *kiatu*, as casas são de duas águas, sem parede, com cobertura de palha de ubim, diferenciando-se, neste aspecto físico em particular, das casas para fins de residência temporária ou transitória - os *sakuri*, que têm cobertura de palha-preta. Há sempre um

espaço reservado à “cozinha”, que pode até ser uma pequena casinha separada. Os Zo'é usam as vigas das casas para guardar objetos e utensílios, os estoques de farinha, de pimenta seca, as cabaças, novelos de fio de entrecasca de castanheira, os tipitis se não estão sendo usados, etc. A parte mais baixa da cobertura de palha é usada para guardar utensílios menores de uso constante, como facas, as colheres feitas de crânio de coatá, facões, lanternas e pilhas, entre outros. As redes, feitas com o fio da entrecasca de castanheira, em geral ficam armadas o dia inteiro, às vezes apenas suspensa se seu “dono” não se encontra.

Difícilmente vê-se, entre os Zo'é, uma equivalência do tipo: uma casa / uma família nuclear (pai, mãe, filhos). O mais comum é que haja um homem, suas esposas (ou uma mulher e seus maridos), os filhos não casados das esposas, de casamentos atuais ou anteriores, eventualmente também algum “agregado”, como o pai ou a mãe de um dos cônjuges e seus filhos menores não-casados, etc...

Para tornar um pouco mais clara essa passagem do físico para o social na descrição das “aldeias”, pode-se recorrer aos *croquis* apresentados neste relatório, mostrando a disposição de casas, pátios e roças. Tomando como exemplo Zawara kiãven, em muitas oportunidades tem sido destacado, sobre esse assentamento, a influência da construção da pista e da sede da Funai em suas proximidades como fator de concentração populacional. Ao mesmo tempo, a forma de ocupação desse espaço forneceu pistas sobre a organização social e política do grupo, pelo fato mesmo de juntar pessoas que “teoricamente” não poderiam estar juntas, já que os Zo'é organizam-se em grupos locais cujas inter-relações prevêem práticas de evitação: não falar; se possível, não ver; não compartilhar o mesmo espaço, etc. Os *croquis* mostram como essa etiqueta está expressa nas aldeias, pela disposição das casas e pátios, nas redes dos diferentes caminhos de acesso, nas roças das famílias.

Novamente, em termos físicos, nota-se (pelos *croquis* apresentados acima) a disposição de conjuntos de casas, onde, para cada conjunto, distingue-se um **pátio**. Cada um desses pátios, sendo espaço compartilhado por grupos de famílias, denota ou expressa

fisicamente um dado da sociedade zo'é, que é a organização de "parentelas" a partir de famílias, e de "grupos locais" a partir das relações de aliança entre as parentelas. No espaço da aldeia, essa forma de organização ganha outras expressões, como o uso separado de pontos de banho e seus acessos, de caminhos distintos para sair ou chegar às casas e à roça.

Sobre as roças (ver adiante, Terceira Parte), são referidas muito explicitamente quanto ao seu "dono", e cada indivíduo é sempre muito preciso ao apontar os limites entre roças de "donos" diferentes. Considerando a afirmação anterior de que a imagem de uma aldeia em torno da qual se tem as roças, no caso dos Zo'é, ficaria melhor se invertida para: uma roça no meio da qual se implantou uma aldeia. Essa afirmação pode ser detalhada para introduzir várias questões como: os critérios para se abrir uma roça, o papel dos homens importantes, as relações do tipo *jet* ("dono"), as relações entre ocupação e grupos locais.

c) Critérios para implantação de novos *kiatu*

Um ponto de partida para se pensar sobre os critérios para abertura de roças é a frequência com que se observa nos entornos de vários *kiatu* a presença de castanhais, inajazais e afloramentos rochosos de dimensões diversas, mas consideráveis. Destes, os Zo'é retiram lascas cuja superfície abrasiva é usada, hoje, mais usualmente para ralar castanha e para dar forma e polimento final às peças que compõem braceletes e colares (costumavam também usar em banhos, e provavelmente para ralar mandioca, antes das latas de alumínio obtidas nas sedes da Missão, e, ultimamente, da Funai).

O acesso fácil à água é um elemento essencial para qualquer assentamento, seja ele para fins de residência prolongada ou acampamento. O ponto para o qual se deve atentar, quando se pensa em critérios de seleção, é que os Zo'é dão preferência aos cursos d'água de pequeno porte. A distância em relação aos grandes cursos é um elemento da cosmologia zo'é.

O acúmulo de informações sobre ocupação territorial, por sua vez, permitiu constatar sua pequena extensão física. Mesmo levando em conta que grupos locais diferentes ocupam

regiões também diferentes e de uso exclusivo, a dimensão no espaço dessa distribuição não resultou num território extenso. Por outro lado, resultou num território intenso, isto é, ocupado intensivamente, seja pela proximidade física dos *kiatu* entre si, no interior das áreas de ocupação de cada grupo local; seja pela re-ocupação e reativação de *taperet*, que voltam a ser *kiatu*; seja pela longevidade desses *kiatu*, ou, ainda, pela maneira como os Zo'é usam os recursos e percorrem o território.

Voltando aos elementos de seleção, os Zo'é não contradizem a freqüência das proximidades postuladas acima: pequenos cursos d'água, afloramentos rochosos, castanhais, inajazais. Reforçam tais características em relação a muitos *kiatu*, ampliando a lista daqueles recursos cuja ocorrência próxima seria "desejável". Entretanto, o elemento que apontam como determinante, enquanto critério ambiental, é o tipo de solo. Os Zo'é costumam caracterizar o tipo de solo apropriado ao cultivo de mandioca, e para dar exemplos fazem associações entre tipos de solo e tipos de vegetação.

Quanto ao solo, os Zo'é explicam que a terra escura e mole é a mais adequada ao cultivo da mandioca, ao contrário, por exemplo, daquelas vermelhas, duras ou pedregosas. Em princípio, todos os *taperet* são bons para plantio, exatamente por apresentarem solo com as características apropriadas. Conforme dito antes, *taperet* é o termo usado em referência a roças antigas, enquanto *kiatu* - em oposição - diz respeito às roças ativas.

Os *kie sin*, que referem-se à vegetação de feijão clara e fina, podem ser inseridos numa classificação de "campos", e também foram citados como tendo solos adequados: a terra é mole. Outras formas de vegetação consideradas próximas em qualidade aos *kie sin* foram os cipoais e tiriricais (vegetação presente na região em áreas de igapó, alagadas durante o inverno), com a ressalva de que só dão boas roças se não forem vegetação resultante de cultivos anteriores.

Outras áreas ditas "boas para se plantar mandioca" (é mais correto dizer "para se implantar um *kiatu*"), são as áreas de concentração de *poturu*, a árvore a partir da qual são confeccionados os adornos labiais zo'é. Assentamentos como Ovyxã teary e Zawara

kiäven foram apontados como antigos "poturuzais". Já os castanhais não têm solos tão adequados, mas, segundo alguns indivíduos, a qualidade pode melhorar com o cultivo.

As áreas de concentração das palmeiras *kunãñã* (espécie de Tucumã) e *sakuri* (palha-preta) não se prestam ao cultivo, pois têm terra dura, não são compatíveis com os *kiatu*. Sua apropriação dá-se por outras vias, por exemplo: a palha-preta é aquela que os Zo'ê utilizam, entre outras coisas, para a cobertura de casas em assentamentos provisórios, temporários ou sazonais; para confeccionar os cestos que usam para carregar objetos, animais e alimentos nos seus deslocamentos, os produtos obtidos nas roças, peixe, caça, frutas, etc.; para confeccionar os abanos (*tapekwar*); e os "estojos penianos" usados por todos os indivíduos do sexo masculino, a partir dos oito ou dez anos de idade.

Uma vez entendido que determinado local é compatível com a implantação de um *kiatu*, o usual é realizar um "teste", fazendo uma pequena derrubada (ou aproveitando a queda de uma árvore) e plantando alguma mandioca e banana. A rapidez e qualidade do resultado podem levar à ampliação da área a ser submetida ao processo de corte-queima, e subsequente plantio.

No sentido oposto, é um dado importante também o que leva à decisão de abrir uma nova roça, implantar um novo *kiatu*. Uma vez que um *kiatu* torna-se *taperet* (por qualquer razão), a possibilidade de sua reativação posterior depende da existência de descendentes de seu(s) antigo(s) "dono(s)". Há outras possibilidades em termos de abertura de novas roças e "fundação" de um assentamento, sem implicar necessariamente em abandono de roça já ativa, e isso tem acontecido com certa frequência desde 95:

- um novo assentamento, totalmente estabelecido nas vizinhanças e já abrangendo a área de um antigo assentamento (Nã'ret);
- reativação de *taperet* (Pirity, Kusityry ty, Ivi'ara aze, Ivi'ara, Kiheta, Pireaty);
- abertura de pequenas roças em dois acampamentos de pesca no Kiã're;
- abertura de roça visando estabelecer assentamento para residência prolongada em área correspondente a antigo acampamento de caça (Poruruty);

- novo assentamento com residência prolongada, onde os Zo'é não indicam presença de nenhum antigo assentamento, e sim área de concentração de *poturu* (Ovyxã teary);
- além da ampliação anual da área cultivada em Zawara kiäven.

Tudo isso com pouco aumento da área física ocupada. Um conjunto de fatores compõem o quadro de hipóteses desse não-aumento da área física ocupada pelos Zo'é. Eles remetem à história mais antiga de seu contato com outros grupos indígenas e não-indígenas, quando os Zo'é viram-se compelidos a procurar áreas de refúgio e a restringir movimentos de expansão territorial. Na nova fase de contato, marcada pela presença de "agências" com suas políticas e ações específicas diante da relação com sociedades indígenas, como a MNTB, a Funai, pesquisadores, repórteres, organizações não-governamentais, os Zo'é passaram de uma tendência à concentração para a retomada dos movimentos de dispersão, com abertura de novas roças. Há que considerar, igualmente, as maneiras dos Zo'é de se relacionarem com o ambiente como um fator que permite ocupações territoriais mais intensivas que extensivas se isso é necessário (alguns aspectos das relações dos Zo'é com o ambiente vêm sendo descritos ao longo deste relatório).

Também é essencial considerar o impacto, em termos do estímulo à concentração populacional (refletido e intencional, ou não), que resultou, entre 87 e 91, do estabelecimento da MNTB nos limites do território zo'é, e, a partir de 91, com a retirada dos missionários, da implantação do Posto Indígena da Funai, na "região central" desse território. Como já foi dito, Zawara kiäven, tal como se encontra hoje, com os diferentes grupos locais, trazendo para a "paisagem" de um único *kiatu*, grupos que antes do "contato definitivo" ocupavam regiões diferentes do território, e que dificilmente se encontravam, pode ser vista como um resultado desse impacto, em comparação com outros casos já descritos na literatura, como a "aldeia araweté" (Viveiros de Castro, 1986), por exemplo.

Quanto à decisão de abrir novas roças no atual momento, de aparente retomada do modo tradicional de ocupação, com assentamentos distantes, os Zo'é alegam:

- a impossibilidade de ampliar roças em Zawara kiäven, não implicando esta argumentação, necessariamente, um impedimento de ordem ambiental, sendo mais

decorrência da forma como as famílias e parentelas residindo nessa aldeia estão ocupando o espaço;

- dificuldades de convívio, em Zawara kiäven, com pessoas de outros grupos locais, daí a opção por estabelecer outro assentamento;
- a baixa produtividade das roças nesse assentamento, e o fato de "a terra estar dura";
- a pouca ocorrência de caça e peixes nas proximidades de Zawara kiäven e, portanto, a necessidade de ir muito longe.

Nas duas primeiras justificativas, tem-se referência direta aos processos de fissão de um grupo local, sendo que este aspecto não pode ser eliminado das outras duas justificativas, apenas pelo fato delas fazerem referências explícitas a fatores ambientais.

d) Distribuição dos grupos locais pelo território

Para configurar a territorialidade Zo'é, o próximo passo é indicar algumas tendências estruturais na movimentação recente dos grupos locais pelo território. Uma descrição mais detalhada exigiria a listagem das relações atualmente existentes entre todas as famílias e os seus trajetos pelos conjuntos de assentamentos implantados por cada grupo. Ao invés de apresentar este histórico, que não cabe realizar neste Relatório, propomos a comparação entre as duas listas - uma atual e outra mais antiga - de grupos locais (Tabelas 1 e 3).

Se hoje os Zo'é identificam seis grupos distintos, eles são compostos com famílias que pertencem à um número maior de *wan*, cujos movimentos pudemos identificar na trajetória de nove grupos existentes há cerca de 60 anos. A concentração de nove para seis grupos locais não pode ser explicada apenas em termos de redução demográfica (ver Quinta Parte). Ela resulta sobretudo do processo de concentração que a presença de postos de assistência (inicialmente da MNTB e depois da FUNAI) promoveu, no intervalo entre 1985 e 1994. É muito importante mencionar que, agora, os Zo'é voltaram a abrir novas frentes de ocupação ou estão reativando aldeias que haviam sido abandonadas no período de atração.

A Tabela 2, acima, enumera um conjunto de assentamentos ocupados pelos nove grupos locais históricos, muitas delas habitadas até hoje, como é o caso de aldeias muito antigas, especialmente *Zawara kiãven* e *Ivi'ara*. Para construir esta tabela, mapeamos as alianças entre famílias, que explicaram seus percursos entre esses conjuntos de assentamentos. São esses percursos históricos que são rememorados para justificar o domínio que os atuais "donos" tem sobre essas porções do território. A relação que esses -jet, suas alianças e seus descendentes mantêm entre si, configuram o que os Zo'é entendem por *wan*.

Tabela 3

Conjuntos de aldeias, no tempo e no espaço

Conjunto de aldeias 1 - Sul

Aldeia de referência: Kaporuhu (desativada)

Outras aldeias: **Kuruaty**

Aldeias desativadas: Wiwaty, Kaporuhu, Wari uhu, Tapereruhu, Rui Rupa (Base Esperança, aberta pela MNTB)

Primeiros donos: Bikut+, Kikipuã+, Wadju+, Tamesi+

Donos atuais (koha): **Biri**

Apropriação atual (jet): **Tihun**

Conjunto de aldeias 2 - Centro-Sul

Aldeia de referência: **Nã'ret**

Outras aldeias: (sem)

Aldeias desativadas: Nã'ret, Tarãty

Primeiros donos: Bikut+

Donos atuais (koha): **Tihun**

Apropriação atual (jet): **Tihun**

Conjunto de aldeias 3 - Centro

Aldeia de referência: **Keijã** (sede atual do Posto da Funai)

Outras aldeias: **Zawara kiãven, Oviãteary, Purity**

Aldeias desativadas: Wiwaty de Keijã, Kiaven, Japakani, Tahakwahity,

Primeiros donos (koha): Djuhu+, Bikut+, Kuru+, Ava'e+

Donos atuais (jet): **Tamiri, Seri, Nami hu, Xu, Biri**

Apropriação atual: **Tamiri, Nami hu, Xu, Biri**

Conjunto de aldeias 4 - Oeste

Aldeia de referência: Dyby uhu abyr upa (desativada)

Outras aldeias: (sem)

Aldeias desativadas: Nady keatu, Tapyj uhu korog, Dyby uhu abyr upa, Wywakeihe, tahity, Wohahawyt

Primeiros donos (koha): Jypasi+, seu filho Dyby uhu+ e **Tamiri**

Donos atuais: (jet): (sem)

Conjunto de aldeias 5 - Leste

Aldeia de referência: **Ivi'ara**

Outras aldeias: **Ivi'ara aze**

Aldeias desativadas: Iheako, Parakaruty, Tapenahit, Barakie

Primeiros donos: Kosori abyr+, **Sarakut, Tarawit**

Donos atuais: **Sarakut, Tarawit**

Apropriação atual: **Biri**

Conjunto de aldeias 6 - Extremo leste (bacia do Igarapé Kiã're)

Aldeia de referência: (nenhuma)

Outras aldeias: (nenhuma)

Aldeias desativadas: margem oriental do alto Kiã're, que o grupo dissidente de Kunamiju atravessou, para ocupar assentamento habitualmente designado como *Tetan*. Perdeu-se, desde então, há cerca de 50 anos, a pista desse grupo local.

Primeiros donos: Kunamiju

Donos atuais: (sem)

Conjunto de aldeias 7 - Norte 1 (bacia do igarapé Pupuruni)

Aldeia de referência: **Pokoaty**

Outras aldeias: **Kusityryty**

Aldeias desativadas: Pokoaty, Barawa taperet, Totihoty, Dubusity, Tukusity, Toposity, Zawaraty

Primeiros donos: Waitxyt+, Sapu+, Djuhu Parim+, Towari abyr+

Donos atuais: **Keapu**

Apropriação atual: **Keapu, Kurusiwie, Seri**

Conjunto de aldeias 8 - Nordeste

Aldeia de referência: Saraty

Outras aldeias: (nenhuma)

Aldeias desativadas: Saraty, Taperity

Primeiros donos: Zawarua+, seu filho Sihie+

Donos atuais: (sem)

Conjunto de aldeias 9 - Norte 2 (Bacia do Igarapé Towajwet)

Aldeia de referência: **Ypa** (renomeada **Terekie uhu abyr upa**)

Outras aldeias: **Poruruty**, aldeia com denominação ainda não identificada

Aldeias desativadas: Poroaku, Japakani

Primeiros donos: Wakiet uhu+, Pyahim+, Terèkie uhu+

Donos atuais: **Sowari, Tarawit**

Apropriação atual: **Sowari, Tarawit, Za'tu**

Conjunto de aldeias 10 - Norte 3 (Bacia do Igarapé Tarãri)

Aldeia de referência: Tarakwahity

Outras aldeias: (nenhuma)

Aldeias desativadas: Araiho, Takuruty, Nã'wud, Jytaity, Tarakwahity

Primeiros donos: Jypasi+, Djuhu Parim+, Zoruwa+, Nusiõ+, Kasiri uhu+, Sihie+

Donos atuais: (sem).

Quando se referem aos donos (-*jet*) de aldeias, os Zo'e diferenciam quem derrubou (*oity ipy*) e/ou quem primeiro plantou a roça no local (*zaty ipy*). É a roça, de fato, que dá origem ao assentamento. Os ocupantes subsequentes, que podem ser do mesmo ou de outro grupo local, assumem a área já explorada a partir de direitos constituídos seja por relações de consangüinidade (de pai para filho) seja por alianças matrimoniais. É muito freqüente, na história da ocupação das aldeias zo'é, distinguir períodos de ocupação por diferentes "donos". Isto se deve, sobretudo ao fato de que, até o final dos anos 80, uma aldeia era sempre abandonada após a morte de seu fundador. Mas, em quase todos os casos, o local passa a ser reativado em outra geração, pelo mesmo ou por outro, *wan*. Assim, no que toca às relações de apropriação ambiental, *-jet*, denota uma relação de exclusividade, mas não de propriedade.

A superposição das duas listas - os seis grupos atuais e nove grupos históricos - evidencia que apenas um grupo zo'é deixou de ter descendentes: o grupo 6, resultante da cisão de *Kunamiju*, que partiu para o leste e nunca voltou (ver item I.2, acima). No caso do grupo de *Dybysi uhu*, cujas aldeias foram desativadas pouco depois de 1975, os descendentes estão aglutinados ao grupo local que vive, hoje, no centro da área.

Mas as correspondências entre grupos e áreas de domínio se tornam cada vez mais difíceis se consideramos a composição interna de cada *wan*. Efetivamente, os "cabeças" desses grupos não se limitam a reabrir assentamentos ocupados por seus ancestrais, mas expandem suas área de domínio para outras localidades antes ocupadas por grupos distintos ⁽⁸⁾. As fronteiras de cada grupo local, portanto, só podem ser compreendidas a partir das trocas matrimoniais (item II.3.a, adiante).

⁸Este é o caso de Biri, um líder que se identifica como *Kaporuhuan* (e é no céu esta aldeia que ele irá morar, após a morte) mas atualmente compartilha o domínio de *Ivi'ara* com membros de outro grupo local. Outro exemplo disso é Tamiri, cuja trajetória pessoal é marcada pela intensidade com que circulou pelo território, contraindo casamentos sucessivos, e às vezes concomitantes com mulheres dos diferentes grupos locais, com os quais forja relações de afinidade. Os filhos de Tamiri com essas mulheres também contraíram casamentos fora, trazendo para o âmbito de seu grupo de origem suas esposas, parentes destas, e em vários casos, outros cônjuges dela. Essas alianças têm impacto territorial, na medida em que este grupo, mesmo se se identifica principalmente como do centro (grupo 3) estende atualmente seu domínio sobre áreas antes controladas pelo grupo 2, no centro-sul da área.

Todos os grupos locais passaram a ter maior convivência após a instalação de postos de assistência. Os Zo'é foram enfáticos em nos explicar que, antigamente, cada *wan* vivia mais tempo separado dos demais. Dizem que os antigos circulavam pouco, em relação aos atuais padrões de mobilidade. Eram também mais fechados sobre si mesmos, ou seja, estabeleciam menos trocas matrimoniais.

Mesmo assim, como descrevemos no próximo item, é evidente que as parentelas zo'é continuam se identificando como grupos locais distintos e que a manutenção de formas visíveis de distância é parte do padrão social e ético com que este povo garante um equilíbrio que define sua qualidade de vida.

II. 2 Atitudes e classificadores de distância social

a) Entre "outros", mantêm-se distância respeitosa

Se a presença de postos de assistência promoveu a aproximação e a convivência mais prolongada de grupos distintos, qualquer observador que entrar numa aldeia zo'é logo perceberá que a distância entre esses grupos continua inscrita tanto no formato das aldeias, como no comportamento de seus ocupantes quando estão no Posto. As atitudes de distância respeitosa entre membros de grupos locais diferentes constituem um código de etiquetas que pode ser melhor compreendido quando comparado à planta das aldeias e à composição das casas nos pátios (ver Croquis 1 a 3, acima).

No cotidiano, os membros de diferentes grupos nunca "entram" no pátio dos demais. Os adultos, sejam homens ou mulheres, jamais passam ou entram nas casas dos outros. Somente as mulheres mais velhas - que sempre têm algum parente em cada assentamento - e as crianças, percorrem livremente todos os espaços.

A distância entre grupos é sobretudo marcada nas trilhas de entrada, não apenas das aldeias, como dos acampamentos, por menores que sejam. Dentro da aldeia - ou acampamento - cada família tem sua própria trilha para chegar aos pontos de água e, é claro, também têm caminhos próprios para a roça e a floresta em volta.

Entrar numa aldeia junto a uma família procedente de outra e que pertence a um *wan* que não se representa como "dono" do lugar, é uma experiência muito interessante nesse sentido. Os visitantes param à beira da aldeia, sentam, esperam. Quando algum membro da aldeia chega, cabe a ele tomar a palavra, que não será respondida de imediato, especialmente pelas mulheres, que mantêm a cabeça de lado para não ver os seus anfitriões. De repente, o grupo de visitantes levanta e entra prontamente na aldeia pela trilha mais afastada. Sentam na casa que lhes foi designada e ali aguardam serem convidados a sair. Durante toda a estadia, manterão uma posição periférica em relação à todas as atividades dos "donos" da aldeia, ou do pátio onde foram abrigados (tomam banho separadamente, fazem poucas incursões nos pátios de outros grupos locais que não o anfitrião, etc...). Esta atitude é respeitada pelo menos durante o primeiro mês de uma estadia "fora de casa".

O típico ritual de "entrada" nas aldeias mantêm-se até hoje, apesar da circulação intensa das famílias pela área. O ritual não é dispensado quando se chega ao Posto. Embora exista apenas um caminho entre a aldeia *Zawarakiâven* e a casa da FUNAI, cada grupo tem seu próprio acesso à trilha principal ⁽⁹⁾. No vai e vem entre aldeias e Posto, a evitação entre membros de grupos distintos continua. Assim, os rapazes que colaboram frequentemente nas atividades do Posto, e para isso devem transitar em locais distantes de suas moradias, sempre são discretos, no trânsito, no olhar e na fala.

Mas há uma transição interessante nessas etiquetas, na apropriação que os Zo'é fizeram das casas dos *kirahi*, como um lugar "neutro". A sede do posto da FUNAI (e, antes, da MNTB) serve de ponto intermediário, onde visitantes e anfitriões formalizam os ritos de "entrada". Antes de seguir até a aldeia *Zawara kiâven*, é no Posto que, pacientes e discretos, os de fora esperam a chegada dos donos do lugar, antes de prosseguir ⁽¹⁰⁾.

⁹ Os do grupo de Sarakut, por exemplo, fazem uma grande volta para evitar de passar no caminho - e na roça - dos do grupo de Tamiri. O mesmo podia ser observado na Base *Rui Rupa*, até 1991: os membros das aldeias do norte que se encontravam em visita naquela aldeia evitavam andar no caminho central, percorrido pelos donos do lugar, e passavam por uma trilha escondida na margem oposta da pista de pouso.

¹⁰ Esta nova forma de relacionamento interna no espaço do Posto redundou em adaptações interessantes: quando não são convidados expressamente a entrar nos pátios dos donos do lugar, os visitantes ficam hospedados onde podem no Posto,

b) O grupo doméstico e a vida no pátio

É no próprio pátio da casa, ou na seção da clareira de um acampamento que os indivíduos passam a maior parte do tempo, quando não estão em suas roças ou na floresta. Os ocupantes de um mesmo pátio circulam sem constrangimentos nas casas ou abrigos de seus familiares. Se os Zo'é marcam uma distância respeitosa em relação aos grupos familiares que não o próprio, as relações entre pessoas da mesma família extensa são, inversamente, enfatizadas por rituais que confirmam a proximidade (11).

Assim, o nascimento de uma criança ou a menstruação de uma mulher que vive naquele pátio resultará em um ritual de purificação coletivo. Todos os moradores daquele setor da aldeia irão se esfregar com a fibra *xubo'y*, e lavar todas as redes. Nascimento e morte são celebrados discretamente, sem a participação de moradores de outros pátios. É também no pátio do grupo doméstico que se realizam rituais de passagem de seus moradores, como a furação do queixo das crianças, a aplicação de formigas na saída do resguardo da moça, a refeição coletiva e aplicação de formigas na festa que marca a primeira caçada de uma anta ou uma queixada, pelos rapazes, e o ritual do casamento. Nestes casos, apenas as etapas iniciais e finais são privadas, enquanto as seguintes representam a ocasião de reunir toda a aldeia, além de chamar convidados de outras localidades (ver adiante, II.3.b).



onde esperam alimentação; e, se os donos do lugar não os convidarem a entrar, contam com o apoio dos agentes da FUNAI para providenciar a recepção.

¹¹Esses rituais configuram a concepção segundo a qual membros da família extensa compartilham das mesmas substâncias, ou seja, configuram uma "comunidade de substância" (cfr. expressão de Da Matta)

c) Classificadores de relações sociais

Faz-se necessário, neste ponto, abordar a coerência dessas atitudes de distância ou proximidade, com os classificadores utilizados pelos Zo'é para distinguir categorias de pessoas. Essa breve descrição nos permitirá voltar, adiante, ao movimento entre grupos e ao seu impacto na ocupação do território.

Uma particularidade na vida social deste povo é que seus membros se interpelam pelos seus nomes próprios, o que é raro entre as populações indígenas da Amazônia, que habitualmente utilizam uma terminologia de relações, com termos de uso direto, ou vocativos. Os Zo'é possuem alguns termos vocativos e termos de referência ⁽¹²⁾ para todas as pessoas que pertencem ao grupo doméstico e que podem ser comparados aos classificadores de outras sociedades Tupi-guarani.

Os poucos termos vocativos utilizados pelos zo'é sinalizam ou apenas o gênero, ou a posição dos indivíduos numa grade de idades. Assim, os termos utilizados pelos pais para chamar a seus filhos⁽¹³⁾ não são usados exclusivamente para os próprios descendentes, mas para todas as crianças na mesma faixa de idade. São termos que marcam um gradiente de transições de uma etapa do ciclo de vida à outra. Este ciclo consiste numa sequência de ritos de passagem (como a furação do queixo das crianças por volta dos 8 anos, a menstruação das moças, a primeira caçada de um rapaz, etc...) aos quais correspondem, a grosso modo, aos termos utilizados para classificar as pessoas.

A sinalização das idades relativas é particularmente evidente nos termos vocativos utilizados pelas mulheres, para chamar aos seus cônjuges. Normalmente, uma mulher tem

¹² A terminologia de referência utilizada pelos Zo'é inclui as seguintes posições (-*ridy* = irmã; -*kiwyt* = irmão; -*amō* = irmão / irmã de mesmo sexo; -*rekwat* = esposa efetiva; -*paiwat* = marido efetivo; -*ra'yr* = filho - homem falando; -*rajyt* = filho - homem falando; -*bebyt* = filho e filha - mulher falando; -*paiwararu* = sogro do marido efetivo; -*pa'i* = sogro ou irmão mais velho; -*pa'i rekwat* = esposa do sogro; -*ru* / -*tu* = pai; -*hy* = mãe; -*ramoj* / *tamō* = avô; *tutun* = avô; -*pary* = neto e neta.

¹³ As mães chamam seus filhos pequenos -*bebyt*, sem distinção de gênero. Quando atingem 2 a 3 anos. Os termos usados pelos pais para chamar seus filhos são *kwani*, para filho e *kuta'i*, para filha, termos esses que são também usados para qualquer outro menino ou menina, até os 12 anos. Os rapazes, quando atingem essa idade, são chamados pelos pais e familiares mais próximos *tã'an*. Inversamente, os filhos chamam seus pais *papa* e *mã*. O termo usado para chamar o pai muda no decorrer do ciclo de vida: ele passa a ser chamado *tamo* (avô) quando atinge a velhice. Esse termo é usado indiferentemente para chamar todos os velhos.

Além dos referenciais acima, pessoas que convivem no mesmo pátio utilizam, às vezes, para designar pessoas que lhes são próximas, termos que indicam a convivência mais que a relação efetiva: *towirã*, entre cunhados, distinguindo-se entre

de 4 a 5 maridos ao longo de sua vida e convive com 2 ou 3 ao mesmo tempo. Ela chama ao seu parceiro sexual do momento: *pare*. Quando esse parceiro se torna cônjuge efetivo e até ele a engravidar, ela o chamará *deru*. A partir do momento em que esse homem se tornou pai de um filho, ela o chama *papa*. O cônjuge mais velho - que foi, na verdade, seu parceiro mais antigo e é pai do filho mais velho - é chamado *tamo*. Mesmo que os cônjuges a quem uma mulher chama por este gradiente de termos estejam casados e vivam em outros pátios, ela continuará usando o termo que indica sua posição na grade de idade.

O uso deste gradiente - e, portanto, o elevado número de cônjuges sucessivos - só pode ser compreendido à luz das concepções zo'é sobre a reprodução. Segundo eles, uma mulher só pode engravidar com o mesmo marido até duas vezes. Mesmo que várias mulheres do grupo tenham tido um número maior de filhos com o mesmo parceiro, esta concepção se mantém e viabiliza a troca freqüente de cônjuges, que os Zo'é consideram ideal.

A concepção e as práticas matrimoniais zo'é são coerentes com a inexistência de termos vocativos para chamar aos possíveis cônjuges. Todos os afins - reais ou potenciais - são chamados pelo nome próprio. O significado do termo de referência que é usado para designar essas pessoas - todos os do sexo oposto - que não sejam consanguíneos (pais, irmãos e filhos), *kiobukuwar*, é, literalmente, "gente de longe" ou "distante". Para se referir aos afins possíveis - incluindo seus familiares - os Zo'é utilizam o termo *amõ-te*, que significa, simplesmente "outros". A abrangência desses termos ⁽¹⁴⁾ relaciona-se à prática de substituição freqüente de cônjuges, que é um padrão tradicional nas relações matrimoniais zo'é. Queremos dizer com isso, que essa prática não é resultado de compressão demográfica, como poderia deixar supor a reduzida população atual do grupo.

towirã e'e (efetivo) e os outros; *-rupijan*, para o outro esposo da própria esposa; um termo recíproco entre mulheres que convivem no mesmo pátio, sejam elas irmãs ou não: *-he'a'ó*.

¹⁴ Indagados a respeito, os Zo'é desconhecem qualquer outro termo utilizado no passado, comparável aos utilizados por outras sociedades da região para se referir a cônjuges preferenciais. Se os Zo'é efetivamente dão preferência, em suas escolhas matrimoniais, aos primos cruzados e ao casamento oblíquo (de um homem com a filha de sua irmã) não existe termo específico para essas posições. A freqüente troca de cônjuges que é norma entre os Zo'é não permite que esta posição seja "isolada" por designações exclusivas da relação de afinidade. Note-se, ainda, que não existem termos vocativos para os sogros, que são chamados ou *kiobukuwar*, quando possíveis parceiros, ou simplesmente pelo nome.

Voltaremos, adiante, ao intercâmbio matrimonial, extremamente importante para compreender a mobilidade tanto individual quanto das famílias, pelo território.

II. 3. Relações inter-comunitárias

Planejar trocas matrimoniais e falar das negociações em curso para um casamento é o assunto predileto tanto entre os membros de um mesmo pátio como nos encontros entre famílias de diferentes aldeias, após os relatos de caçadas. Um e outro assunto, como veremos adiante, acabam se relacionando sempre. E, entre os dois temas, sempre há uma história de namoro a comentar.

Se vimos que os Zo'é trocam freqüentemente de cônjuge e que as opções abrangem uma ampla categoria de pessoas designadas como *amõ-te* (ou seja, não se restringe à uma categoria fixa de indivíduos designados por termos de afinidade preferencial), esta troca se realiza dentro de determinados padrões, que descreveremos a seguir.

a) Trocas matrimoniais

As trocas matrimoniais são realizadas levando-se em conta uma longa história de trocas anteriores, que acabam por relacionar preferencialmente determinados grupos familiares. Grupos que trocam entre si cônjuges sempre vivem em maior proximidade. A norma social que viabiliza este padrão é a regra segundo a qual o esposo deve viver junto à família de sua esposa. Ou seja, toda vez que uma mulher contrai um novo casamento, ela estará trazendo para seu pátio ou sua aldeia, um novo grupo de pessoas, parentes de seu novo cônjuge.

Cabe ressaltar, entretanto, que nem todos os homens se prestam, por longos períodos, a esta norma de residência. Mesmo assim, a tendência a residência uxorilocal é responsável pela maioria dos deslocamentos entre os membros de um mesmo grupo local, que se cinde em função dos casamentos de seus membros. Como os novos casamentos são freqüentes, assim o são os deslocamentos entre aldeias, pálios e acampamentos.

No início do casamento, um homem costuma andar sempre nos passos de seu sogro. Na maturidade do casamento, os deslocamentos aumentam, pois as famílias passam a se deslocar entre os locais de residência do grupo da esposa e os do grupo do marido, que sempre estará voltando aos percursos de seu próprio grupo familiar.

Na perspectiva dos homens, é interessante mencionar a mudança nas relações sociais que mantêm, durante a infância - quando convivem com seus irmãos (chamados *-e-amõ*, "meus outros") e na idade adulta, quando passam a conviver com homens distantes, sogros e cunhados e, sobretudo, os outros esposos de suas esposas, a quem chamam *-rupijan* e que só excepcionalmente são seus próprios irmãos. De fato, os homens zo'é competem pelas mesmas mulheres e dificilmente realizam seus casamentos com esposas que vivem no mesmo pátio. Dada a tendência à uxorilocalidade, os irmãos acabam vivendo separados (como pode ser constatado nas genealogias, esta separação constitui um padrão tradicional zo'é). A trajetória dos homens mais velhos, como a de seus ancestrais, evidencia que irmãos quase sempre se distanciaram, fundando aldeias muitas vezes separadas por muitos dias de caminhada. A distância social criada nesse processo das trocas matrimoniais estabelece, assim, marcos no espaço e no território zo'é.

Voltando às opções matrimoniais, é importante ressaltar que elas são condicionadas ao registro minucioso da troca entre grupos, em que se busca, sempre, equilíbrio, ou seja, reciprocidade. Dito em outras palavras, dificilmente se contrai matrimônio fora das obrigações acumuladas ao longo de várias gerações, com determinados grupos ⁽¹⁵⁾. É assim que as opções, então, se fecham e que se pode entender o grau relativamente marcado de endogamia nos grupos locais.

¹⁵ Casamentos realizados dentro deste sistema de reciprocidade, que obriga a repor um casamento anterior, contraído por um parente próximo são designados pela expressão *-kanā*, que significa substituição, reposição. O termo, e a prática, indica sempre uma troca restrita, quando o estoque possível de relações é limitado, fechado a algumas possibilidades. *-Kanā*, aliás, expressa sempre um ciclo com limites fechados: a troca de nomes dentro de um estoque finito, o ciclo da lua, com fases sempre as mesmas, a reciprocidade na troca de bens e é o termo que os Zo'é estão começando a utilizar para designar nossa prática de "pagamento".

Os Zo'é preferem, aliás, esta opção fechada. Podem continuar a viver "entre si", sem ter que enfrentar uma penosa distância com os familiares (16). Existem estratégias significativas, nesse sentido.

Casar "perto" é viabilizado aos homens, graças à prática de substituição de cônjuges, realizada por iniciativa das mulheres, em vista à fertilidade. Também é viabilizado pela prática de casamento em gerações alternadas. Quase a metade dos conjugues zo'é pertencem a diferentes gerações. O fato de mulheres idosas casarem com rapazes e de homens idosos casarem com moças deve ser entendido dentro um mesmo ciclo de trocas. Casar fora de sua própria geração significa, na verdade, uma situação provisória, que permite "reservar" um cônjuge da mesma idade, para mais tarde.

Por exemplo, Kuru está casado com Deby (mais velha do que ele, e já com outros dois maridos) provisoriamente, aguardando a filha de Deby e Tuwai crescer para casar com ela. Ou, Towapa está casado com Tõ're (muito mais velha do que ele e com um marido de sua idade) para futuramente obter a filha De'ahi em casamento.

Diz-se desses casamentos entre gerações diferentes, que os cônjuges mais velhos "criam" os seus parceiros, que por sua vez, por estarem vivendo no mesmo pátio do conjugue prometido, também "criam" seus futuros parceiros. Nestes casamentos fora da mesma geração - mas não apenas nestes - utiliza-se o termo vocativo, recíproco, *-pare* (17).

Se a iniciativa de trocar de parceiro - para garantir fertilidade adequada - cabe as mulheres, a estratégia de aproximação aos que serão os co-esposos de uma mesma esposa, cabe aos homens. É esta relação de co-residência que os Zo'é designam como *-rupijan* (18).

¹⁶ É assim que, neste tipo de sociedade, organizada a partir das relações de parentesco, "o espaço domina sobre o tempo" porque a composição dos agrupamentos é mais definida pelas relações presentes e concretas (as novas alianças) que pela profundidade genealógica ou pela identificação aos ancestrais (cfr. Jean Paul Dumont - 1982). Significa também que sua reprodução depende da liberdade de deslocamentos de seus membros no espaço - dos pátios, das aldeias - para manter o equilíbrio das relações de troca matrimonial. Entende-se, nesse contexto, o impacto desestruturador de empreendimentos sedentarizadores como aquele que a MNTB tentou concretizar em sua Base Esperança, entre 1987 e 1991.

¹⁷ Termo que os Zo'é acabaram por traduzir como "namorado", apesar da diferença nas práticas a que se referem, entre nós e entre eles.

¹⁸ O termo é usado por homens e mulheres para se referir aos co-residentes não consanguíneos. É uma relação que eles também comparam - no seu pouco domínio da língua portuguesa - ao nosso termo "amigo"; a comparação é interessante porque evidencia a inexistência de relações parentesco entre *-rupijan*, mas é evidente que esta expressão de nossa língua não caracteriza outros aspectos da relação de companheirismo entre co-esposos.

Como o que vale é a duração do laços entre *-rupijan*, os planejamentos são feitos no longo prazo e a convivência pode durar muitos anos, ou não, já que a concretização dos casamentos planejados nem sempre ocorre. É por este motivo que cada homem experimenta, em sua vida, a convivência com vários *-rupijan*. Promessas fazem-se e desfazem-se, novas negociações sempre estão ocorrendo, envolvendo, em apoio ao pretendente, toda a sua parentela e indivíduos selecionados para a mediação. E, assim, movem-se os Zo'é, de aldeia para aldeia, de acampamento para acampamento, por motivações que não são apenas as da subsistência.

De fato, as aproximações entre famílias extensas pertencentes à distintos *wan* são sempre programadas em função das negociações e prestações matrimoniais; é com este objetivo que os "cabeças" dos grupos planejam participação conjunta em atividades de caça, pesca, etc... Na convivência temporária, mantêm-se ostensivamente a distância que separa os grupos, que permite autonomia das partes durante as negociações. Estas são normalmente tensas, na medida em que exigem a rememoração de tensões passadas e de interesses divergentes no planejamento do futuro. Mais uma vez, cabe reiterar que as formas de distância social praticadas pelos Zo'é dependem menos de diferenças de origem, que de projeções futuras, especialmente as decisões sobre onde irão morar os grupos que estão se aliando.

Mas o encontro de famílias pertencentes a *wan* diferentes, ou a totalidade da população zo'é, muitas vezes ocorre sem planejamento prévio, dependendo do ciclo de atividades de subsistência de cada grupo, ou da procura do Posto para cuidados de saúde e trocas, que ocorrem aleatoriamente; essas ocasiões são sempre tratadas positivamente, uma vez que, quando há concentração, há negociações e rituais coletivos que podem reunir a totalidade da etnia numa única aldeia. Essas oportunidades ocorrem principalmente na aldeia *Zawara kiäven*, próxima do Posto, mas aconteceram também em *Pirity*, que é lugar de passagem para outros assentamentos ou, *Kuruaty*, pela mesma razão.

b) Trocas rituais

Dois aspectos da vida ritual, intensa, dos Zo'é, merecem comentários. O primeiro se relaciona à enfática demarcação cerimonial das separações acima descritas. O outro diz respeito à interação entre a vida ritual e as práticas de exploração dos recursos.

Começamos pelo segundo aspecto, que confirma a importância dos rituais de passagem na organização da vida social zo'é. Cada família vive por pelo menos dez a doze momentos ritualizados de transição, em função da passagem de seus membros pelas etapas do ciclo de vida: nascimento e resguardo, furação do queixo, menstruação das moças, casamento, primeiro sacrifício de uma anta e de uma queixada. Já mencionamos que esses rituais criam uma separação visível entre as famílias diretamente envolvidas; as primeiras etapas do ritual são privadas mas, quase sempre, eles se transformam na oportunidade de uma reunião mais ampla.

A iniciação dos rapazes é particularmente interessante, para evidenciar a profunda relação entre organização social e atividades de produção. Ela ocorre em duas etapas: uma no momento - completamente aleatório - em que voltam da floresta com a primeira anta que mataram e (ou inversamente) quando trazem sua primeira queixada. Tratando-se de queixada, a festa abrange imediatamente a todas as famílias, uma vez que todos os moradores do assentamento (que seja uma aldeia ou um acampamento) estarão envolvidos na caçada, sempre coletiva, desses bandos de porcos. O rapaz, logo que chega, entra em resguardo e seus familiares preparam os diversos itens necessários à iniciação. Vão buscar as formigas *topia'i*, que serão aplicadas no iniciando e, em seguida, em todos os jovens presentes no assentamento. O rapaz fica na rede, esfregando entre seus dedos um pedaço do animal e cantando ladainhas que devem lhe garantir sucesso na caça. Sua mãe ou irmã usará pedaços das vísceras para bater em suas pernas, num gesto que também é propiciatório.

As mulheres do pátio preparam a carne e todos os moradores dos outros pátios renovam seus enfeites, enquanto aguardam o convite para a refeição. Esta não é, propriamente,

coletiva, na medida em que os diferentes segmentos (ou grupos familiares distribuídos nos pátios serão chamados separadamente). Diferentemente da distribuição cotidiana de carne (ver adiante), quando há festa, todo mundo participa: a carne será dividida em pedaços miúdos, para todas as pessoas que estão na aldeia. Abranger a todos é uma manifestação



zo'é de boa conduta, na medida em que garante retribuição. Esses cerimoniais de distribuição da caça são oportunidades que criam as próximas, uma vez que uma oferenda de carne, ou uma festa de bebida fermentada (*sepy*) deverá ser retribuída no próximo encontro.

O mesmo princípio dirige a participação de grupos diferentes em todas as oportunidades em que uma determinada família obteve caça abundante, de grandes mamíferos, que permitem ao "cabeça" do grupo promover uma refeição festiva. A caça é imediatamente consumida, não existindo práticas de conservar a carne por mais de dois dias. Um pátio onde vivem bons caçadores terá frequentes oportunidades de reunir, em torno de si, todos os moradores do assentamento. E, de novo, é o cerimonial que se encarrega de re-separar os grupos distintos, marcando formalmente as distâncias. A esposa do "cabeça"

do grupo convida, com uma fórmula cantada, um a um, os diferentes grupos presentes. Esses chegam numa sequência que indica sua maior ou menor intimidade com os donos do lugar.

A distância e o gradiente de aproximação entre grupos também é visível no cotidiano. No mais simples ato de distribuição de carne, o matador do animal sempre terá de dividi-la. Começa pelos parentes mais próximos, que chegam primeiro e recebem os melhores pedaços (apenas eles compartilham caldo e vísceras); depois, pessoas pertencentes a outros pátios, que já se aproximaram, podem receber algum pedaço. Pessoas com as quais não se tem proximidade há muito tempo ou com negociação em curso são chamadas por último, quando resta carne. Comer, para os Zo'é, implica portanto num movimento que conecta, entre eles, todos os pátios do assentamento. Ou seja, é a possibilidade de repasse de informações sobre os mais variados assuntos, desde o relato das caçadas, o planejamento de outras, até os comentários sobre namoros e casamentos. Reencontramos os dois assuntos que mais interessam aos Zo'é.

c) Trocas de bens

Se inserimos, neste ponto, mais um tema para caracterizar as relações inter-comunitárias, é para enfatizar o momento de transição em que esta sociedade indígena se encontra. Entre formas tradicionais de vida e formas impostas pela convivência com agentes de assistência, a introdução de bens manufaturados que os Zo'é, hoje, desejam possuir, está sendo apropriada segundo critérios que nem sempre foram planejados pelas agências.

É muito importante considerar, nesta transição, a inexistência de especialização que caracteriza o modo de vida tradicional. Qualquer indivíduo zo'é é capaz de realizar todas as tarefas atribuídas ao seu sexo e idade. Isto significa que a diferença de status só é marcada pelos critérios tradicionais de idade, capacidade de liderança, sucesso na caça, etc..., acima mencionados. Possuir menos ou mais bens nunca foi um motivo para diferenciar pessoas, tendo em vista que, todas, são supostas como capazes de executar as mesmas tarefas e, portanto, de adquirir e confeccionar os mesmos bens.

Atualmente, entretanto, algumas mudanças estão ocorrendo, em função da distribuição dos domínios dos grupos locais sobre áreas mais ou menos próximas dos assentamentos dos *kirahi*. Quem é “dono” e vive perto dos não-índios terá acesso facilitado a estes e, sobretudo, aos seus bens. Em função disso, passar temporadas no Posto torna-se uma alternativa procurada por todos os grupos locais e familiares, em busca de acesso às novidades que os *kirahi* sempre trazem em seus aviões.

Tivemos a oportunidade de presenciar, em diversos episódios, a troca de objetos (especialmente os mais “raros”, como lanternas, pilhas, isqueiros, etc), no formato ritualizado que normalmente vigora nas negociações matrimoniais, denominado - *porado*, e que consiste num longo diálogo entre as partes, realizado publicamente, em tom cerimonial.

O que importa ressaltar, nesse contexto, é que as famílias que vivem mais perto da fonte desses bens tendem a adquirir um status diferenciado em relação aos demais. Ou seja, a introdução indiscriminada de bens - sobretudo quando é realizada como “pagamento”, isto é fora do conceito de reciprocidade abrangente que caracteriza a troca zo'é - tende a criar uma categoria diferenciada de pessoas que usam este privilégio para outras negociações de caráter tradicional.

Os Zo'é, como muitos outros povos indígenas, dizem que o ciúme é um dos móveis mais freqüentes nas tensões inter-comunitárias. Se o ciúme decorrente de trocas matrimoniais mal resolvidas sempre acaba movendo os Zo'é a perpetuar suas formas de vida e territorialidade - proximidade, alternada com distância - o ciúme das coisas dos *kirahi* poderá trazer profundas alterações em sua vida social e no seu sistema de ocupação territorial. De fato, como todos querem ter acesso aos bens, a tendência será a da sedentarização em torno dos Postos, provedores de bens. Retomamos, adiante, alguns comentários sobre este momento, complexo, de transição (ver Recomendações, Sétioma Parte do Relatório).

II.4. Organização social e qualidade de vida

Os aspectos selecionados acima para descrever a vida social zo'é incluíram elementos que esses índios consideram mais significativos para uma boa qualidade de vida. Cabe ressaltar que os Zo'é não "preservam" seus padrões culturais de relacionamento interpessoal e inter-comunitárias. Eles, simplesmente, os reproduzem em qualquer circunstância: nas aldeias, em qualquer acampamento, por mais precário que seja, e até na periferia dos Postos de assistência. O interesse em acessar, de forma mais ampla, aos conhecimentos e bens dos *kirahi*, ainda não trouxe modificações profundas na estrutura social e territorial desta sociedade. Mas é evidente que esta situação está em pleno processo de transformação.

Manter as etiquetas de distância controlada com "outros" e, quando for possível, re-juntá-los em forma ritualizada, para propiciar condições de troca corresponde ao modo de vida particular dos Zo'é que eles continuam mantendo até o presente, apesar de todas as intervenções a que foram submetidos (ver adiante, Terceira Parte, item II.6)

a) Com respeito à noção zo'é de jet, não cabe uma analogia com a idéia ocidental de propriedade privada, mas de uma relação que se estabelece com o fazer, o usar e o ocupar. Os Zo'é estabelecem relação de *jet* com vários elementos: roças; indivíduos das espécies cultivadas (o mamoeiro, a pimenteira, a bananeira, etc.); caminhos de acesso aos pátios; pontos de uso de igarapés e o acesso a eles; caminhos de caça; castanhais; inajazais; acampamentos de caça e pesca; objetos, instrumentos e utensílios confeccionados ou obtidos por meio de trocas, tocaias, animais domésticos. Por outro lado, não são *jet* - por exemplo - das espécies animais que consomem (a não ser quando tornados animais domésticos): os *jet* de mamíferos e de algumas aves são seus criadores; e os atuais cultivos zo'é lhes foram doados por seus *jet*, os Tapy'yj, antes da ruptura entre estes e os Zo'é.

Assim, como acontece com a noção de *-koha*, a relação de *jet* não é vivida exclusivamente pelos Zo'é. Há espaços, produtos, objetos e seres específicos com quem eles mantêm tal

relação, alguns deles ligados à constituição de assentamentos. Na história de um assentamento, pelo menos dois tipos de ações não excludentes (e que não se referem obrigatoriamente às mesmas pessoas) implicam em relação de *jet*: quem plantou primeiro (o que muitas vezes coincide com "quem viu primeiro", "quem derrubou primeiro", mas nem sempre); e quem ocupa/usa. Independente das razões que levam um indivíduo a tentar constituir um novo assentamento, ou de suas "pretensões políticas", uma vez isso feito, ele será seu *jet*, mesmo que outros resolvam segui-lo, ali instalando-se até que (ou a não ser que) ele decida não mais ocupar/usar o assentamento, cujos novos *jet* serão aqueles que optaram por manter a roça e "residir" no mesmo. Ainda assim, o "pioneiro" na implantação da roça será sempre referido como seu "primeiro" *jet*.

b) A **manutenção de distância** entre "gente de perto" e "outros", que foi tema desta Segunda Parte do Relatório, deve ser sistematizada, agora, para podermos iniciar - na próxima parte - a descrição das formas tradicionais de uso do território.

Esta particular concepção de "qualidade de vida" está expressa no que os Zo'é denominam - *koha* ⁽¹⁹⁾. Pode ser traduzido como "bem viver" ⁽²⁰⁾, pois o termo indica uma adequação: é um modo de vida apropriado, correto, belo, conforme práticas que detalhamos adiante, ao tratarmos das formas de uso e manejo do território. É esta a noção que permite afirmar que existe um território zo'é ⁽²¹⁾.

¹⁹ - *Koha* é um termo clássico na literatura Tupi-Guarani. Tem sido associado ao espaço da roça e da aldeia, socializado ou modificado pela ação cultural sobre o ambiente. Nas interpretações mais abrangentes, aspectos ecológicos e territoriais têm sido incorporados, como é o caso da seguinte definição apresentada por Noelli: "Tekohá é o território correspondente a uma aldeia, com sua área de caça, pesca, cultivo, coleta e fontes de matérias-primas, delimitado por acidentes geográficos e explorado predominantemente pelo grupo ali instalado." (1996: 35).

²⁰ Cfr. Descola, em relação ao mesmo tipo de concepção, entre os Achuar (1986).

²¹ É significativo, nesse sentido, que os Zo'é estendem a noção de *-koha* para outros seres: o do macaco aranha é o topo das montanhas, onde crescem a maioria das frutas que comem e as altas copas onde dormem; o macaco guariba ou capelão é seu vizinho em pontos mais baixos das encostas, eles se encontram na floresta mas não compartilham seus *-koha*; o *-koha* do macaco prego são os inajazais; o dos urubus está no céu, onde voam em movimentos circulares, só descendo à terra para comer; o das castanheiras é a terra firme e dos açazais é a beira dos igarapés. Esses são os exemplos mais citados para elementos do ambiente, e através deles nota-se os Zo'é não tratam suas relações com o ambiente como homólogas daquelas que mantêm entre si.

TERCEIRA PARTE

Atividades Produtivas e Territorialidade: Usos e manejos dos recursos & Convivência com os postos e outras relações

3.1. Marcos do território zo'é

A noção zo'é de *-koha* traz elementos importantes para entender o que representa "território" para os Zo'é, mas não corresponde a uma tradução deste conceito. Ela tem uma abrangência mais ampla, no sentido de "modo de vida", "bem viver" ou "qualidade de vida", o que significa que as condições ambientais, ecológicas e materiais são componentes obrigatórios na definição de um *-koha*. Uma evidência disso é o fato de os Zo'é usarem esse termo também em referência a espécies animais (macacos, urubu, etc.), vegetais (castanheira e outros) e aos mortos. Em relação aos próprios Zo'é, o conceito incorpora ainda aspectos sociais, culturais e políticos, incluindo sua forma de organizar-se territorialmente, dividindo-se em grupos locais formados por famílias extensas.

O Zo'é *rekoha* fornece os parâmetros para a ocupação territorial e para a regulação do acesso aos recursos, isto é, para a concretização do território zo'é. Por outro lado, o fato de a noção de *-koha* incorporar ao "jeito de ser zo'é" as condições ambientais de sua existência (supondo uma adequação entre o sócio-cultural e o ambiente), indica o empenho do grupo em conhecer o meio que ocupa. Para caracterizar os *-koha* de animais e plantas, esse conhecimento é sistemática e continuamente acumulado com o próprio processo de ocupação, no manejo e uso dos recursos, observando ciclos, hábitos, mecanismos de reprodução, etc, o que, por sua vez, funciona como fator de aumento na racionalidade do manejo. Entretanto, os Zo'é estão ampliando ainda mais o uso desse conceito.

O contato, da mesma maneira que tem contribuído para a formação de uma identidade zo'é genérica, abrangendo todos os grupos locais, à qual se recorre sugundo a necessidade de

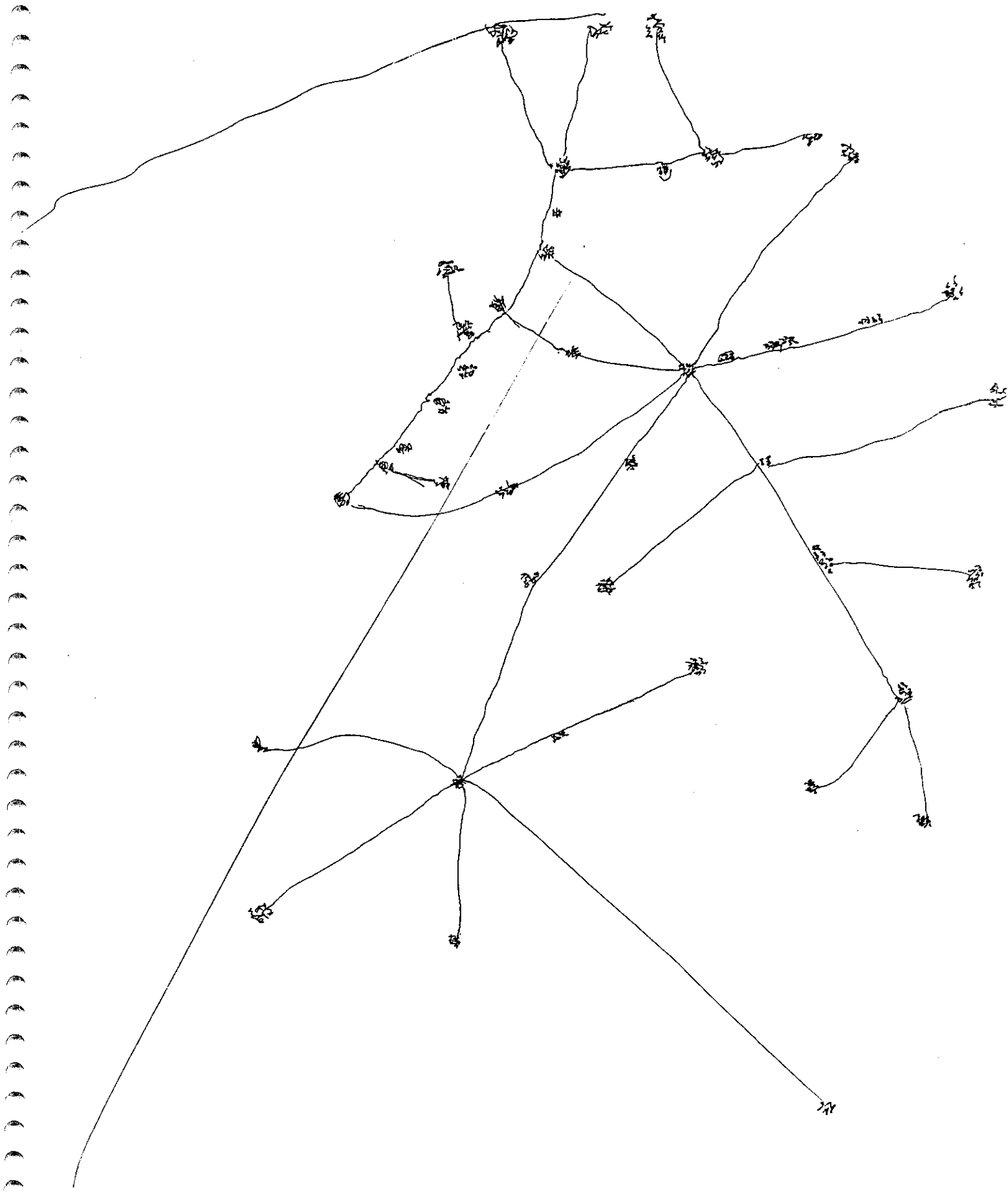
diferenciação frente a "outros", ou para a constituição de um "ser índio", tem motivado a construção de um "zo'é *rekoha*", também genérico. No contexto particular da participação do grupo nas atividades do GT, os Zo'é, num processo positivo e afirmativo de diálogo, perceberam e interpretaram uma demanda por informações relativas ao seu território. Estão tentando responder a ela com a adaptação da noção de *-koha*, o que tem resultado na criação de uma categoria capaz de "traduzir" para os *kirahi* as articulações entre os grupos locais na ocupação territorial.

O *-koha* zo'é, assim como o *-koha* do coatá, ou do açai são, como dito acima, conceitos genéricos, mas cuja elaboração é possível graças ao conhecimento acumulado em relação aos modos de vida específicos aos quais cada um desses *-koha* corresponde. Os "outros", os inimigos ou aqueles sobre cujos modos de vida os Zo'é não conhecem, não têm *-koha*, apenas *upa*, isto é, uma "casa", um receptáculo, em oposição ao Zo'é *rekoha* onde a territorialidade é um exercício constante de criar e diminuir distâncias.

A distância e proximidade que caracterizam a vida social zo'é marcam sua ocupação territorial por movimentos de dispersão e concentração populacional. Esse princípio, que rege a qualidade de vida do grupo, dá-se em níveis diferentes, abrangendo desde as relações interpessoais, entre famílias e entre grupos locais até aquelas mantidas com os "não-Zo'é", impondo limites ao uso do espaço e dos recursos. No território, isso é facilmente verificado nas três instâncias detalhadas a seguir: os grupos locais e suas áreas de influência; marcos territoriais da apropriação do espaço; e marcos sociais da ocupação.

a) Grupos locais e suas áreas de influência

No tempo, as alianças (matrimoniais) que um grupo local estabelece interna e externamente, e os processos bem sucedidos de formação de novos grupos locais a partir do distanciamento interno entre membros de um grupo anterior, implicam em movimento no espaço, com mudanças quanto às áreas materialmente (espaço e recursos) apropriadas por cada grupo. Essas mudanças no espaço ao longo do tempo não podem ser usadas para caracterizar os Zo'é como um grupo nômade de caçadores-coletores, movimentando-se aleatoriamente em busca da garantia da subsistência.



Um critério básico dessas mudanças é a história das relações externas e internas (inclusive com os não-Zo'é), que vai fornecendo elementos para a construção de vínculos com o espaço. Como esses vínculos mudam no tempo, é impróprio fracionar o território em parcelas identificadas em caráter permanente a cada grupo local, apesar de ser possível compreender o que é o território e como se dá sua ocupação através de uma análise sincrônica, como é o presente caso.

O **Mapa 1** mostra a distribuição das áreas de influências dos dez conjuntos de aldeias discriminados na **Tabela 3** (acima, **Segunda Parte**), com localização e extensão aproximadas. Como tem sido enfatizado, uma associação entre os grupos locais propriamente ditos e essas áreas só pode ser apresentada nessa forma se colocamos entre parênteses a história desses grupos. Assim, o critério adotado para elaboração do **Mapa 1** é o da antecedência na ocupação de cada área.

Os Zo'é sempre explicam, quanto à história da ocupação anteriormente ao contato definitivo (1987), que a intensa mobilidade dos membros de um mesmo grupo internamente aos limites de sua área de influência contrastava com a pouca mobilidade em termos dos limites externos a ela. A afirmação desses limites por parte de cada grupo ocorre na prática mesmo da ocupação e do uso, e nos momentos de encontro através, por exemplo, das narrativas de caça, das histórias das ações dos homens importantes, ou de variadas formas de troca de informação sobre áreas de concentração de recursos, sobre evidências de presença de inimigos, etc.

O contato definitivo, com presença permanente das agências de assistência, operando como um atrativo que concentra a população, aumenta a frequência dos encontros, o número de casamentos entre indivíduos de grupos diferentes, e, portanto, faz crescer a mobilidade entre as áreas de influência, pois os laços criados nesses encontros passam a ser os motores dos próximos.

b) Indicadores materiais de apropriação do espaço

Os vínculos com o espaço referidos acima ocorrem concretamente, por exemplo, pela apropriação - uso e ocupação, não "propriedade" - individual de caminhos de caça, caminhos de acesso aos assentamentos, castanhais e áreas de caça; pela associação de um *-koha* a um grupo local; pela apropriação - novamente, uso e ocupação - dos assentamentos pelas famílias e parentelas. Os caminhos, a toponímia zo'e - ou seja, suas denominações para igarapés, áreas de concentração de recursos (castanhais, principalmente), os assentamentos, etc. são marcos territoriais estabelecidos de acordo com as formas tradicionais de ocupação, isto é, de acordo com o princípio da distância e proximidade.

Tomando o território como um todo, os grupos locais reconhecem e afirmam, uns em relação aos outros, a exclusividade da apropriação e uso dos recursos pelo grupo ocupando uma dada região, pelo tempo em que essa ocupação for efetiva. Nos limites internos de uma área ocupada por um grupo, por sua vez, impõe-se um outro nível de regulação de uso, através da exclusividade na apropriação de roças, pontos de banho, pontos de pesca, caminhos de caça, castanhais, caminhos de acesso aos assentamentos. Essa exclusividade pode ser afirmada em relação às famílias, especialmente nos três primeiros casos, mas o mais comum é a referência aos indivíduos: os *-jet*.

A apropriação exclusiva pelo uso efetivo não tem caráter permanente, dada a mobilidade dos grupos locais. Por isso, as apropriações sucessivas vão se acumulando no tempo e sendo incorporadas pelos Zo'é à história da ocupação: além do *jet* atual, a respeito de cada ponto do território, cada recurso explorado, etc., costuma-se reconhecer quem viu primeiro, quem ocupou primeiro, quem usou primeiro, a sequência dos *jet* até o momento presente. A experiência acumulada de uso é, portanto, um critério importante na ocupação, mas não é o único (1). As tentativas pioneiras (no sentido de abertura de novas frentes de exploração do ambiente) também existem, estando, em geral, associadas à história dos *jy*, os homens

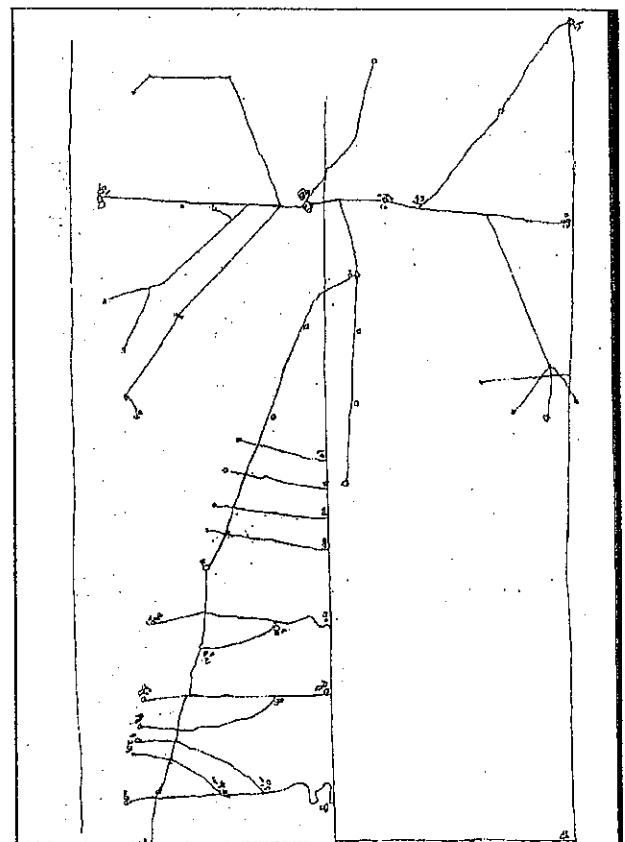
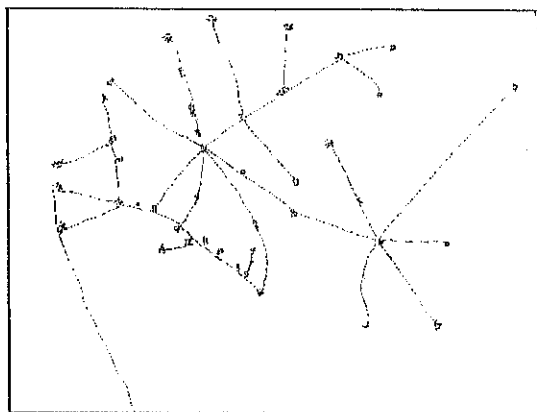
¹ Quanto a esse aspecto em particular, é possível que o acesso mais frequente e facilitado a utensílios dos *kirahi* (principalmente, machados, facões, facas e lanternas) venha a servir como motivação para essas novas experiências, pois os mesmos tendem a diminuir o esforço e o tempo necessários, por exemplo, à abertura de caminhos e clareiras, obtenção de palhas e troncos, limpezas, etc.

importantes, cujas novas experiências, se bem sucedidas, são seguidas por outros indivíduos, passando a enriquecer a história do grupo como um todo.

Os Zo'e prepararam mapas para mostrar a ocupação ao norte e ao sul de Zawara kiäven, respectivamente. O principal aspecto destacado nesses mapas são os assentamentos. Praticamente todas as roças atuais e antigas estão representadas, e muitos dos acampamentos usados nos momentos de dispersão, durante as temporadas de caça e pesca (alguns desses acampamentos também são antigos e seu uso tem sido

Mapas 2 e 3

Elaborados pelos Zo'é durante as atividades do GT (ver toponímia nas páginas seguintes)



bastante esporádico em relação a outros, localizados em áreas atualmente mais intensamente ocupadas). Além disso, foram incluídas algumas áreas de concentração de recursos, e, de modo especial, vários *kwata rekoha* - isto é, os *-koha* de coatá - em função do valor atribuído a esta espécie pelos Zo'é. Entre os assentamentos e entre estes e as

Mapa 1

Conjuntos de assentamentos georeferenciados – cf. Tabela 3, da Segunda Parte, pag.35

Conjunto 10

1. Takuruty
2. Nawyd
3. Tarakwahity
4. Jitaity / Kuicity

Conjunto 9

5. Poruruty
6. Tcererio ohu aby (rupa)

Conjunto 8

8. Saraty
13. Taperity

Conjunto 7

9. Zawaraty
10. Tukusity
11. Kusityryty
12. Dybysitaperet
14. Totihoty
15. Baraway taperet
16. Pokoaty

Conjunto 6

28. Kiheta
- * Kunamiju

Conjunto 5

7. Ivi'ara

Conjunto 4

17. Wywakey'ejhe
18. Wo hahawyt
19. Tahity
20. Dyby uhe abyrawpa

Conjunto 3

21. Zawara Kiäven
22. Purity
23. Ovixanteary

Conjunto 2

24. Nã'ret

Conjunto 1

25. Kaporuhu
26. Tapereruhu
27. Kuruaty
29. Wari uhu rupa

áreas de concentração de recursos, os Zo'é traçaram os caminhos de acesso. Conforme explicado acima, os caminhos também são marcos territoriais e, portanto, têm história, têm seus *jet*: não se anda a esmo no Zo'é *rekoha*.

É possível perceber por esses mapas que a toponímia zo'é está fortemente associada aos igarapés. Isso não significa que os Zo'é não reconhecem características físicas da região que ocupam, mas que em se tratando de seus *-koha* as referências predominantes são os marcos da própria intervenção do grupo sobre o ambiente. Isso explica também porque algumas áreas de concentração de recursos, significativas do ponto de vista de sua abundância, são pouco mencionadas pelos Zo'é: elas são conhecidas, mas não foram apropriadas por um *jet*.

c) Indicadores sociais de ocupação

O território de uma sociedade é o resultado da maneira como ela organiza e regula o acesso - ao espaço e aos recursos. Entre os Zo'é, para entender o que é essa "maneira" deve-se olhar para a dinâmica cotidiana das distâncias sociais: como elas se instalam, como são burladas, os caminhos socialmente autorizados para diminuí-las através de trocas (principalmente as trocas matrimoniais). É essa dinâmica que motiva os movimentos de dispersão e concentração da população.

Como já foi dito, as pessoas e famílias não se espalham aleatoriamente pelo "vazio demográfico" para garantir sua sobrevivência numa região na floresta tropical amazônica, exatamente por que ali não há vazio demográfico, mas uma forma social e culturalmente instituída de territorialização do espaço: as regras relativas à distância e proximidade informam sobre quem deve ir com quem, e isso quase sempre implica em saber para onde vão, ou - no mínimo - para onde não devem ir. Nesse sentido, os movimentos de dispersão e concentração da população são marcos demográficos para o território, mas são marcos que mudam tanto no tempo como no espaço, já que não é a área de ocupação que define um grupo local zo'é, mas a história de um lugar que é contada pela ocupação que fizeram os grupos locais que dele se apropriaram no tempo.

Por exemplo, quando as famílias se dispersam nos acampamentos de caça, durante a estação das chuvas, para a "temporada do macaco gordo", aquelas que formam atualmente o grupo local que tem em Biri seu homem importante seguem para o sul, apesar de estarem "morando" em Zawara kiäven, onde mantêm roças. Os pontos de caça da região central, onde está localizado este assentamento, são usados pelas famílias ligadas a Tamiri e seus filhos Nami hu e Xu, que - como Biri - "residem" em Zawara kiäven (para localizar as pessoas em relação à distribuição demográfica atual, ver as Tabela 1 e 3, relativas à distribuição da população por áreas de ocupação, apresentadas na Segunda Parte).

Na sequência, serão apresentados alguns aspectos do conhecimento local zo'é acerca do ambiente. Foram destacados elementos desse conhecimento que se caracterizam por serem usados pelos Zo'é para marcar estações. Eles ajudam a entender como ocorrem, na prática, os movimentos de concentração e dispersão, os quais serão apresentados logo depois sob a forma de um calendário de atividades dos Zo'é num "ciclo anual".

3.2. Marcadores temporais: argumento ambiental no discurso sobre dispersão e concentração

Duas grandes estações, uma de chuva (inverno) e outra de seca (verão), são referidas pelos Zo'é como *aman uhu* e *kwara hy*, respectivamente. Esse espectro é, porém, repartido no que poderíamos chamar de "sub-estações", às quais referem-se vários outros marcadores.

a) chuva como marcador

Percebe-se pela tradução dos termos usados para designar as estações de acordo com as chuvas, que há muitas sutilezas nas passagens representando a possibilidade de superposição entre elas:

- *aman okiripy* - estão chegando as chuvas, está quase chovendo (janeiro/fevereiro);
- *aman uhu / aman okit uhu* - meses de chuva (março, abril, começo de maio);
- *aman uhu opa ipy* - as chuvas estão acabando (segunda metade de maio, junho);

- *kwara hy ipy* - é quase verão (fins de junho, início de julho);
- *kwara hy* - época de sol, verão, estação seca (vai, mais ou menos, de meados de julho até fins de dezembro, início de janeiro). Eventualmente, os Zo'é referem-se aos períodos sem qualquer ocorrência de chuvas como *kwara hy aku* (onde *aku* pode ser traduzido como quente, calor). Aparentemente, não há para a estação seca o mesmo detalhamento verificado com as sub-estações do inverno, a não ser para os períodos de formação de nuvens que indicam chuvas como *aman obug ipy*.

b) "cantos" como marcadores

Também de um modo geral, o anúncio do início das duas grandes estações é marcado por cantos de batráquios (chuvas) e grilos e cigarras (seca). Ao longo das estações, a seqüência dos cantos vai mudando. Essa divisão não deve ser vista de modo rígido. Os Zo'é citam espécies de grilos e cigarras que cantam em horas específicas do dia ao longo da estação chuvosa. Inversamente, há batráquios que cantam em certas horas do dia, em momentos específicos da estação seca.

Batráquios (em geral associados à estação chuvosa)	Grilos e Cigarras (em geral associados à estação seca)
Ju'e (aman okit ipy / as chuvas estão chegando)	
Jylope	Kwara hy paiwar
Pupuku	Kiasyry
Kururuhu	Taitarin
Pixouruhu	Totoko
Buru	Totoko uhu
Karanahy	Totoko mirin (canta também no período das chuvas quando há sol, no fim da tarde)
Tái	neu neu
Zapu ju'i	Kiesesek
Kwarag	Siririk (ou, Syryryk)
Tarenã	Urin urin
Ju'i hie	
Kyto (canta no final das chuvas, início do verão, também no meio do verão, à noite)	

Além desses, os Zo'é também destacam o canto dos mutuns no período que precede as chuvas (*aman okiripy* e *aman obug ipy*); do coatá e do capelão no meio da estação das chuvas; e dos tucanos, araras e papagaios, no fim da estação das chuvas (*aman uhu opa*

ipy). Nesses casos, os cantos estão associados aos períodos em que essas espécies estão mais gordas - *kie* - e, portanto, a períodos privilegiados para a caça dos mesmos.

c) as frutas

O quadro abaixo contém uma amostra de como o ciclo fenológico de espécies vegetais é apropriado como conhecimento pelos Zo'é. Várias de suas observações são usadas com fins práticos, seja com vistas à definição de seu ciclo e ritmo de atividades, seja para avaliar locais privilegiados do ponto de vista de presença de caça.

Fruta / nome	Estágio / estação	quem come / em que estágio
Tucumã (palmeira)	final da maturação / estação das chuvas	Paca, cotias / quando cai
Pokie (árvore)		Veados
Babakie (embaúba)	brotas / estação das chuvas	Anta
Semente de buburie		Catitu
Dita'i (jatobá)		Zo'é / Quando cai; Quatá e prego/ comem dos galhos jogam o resto que catitu, cotias, antas, veados e pacas comem; Catitu também come a semente.
Terekie e takie (árvores)	final da maturação/ antes da estação das chuvas (aman okiripy)	Zo'é preparam cozinhando / cai; quatá pega nos galhos; jacamin, veados, jabotis, anta, paca e cotia / cai
Taperebá (árvore)	final da maturação / fins de abril a começo de maio (estação das chuvas)	Os Zo'é cozinham ou preparam mingaus/ quando cai
Kunãná (palmeira)	cai / antes da estação das chuvas (aman okiripy)	Cotias / comem semente
Inajá (palmeira)	frutifica / meio do verão; final da maturação / por volta de abril, no aman uhu	Macaco prego, esquilos, cotias, paca e os Zo'é
Pidawa (palmeira)	amadurece / final das chuvas, volta de maio; frutifica / verão	Tucano, kirog, rã'ã, pusig; Os Zo'é comem a fruta
Boputahy	Frutifica / meio do verão	Macaco prego, e os Zo'é
Irixí	Idem	Idem
Kusi i'e (palmeira, parecida com inajá)	frutifica / meio do verão; final da maturação / antes da estação das chuvas, no aman okiripy	Cotias e paca (no aman okiripy)
Wisi (palmeira)	final da maturação / estação das chuvas (aman uhu)	
Fruta de acapu (árvore)	final da maturação / estação das chuvas	cotias e paca (no aman uhu)

	chuvas (aman uhu)	
Patawá (palmeira)	amadurece / a partir da segunda metade de maio (aman uhu opa ip) frutifica / verão	Tucano, arat, kiekieho, kirog, pusaken, kianinin, kapotary, poipejacamin, jirusi, jacu, sosoro, wenna rã'ã, kurarag, pehun, seseg. Além cotias e dos Zo'é
Açaí (palmeira)	maduro / pelo tempo das últimas chuvas (junho, início de julho). Pelo mesmo período referem-se ainda a maturação de kukuri sin e arakie que são consumidas pelas mesmas aves que o açaí; frutifica / verão	Tucano, arat, kiekieho, kirog, pusaken, kianinin, kapotary, poipejacamin, jirusi, jacu, sosoro, wenna rã'ã, kurarag, pehun, seseg, cotias e os Zo'é
Araputo (cipó)	maduro / últimas chuvas	Tucano, kirog, pusig, rã'ã, arak vermelha, araku'a amarela, nã tokiriri
Kurembó (cipó)	maduro / início do verão	Tucano, kirog, pusig, arak vermelha e amarela, nãbé, toki kurarag, pyryjy pipot, rã'ã, jac araku'a branco, wire aku, popotãrã hun, papakiero, nereäty, tang
Borota	maduro / início do verão	tucano, burusiaperowa pepo, toki nãbé, pyryjy pipot
Deabu äpäi	Idem	tucano, kirog, araku'a, nãbé, toki papakiero
Towa (amênoa)	final da maturação / passagem das últimas chuvas para início do verão	neste período os Zo'é comem assando a amênoa na fogueira
Pire towa (amênoa)	Idem	fazem o mesmo, só que com pouco, porque arde
Castanha-do-Pará	começa a "cair" no aman okie (janeiro/fevereiro), prosseguindo quase o fim da estação das chuvas frutifica / verão	os Zo'é consomem a castanha extraída dos ouriços caídos, seja comendo diretamente a amênoa seja preparando mingaus com batido doce ou farinha e pimenta. Ao longo do verão, não encontrando ouriços caídos, colhem ouriços verdes e comem a amênoa que, neste estágio de maturação tem consistência tenra. Seguem tirando os ouriços dos galhos (nã kutuk) e voltarem a cair
Caju branco e vermelho	frutifica / verão, a partir de outubro	os Zo'é comem a polpa, não amênoa
Wopie (árvore)	amadurece no período das chuvas durante o período em que os macacos estão mais gordos (kw ikie)	os quatás comem tirando os galhos, quando estão maduros. que os quatás não comem e caído consumido pelos Zo'é

O acervo zo'é de marcadores é maior, incluindo, por exemplo, os ciclos lunares e os "trajetos" de certas constelações, além de muitas outras evidências observadas em peixes, aves insetos, etc. Todas essas informações são cruzadas para compor uma espécie de análise climática, que serve como pano de fundo aos fenômenos sociais de dispersão e concentração da população, isto é, no discurso zo'é, elas aparecem como o aval ambiental, o sinal verde para seus movimentos.

3.3. Atividades "sazonais"

Como os Zo'é não estabelecem um marco que identifique o início de um ciclo anual de suas atividades, a sequência abaixo tem como eixo recursos valorizados pelos Zo'é e atividades que mais se destacam em cada sub-estação, dentro das duas grandes estações - inverno e verão. Antes, alguns dados gerais.

É durante a estação das chuvas, que vai de meados de fevereiro ou início de março - dependendo do ano, até meados de julho, que acontecem os períodos mais prolongados de dispersão da população no território, ao longo de duas importantes temporadas de caça: a do coatá gordo (entre março e maio) e a do tucano (em junho e início de julho). Nesses meses, os Zo'é ficam mais tempo nos acampamentos, retornando às aldeias principalmente para buscar farinha e beiju ou tapioca. Entre as duas temporadas, se a farinha estocada nas casas das aldeias acaba, podem permanecer alguns dias até mais farinha seja preparada e o estoque repostado. Como é também um período em que muitas frutas amadurecem, é comum também que a dispersão e a distância sejam interrompidas pela celebração de festas, e há muita fruta para preparar a bebida fermentada - se'py. As celebrações também são comuns entre as duas temporadas.

Nas transições entre as duas estações, mas principalmente logo antes das chuvas mais fortes a partir de março, muitas famílias optam por permanecer em acampamentos de pesca, aproveitando o pequeno aumento no volume das águas para caçar urubu-rei, usando peixes poderosos e urubus como iscas. A permanência nesses acampamentos pode se prolongar se as chuvas demoram, ou até que se avalie que os coatás estão realmente gordos, principalmente se há pouca penugem branca para os adornos de cabeça ou penas

para as flechas. Algumas famílias e parentelas se dividem, deixando parte de seus membros encarregados de preparar a farinha, enquanto outros permanecem nos acampamentos de pesca e caça de urubu.

A estação seca vai de fins de julho ou começo de agosto até o início de janeiro. Ao contrário do período das chuvas, ela é marcada pelo trabalho nas roças. A vida nas aldeias se intensifica, sendo comum que os grupos locais inteiros as ocupem, apesar das roças serem familiares e de não haver a prática da roça coletiva. É um período de maior concentração populacional. Isso não significa que as famílias não mantenham outras atividades que as leve a deixar uma aldeia. A pesca, inclusive com timbó, mas também com anzol, é uma atividade corrente ao longo do verão. Também acontecem expedições de caça, sendo que é comum que sejam mais curtas e que as mulheres não as acompanhem, permanendo nas aldeias cuidando da roça. Finalmente, a estação seca não é necessariamente um período sem mobilidade, pois famílias que mantêm roças em áreas diferentes (em mais de uma aldeia), deslocam-se para dar conta de todas as roças, ou - pelo menos - de duas delas.

Nos pontos abaixo estão mais alguns detalhes sobre atividades sazonais e recursos valorizados pelos Zo'é:

- a **castanha-do-Pará** é a principal fonte de proteína vegetal, e alimento básico na dieta zo'é, juntamente com os produtos obtidos com o processamento da mandioca e as carnes de caça. Por volta da segunda quinzena de janeiro (durante o *aman okiripy*), antes do início da estação de chuvas, os ouriços começam a cair e a amêndoa é consumida em profusão até o fim da "estação" de caça de tucanos (*aman uhu opa ipy* / meados de julho). A partir daí, é mais difícil achar ouriços caídos, o que não implica interrupção total do consumo: durante o verão, se for o caso, os Zo'é colhem os ouriços ainda verdes, e



seguem comendo castanha ao longo do processo de maturação da mesma, até o início de uma nova temporada de “queda de castanha” (*nã okui*), em janeiro;

- *aman okiripy* é também um período de limpeza da roça para fins de **novo plantio**. Isso ocorre, então, entre meados de janeiro e início de março. A mandioca colhida é processada (ralada, espremida no tipiti e peneirada), depois do que os Zo'é fazem farinha, beiju e tapioca (aproveitando o sumo resultante



da compressão no tipiti - o tucupi – no cozimento de carnes ou em banhos). Já que ao longo da estação das chuvas, que vem depois, muito tempo é dedicado a atividades fora das roças, parte da farinha preparada é “armazenada”, para ser consumida nos “acampamentos” de caça e/ou pesca, assim como a pimenta que é colhida e seca no *aman okiripy*, e guardada em cabaças;

- ainda nas semanas correspondentes ao *aman okiripy* (meio de janeiro até começo de março), com a queda de **terekie e takie** (*terekie okui*), é freqüente a caça aos animais que comem essas frutas: anta, paca cotias, veados, jacamin, jabotis. Destacam-se atualmente as caçadas



noturnas “de espera” para pegar paca e anta, tornadas tão usuais com o recurso das lanternas, principalmente nas proximidades das “aldeias”; como também as tocaias feitas à beira dos caminhos de caça para pegar cotias, também não muito longe das roças. No geral, porém, mamíferos e aves são caçados em qualquer estação, sempre que avistados, mesmo fora dos períodos em que estão mais gordos (a gordura animal é

muito apreciada pelos Zo'é). Além disso, há aqueles, como os mutuns, dos quais os Zo'é aproveitam tanto a carne, quanto as penugens do peito (para os adornos de cabeça das mulheres) e penas (para as flechas).

- a **caça do urubu-rei** é realizada com a finalidade de obter penugem do peito e penas para confecção dos adornos de cabeça, nas flechas e nos adonos masculinos nas celebrações (algumas informações gerais sobre as mesmas vêm na seqüência). Basicamente, a hora de instalar-se num “acampamento” depende da demanda da(s) esposa(s) de um homem. É comum, porém, que isso ocorra no *aman okiripy*, antes da “estação” de caça aos coatás gordos – *kwatá ikie* (portanto, também entre meados de janeiro e começo de março). Ambas as atividades exigem considerável alocação de



O' aprende a pescar com linha (1991) e meninos voltam de uma pescaria com timbó perto de sua aldeia, no verão(1989)

tempo. Em geral, os Zo'é aliam a pesca à caçada de urubu-rei: uma parte do peixe é usada como isca podre nas tocaias (entretanto, instalam-nas também em altos de serras, longe de igarapés, com outro tipo de isca). Uma família, ou grupo de famílias deslocam-se para pontos de pesca, permanecendo em “acampamentos”, em princípio, até julgarem que já caçaram urubus em quantidade suficiente. Se a “temporada” se prolonga além do estoque de farinha que foi levado, algum homem (adulto ou jovem) volta à “aldeia” para pegar mais. Provavelmente em virtude dessa freqüente associação com a pesca, a estação das chuvas acaba não sendo uma boa época para a caça ao urubu-rei, já que a alta das águas

inviabiliza a pesca com anzol ou com timbó (“os peixes não mordem a isca”, explicam os Zo'é). Isso ajuda a explicar a frequência dos acampamentos durante o *aman okiripy*.

- finalmente, *aman okiripy* também é referido pelos Zo'é como um dos períodos em que **porcão e catitu** estão “gordos” (*taza ho ikie*). Especialmente no meio desse período - normalmente no mês de fevereiro - a notícia da passagem recente de varas de porcão ou catitu espalha-se rapidamente, e homens são vistos saindo sozinhos ou em pequenos grupos em busca dos rastros das varas. Pode acontecer, ainda, que, durante o deslocamento entre assentamentos, por exemplo, sinais da passagem recente de uma vara sejam identificados: a caminhada é interrompida, e os homens presentes iniciam as tentativas de cercar a vara, aumentando, assim, as chances de ter algum animal flechado e morto, além de filhotes capturados, para serem criados como animais domésticos;
- ***kwatá ikie*** é a denominação genérica dada ao período em que os **macacos** como um todo estão mais gordos (onde *kie* refere-se a godo, gordura), mas há uma valorização maior do coatá em relação às outras espécies. Esse período vai, mais ou menos, de março a maio, e abrange quase toda a estação das chuvas (*aman uhu*). Em qualquer época ou estação, a quantidade e localização da gordura do coatá é identificada pelos Zo'é e comparada ao período em que é mais abundante: quase sempre que algum deles é flechado e trazido, há exames e comentários em torno do tema, com especulações sobre quanto tempo ainda falta para uma nova fase de “coatá gordo”. Quanto aos acampamentos no *kwatá ikie*, pode acontecer de um grupo de famílias optar por instalar-se numa “aldeia” mais próxima à área de caça usada por seu grupo. Isso acontecendo, apenas os homens do grupo, juntos ou em grupos menores deslocam-se para onde terão mais chances de encontrar os coatás - os topos das montanhas, decidindo, eventualmente, por não retornar no mesmo dia. Uma outra possibilidade é instalar-se num acampamento. Ela implica num pequeno número de famílias por acampamento, provavelmente, em função da possibilidade de abranger uma área mais extensa.

- a estação das chuvas, *aman uhu*, que vai de março a maio, marca também o tempo final de **maturação de algumas frutas** muito consumidas pelos Zo'é. Ingazinho, patawá, pidawá e inajá podem ser consumidas no próprio local onde os Zo'é as coletam. O taperebá só pode ser consumido depois de cozido (segundo os Zo'é, há um "bichinho" que pode ser alojado na região da garganta de quem come taperebá cru, e, eventualmente, causar sua morte: o cozimento mata o bichinho). Uma vez cozido, o taperebá pode ser comido, sendo comum o uso da polpa para preparo de "mingau". Cozimento e extração da polpa é uma forma de consumo igualmente usado para inajá, patawá e pidawá. No meio desse período, em abril, a abundância de taperebá e inajá coincide com uma sucessão de celebrações em que as "frutas da época" são fartamente usadas na preparação do *se'py*, "bebida" consumida no amanhecer que sucede uma noite inteira de cantos e danças, e que pode ser preparada também a partir de farinha, beiju e massa de mandioca ralada e espremida no tipiti. A rede de reciprocidade envolvida na realização dessas celebrações é complexa: um homem "oferece" e conduz os cantos e danças a outro homem; uma mulher (que não é necessariamente a esposa daquele que está oferecendo a celebração) cuida da preparação do *se'py*, o que leva alguns dias, pois é um processo de fermentação; no pátio da casa dessa mulher os convidados se reúnem na noite da celebração para dançar e cantar. Os homens vão se juntando aos poucos àquele que conduz a celebração; nem todas as mulheres dançam, e as que o fazem vão seguindo o homem com quem "podem" dançar pelo braço. Os convites para a festa são feitos formalmente por um indivíduo engajado nos preparativos da celebração, seguindo a etiqueta de falar de longe, e usando entonação e palavras específicas ao contexto. A ordem e a maneira de chegar para as danças da noite e para "beber" *se'py* pela manhã (há uma breve interrupção) é orientada pela "distância" social que os convidados têm em relação aos que estão "oferecendo" o *se'py*. Os adornos masculinos (os usados na cabeça e em volta da cintura) têm como "matéria-prima" principal penas de urubu-rei, e as várias frutas que têm período final de maturação em abril, começo de maio são usadas na preparação do *se'py* (mas não misturadas, o "sumo" de cada uma é "guardado" para fermentar em panelas diferentes).

- pelo fim do *kwatá ikie*, em meados de maio, os tucanos já estão comendo patawá. A época em que **tucanos, araras, papagaios** (e cerca de outras duas dezenas de aves de pequeno e médio porte) estão mais gordos é referida pelos Zo'é como *token ikie*. Essa "estação" dura de um mês e meio a dois meses, entre fins de maio, junho e primeira metade de julho. Nesse período, bandos numerosos das aves vêm aos açazais, patawazais, etc, para comer as frutas². Os Zo'é fazem acampamentos nas próprias áreas de concentração das frutas, onde - em tese - permanecem ao longo de todo o período. De fato, há uma região específica privilegiada pelo grupo para caçar durante o período do *token ikie*. Os Zo'é identificam várias outras regiões de concentração de açazais, mas - pelo menos nos últimos anos - a região em torno do Purity ("aldeia antiga" cujas roças foram reativadas) tem concentrado praticamente toda a população durante essa época. Para o caso das caçadas de tucano, os Zo'é constroem tocaias nos altos de árvores para flechar as aves que vêm comer as frutas. Entretanto, a construção das tocaias não é obrigatória. O ideal é distribuir tarefas da seguinte forma: homens e jovens adultos que portam arco e flecha revezam-se entre a tocaia e a caçada em terra, e um garoto correndo para recolher as aves abatidas. Mulheres, crianças e homens que já não caçam permanecem nos acampamentos. Como o mesmo local é usado por famílias de grupos diferentes, as práticas de evitação previstas são vividas e cumpridas também no espaço e no tempo do *token ikie*, podendo acontecer, porém, de famílias de um mesmo grupo optarem por construir seus acampamentos em locais diferentes. É possível que essa opção ocorra em função da construção de tocaias diferentes. Finalmente, pode acontecer que um mesmo homem decida mudar o local de sua tocaia, o que implica na mudança de todos que o acompanham para outro acampamento. Ainda um detalhe: a prática do moquém não é, entre os Zo'é, extensiva às aves, e, portanto, praticamente tudo que se caça ao longo do dia é consumido à noite;

² Os Zo'é forneceram a seqüência de consumo das frutas pelas aves, que pode estar associada a uma seqüência nos seus estágios de maturação, e que está apresentada na tabela referente às frutas como marcadores, acima.

- o fim do *token ikie*, em meados de julho, marca também o início do verão (*kwara hy*). Com as águas baixando, os Zo'é intensificam as atividades de **pesca**. Fazem-no com anzol, nos locais onde os "peixes engolem as iscas"; ou batem timbó onde esta técnica mostra-se mais apropriada: pequenos cursos d'água e "poços" (pontos nos igarapés de maior porte, onde o volume de água pode até permitir que esta fique acumulada em superfície num verão mais rigoroso). A pesca com timbó está mais associada a águas baixas. O uso de anzol e linha é mais recorrente nas fases de transição entre estações, quando as águas não estão tão baixas (entre janeiro e março, e julho e agosto/setembro). Uma outra opção adequada também a esses períodos de transição é o uso de flecha ou zagaias. Para fins de pesca, os Zo'é preparam pontas de flecha próprias a essa atividade, cuja denominação - *pidé* - passou a ser usada igualmente ao referirem-se aos anzóis; as zagaias podem ser de dois ou três dentes. Assim como as caçadas noturnas, a pesca com anzol é resultado do contato. Se por um lado essas duas atividades representam claramente um aumento na obtenção de proteína animal, por outro, a garantia dos bens necessários a sua execução é um fator de atração dos Zo'é que pode reverter (como já ocorreu em alguns momentos) em sedentarização, e, dependendo de como se dá o acesso a eles, pode converter-se em fator de dependência frente aos agentes de contato. Voltando à atividade, porém, qualquer que seja a técnica, no verão, peixes são uma importante fonte de proteína animal, quando a caça pode rarear e os Zo'é estão envolvidos na preparação de roças. É sempre bom ter em mente que essas são tendências gerais. Por exemplo, no *kwatá ikie*, sair atrás de coatás é uma boa chance para fazer várias outras coisas, inclusive pescar nas cabeceiras, onde os Zo'é explicam que encontram os peixes que buscam as regiões de nascentes, durante a estação das chuvas.
- o começo do verão, em agosto/setembro, é referido pelos Zo'é como *taza ho ikie*: o período em que os **porcões e catitus** estão mais gordos, e a caça a esses animais se intensifica. É também referido como um bom momento para caça de veados e cotias, e para pegar jabotis. Alguns indivíduos preparam tocaias em pontos mais afastados das roças, para tentar flechar as cotias que vêm comer mandioca, cará e batata doce.

- durante a estação seca, entre os meses de agosto e dezembro, os Zo'é procedem ao **corte e queima nas roças**, tanto as que já são ativas ou suas extensões em primeira derrubada, quanto de novas roças em outras regiões de ocupação. Mais uma vez, da mandioca colhida e processada são preparadas e armazenadas grandes quantidades de farinha e beiju. Assim, quando acontece de uma mesma família ter roças em diferentes assentamentos, ela se muda para o mesmo, e uma parte do estoque de farinha é transportado para os locais aonde a mandioca ainda não foi colhida, ou a roça ainda não é tão produtiva. O mesmo ocorre nos casos de "reativação" de roças antigas ou abertura de novas roças;
- no meio do verão, por volta de outubro, espécies como o açai frutificam e são trazidas em grandes cachos. Como já foi dito antes, os Zo'é tanto comem as **frutas de palmeiras** e outras, quanto cozinham e tiram o sumo, ao qual podem acrescentar farinha. O corte, queima e limpeza das roças se prolonga até dezembro, meados de janeiro, quando a castanha está de novo madura, e os Zo'é limpam a roça da mandioca que brotou e fazendo novo plantio.

Conforme dito acima, as atividades dos Zo'é, especialmente, aquelas realizadas fora de suas roças, não ocorrem isoladamente, ou com vistas a um único objetivo. Durante as expedições de caça, acampamentos de pesca, etc., o ambiente e o território são alvo de cuidadosa observação, mesmo que isso não venha a ter um resultado prático e/ou imediato. Por exemplo, se há indivíduos mais jovens por perto, qualquer oportunidade é usada para repassar histórias e experiências, ou informações que possam contribuir no processo de amadurecimento dos jovens. Se não é o caso de repassar informações aos mais jovens, pode ser apenas a troca pura e simples de conhecimentos ou a rememoração das histórias dos antigos. Enfim, ao descrever um "calendário" de atividades dos Zo'é, é preciso considerar que esta é uma forma simplificada de analisar sua intervenção sobre o meio que ocupam e do qual se apropriam, onde o objetivo central era chamar atenção para como os

Zo'é vivem cotidianamente seus momentos de distância e proximidade, e como esse modo de vida incide sobre seu território e o manejo dos recursos.

3.4. Breve descrição física das roças

Em roças já estabelecidas e plenamente produtivas, como é o caso daquelas em Zawara kiäven, é possível observar os cultivos zo'é. Eles fazem referências a 6 espécies de mandioca (*deok e'e, deok kie'i, deok pirã, jakiare, deok sin, deok tarag*); 4 de banana (*pako tume, pako puku, pako puku kurui, pako uhu*); 4 de batata doce (*dity kirahy'e, dity sin, dity e'e, dity tawa*; além de uma espécie que já não têm mais: *dity tahy*); 4 de pimenta (*kãäj kirui, kãäj e'e, kãäj puku, tukan erehea*), além de cará, urucu, algodão, cabaça, cuia (dois tipos, *kui e'e e kui e'î*), ananás, o curauá (a partir do qual obtêm fibra que usam, por exemplo, nos arcos) *araparo* e *pipie* (cuja identificação ainda precisa ser confirmada e que têm aparência de trepadeiras). Com o período de residência dos missionários (entre 1987 e 1991, apenas em Rui Rupa), e, depois deles, da Funai (a partir de 1991), os Zo'é passaram a cultivar também outras espécies de banana (pelo menos mais duas), macaxeira, mamão, abóbora e melancia.

Há espécies que são cultivadas não apenas nas roças, mas próximo às casas e pátios: mamão (entre os introduzidos com o contato), pimenta, batata doce, cará, algodão, urucu, e vários outros tubérculos e trepadeiras como *araparo* e *pipie*, usados pelos Zo'é para fins medicinais ou na alimentação. Sobre a batata doce, explicam que não plantam mais, colhem e consomem aquela que cresce fartamente nos caminhos, roças, próximo às casas e pátios. Os bambus para flecha, quando abundantes, são apontados como indicadores de que um *kiatu* - isto é, uma roça ativa - está passando a *taperet* (termo para um *kiatu* não ativo, antigo).

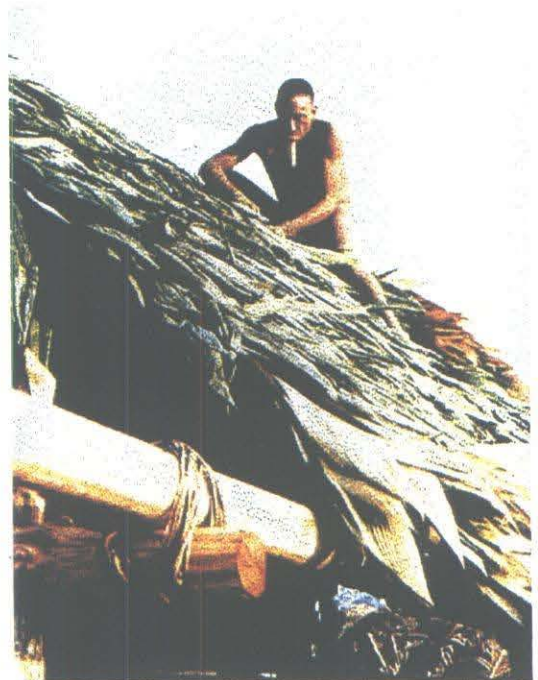
A existência de flechais nos *kiatu* não é simplesmente uma indicação física de que ele está passando a *taperet*, os flechais são, antes de mais nada, marcos de uma história. O processo de surgimento, crescimento e aumento desses flechais ajudam a entender a disposição dos pátios, como se expandiu a aldeia, sua extensão, quanto tempo,

aproximadamente, terá decorrido desde que passou a ser *taperet*. Além disso, os flechais, juntamente com os cultivos de longa duração, como banana, cuia e cabaça, são indicadores de que um *taperet* pode ser uma roça antiga, mas certamente não “abandonada”: os *taperet* são seqüências lógico-histórica-ambiental dos *kiatu*, não o marco de seu “fim” ou de seu “abandono”. Devem ser entendidos como parte ativa dos processos de ocupação e apropriação, inclusive do ponto de vista das relações de uso, como atesta o exemplo dos flechais. Assim, os Zo'é referem-se a Zawara kiäven como *taperet ipy*: está para tornar-se um *taperet*; no qual os flechais, que tomam todo o lado norte do assentamento, seriam indicadores dessa transição; além de várias menções ao solo, agora duro e pouco produtivo. Para chegar a isso, porém, há um longo trajeto desde a seleção de um local para derubada e plantio, em que estão envolvidos critérios ambientais, mas em que pesam, principalmente, fatores sociais, históricos e políticos.



Jypy'ho e sua mãe costuram folhas de ubim para a cobertura e Keapu instala a nova cobertura de sua casa.

Zawarakiäven, 1991



A formação dos grupos locais zo'é tem consequências para o território pela exclusividade no uso/ocupação de áreas de influência, cuja história inclui a existência sequencial e/ou concomitante de assentamentos para fins dos *kiatu*, acampamentos de caça e pesca, caminhos, castanhais, etc., cada um com seu *jet*.

A abertura de uma nova roça, ou reativação de roças antigas pode indicar apenas a implantação de mais um assentamento na área de influência do grupo local, sem implicar

do grupo local, sem implicar em rupturas. Se esse movimento é resultado de fissão, com intenções de constituição de um outro grupo local, além das implicações geo-ambientais devido à associação entre os grupos e suas áreas de influências, é de se esperar que disso resulte um distanciamento social entre os grupos - o original e o(s) novo(s), distâncias que criam novos limites territoriais.

3. 5. A convivência com postos de assistência

a) Mobilidade ou concentração

Desde 1989, data de nossa primeira visita ao Cuminapanema, era visível o processo de concentração a que os índios estavam submetidos, em decorrência da presença de postos de assistência. Se os missionários tinham nisto uma política deliberada, esta não era a intenção do programa da FUNAI. Mas o movimento de abandono de núcleos dispersos a favor da ocupação concentrada nas aldeias onde estavam os *kirahi*, que havia iniciado por sugestão dos missionários, prosseguiu por alguns anos.



Neste processo, a mobilidade antes articulada ao ciclo de subsistência (ver Segunda e Terceira Partes) passa a se organizar, também, em função das possibilidades de obtenção de bens, seja diretamente na fonte, no posto, seja por intermédio das famílias que ali viviam e são portanto melhor abastecidos. Muitas aldeias antigas, que eram visitadas com certa regularidade no final dos anos 80 deixaram de ser freqüentadas no período entre 1987 e 1994. Algumas aldeias, efetivamente habitadas em 1989 (*Kaporuhu, Purity*) foram abandonadas nesse período. Enquanto a MNTB e FUNAI disputavam o controle da área, o

percurso dos Zo'é chegou a se limitar ao trajeto entre os dois postos, com rápidas paradas nas aldeias intermediárias ⁽³⁾. É importante esclarecer que se esta tendência não foi assumida pela totalidade das famílias, poucas resistiram ao apelo da fartura de manufaturados que as incentivavam a se deslocar até os postos. Chegando lá, contraíam doenças pulmonares e eram incentivados a ficar, às vezes, por vários meses. Ou seja, a estratégia da atração idealizada pela MNTB acabou tendo impactos continuados e, em alguns casos, sem retorno.

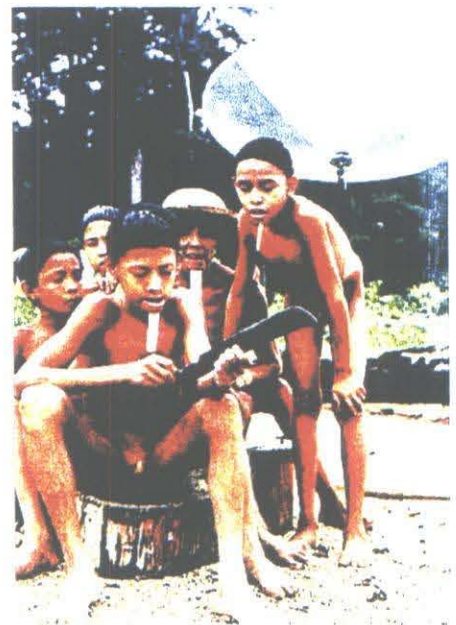
b) Sedução, curiosidade ou dependência

Se há algumas décadas, para obter os bens dos *kirahi*, os Zo'é deviam arriscar expedições ao encontro dos sinais deixados por regionais na beira dos rios, se depois deviam furtá-los dos missionários que não entregavam seus bens na quantidade e diversidade desejada, hoje, a disponibilidade dos agentes da FUNAI em receber os índios em suas casas, certamente explica porque, após a saída dos missionários, a estratégia do furto diminuiu.

Os Zo'é têm, agora, acesso não apenas a ver de longe mas a tocar todos os objetos que querem conhecer e, inclusive, a oportunidade de perguntar sobre eles. Hoje, eles furtam menos e só querem objetos que já selecionaram como úteis em seu modo de vida.

As manifestações externas do relacionamento dos Zo'é com os *kirahi* - curiosidade, pressão, furtos - resultam de experiências, acima relacionadas, muito mais antigas que a alcunha de "isolados" em que este povo foi enclausurado

deixa supor. Nesse sentido, sua demanda de objetos e de conhecimentos a nosso respeito deve ser abordada mais positivamente e não, apenas, como um "problema" a evitar. A



³ Caçava-se, pescava-se, tirava-se castanha, etc... preferencialmente nos intervalos de viagens familiares, entre a Base Esperança e a nova aldeia *Kuruaty*, ou entre esta e *Keijã*, onde a FUNAI estava abrindo uma outra pista de pouso (cfr. Gallois & Grupioni, 1989; Gallois, 1991 e 1992).

demanda dos Zo'é, de fato, não se reduz às coisas, mas a um padrão de trocas (4), no qual eles não se colocam enquanto dependentes; quando pressionam para obter o que lhes é recusado, eles marcam sua posição de igualdade na condução das relações com os *kirahi* que se instalaram em sua terra.

É neste quadro que estão construindo uma nova interpretação a respeito de suas relações com o Posto: aprendem a ser "índios" e a receber "cuidados". É inevitável que estas relações acabem por interferir em seus movimentos e que, conseqüentemente, os Zo'é desejem maior contato com os brancos: querem mais objetos, querem visitar a cidade, querem conhecer outros índios. Era muito importante, nesta fase do contato, prever opções para abrir ao grupo isolado, informações que lhe permitam entender melhor as intenções pacíficas e protetoras dos agentes da FUNAI que vivem em sua área.

c) Saindo do isolamento: os encontros com os índios Waiãpi

Para atender o interesse mútuo dos índios Waiãpi (Amapá) e dos Zo'é, que se conheceram a partir de 1990 através de imagens de vídeo (5) e desejavam se encontrar, apresentamos à DII/FUNAI, a proposta de uma série de encontros entre os dois grupos, falantes da mesma língua. Os encontros foram realizados como alternativas didáticas e culturalmente adequadas para que os Zo'é possam sair do isolamento e assumir, gradualmente, o controle de suas relações com o mundo exterior.

A iniciativa do primeiro encontro (12.1992) coube aos Waiãpi, que queriam conhecer um grupo que mantém seus modos tradicionais de existência e desejavam preveni-los das ameaças do mundo dos brancos. As expectativas dos Zo'é eram mais pragmáticas: pediam aos Waiãpi canas de flecha, penugem de mutum para as tiaras das mulheres, cantos...

⁴ É interessante observar como os Zo'é se posicionam em relação ao sistema de trocas em curso no Posto: querem ter acesso mais amplo não só às "coisas" (alimentos e bens industrializados) e aos cuidados médicos, mas também às informações. Além de não se submeter passivamente às regras estabelecidas ("isto pode", "aquilo não", etc...), eles articulam suas demandas em função de sua concepção, ou teoria, a respeito de nosso sistema de produção e distribuição, fazendo uma antropologia do Posto, que é muito interessante. Por exemplo, quando uma de suas demandas não é atendida (pilhas, por exemplo) voltam com alternativas para obter o objeto ou a informação desejada, depois de produzirem interpretações acuradas para entender os critérios de seleção e distribuição praticados pelos agentes do Posto. Este imenso interesse em aceder às nossas "coisas" não pode ser simplesmente analisado enquanto instalação de uma dependência econômica. Muito mais importante, é o significado da relação política que estabelecem através de nossas "coisas".

⁵ Os Zo'é e os Waiãpi participam da rede de intercâmbio de imagens e informações promovida pelo Projeto Vídeo nas Aldeias, do Centro de Trabalho Indigenista. É também no contexto da pesquisa que eu vinha realizando, paralelamente, nas duas áreas, que os dois grupos puderam trocar não só imagens, mas recados e cantos gravados em fitas e artefatos.

Estavam apenas curiosos em obter modelos diferentes, para fazer "como os brancos", ou "como os Waiãpi". O encontro propiciou aos Zo'é descobertas e reflexões que diversificaram as alternativas conhecidas de relacionamento com não-zo'é (6).

A segunda visita ocorreu em sentido contrário. Em julho de 1996, quatro homens e uma jovem zo'é foram à recém demarcada terra Waiãpi, percorrendo aldeias e conhecendo as picadas da demarcação. Além da troca de



saberes diversificados (técnicas de plantio, pesca, caça, repertórios de cantos e danças, questões filosóficas da vida e da morte) os Waiãpi se empenharam em mostrar aos Zo'é os impactos visíveis da ocupação não-indígena nos limites de sua terra. Repassaram informações extremamente oportunas naquele momento, em que os Zo'é estavam participando dos trabalhos do GT de identificação. As noções de "limite", de "demarcação" e o entendimento de técnicas de georeferenciamento e outros registros que os antropólogos vinham realizando em suas aldeias se tornaram, na explicação ao vivo dos Waiãpi, uma realidade mais palpável para os Zo'é.

c) Uma nova categoria de kirahi: os garimpeiros

Os encontros com os Waiãpi promoveram a identificação de uma nova categoria entre os *kirahi* - a dos garimpeiros - sobre os quais os Zo'é vinham obtendo informações confusas. Viram-nos nas fitas de vídeo que os Waiãpi apresentaram sobre a invasão da terra Yanomami, ouviam falar deles pelos agentes dos postos e, em 1990/1991, tinham inclusive ouvido o barulho de motores insalados por garimpeiros na confluência do Cuminapanema e do Igarapé dos Índios (*Tarãrin*). As explicações fornecidas pelos Waiãpi sobre a capacidade destrutiva de invasões de garimpeiros deixaram profundo impacto entre os Zo'é, sobretudo

⁶ Alguns momentos deste rico intercâmbio cultural estão registrados no documentário "A arca dos Zo'e", (20', CTI, 1993).

entre aqueles que viajaram pela Perimetral Norte, no Amapá, e viram, próximo ao limite da terra Waiãpi, sinais de derrubada e alagadiços provocados pelos garimpeiros (7).

Se a terra Zo'é não foi, ainda, alvo de invasões continuadas por parte de garimpeiros (ver Sexta Parte), é porque o trabalho não seria compensador para pequenos empresários, devido à dificuldade de acesso à região (cachoeiras no rio Erepecuru, ou necessidade de fretes de aviões, no rio Curuá, ou percursos a pé, para chegar no Cuminapanema) Mas é evidente que o risco de invasão poderá crescer na medida em que o interesse de empresas de mineração for se confirmando (ver Sexta Parte: levantamento fundiário).

3.6. De volta ao território: -koha, o lugar e o modo de vida

Estritamente, o *-koha* de um indivíduo é seu lugar de origem, e de destino após a morte. Mas "lugar", aqui, não está expressando uma localização, e sim um conjunto de fatores, inclusive geográficos, ecológicos e ambientais que se articulam possibilitando a esse indivíduo viver conforme aquilo que os Zo'é consideram um modo de vida "ideal", adequado, correto (os parâmetros desse "bem viver" já foram descritos em itens anteriores). Nesse sentido, tudo o que foi descrito até aqui quanto à terra zo'é deve ser entendido como parte do somatório das condições de existência do Zo'é *rekoha* genérico. Em virtude disso, identificar, localizar e dimensionar áreas segundo usos e funções específicos (habitação, atividades produtivas, práticas rituais e/ou religiosas, etc), corresponde, de fato à descrição da área de ocupação, no máximo com uma diferenciação entre o que é roça e o que não é, e a localização de áreas de concentração de recursos mais valorizadas pelos Zo'é. Ainda assim, na atual área de ocupação, estas estão disseminadas pelo território, o que só vem reforçar a prática social desse grupo indígena de ter assegurada a autonomia entre as unidades produtivas. Assim sendo, o território, regulando o acesso aos recursos é - ao mesmo tempo - um fator de articulação entre essas unidades, de modo que essa autonomia não leve ao atomismo, e é essa articulação que garante a reprodução da sociedade zo'é.

⁷ Em 1997, por ocasião da entrada de um casal de turistas estrangeiros, os Zo'é reagiram à presença do guia desses turistas, que se identificou como garimpeiro. Eles questionaram, naquele momento, os percursos utilizados para chegar até suas aldeias e tiveram mais uma experiência a respeito da possibilidade de invasões.

recursos mais valorizados pelos Zo'é (ajudando a superar a barreira da língua); e, mais importante, permitiram identificar e localizar a área de ocupação territorial zo'é atual. A partir deste segundo dado é que foi possível concluir sobre que regiões no entorno devem constar impreterivelmente da proposta de delimitação, sob o ponto de vista do ambiente, de modo a garantir o que prevê o Artigo 231 da Constituição Federal (e de acordo com o Decreto Nº 1775 e a Portaria Nº 14), no que se refere à reprodução dos recursos necessários ao bem estar da sociedade Zo'é.

A outra fonte significativa de dados foi a "Expedição para estudo de referências a índios isolados nos Rios Urucuriana e Curuá", realizada como etapa complementar de estudos do GT. O percurso desta Expedição foi cumprido, exatamente, acompanhando regiões do entorno da ocupação zo'é, nos perímetros oeste, noroeste, norte e nordeste (cfr. Relatórios Parise e Havt, 1998 – em anexo). As informações obtidas através de observação direta, nos roteiros da Expedição, foram importantes para a análise posterior e mais precisa das informações de caráter regional encontradas na bibliografia, e para uma melhor interpretação da imagem de satélite¹ ². Antes de passar à "identificação das áreas imprescindíveis para a preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo", será apresentado um resumo das informações mais gerais compiladas sobre a região.

4.2. Caracterização em nível regional do interflúvio Erepecuru/Curuá³

O relevo apresenta, quase que em sua totalidade, a formação submontana, o que influencia a vegetação. A Área está inserida no bioma da floresta amazônica, com

¹ Imagem Landsat TM5 WRS 228/060 de 29/07/95 - MCT/INPE, Escala 1:250.000. Numa etapa prévia ao trabalho de campo, esta Imagem foi analisada, e os padrões de vegetação nela identificados foram transpostos para o mapa da Área digitalizado por técnicos da Funai - ADR/Belém, que trabalharam na SUDAM, usando como base a imagem radar, também na Escala 1:250.000.

² Neste levantamento, passou-se de uma perspectiva regional (na etapa prévia de estudos), seguida por uma local de checagem de campo - durante o GT e a Expedição, e voltando à regional para completar lacunas da primeira fase de interpretação de dados a partir da Imagem.

³ Os dados apresentados neste item, bem como os mapas de vegetação, geologia e solo citados aqui constam do relatório preliminar "Caracterização ambiental da Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana do Grupo Zo'é", apresentado por Rogério César à Coordenação do GT.

predomínio da formação de Floresta Ombrófila Densa (F.O.D.), com trechos de: F.O.D. Aluvial e F.O.D. Submontana. Observa-se, também, a Floresta Ombrófila Aberta (F.O.A.), com predomínio da F.O.A. Submontana. Também apresenta algumas áreas de Floresta Estacional Semidecidual.

Ao longo do Igarapé Kiã're ocorre uma faixa de campo/savana, as Formações Pioneiras (RADAMBRASIL, 1975), em estágio herbáceo-arbustivo, com relevo plano.

A sudeste da área é verificada uma região de Tensão Ecológica, onde observa-se áreas de contato entre Floresta Densa das Áreas Submontanas, com árvores emergentes, de relevo dissecado, ondulado, e o Cerrado Arbóreo Denso (Cerradão).

A área de ocupação zo'é está inserida em áreas de Floresta Ombrófila Densa, com as formações 'Sub-região das Baixas Cadeias de Montanhas do Complexo Guianense', na área próximo ao Erepecuru, e 'Sub-região de Superfície Dissecada do Complexo Guianense', na área mais central. Apresenta alguns trechos com predomínio de imbaúba (*Cecropia* spp.) e áreas de capoeiras, em diferentes estágios de sucessão. É comum, também, onde a cobertura é menos fechada, a presença de grandes quantidades de herbáceas. Em alguns trechos predominam espécies de *Heliconia*.

A geologia da área é constituída de rochas do período Pré-Cambriano, destacando-se os complexos Guianense e Xingu, o grupo Uatumã, as formações Iricoumé e Prosperança, Granito Mapuera, além dos aluviões, rochas Ígneas e Básicas, entre outras (RADAMBRASIL, 1975 e 1976).

Os solos, segundo RADAMBRASIL (op.cit.), são dos tipos Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico; Podzólico Vermelho Amarelo; Latossolo Vermelho Escuro Distrófico e os Solos Concrecionários Lateríticos Indiscriminados Distróficos.

O clima é, predominantemente, do tipo Aw' (Clima Tropical Chuvoso com Verão Úmido e Inverno Seco), segundo classificação de Köppen. Observa-se um período de 60 a 90 dias com precipitação pluviométrica inferior a 60mm/mês (RADAMBRASIL, op. cit.). A

precipitação pluviométrica ao longo do ano é de aproximadamente, 1700mm/ano (RADAMBRASIL, op. cit.).

4.3. O interflúvio Erepecuru / Cuminapanema: aspectos gerais sobre a área de ocupação dos Zo'é e seu entorno

A primeira constatação que se faz percorrendo o território zo'é é que os mapas, e mesmo a imagem de satélite, têm uma escala insuficiente para evidenciar a diversidade da flora na região, e as sutis mudanças (micro)ambientais observadas na floresta: trechos com concentração de indivíduos de uma mesma espécie, pântanos, pequenas lagoas e campos em sua circunvizinhança, trechos alagados sazonalmente, capoeiras, etc. A regra é a diversidade, com ampla dispersão espacial e baixa concentração de indivíduos por espécie (por unidade de área). A escala de 1:250.000 faz pensar que se está diante de uma floresta uniforme, mas o que é uniforme é a diversidade disseminada. Pontos de maior incidência, e mesmo predomínio relativo de uma espécie sobre as outras ocorrem, os Zo'é as designam pelo acréscimo do prefixo (-ty) ao nome da espécie em questão: poturuty ("poturuzal"), kiezaty (inajazal) , nady (castanhal), etc. Entretanto, a não ser por algumas exceções que serão abordadas adiante, são pouco extensas se considerada a região como um todo, às vezes ocupando menos espaço que uma roça zo'é⁴.

Com a Expedição, foi possível constatar que a diversidade aliada à dispersão espacial vale também para a flora no entorno da área de ocupação, mas há variações importantes quanto à ocorrência de espécies muito valorizadas pelos Zo'é, de modo particular a castanha-do-Pará, a palmeira palha-preta e o açaí. A primeira é, juntamente com os produtos do processamento da mandioca (farinha, beiju, tapioca e tucupi) e as carnes de caça, um dos principais elementos da dieta alimentar zo'é, além da utilização da entrecasca da castanheira na preparação de fios para a confecção das redes, de tipóias

⁴ Alguns exemplos dessas pequenas áreas de concentração: o castanhal Ajnem, junto a um acampamento de caça de mesmo nome, no caminho aberto por Sarakut, entre Zawara kiäven e Ivi'ara (S 0° 14' 10" / W 55° 49' 54"); o "bambuzal" que, segundo os Zo'é, é sua única fonte dessa matéria-prima para as flautas - Turé, localizado nas proximidades de Terekie uhu abyr rupa (S 0° 08' 48" / W 55° 56' 46"), "poturuzal" próximo ao Purity (S 0° 19' 02" / W 55° 47' 42"), entre outros.

para carregar as crianças, entre outros usos. Da palha-preta os Zo'é obtêm sal e utilizam a palha na confecção de cestos, tocaias, na cobertura provisória de casas e nas casas dos acampamentos, e para confecção do estojo peniano usado desde a infância pelos indivíduos do sexo masculino. O açaí também faz parte da dieta alimentar do grupo, além de ser consumido por aves que os Zo'é caçam.

Além da falta dessas espécies, o percurso da Expedição foi marcado pela falta de água, só encontrada nos leitos do Erepecuru, do Urucuriana e do Igarapé Kiã're - já no limite da área de ocupação zo'é. O Rio Cuminapanema estava seco até sua confluência com o Kiã're. Apesar da falta de água, notou-se em todos os trechos, por terra e por água, a ocorrência de grandes e/ou quantitativamente consideráveis populações de espécies animais, de modo particular, mamíferos como antas, porcos do mato, onças, veados; aves como os mutuns, e, nos rios e igarapés citados acima, quelônios, e peixes de médio e grande porte, como trairão e pirarara. A ausência de outras espécies valorizadas pelos Zo'é, ao longo da área coberta por essa fase complementar de estudos do GT, pode ter passado despercebida, mas o ponto central de interesse para a identificação das áreas imprescindíveis à preservação de recursos já está colocado. Resumidamente, as evidências são:

- As diferenças quanto à ocorrência de espécies vegetais e animais entre o interflúvio Erepecuru / Kiã're e o interflúvio Kiã're / Cuminapanema;
- As diferenças quanto à ocorrência de água em superfície entre esses dois interflúvios, sendo que, mesmo numa estação seca mais rigorosa (como a de 97), os cursos de água entre o Erepecuru e o Kiã're só começaram a apresentar interrupções no final de novembro, enquanto que à esquerda do Kiã're muitos igarapés - mesmo bem próximo à margem, já estavam secos desde o início do verão (por volta de agosto);
- Cuminapanema tem curso com rumo geral sudoeste (até o extremo sul da área de ocupação zo'é), que apresenta diferenças, inclusive quanto ao volume de água, entre os trechos ao norte e ao sul da confluência com o Kiã're. É só com o aporte de água deste

formador que o Cuminapanema volta a apresentar fluxo em superfície, chegando seu leito a ficar completamente seco durante o verão por quase toda a extensão de seu curso a montante desta confluência;

- Os Zo'é ocupam a região do interflúvio Erepecuru / Kiã're, que representam, respectivamente, os limites oeste e leste de seu território. O Cuminapanema, ao sul da confluência com o Kiã're dá continuidade ao limite leste;
- No que se refere à Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana, o mapa temático regional de solos (cujas informações referentes a esta Área foram transpostos para o mapa-base digitalizado da mesma) não apresenta diferenciações para os tipos de solo entre os dois interflúvios em questão, e não permite, na escala de 1:250.000, fazer inferências quanto à relação entre solo e as evidências apontadas acima;
- Da mesma forma, a identificação dos padrões de vegetação na interpretação da imagem de satélite também não permite fazê-lo, pois há diferenciação interna nos padrões das duas regiões: a leste e a oeste do Kiã're;
- Já o mapa geológico da região aponta para dois conjuntos diferentes: um no interflúvio Kiã're / Cuminapanema, e outro que ocorre tanto no interflúvio Erepecuru / Kiã're, quanto a partir da metade oriental do interflúvio Cuminapanema / Curuá.

O conjunto dessas evidências implica no seguinte quadro:

- No interflúvio Erepecuru / Cuminapanema, o Igarapé Kiã're e o Rio Cuminapanema, a partir da confluência dos dois, constituem-se na zona de contato das duas mais extensas formações geológicas da região, e são - ao mesmo tempo - o limite oriental da ocupação territorial zo'é. Comparando as informações acerca dos usos que os Zo'é fazem dos recursos ao que foi observado no entorno da ocupação durante a Expedição no Urucuriana e Cuminapanema, nota-se que essas duas formações correspondem a áreas que apresentam diferenças quanto à flora e à perenidade dos recursos hídricos. É possível adiantar que os principais condicionantes dessas diferenças são a geologia e o relevo, mas outras etapas de estudo são necessárias para determinar como;

- Kiã're tem um papel central no que diz respeito à água como recurso em toda a área de ocupação zo'é, por isso, toda a região de suas cabeceiras deve constar da proposta de limites para a terra zo'é;
- interflúvio Kiã're / Cuminapanema, consideradas as diferenças apontadas, e pelo que foi observado durante a Expedição, apresenta-se como uma área de reserva de caça, rica em espécies vegetais capazes de suprir necessidades de várias espécies animais valorizadas pelos Zo'é, mesmo nos verões mais rigorosos

4.4. Áreas imprescindíveis para a garantia dos recursos necessários ao bem estar dos Zo'é

Neste item serão identificadas, descritas e justificadas as áreas que, do ponto de vista ambiental, devem necessariamente compor a proposta de limites para a Terra Zo'é. Isso será feito considerando dois grandes conjuntos: a área atualmente ocupada pelos Zo'é; e áreas do seu entorno

1) Identificação e descrição

a) A área atualmente ocupada pelos Zo'é tem, aproximadamente, os seguintes limites:

- A oeste, o Rio Erepecuru, desde o Igarapé da Raia Branca, cuja denominação na língua é Kie'i ruburikie, e seguindo rumo norte, a montante, até a região do Igarapé da Batata. Toda a margem esquerda do Erepecuru até as proximidades do Igarapé do Meio do Mundo, numa faixa que chega a ter 12 ou 13 quilômetros de largura, pode ser descrita como um imenso castanhais. Num item anterior, foi explicado que toda a região é marcada pela diversidade e dispersão espacial de espécies vegetais, com áreas onde pode haver o predomínio relativo de alguma espécie. Foi dito também que, em geral, essas áreas de concentração apresentam pouca extensão, com algumas exceções, sendo, portanto, a principal delas, essa faixa de castanhais que margeiam o Erepecuru, comprovadamente do lado esquerdo, em território zo'é, mas - pelo que foi observado à distância - também na margem direita. Em alguns trechos, como por exemplo, entre o Igarapé dos Índios e o Igarapé Água Branca, pode-se usar a expressão da população regional para descrever os

castanhais: "as castanheiras ficam copa com copa". Na mesma região há também ocorrências consideráveis de palha-preta, ubim e mais de uma espécie de tucumã, e, pelo menos um local onde os Zo'é obtêm a madeira usada na confecção dos arcos, entre as aldeias antigas Wywakeihe e Pokoaty. Além disso, é uma área intensamente utilizada para fins de caça, principalmente dos macacos coatá e capelão, porcos do mato, e paca. No próprio Erepecuru, e nos principais igarapés muitos trechos são usados como pontos de pesca. Na região do Igarapé Towajwet, há pelo menos duas pequenas lagoas permanentes, junto das quais ocorrem formações de campos, e áreas que alagam na estação das chuvas. Desde que, foi na área entre o Igarapé dos Amigos e o Igarapé Tarari que se concentrou o estabelecimento dos assentamentos, o ambiente nessa região foi mais afetado pelo ciclo de vida das roças: derrubada, corte-queima, período produtivo, uso sem produção, e - eventualmente - reativação. É portanto recorrente a presença de capoeiras, com a floresta em vários estágios de recuperação. É preciso dizer do impacto positivo desse ciclo sobre a flora e a fauna da região, pelo aumento da diversidade de espécies vegetais que funciona como atrativo de espécies animais. É comum ver associados às capoeiras, por exemplo, inajá, taperebá, várias espécies de banana, o que acaba contribuindo para que os próprios Zo'é continuem ocupando toda a região para fins de caça, pesca e coleta;

- limite norte segue o Igarapé da Batata rumo a suas cabeceiras, até encontrar o divisor de águas que separa as bacias do Erepecuru e do Kiã're, seguindo esse divisor no seu rumo (aproximadamente) sudeste até encontrar o Igarapé Bureako, e seguindo o curso do mesmo até sua embocadura no Kiã're. A região do Bureako é referida pelos Zo'é como rica em inajazais, e, em campo, constatou-se grande diversidade ambiental: pântanos, campos, igapós, floresta. Pequenas áreas de concentração de castanheiras, e outras - maiores - muito ricas em palha-preta. O Bureako e afluentes, como o Burawa, são igarapés piscosos. O assentamento mais ao norte estabelecido pelos Zo'é localiza-se nas proximidades do Igarapé Tarari, afluente do Erepecuru, a região ao norte deste Igarapé era usada para fins de atividades como caça e coleta pelo grupo local que abriu as roças no extremo norte do território, hoje desativadas. Há um movimento recente de reativação dos caminhos e

pontos de caça - inclusive de urubu-rei, motivado pela abertura da roça no Poruruty, e pelas atividades desenvolvidas ao longo das duas etapas de campo do GT Zo'é. Esse limite norte é uma área que ainda está na faixa de castanhais do Erepecuru, mas com vários trechos onde a Floresta é menos densa comparativamente a outras regiões do território do grupo. Nota-se pelos mapas que há um decréscimo na densidade da malha hidrográfica (também em comparação a outras áreas); e o mapa geológico indica outra zona de contato entre as duas formações predominantes na região;

- Kiã're e, depois, o Cuminapanema têm representado a fronteira leste na história da ocupação dos Zo'é, e esta teve uma expansão seguindo o Cuminapanema até mais ou menos uns 7 quilômetros a jusante da confluência com o Tarari uhu. Acompanhando as margens do Kiã're desde as cabeceiras até a altura do Bureako, verifica-se a ocorrência da faixa de campo/savana inundável e relevo plano referida no item 2, acima. Outras ocorrências desse tipo de formação foram verificadas na direção das cabeceiras do Bureako, até as proximidades do Ivi'ara, roça em fase de reativação. O Kiã're, principalmente a jusante da embocadura do Kiheta, e o Cuminapanema são intensivamente ocupados para fins de pesca e caça - inclusive de urubu-rei, e, recentemente, a ocupação também vem se dando com a abertura de roças. Logo ao sul da embocadura do Bureako, o Kiã're passa a apresentar nas margens e no leito muitos afloramentos rochosos. Passa a ser frequente a formação de "poços", pontos privilegiados para a pesca, com linha e anzol, zagaia e flecha ou com timbó. O mesmo ocorre com o Cuminapanema, que mais ao sul também apresenta pequenas corredeiras;
- Tomando o ponto mais ao sul do limite leste, no Cuminapanema, como descrito acima (aproximadamente 7 km ao sul da confluência com o Tarari uhu), o limite sul segue daí, rumo oeste, até encontrar a cordilheira que tem direção NO/SE, e acompanhando a mesma até a cabeceira do Igarapé da Raia Branca. O relevo na região do limite sul do território zo'é está entre os mais acidentados de toda a área de ocupação do grupo. Há muitos pontos de pesca, principalmente no Tarari uhu e no Cuminapanema, e a caça ao urubu-rei também é muito praticada na região. Na cordilheira do limite sudoeste estão as cabeceiras dos principais afluentes do Tarari uhu na parte sul do território: Kuruaty, Toj Tapiri e

Perese. As florestas densas no topo das montanhas são o habitat dos coatá, por isso a cordilheira tem sido ocupada pelos Zo'é durante a estação das chuvas. Além das expedições de caça aos macacos - coatá e capelão, os Zo'é têm pontos de pesca nas cabeceiras dos igarapés, onde informaram que encontram várias espécies que só ocorrem em cabeceiras, ou outras que sobem os igarapés durante a estação chuvosa.

Internamente aos limites identificados e descritos acima, o território zo'é apresenta, predominantemente a formação de florestas densas, conforme apontado no item 2. Há muitas áreas de concentração de castanha-do-Pará por toda a região de ocupação, e com dimensões variadas, sendo mais extensas na metade sul, com destaque para os castanhais próximos ao Nã'ret, Pirity e Kuruaty; e sem considerar aqui a região dentro da faixa de castanhal acompanhando o Erepecuru descrita acima. As áreas do centro-norte e noroeste são comparativamente mais ricas em tucumãs e outras frutas como terekie e takie, que atraem varas de porcão e catitu, pacas, antas e veados. Há áreas de ocorrências mais significativas de inajá próximas aos seguintes assentamentos: Ivi'ara, Terekie uhu abyr upa, a bacia do Pupuruni e a bacia do Tarari uhu (especialmente entre Nã'ret e Kopuruhu). Os inajazais não são usados apenas para a coleta da fruta, que é consumida pelos Zo'é "in natura" ou sob a forma de mingau, eles compõem o habitat do macaco prego, e são locais privilegiados para caçá-los. Frutíferas como açaí e bacaba ocorrem junto aos igarapés, e também estão bastante disseminadas na área, cuja malha hidrográfica tem alta densidade. Concentrações mais significativas foram observadas nos igarapés Itawa, Burawa, Pirity, Pireaty e Kuruaty. Entretanto, para a estação de caça de tucanos e outras aves que afluem aos açazais⁵, os Zo'é têm privilegiado a região do Pirity, não por questões ambientais, ecológicas ou por ser mais abundante em recursos (possivelmente, essa opção está relacionada ao ritmo da vida social e das trocas nos acampamentos de caça de tucano, depois de um período de maior distanciamento durante

⁵ "Açazal" é um termo geral e muito simplificado para fazer referência àquelas áreas, junto aos igarapés, onde ocorre maior concentração do açaí associado a outras frutíferas nomeadas no item que descreve os marcadores temporais zo'é (III Parte). Da mesma forma, falar de uma estação de caça de tucanos é uma forma simplificada de identificar a estação, pois juntamente com essas aves, os Zo'é caçam outras duas

o período do macaco gordo). O Ubim e as madeiras preferencialmente usadas na construção das casas como o acapu também têm ocorrência bastante disseminada. Há duas áreas, ainda dentro do território zo'é que merecem destaque por sua diferenciação frente às florestas (primárias) do tipo Ombrófila Densa: as regiões mais diretamente afetadas pela intervenção dos Zo'é, que apresentam capoeiras (nas áreas ocupadas, mas com roças desativadas), e roças (ativas); e a região alagada dos igarapés Tarari uhu e Pireaty.

No primeiro caso, nota-se, pela imagem de satélite, que a área impactada pela prática agrícola dos Zo'é é maior que a área cultivada. Isso decorre, por um lado, do alastramento accidental de fogo durante a fase de corte-queima para preparação das roças, tendo ocorrido mais do que um acidente dessa natureza: as áreas atingidas são "florestas secundárias", variando o estágio de sua recuperação. Por outro lado, as áreas no entorno das roças são apropriadas e usadas não mais como "florestas primárias" (que, aliás, já não são), nem como áreas cultivadas (pois também não é esse o caso), mas como uma zona de contato, intermediária entre a roça e a floresta, que apresenta recursos desta, e outros decorrentes do processo de implantação das roças. A presença dos Zo'é nessas zonas intermediárias pode ser tão intensa quanto na própria roça, pois é a ela que recorrem para obter mais rapidamente as fibras, cascas, sumos de folhas, etc., que utilizam no seu cotidiano e/ou contextos menos usuais, para fins medicinais, estéticos, rituais e outros. Assim, as capoeiras dos Zo'é, cumprindo o ciclo de recuperação da floresta após o período ativo da roça, constituem-se em áreas impactadas positivamente, no sentido de um aumento da diversidade, pela interação com a área cultivada, pela alteração das condições originais do solo, e porque as roças, ativas ou desativadas atraem vários animais - cotias, pacas, veados, aves de várias espécies - e insetos que também têm papel ativo na disseminação das espécies vegetais.

O Igarapé Pireaty é afluente do Tarari uhu, que, por sua vez, é afluente do Cuminapanema. O segundo deles pode ser considerado um eixo da área centro-sul de ocupação. A região das cabeceiras do Tarari está no limite da faixa de castanhais do Erepecuru, e também apresenta ocorrência significativa de castanha-do-Pará, além de tucumã e açaiçais. É também uma das áreas onde a floresta primária mais foi afetada pela ocupação zo'é histórica e tradicional. Nos últimos anos, desde o contato definitivo, esse impacto mudou de natureza, pois, acompanhando o curso desse Igarapé, estabeleceu-se um corredor norte-sul de trânsito entre a sede da MNTB, no baixo Tarari uhu (região historicamente ocupada de maneira intermitente), e a sede da Funai, no lado oposto, e mais próxima da ocupação mais intensa. Os missionários foram retirados da Área em 91, e os Zo'é voltaram a um padrão sazonal de ocupação da região sul de seu território, apenas intensificando-a tanto no número de famílias que a ocupam, como na frequência com que estas o fazem. Próximo às cabeceiras, com a permanência da Funai continuando a funcionar como pólo de atração, a região tornou-se passagem obrigatória de todas as famílias, o que implica que uma população maior demanda recursos de um ambiente que não está mais tendo tempo suficiente para se recuperar do impacto da ocupação, ao contrário do que ocorre com outras áreas tradicionalmente ocupadas pelo grupo.

As cabeceiras do Pireaty estão mais sob influência da ocupação nordeste da área, que vai até o Igarapé Kiheta. Há castanhais importantes, muita palha-preta e ubim, e muitos pontos de pesca, uma atividade favorecida na região pela formação de poços (como no baixo Kiã're). Sobretudo, esta é a área de uso mais intenso na temporada de caça dos tucanos, especialmente no Igarapé Purity, onde localiza-se a aldeia de mesmo nome.

A partir de seu médio curso, tanto o Tarari uhu, como o Pireaty, correm numa região alagada que se estende até 5 ou 6 quilômetros a montante da confluência do Tarari uhu com o Cuminapanema. A região apresenta, ainda, formações de campos margeados por floresta densa. Na altura da confluência do Pireaty com o Tarari, as áreas alagadas se estendem em direção ao Cuminapanema, dificultando o acesso aos castanhais e aos pontos de caça de coatá. Há também muitos pontos de pesca e caça de urubu-rei.

Atualmente, muitos dos caminhos de acesso a esses pontos de pesca no baixo Pireaty e no Cuminapanema partem da aldeia Kuruaty, na margem direita do Tarari uhu, uma área rica em curuá. Com a introdução do anzol e linha industrializados, os Zo'é passaram a incluir essa fruta nos itens de coleta: tiram dos côcos as larvas que utilizam como isca de pesca.

Foram identificados e descritos acima alguns aspectos sobre a área de ocupação dos Zo'é. É um quadro geral, que destacou certos aspectos em detrimento de outros. Os Mapas 1 e 2, elaborados pelos Zo'é, ilustram e comprovam que o grupo aloca muito de seu tempo no conhecimento e exploração do ambiente, promovendo uma ocupação que se pode classificar de intensiva de seu território. Na sequência, serão apresentadas as áreas do entorno consideradas imprescindíveis para a garantia dos recursos necessários ao bem estar dos Zo'é.

b) O entorno da ocupação frente à preservação de recursos

Para assegurar a continuidade das condições favoráveis atuais (e históricas) no que diz respeito aos aspectos ambientais e aos recursos necessários ao bem estar do grupo, os estudos conduzidos no âmbito do GT Zo'é identificaram três áreas no entorno da ocupação territorial - duas delas contínuas - que devem ser abrangidas pelos limites da Terra Zo'é: a região do interflúvio Erepecuru /Kiã're até o Igarapé Urucuriana; parte do interflúvio Kiã're / Cuminapanema também até o Urucuriana; e o pequeno trecho entre o igarapé cuja cabeceira é o limite sul da ocupação e o Cuminapanema:

- A região ao norte do Igarapé do Batata (afluente do Erepecuru), e do primeiro afluente do Kiã're ao norte do Igarapé Bureako, não é área de ocupação histórica dos Zo'é, pois está associada à presença de inimigos. Com a Expedição, eles começaram a conhecer a região, mesmo assim, apenas próximo às margens do Erepecuru e do Urucuriana. Do lado do Erepecuru, o mapa geológico aponta a ocorrência de uma área com a mesma formação que aquela presente no interflúvio Kiã're / Cuminapanema, com uma zona de contato entre as duas formações marcada pela presença de um grande divisor de águas, a leste do qual

está a cabeceira do Kiã're. A presença de campos alagados na margem sul do Urucuriana, próximo a essa região da cabeceira indica que esses afluentes podem interferir sobre o Kiã're, inclusive com o aporte de sedimentos. É, portanto, uma região de cabeceiras, com grande diversidade ambiental (florestas densas, campos, mata galeria, igapó), e - pelo que pôde ser constatado durante os trabalhos de reativação da Pista da CESBRA e durante a Expedição, uma área muito rica em caça;

- Em continuidade com a área acima, tem-se o interflúvio Kiã're / Cuminapanema. Conforme dito antes, esse interflúvio diferencia-se geologicamente da área de ocupação histórica dos Zo'é, onde o Kiã're desempenha papel essencial na garantia de água em superfície ao longo das estações secas, marcando o limite entre duas regiões que se diferenciam quanto à flora e à perenidade de seus cursos d'água. Note-se que entre o Kiã're e o Cuminapanema há um outro igarapé de curso Norte-Sul, cuja confluência com o Kiã're dá-se aproximadamente 20 km a montante da embocadura do Kiã're no Cuminapanema, sendo o trecho entre essas duas confluências ocupado pelos Zo'é para fins de caça, pesca, coleta, e roças em fase de implantação. Tanto o Kiã're, como este segundo igarapé (não identificado na cartografia oficial, nem pelos Zo'é), têm sua região de cabeceiras estendendo-se até a região dos campos alagados do Urucuriana;
- O igarapé que marca o limite sul da ocupação zo'é tem sua cabeceira na cordilheira que constitui o limite sudoeste, e seu curso segue rumo sul, até desembocar num afluente do Cuminapanema. Os Zo'é têm pontos de pesca muito valorizados por eles nas proximidades, onde também caçam urubu-rei. Trata-se de uma pequena extensão, para sul, da área efetivamente ocupada, mas que faz parte da mesma micro-bacia onde há ocupação zo'é desde a cordilheira até o Cuminapanema.

2) Justificativa

Este item será desenvolvido de acordo com a sequência das áreas apresentadas acima: área de ocupação atual zo'é e áreas do entorno (interfluxo Erepecuru / Kiã're; interfluxo Kiã're / Cuminapanema; micro-bacia no extremo sul da área de ocupação):

a) Ocupação histórica: distâncias sociais e dispersão territorial

A área de ocupação territorial histórica acima descrita deve permanecer como de uso exclusivo dos Zo'é. Estabelecendo-se na região, o grupo desenvolveu detalhado conhecimento do ambiente, de cujos recursos se utiliza segundo regras sócio-culturais que prevêm ocupação de áreas diferentes por grupos locais diferentes. O fato de sua ocupação não ter apresentado evidências de expansão física, tendo sido satisfeitas suas demandas sobre o ambiente, aponta para a eficiência do modelo de ocupação conduzido pelos Zo'é. Suprimir desse território qualquer porção levaria ao aumento de pressão sobre a área restante, pois o grupo local (ou grupos) prejudicado nesse processo passaria a exercer suas demandas sobre regiões ocupadas pelos outros grupos.

Mostra-se claramente inadequado, para o caso dos Zo'é, a noção de "habitação permanente", no sentido de uma vida sedentária e/ou centrada em aldeias. O grupo entremeia o período de cuidar das roças com deslocamentos para outras aldeias onde mantém roças, e com expedições para fins de caça, pesca e coleta. Inversamente, nos períodos que passam afastadas de suas roças, as famílias "fixam-se" em acampamentos a partir dos quais fazem suas expedições de caça. A agricultura, e a roça demarcam o lugar dos Zo'é no mundo, como seres portadores de cultura, mas este é um elemento que satisfaz apenas parcialmente suas necessidades. As atividades de caça, pesca e coleta exigem áreas de ocupação mais amplas que o perímetro da roça, e os Zo'é "esquadrinham" completa e permanentemente seu território, explorando todas os recursos simultaneamente.

Por outro lado, a delimitação de áreas físicas fixas, permanentes e descontínuas para cada grupo local, com base em sua região de influência atual, também não é apropriado aos Zo'é, pois a relação dos grupos com as regiões de ocupação do território mudam no tempo em função das alianças engendradas entre eles. Assim, as discontinuidades territoriais também podem ser redefinidas de acordo com os períodos de aproximação e distanciamento entre grupos, e de acordo com a extinção de uns e criação de outros.

b) A garantia do entorno no norte-nordeste e no extremo sul

A região correspondente ao interflúvio Erepecuru / Kiã're ao norte da ocupação histórica dos Zo'é, além de ser uma área de reserva de caça, abriga as cabeceiras do Igarapé Kiã're. A menos de um quilômetro de suas nascentes, estão também as nascentes de afluentes do Urucuriana, numa região de campos alagados que permite interferências mútuas sazonais entre os dois igarapés, com provável aporte de material desses afluentes do Urucuriana para o Kiã're. Representando este igarapé uma fonte imprescindível de recursos para os Zo'e, inclusive água nos verões mais rigorosos, faz-se necessário garantir que a região seja incorporada à proposta de delimitação, vindo a fazer parte da Terra Zo'é, sob o risco de - não o fazendo - a área em questão vir a ser ocupada por atividades que põem em risco tanto a flora e a fauna da região (com desmatamentos ou caça e pesca predatórias), como o bem estar dos Zo'é pelo comprometimento da qualidade da água no Kiã're.

Da mesma forma, na margem esquerda do Kiã're, é necessário garantir a proteção do igarapé imediatamente a sua esquerda, que corre na mesma direção, localizando-se a confluência dos dois entre os igarapés Bureako e Kiheta - região de ocupação zo'é. Para assegurar a proteção de suas cabeceiras e afluentes, a melhor proposta é estabelecer os limites da Terra Zo'é no Rio Cuminapanema, seguindo a delimitação até o Igarapé Urucuriana através do curso do formador do primeiro localizado ao sul do Rio Capirari, e cuja confluência com o Cuminapanema está 22.5 km a jusante do ponto em que o próprio Capirari deságua no Cuminapanema. O Igarapé em questão tem sua nascente próxima à nascente de um afluente do Urucuriana, constituindo-se os dois igarapés em limite aceitável e suficiente para a proteção de toda a bacia do Kiã're e da significativa área de reserva de caça que ela representa, tanto a leste como a oeste deste Igarapé.

Finalmente, do ponto de vista ambiental, é justificável e necessário que o limite sul da Terra Zo'é seja estabelecido mais ao sul do limite efetivo de ocupação atual, cerca de 22 km a jusante da confluência do Tarari uhu com o Cuminapanema. Trata-se do ponto onde

deságua um afluente da margem direita deste Rio. Seguindo rumo oeste em direção a sua nascente, encontra-se, no seu médio curso, margem esquerda, o igarapé imediatamente ao sul do local onde os missionários implantaram sua estrutura na Área, e cuja nascente está localizada na cordilheira que faz o limite sudoeste do território zo'é. Os igarapés em questão circunscrevem uma micro-bacia cuja porção norte é ocupada pelos Zo'é, preferencialmente, para pesca e caça de urubu, conforme descrito acima. Todos os igarapés da margem direita, ao sul e a oeste da região indicada compõem outros sistemas, inteiramente fora da abrangência da ocupação Zo'é. Assim sendo, a solução mais adequada no tocante a essa micro-bacia é torná-la de uso e ocupação exclusivamente zo'é.

Assegurar essas áreas dentro dos limites da Terra Zo'é é garantir a qualidade de vida do grupo. Todos os elementos reunidos para fins do levantamento ambiental indicam que, permanecendo a população nos patamares atuais, essas são regiões cuja articulação respondem pela preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar do grupo. No futuro, confirmada uma tendência de crescimento da população, a necessidade de expansão da área ocupada será menos impactante sobre os recursos com o uso exclusivo dessas áreas garantido aos Zo'é, principalmente, se o grupo tiver condições de fazer esse trajeto histórico tendo igualmente asseguradas as condições de promover a ocupação futura segundo seus próprios critérios de qualidade de vida.

QUINTA PARTE

Reprodução física e cultural

A seguir, sintetizamos aspectos da demografia e do modo de vida zo'é, entre os que consideramos de maior relevância para caracterizar sua reprodução física e cultural; paralelamente, indicamos os principais critérios que justificam a conservação das áreas necessárias à continuidade dos padrões de qualidade de vida desta sociedade.

V.1. Evolução demográfica

Dados demográficos vêm sendo levantados desde 1991, através de um censo genealógico nominal (1) que pesquisadores NHII/USP têm atualizado desde então. Conta-se também com dados esparsos dos sertanistas (2) e, a partir de 1992, com censos atualizados pelo Posto da Funai. Os dados anteriores, da MNTB, apresentam várias lacunas e contradições (3).

a) Sinopse dos dados disponíveis

Das informações disponíveis, pode-se deduzir algumas tendências demográficas:

- entre 1982 e 1987, os Zo'é foram acometidos por doenças pulmonares e sofreram uma forte baixa demográfica, da ordem de 37 pessoas, ou seja quase ¼ de sua população total à época;

¹ Nosso primeiro levantamento, realizado em 11/1989 em 3 dos 5 assentamentos então ocupados pelos Zo'é resultou num censo incompleto de 112 indivíduos, que foi revisado em 05/90, com dados de uma única aldeia, *Rui Rupa*. Completamos o censo nominal/genealógico em 02/91 e o atualizamos em nossas visitas anuais. Inclui os seguintes dados: número da família / número do indivíduo; sexo; nome; outros nomes; data de nascimento / local de nascimento; aldeia / casa (incluindo ref. à mudanças); pai (s); mãe; furador / local; avo paterno; avo paterna; avo materno; avo materna; primeiro conjugue / filhos; segundo conjugue (consecutivo ou não) / filhos; terceiro conjugue (consecutivo ou não) / filhos; quarto conjugue (consecutivo ou não) / filhos; outros conjugues (consecutivos ou não) / filhos; observações.

² O sertanista J.E. de Carvalho, realizou um levantamento nominal entre suas estadias de 89 e 90, totalizando 125 pessoas (*Relação nominal com idade presumível por família e sexo, s/d*). Desde 11.1991, o posto mantém um censo completo, mas sem indicação da distribuição por aldeias

³ Os dados "públicos" da MNTB são raros e limitam-se à números globais, bastante vagos: entre 1988 e 1989, os documentos desta agência mencionam uma população de *uns 150, pondendo atingir 300 ou mais*. Sabemos que a Missão mantinha

- nesse primeiro período, e até 1994, a taxa de natalidade manteve-se baixa; esta situação não deve ser interpretada apenas como decorrência das epidemias, mas como uma forma tradicional de contenção da natalidade;
- o crescimento continuado da população só é verificado a partir de 1994, quando os Zo'é acomodam seus movimentos à permanência no posto da Funai, e quando passam a receber serviços de assistência à saúde mais sistemáticos e abrangentes;

Data	pop.total	Nascimentos	Óbitos
1991	137	5	?
1992	140	4	1
1993	142	5	3
1994	150	10	2
1995	157	10	3
1996	163	7	1
1997	170	8	1
09.1998	178	9	1

- se a taxa de crescimento atual continuar nos próximos anos, a população zo'é irá dobrar ao final dos próximos 15 anos; cabe ressaltar que ao lado dos aspectos propriamente demográficos, crescimento significa para os Zo'é um índice maior de dispersão entre assentamentos, movimento este que vem se verificando desde 1995, quando se confirmou a tendência ao crescimento.

b) Alastramento de doenças no período de “atração”

O censo genealógico disponível indica uma baixa demográfica brutal no período de cinco anos (1982/88) que correspondeu à fase de atração empreendida pela MNTB. Faleceram 37 pessoas em decorrência de doenças pulmonares contraídas durante as rápidas visitas que agentes da missão faziam até aldeias ao norte da Base Esperança, e que se alastraram entre todos os assentamentos dos Zo'é, no período (cfr. Gallois 1991 - 4).

atualizado um censo nominal completo, incluindo informações sobre mortes anteriores ao contato definitivo estabelecido em 1987. Neste ponto também, os dados divulgados são contraditórios: ora admitem que morreram 15 ora 30.

⁴ A listas de falecimentos, anexos ao censo genealógico encaminhado nos relatórios enviados à CII/FUNAI em 1991 e 1992 só inclui casos sobre os quais obteve informações de pelo menos três pessoas; as discordâncias entre os informantes estão indicadas assim como a explicação fornecida pelos índios, em sua língua. O registro disponível em 07.92 totalizava totaliza 71

A propagação das doenças esteve diretamente relacionada ao formato da assistência prestada pela MNTB. É de conhecimento público que a intenção desta agência no contato com os Zo'é era a evangelização de mais um povo "sem fé" (5). Para alcançar este objetivo, os missionários admitiam (6) a necessidade do "sacrifício de uma geração". Ou seja, consideravam que os Zo'é deveriam transformar seu modo de vida e que somente após sua sedentarização junto à Base da missão, eles poderiam ter acesso continuado aos bens e cuidados com que estavam sendo atraídos. Por isso, ao invés de priorizar o atendimento em todas as aldeias - como passou a fazer a FUNAI a partir de 1991 - a MNTB esforçou-se em reunir toda a população do grupo em torno de sua Base.

Na perspectiva inversa, cabe lembrar que foram os Zo'é que optaram, no final de 1987, por se aproximar da Base. Os motivos enunciados para esta iniciativa são diversos: alguns afirmam que sabiam da presença desses *kirahi*, mas os temiam; outros dizem que foram buscar mais ferramentas e pano... O fato é que, entre 1982 e 1987, muitas pessoas haviam falecido e que a norma tradicional de abandono das aldeias dos mortos colocava os Zo'é em movimento. Todos lembram que tinham curiosidade em conhecer de perto o paradeiro dos *kirahi* que vinham encontrando desde 1982 e que haviam prometido voltar. Em suas explicações, os Zo'é relacionam a nova doença que os matava (identificada como *tanã*, termo genérico para doenças pulmonares) à saída sempre repentina da equipe de missionários que vinham visitá-los. A memória deste período fixou o nome de "Neto" (Anestor, que realizou o primeiro contato de 1982 e também esteve na aldeia principal): "Neto chegou, foi embora, tal adoeceu, morreu" é a ladainha explicativa da maior parte dos casos.

Entretanto, não é porque entendiam que os princípios patogênicos vinham do sul, "pelo vento" ou junto "com Neto" que os missionários seriam procurados para curar as doenças. Primeiro, porque os Zo'é até hoje mantêm suas concepções tradicionais de explicação sobre

indivíduos que faleceram nos seguintes períodos: sem data precisa = 16; antes de 1982 = 12; entre 1982/88 = 37; entre 1989/07-92 = 06.

⁵ Na verdade, tratava-se de atingir mais uma "língua" desconhecida, na qual os evangelhos seriam traduzidos; esta agência, quando computa seus trabalhos, não menciona "povos", mas "línguas" - cfr. Pagina da MNTB na internet.

⁶ Cfr. informação pessoal, dos missionários a D.T.Gallois em 02.1991.

origem e causas das doenças (7). Segundo, porque seus relatos sobre o contato em 1987 não apontam, explicitamente, para uma busca de cura; ao contrário, dizem que eles foram ao encontro dos *kirahi* de "fala boa" em busca de roupas, ferramentas, panelas, etc.

c) Mudança nos padrões de reprodução

Os Zo'é, especialmente as mulheres, são enfáticos em seus comentários sobre a mudança, ainda em curso, de seus padrões de controle de natalidade. Explicam que as mães das atuais mulheres adultas nunca tinham mais de 2 ou 3 filhos e que, no passado, elas só vinham a ter filhos na idade de 19 a 20 anos. Atualmente, verifica-se que as mulheres mais jovens já têm 3 ou 4 filhos aos trinta anos e que as moças casam por volta dos 14 anos. Os impactos desta tendência estão perceptíveis na comparação de duas pirâmides / faixas etárias, de 1992 e 1998.

É importante observar que esta mudança nos padrões de reprodução não se deve, apenas, à segurança que os Zo'é adquiriram com a continuidade e abrangência dos serviços de saúde prestados pela FUNAI. Ela resulta principalmente dos impactos sociológicos que a sedentarização em torno dos postos provocou. Com a diversificação das possibilidades de intercâmbio matrimonial que a proximidade entre grupos locais antes afastados viabilizou, os Zo'é estão trocando muito mais frequentemente de conjugues que antigamente (para as formas de casamento, ver acima, Quarta Parte).

⁷ No pensamento zo'e, como entre outras sociedades indígenas da região, os infortúnios, doenças e mortes são provocadas por predadores sobrenaturais, formando um sistema de agressão canibal. Doença e morte são explicados em termos de ataque, por parte destas entidades, que injetam no corpo do doente princípios patogênicos que levam à morte e são - ou não - concomitantes com a extração do princípio vital. A entidade predadora por excelência é *kiruwat*, que pode tomar a forma do sapo cururu, morador das zonas alagadas próximas dos grandes rios. Diz-se que ele "flecha" suas vítimas, perfurando-as com *kiruwat*, o princípio da agressão que destrói internamente a pessoa atingida, levando irremediavelmente à morte. Outras entidades agressoras são os animais caçados (especialmente o macaco coatá) que atacam flechando ou empurrando o caçador que subiu numa árvore para recuperar um animal morto. Finalmente, atribui-se aos inimigos Apam a agressão pelo sopro, inclusive através da flauta de osso. É significativo observar que, apesar da grande maioria das mortes recentes serem atribuídas, pelos Zo'e, à doenças que surgiram após o contato, algumas ocorrências continuam apontando para estas categorias sobrenaturais. O recente histórico epidemiológico impôs à reflexão dos Zo'é, a predominância de outra categoria causal, manifesta no caminho do contágio, de aldeia em aldeia: *tanã* - que agentes dos postos traduzem por gripe - e se manifesta por um conjunto amplo e às vezes contraditório de sintomas: tosse, dor de cabeça, febre, tremedeira. Na versão dos índios, *tanã* mantém características do sistema de agressões sobrenaturais: é "soprad" pelo vento - que sintomaticamente vem do sul, lugar dos *kirahi* - entra pelos orifícios do corpo e sobretudo, não a consideram "contagiosa". Tudo indica que *tanã* é concebido como uma manifestação particular de *kirahy* (= o mal dos *kirahi* ?) uma categoria genérica que recobre várias manifestações patogênicas atribuídas - ou explicadas, pelos agentes da missão ou da Funai - em termos de doenças adquiridas.

d) Crescimento demográfico e expansão territorial

As informações relativas à distribuição da população ⁽⁸⁾ por assentamentos, em diferentes períodos, apresentadas nas tabelas a seguir, evidenciam um primeiro momento de concentração em torno de aldeias próximas de postos de assistência, para depois evidenciar a dispersão da população zo'é em um maior número de aldeias, recém criadas ou reativadas. Como os dados foram obtidos em fases específicas do ciclo anual, elas devem também ser interpretadas em função deste calendário que, a grosso modo, evidencia fases de dispersão no inverno (janeiro a julho) com as caçadas de macaco e tucano, acampamentos para caça do urubu-rei, ou no verão (julho a dezembro) quando se parte para caçadas de porcos queixada e pescarias com timbó. Em todo caso, a recente expansão territorial pode ser observada na ocupação de aldeias, antigas e novas e no número crescente de acampamentos.

Fevereiro 1991 Total 133 (69 homens e 64 mulheres)

concentração em 3 aldeias, especialmente no sul, perto da base da Missão

Assentamento	Número de pessoas	Unidades familiares
Rui Rupa (Base)	26	5
Kaporuhu	15	3
Pirity	66	16
Pireaty (acamp.)	10	3
Kiã're (acamp.)	14	3
Tereke uhu rupa	2	1

Julho 1992 Total 139 (74 homens e 65 mulheres)

Distribuição da população em torno de duas aldeias e seus satélites, uma no sul e outro no centro.

Assentamento	Número de pessoas	Número familiares
Rui Rupa (Base)	45	10
Zawarakiäven	8	18
Tereke uhu rupa	16	4

⁸ Note-se, nas tabelas, a variação do número de unidades familiares, que resulta do método de agrupamento adotado no censo: o grupo doméstico. Tal variação reflete a mobilidade dos casais que se formam e separam, raramente para constituir uma "nova" unidade, mas para se agregar à outra, onde são integrados como segundo (ou terceiro, ou quarto) conjugue do homem ou da mulher mais importante daquela unidade.

Fevereiro 1995 Total 151 (77 homens e 74 mulheres)

Distribuição da população em torno de duas aldeias e seus satélites, uma nova no sul e outra no centro

Assentamento	Número de pessoas	Unidades familiares
Zawara kiäven	64	13
Kuruaty	39	7
5 acampamentos	48	8

Fevereiro 1998 Total 172 (84 homens e 88 mulheres)

Distribuição da população em torno de sete aldeias e seus satélites, sendo duas no centro, uma no centro-sul, uma no sul, uma em fase de reativação no centro-leste, e uma sem roça produtiva mas cuja capoeira é intensamente apropriada e ocupada ao norte.

Assentamento	Número de pessoa	Unidades familiares
Zawara kiäven	53	10
Zawara kiäven aze (acamp)	13	02
Pirity	18	04
Nared	24	04
Kuruaty	09	01
Kuruaty kupei (acamp)	13	02
Kihieta	02	
Inajazal do Pokoaty (acamp)	38	07
Norte (acampamento não fixo)	02	

Se a tendência atual de crescimento se estabilizar, os Zo'é irão dobrar sua população em 15 anos. É notável o aumento da capacidade reprodutiva deste povo, no alargamento da pirâmide da população de 1998, comparada à de 1982 (ver Anexo 4). Mas, o que é mais significativo é que tal crescimento se desenvolve segundo padrões próprios de divisão das unidades locais, que ocupam novas áreas e reativam outras. São esses padrões que passamos a descrever a seguir, com dados básicos sobre a organização social e política desta sociedade.

V.2. Áreas imprescindíveis e referências culturais

A Port.14 de 09.01.96 sugere que o item b) da V Parte, referente à Reprodução Física e Cultural, deve incluir informações relativas à "descrição dos aspectos cosmológicos do

grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc... explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto". Aproveitamos para sugerir uma alteração nos tópicos deste item, que apenas enumeram critérios ambíguos e difusos a respeito das marcas territoriais referentes à "imemorialidade" ou "antiguidade" da ocupação, baseados numa visão superficial e etnocêntrica que reduz referências cosmológicas a simples "vestígios físicos" do passado (cemitérios, lugares sagrados, etc...). Inúmeros estudos antropológicos produzidos sobre as sociedades indígenas brasileiras evidenciam que estas referências raramente podem ser "georeferenciadas" uma vez que são construídas na forma de percursos, isto é, são construídos como uma rede de referências simbólicas em que os elementos da paisagem não podem ser limitados à uma enumeração de sítios.

No que toca às sociedades indígenas que continuam vivendo padrões próprios de territorialidade - caso dos Zo'é - quando as interferências externas são absorvidas e remanejadas no sistema tradicional, temos a indicar que :

- todas – ou seja, qualquer uma – as aldeias ou sítios eleitos como acampamentos constituem-se em "cemitérios";
- no caso específico dos Zo'é – como na maioria das sociedades indígenas da Amazônia – a realização de rituais não se prende à determinantes geográficos, mas sim a critérios sócio-políticos; dito de outra forma, qualquer lugar de ocupação pode representar o espaço adequado à a vida ritual, segundo critérios que não destacam nem priorizam os aspectos geográficos

Informações sobre os critérios significativos para os Zo'é para eleger o lugar de suas aldeias, suas práticas rituais e sua concepção de "lugar sagrado" – que identificamos em todos os pontos de ocupação considerados "- koha", foram descritos nas Segunda e Terceira Partes deste Relatório.

V. 3. Áreas imprescindíveis à reprodução cultural da sociedade zo'é

As informações apresentadas acima, no que toca à ocupação histórica dos Zo'é na região, e ao seu processo de expansão na área que atualmente ocupam (ver Primeira Parte), deixam evidente a existência de um padrão tradicional de territorialidade, que é, por sua vez, garantido pela continuidade de formas de organização social (ver Segunda Parte) e de manejo dos recursos (ver Terceira Parte). Foi demonstrado que a organização social e o modo de ocupação territorial estão intimamente relacionadas, uma vez que, tanto o sistema de relações intercomunitárias (relações entre famílias e grupos locais, por meio de

intercâmbios matrimoniais), quanto o sistema sazonal de uso dos recursos, promovem um movimento alternado de aproximação e distanciamento entre as famílias que compõem os 6 grupos locais atuais do povo Zo'é.

a) Densidade da ocupação e do trânsito na área de concentração atual:

Os Mapas 2 e 3 (apresentados acima, pag. 56 Terceira Parte) incluem informações georeferenciadas da área de habitação permanente dos Zo'é, que corresponde à área identificada pela memória do grupo. Como evidencia a Tabela 3 (acima, Segunda Parte), praticamente todas as zonas historicamente ocupadas pelas antigas gerações continuam sendo utilizados hoje. É significativo mencionar que as duas excessões (uma a leste, zona conhecida como *Dyby uhu abyr Rupa* e outra a oeste, área de fuga de *Kunamiju*) não configuram abandono definitivo, ao contrário: tanto a leste como a oeste, os Zo'é estão implantando assentamentos (ver Tabela²) que evidenciam intenções explícitas de expansão. Considerando que o modo particular como os Zo'é ciclicamente reativam todos os seus assentamentos, é fundamental que toda a área por eles identificada e mapeada (Mapas 2 e 3) como área conhecida. É fundamental que toda esta vasta área, densamente marcada por balizas históricas e recentes da ocupação zo'é (todas suas aldeias antigas, todos as trilhas percorridas por sucessivas gerações até os dias de hoje) tenha sua integridade mantida.

b) Dados específicos referentes à atual dinâmica da população zo'é confirmam que:

- trata-se de uma população em franco crescimento demográfico, em decorrência da melhor qualidade dos serviços de assistência à saúde oferecidos pela Funai nos últimos 7 anos;
- o aumento demográfico é conscientemente planejado pelos Zo'é, que aliam esta estratégia à da expansão territorial, existindo evidentes movimentos de re-ocupação de zonas que haviam sido desativadas nos anos 80 (por exemplo, aldeias situadas no extremo norte da atual área de ocupação, como *Poruruty*);
- o padrão tradicional de uso dos recursos leva os Zo'é a constantes deslocamentos entre todas as áreas de concentração de recursos, fazendo com que aldeias abandonadas a

- Os momentos de dispersão e concentração podem ser verificados através das atividades sazonais dos Zo'é, que os vivem em acampamentos durante estações de caça e pesca, e nas aldeias onde cuidam de suas roças, respectivamente;
- A mobilidade no território não cessa totalmente nem mesmo quando as atividades nas roças são mais intensas, inclusive porque elas não suprem as necessidades Zo'é, que obtêm nas suas áreas de entorno e na floresta não só itens valorizados em sua dieta, mas as matérias-primas para construção e manutenção de suas casas, confecção de seus instrumentos e artefatos, produtos de sua farmacopéia e para fins estéticos, filhotes que criam como animais domésticos, etc;
- A área de ocupação (já descrita em suas características e limites) é totalmente apropriada entre outras com a finalidade de obtenção e recursos, garantindo a reprodução física (e cultural). Essa apropriação dá-se de tal forma que, no geral, os recursos se renovam. Resumindo, o modo tradicional de ocupação zo'é tem sido capaz de assegurar a sustentabilidade dos recursos e do ambiente como um todo. Conforme explicado na IV Parte, há aspectos que diferenciam a área de ocupação zo'é de seu entorno, e seu modo de ocupação tem garantido ao grupo a conservação dos recursos dos quais ele tem - historicamente - feito uso, tendo sido verificado que alguns deles não ocorrem em todas as regiões do entorno. Isso significa que não é só a posse e o uso exclusivos da área atual de ocupação que deve ser assegurada para garantir a reprodução física do grupo, mas também a possibilidade de os Zo'é continuarem ocupando sua Terra segundo seus próprios princípios, parâmetros e critérios.

2. Em relação ao entorno

As regiões de entorno, contíguas aos limites norte e nordeste da área de ocupação, identificadas e descritas na IV Parte, são também aquelas consideradas pelo GT Zo'é como necessárias à reprodução física do grupo. Isso se justifica pelo seguinte:

- Os movimentos de expansão territorial recentes empreendidos pelos Zo'é estão dirigidos para noroeste (margeando o Erepecuru), norte e nordeste, seja pela reativação de regiões históricas de ocupação (Poruruty, Ivi'ara, Terekie uhu rupa), como pela abertura de novas "frentes" de ocupação (roças próximas ao Kiã're - ver Tabela 2, sobre "Aldeias Atuais"). Essa tendência pode estar relacionada a questões cosmológicas relativas às bordas do mundo - o sul é associado aos "kirahi", como a limitações de ordem física: o relevo da região imediatamente ao sul dos limites da ocupação zo'é representa uma dificuldade para a circulação na região, o que certamente também tem contribuído para limitar o acesso ao território zo'é pelo sul.
- No norte e nordeste, os impedimentos não estariam associados a questões de ordem física ou ambiental, mas à suposta presença de inimigos ocupando a região, em acordo com a história de contato dos Zo'é. Os trabalhos do GT, inclusive a Expedição, contribuíram para que os Zo'é constatassem que essa presença não se verifica hoje, e o grupo passou a avaliar a região como passível de ocupação. Nesse sentido, a Expedição permitiu que os Zo'é observassem minuciosamente o ambiente, ao mesmo tempo em que descartavam a presença dos inimigos. Entre outras coisas, os Zo'é destacaram a abundância de caça, cogitando aproveitar os caminhos abertos entre o Cuminapanema e o Kiã're para suas próprias expedições de caça, ou de abrir caminho, margeando o Erepecuru até a pista da CESBRA, através da reativação dos caminhos de caça ao norte da aldeia Djuhu Parim, assentamento mais ao norte da área histórica de ocupação.
- A esses projetos de ocupação dos Zo'é, acrescenta-se o fator ambiental, que faz das áreas de entorno a norte e nordeste imprescindíveis e necessárias a preservação de recursos (necessários ao bem estar do grupo) e à reprodução física: a região das cabeceiras do Kiã're e o igarapé de rumo N-S, localizado próximo a sua margem esquerda. A ocupação não-zo'é no entorno norte e nordeste teria impactos imediatos na qualidade de vida dos Zo'é, pois afetaria diretamente o Kiã're, que, conforme explicado na IV Parte, desempenha papel essencial na hidrografia da região, respondendo pela perenidade do próprio Cuminapanema

ao longo das estações secas. Além disso haveria o risco para as reservas de caça das duas regiões, à direita e à esquerda do Kiã're.

b) Reprodução cultural: história e perspectivas de crescimento

Da mesma forma que para a reprodução física, a região atualmente ocupada e as áreas de entorno a norte e nordeste (ver descrição dos seus limites na Sétima Parte) foram consideradas imprescindíveis à reprodução cultural do grupo.

Quanto à área de ocupação histórica, já foi demonstrado que existe um padrão tradicional de territorialidade garantido pela continuidade de formas de organização social e de manejo dos recursos, e, portanto, organização social e territorial estão intimamente relacionadas. Assim, a área necessária à reprodução cultural do grupo é aquela em que fica assegurada a continuidade dessas formas de organização.

Do ponto de vista histórico, essa área corresponde à ocupação atual nos limites já descritos, pois nela os Zo'é têm as referências que balizam sua intervenção sobre o ambiente, o uso que fazem dos recursos: os caminhos e roças abertos pelos antigos, as áreas de concentração de recursos historicamente apropriadas, a sucessão dos grupos em suas áreas de influência pelo território, etc. Se, por um lado, as experiências recentes no entorno da ocupação histórica têm estimulado a expansão territorial, por outro lado, esta expansão não parte do zero: sua condução se dará com base na experiência acumulada, isto é, no modo de ocupação tradicional concretizado no território atual, marcado pelos deslocamentos constantes, pelos momentos de proximidade e distância (social e espacial entre os grupos), pelo uso continuado de toda sua extensão - mesmo nas áreas de roças abandonadas e/ou não produtivas.

As questões demográficas também trazem implicações e consequências relativas às áreas necessárias à reprodução cultural do grupo. Nesse aspecto, a história recente dos Zo'é trouxe os seguintes elementos: primeiro, o crescimento da população, em decorrência da melhor qualidade dos serviços de assistência à saúde oferecidos pela Funai nos últimos 7

anos; segundo, esse crescimento é conscientemente planejado pelos Zo'é, que aliam esta estratégia à da expansão territorial. Conforme explicado acima, a expansão territorial, cujas primeiras iniciativas já se verificam, ocorrem principalmente a norte e nordeste do território, sendo menos expressiva - embora efetiva - no extremo sul, através dos pontos de pesca a jusante da confluência do Tarari uhu com o Cuminapanema. Isso significa que o Kiã're é o eixo desse movimento de expansão, o que torna indispensável garantir para os Zo'é a posse exclusiva de toda a região de suas cabeceiras.

Finalmente, os estudos que levaram à identificação de áreas do entorno consideradas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar dos Zo'é, ou necessárias a sua reprodução física e cultural, tiveram como um de seus parâmetros a capacidade dos Zo'é de controlar tais áreas (já que seu território tradicional é totalmente ocupado). Foi ponto de consenso entre todos os participantes do GT, que a extensão dos limites para além dessa capacidade de controle, mesmo justificável sob o ponto de vista ambiental, representaria mais riscos à preservação de recursos, ao bem estar do grupo e a sua reprodução física e cultural, já que a falta de controle tornaria determinados trechos vulneráveis a invasões. Chegou-se, então, com a participação dos Zo'é, às áreas referidas acima, consideradas capazes de responder pela garantia da reprodução física e cultural do grupo, tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista do bem estar das gerações futuras.

c) Descrição resumida dos limites das áreas necessárias à reprodução física e cultural

- I. Área de ocupação atual: Partindo da cabeceira do Igarapé da Raia Branca, afluente do Erepecuru, segue-se o curso deste Igarapé até o Rio. O limite prossegue subindo o Erepecuru até o Igarapé da Batata, tomando o rumo de sua cabeceira até o divisor de águas entre o Erepecuru e o Kiã're. No divisor de águas, deve-se tomar rumo sul até o Igarapé Bureako, e acompanhá-lo até o Kiã're. O limite leste acompanha o curso do Kiã're e, depois, do Cuminapanema. Aproximadamente 7 km a jusante da confluência do Cuminapanema com o Tarari uhu deve-se tomar rumo sudoeste até alcançar o

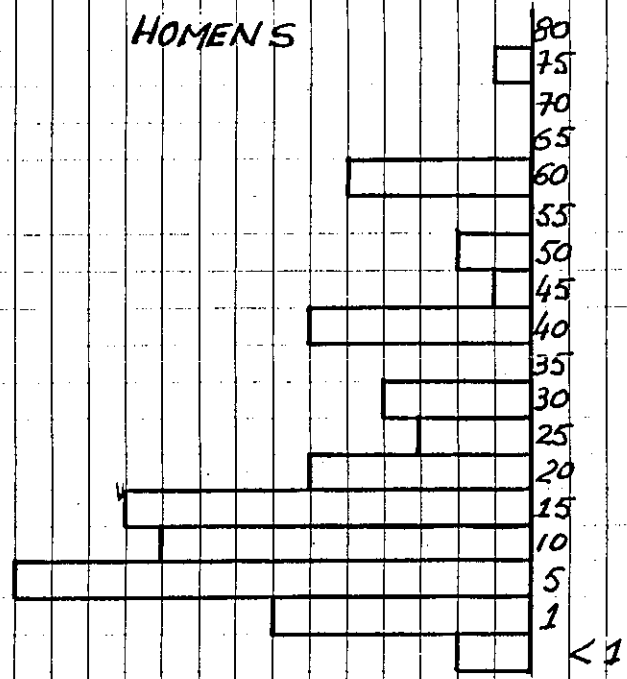
curso do primeiro igarapé com direção W-E, imediatamente ao sul da pista da Missão. Seguindo esse igarapé até sua cabeceira, chega-se à cordilheira onde estão as cabeceiras do Raia Branca;

- II. As áreas de entorno no norte e nordeste (contínuas): A partir do Igarapé da Batata, subir o Erepecuru até a confluência com o Urucuriana. Acompanhar este Igarapé rumo a suas cabeceiras. No ponto localizado a N 0° 21' 30.0" / W 55° 34' 42.0" está a embocadura de um afluente da margem esquerda do Urucuriana. Seguido este afluente rumo a sua cabeceira, tomar rumo sudoeste por aproximadamente 2.5 km, acompanhando depois um afluente da margem direita do Cuminapanema, que deságua neste Rio num ponto que dista aproximadamente 22 km da confluência entre este e o Capirari. A partir daí, descendo o Cuminapanema até a confluência com o Kiã're.

1992

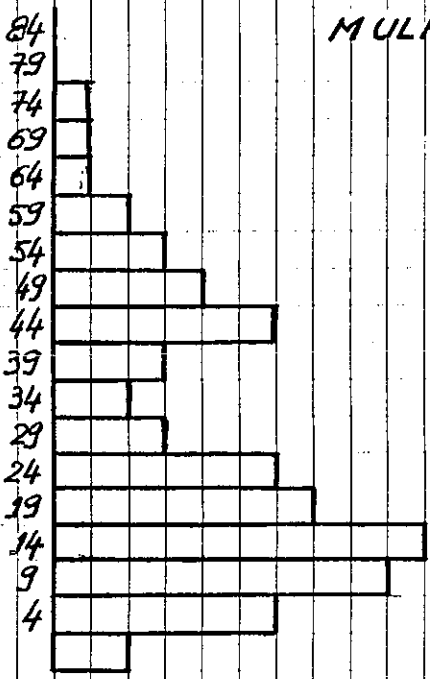
TOTAL 138

HOMENS



80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
1
<1

MULHERES

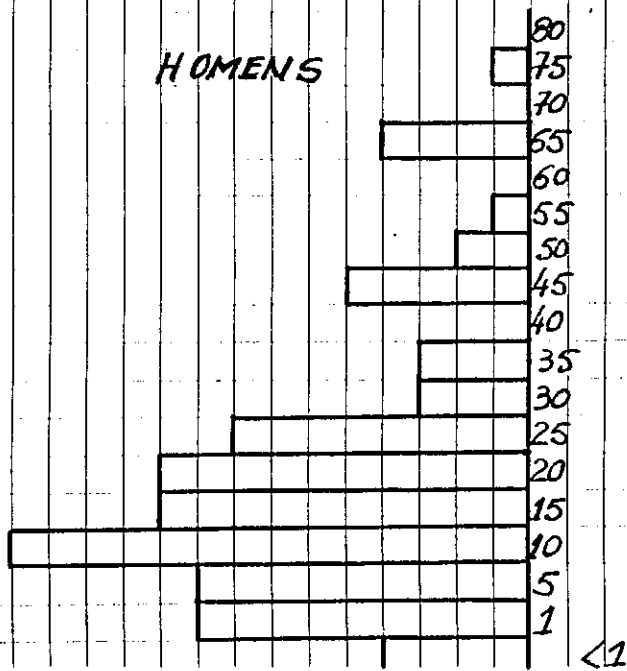


84
79
74
69
64
59
54
49
44
39
34
29
24
19
14
9
4

1998

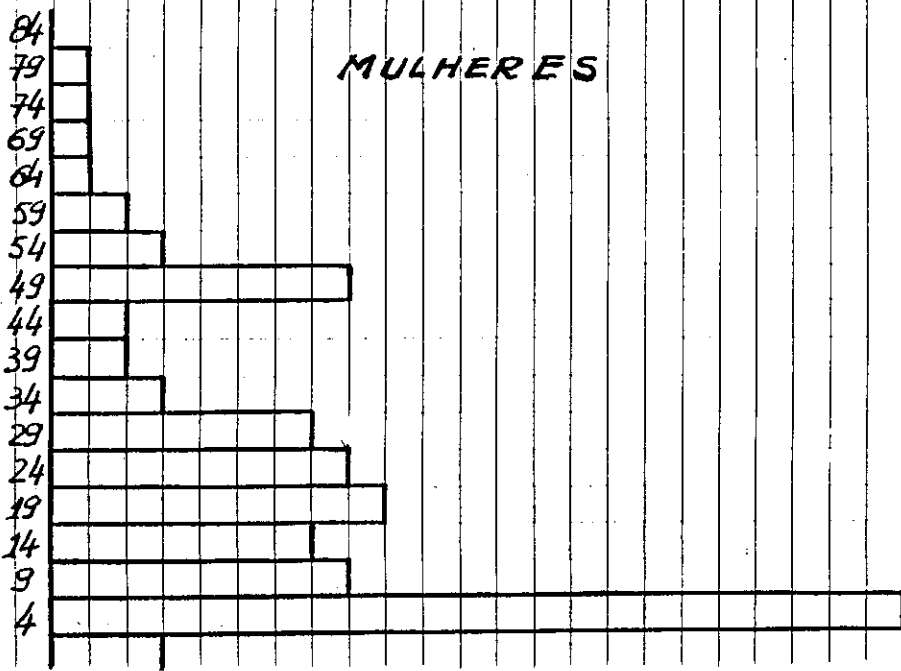
TOTAL 172

HOMENS



80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
1
<1

MULHERES



84
79
74
69
64
59
54
49
44
39
34
29
24
19
14
9
4

QUINTA PARTE - ANEXO 4

SEXTA PARTE

Levantamento fundiário

1. Inexistência de invasões e ocupações de terceiros

As informações colhidas por técnicos da Funai e por nós nos últimos cinco anos já evidenciavam que não existem atuais invasões nem ocupantes não índios na Área Interditada pela Portaria PP n. 4098/87. Em 1998, os membros do GT realizaram sobrevôos por toda a extensão dos limites da Área Proposta e percorreram a pé e por via fluvial grande parte desses limites, confirmando a inexistência de ocupações por terceiros (cfr. Relatório Edna Miranda Ferreira, pag.02).

2. Vestígios de presença de garimpos

Cabe, neste ponto, registrar algumas informações sobre a presença de vestígios de garimpos, incidentes ou nas imediações da área ocupada pelos Zo'é. Se não há, atualmente, indícios de sua presença nesta área, pequenos grupos de garimpeiros estiveram bem perto da Base Esperança, entre 1990/91, quando tentaram reativar um garimpo próximo à embocadura do Igarapé dos Índios (*Trãri*) no Cuminapanema. Outra incursão recente foi a tentativa de implantação de um garimpo numa ilha próxima da boca do Urucuriana, em 1990 (Gallois, 1991 – informações obtidas de garimpeiros em Oriximiná).

Fora estas incursões mais recentes, está documentada a presença de garimpos, em vários pontos dos cursos médios dos rios Curuá e Erepecuru, no período de 1960 a 80. Na confluência do Erepecuru/Urucuriana existe uma pista conhecida como "pista da CESBRA", que foi inicialmente aberta para apoiar pesquisa da CPRM, e chegou a ser utilizada por alguns garimpeiros, que não conseguiram se fixar no local. De fato, as dificuldades de acesso e a regressão generalizada desta atividade na região impediram que esse tipo de invasão se consolidasse na área indígena e, inclusive, em seu entorno.

No entorno, obtivemos informações da existência de uma única zona de garimpo, situada no curso médio do rio Curuá (limite leste da Área Interditada), num lugar conhecido como Bahia (que é registrado nos mapas do RADAMBRASIL). O local teria servido de ponto de apoio para balateiros que exploraram a região até 1975. Depois, levas de garimpeiros tentaram uma exploração de ouro que nunca foi economicamente rentável. A última tentativa ocorreu há cerca de 5 anos, quando José Valinoto, então "dono" daquele garimpo, obteve apoio de uma empresa japonesa. O investimento foi perdido e a região abandonada pelos garimpeiros.

Finalmente, logo ao sul do limite da Área interditada, ainda está visível uma pista antiga de garimpo que foi algumas vezes reativada, na expectativa de novas atividades; a área estaria sendo negociada com uma empresa de mineração conhecida como CANAPA.

Tudo indica que a atividade garimpeira, em decadência na região, não terá repercussões sobre a integridade da Terra Indígena. Será essencial, entretanto, monitorar permanentemente a existência de novas incursões. Os Zo'é vêm sendo preparados para isso e já mostraram sua desconfiança à presença de pessoas que se identificam como garimpeiros (1), pois já foram informados dos impactos negativos que esta atividade teria sobre sua qualidade de vida.

3. Levantamento cartorial

Este levantamento foi realizado por técnicos especializados do ITERPA e INCRA, que integraram o GT, sob a coordenação de Edna Miranda Ferreira, chefe da DFU/AER Belém), cujo Relatório e documentos comprobatórios seguem anexos.

No que segue, apontamos os principais resultados deste levantamento:

- Os Tabeliões dos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém / Pará, forneceram certidões que atestam

¹ Em 1996, por ocasião da entrada de um casal de turistas estrangeiros, os Zo'é reagiram à presença do guia desses turistas, que se identificou como garimpeiro. Eles questionaram, naquele momento, os percursos utilizados para chegar até suas aldeias e tiveram mais uma experiência a respeito da possibilidade de invasões.

a inexistência de quaisquer transcrições ou registros de aquisição de imóveis, em nome de terceiros, incidentes na Área Interditada (cfr. Relatório Edna Miranda Ferreira, pag.2).

- O relatório do técnico do INCRA, Audinécio Estácio da Luz (doc.14, encaminhado por carta de 08.06.98, apresentado em anexo ao Relatório de E. M. Ferreira) informa a incidência de 5.500 ha da Gleba Cuminapanema, no limite sul da Área Interditada. Esta incidência não atinge a Área Proposta pelo GT, distando dela cerca de 17 km. Trata-se de uma Gleba de jurisdição do INCRA, com área de 289.917,10 ha em nome da República Federativa do Brasil, localizada e registrada na Comarca de Alenquer. Em seu relatório, o técnico do INCRA confirma que não havia, até a data dos trabalhos de campo do GT, nenhuma ocupação física nem título emitido pelo INCRA no perímetro da parte incidente na Área Interditada.
- Os relatórios dos técnicos do INCRA e do ITERPA também informam a incidência de parte da Gleba Erepecuru, de jurisdição do Estado do Pará. O relatório do técnico do ITERPA, Edmilson Martins da Silva (doc.12, encaminhado em 19.05.98, apresentado em anexo ao Relatório de E. M. Ferreira) apenas menciona a incidência desta Gleba de 470.000 há, tanto na Área Interditada quanto na Área Proposta pelo GT, sem informar a superfície de tal incidência. Apenas um mapa enviado como anexo do Relatório do técnico do INCRA evidencia a pequena incidência, no limite sul da Área Proposta, que consiste num limite natural a ser demarcado no topo da cordilheira.
- No que toca a este limite sul, é importante esclarecer, desde já, que uma das recomendações deste GT é de fazer coincidir o limite sul da Terra Indígena com o limite norte da Área Quilombola pleiteada pela ARQM (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná) – ver adiante, Sétima Parte.

A seguir, o Relatório e os documentos reunidos pela Engenheira Agrimensora Edna Miranda Ferreira, chefe DFU/AER Belém, referentes aos levantamentos fundiário e cartorial. Os mapas e memorial descritivos que integram o documento 8, de autoria de Antonio Abraão de Oliveira, Técnico Agrimensor da AER Belém, são apresentados adiante, juntamente à descrição da Área Proposta para a Terra Indígena Zo'é.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Memo nº 195/DFU/98

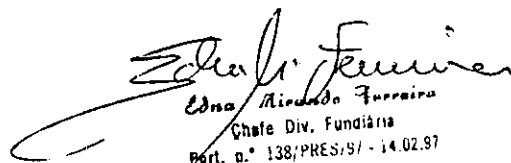
Em: 09.07.98

À Srª Dominique T. Gallois

Prezada Senhora,

Em anexo, encaminhamos à apreciação de V.Sa, o relatório de viagem da servidora EDNA MIRANDA FERREIRA/Engº Agrº/CH.DFU/AER.BEL. membro do GT Nº 309/PRES/97, de 04.04.97, responsável pela execução do Levantamento Cartorial, referente a TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA, da Comunidade ZO'É, no período de 05 à 30.05.97, incluindo 16 documentos e 24 fotografias, todos em original.

Atenciosamente,


Edna Miranda Ferreira
Chefe Div. Fundiária
Port. n.º 138/PRES/97 - 14.02.97



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 - FUNAI -

RELATÓRIO DE VIAGEM GT Nº 309/PRES, de 04.04.97:

I - INTRODUÇÃO:

Em conformidade com a Portaria nº 309/PRES, de 04.04.97, que constituiu Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da TERRA INDÍGENA CUMINAPANEMA/URUCURIANA(PA), com área aproximada de 2.059.700 Ha, cujos limites e confrontações constam da Portaria de Interdição PP nº 4.098, de 30.12.87. localizada nos municípios de Alenquer e Óbidos/Pa.

II - COMPONENTES DO GT- 309/PRES./97:

1. DOMINIQUE TILKIN GALLOIS - Antrop./Coordenadora (USP)
2. NÁDJA HAVT BINDÁ - Antrop. (USP)
3. ROGÉRIO CÉSAR SILVA - Biólogo (UFG)
4. ANTONIO ABRAHÃO DE OLIVEIRA - Tec. Agrim. (AER.BEL.)
5. FIORELLO PARISE - Ch. Frente de Contato (AER.BEL.)
6. EDNA MIRANDA FERREIRA - Engº Agrº/Ch.DFU (AER. BEL.)
7. HELENO AUGUSTO COUTO DOS SANTOS - Tec. Agrop. (AER. BEL.) (**)
8. AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ - Tec. Agric. (U.A. SANTARÉM/INCRA)
9. EDMILSON MARTINS DA SILVA - Engº Agrº (ITERPA-BEL.)

III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Foram realizados estudos Ethnohistóricos, Sociológicos, Antropológicos e Ambientais, dentre outros, incluindo os Levantamentos de Campo (Fundário) e Cartorial nas Comarcas de Registros Imobiliários.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 02

- FUNAI -

3.1 - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO:

(**) Convém informar que o Técnico Heleno Augusto não participou deste GT, haja vista, a não necessidade de execução do levantamento fundiário, por não existir invasões ou ocupações de terceiros. Em outros levantamentos de campo realizados por membros desse GT, foi detectada apenas uma área com garimpo que se encontrava em plena desativação, inclusive ficando fora da Proposta de Identificação do GT nº 309/PRES/97.

3.2 - LEVANTAMENTO CARTORIAL:

A execução do levantamento cartorial competia aos técnicos EDNA MIRANDA FERREIRA/Engº Agrº/CH. DFU/FUNAI-AER.BEL, EDMILSON MARTINS DA SILVA/Engº Agrº/ITERPA e AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ/Tec.Agric.INCRA/SANTARÉM, sendo realizadas buscas cartoriais em Livros de Registros Imobiliários nas Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém/PA.

Esse levantamento foi realizado no período de 08 a 30 de maio de 1997, mediante solicitação aos Tabeliões dos Cartórios de Registros de Imóveis dessas Comarcas, por Ofícios (DOC.04). Após, foram fornecidas CERTIDÕES que ATESTAM a inexistência de quaisquer Transcrições ou Registros de aquisição de imóveis, em nome de terceiros ou Órgãos ou Autarquias, sobre essa Terra Indígena. (DOC. 05).

Entretanto, quando retornamos à Santarém, em reunião no INCRA-UA SANTARÉM, fomos informados da Transcrição sob Matrícula nº 663, Livro 2-C, às fls. 170 à 170 vº, do imóvel denominado "GLEBA CUMINAPANEMA" com área de 289.917,10 ha, em nome de República Federativa do Brasil, localizado no Município de Alenquer/PA, a pedido do Representante do Projeto Fundiário de Santarém-INCRA, em 24.02.83, e devidamente registrado na Comarca de Alenquer. E procedida a plotagem em mapa, dessa Gleba, verificou-

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 03

- FUNAI -

se uma incidência na ÁREA INTERDITADA, PORT. PP Nº 4.098/87 (TI CUMINAPANEMA), em 5.500 ha. Ficando o INCRA incumbido de nos fornecer tal Certidão. (Recebida apenas em 08.06.98, no relatório do Tec. Audinécio, DOC.14)

Em decorrência dessa reunião, entramos em contato com a representante do Cartório de Alenquer, informando-a dessa Transcrição, e solicitando uma nova Certidão, retificando a anterior, expedida em 21 de maio de 1997, por não informar sobre a matrícula de nº 663, de interesse da União, até a presente data não recebemos resposta do Cartório, apesar de várias solicitações. Todavia, esclarecemos que essa incidência dos 5.500 ha na Área Interditada, ficou fora da Proposta de Identificação do GT-309/PRES/97. (DOC.08).

Ainda, nessa reunião nos foi fornecida uma cópia com a relação nominal de beneficiários de um Projeto de Assentamento do INCRA, denominado "NOVO HORIZONTE", situado às proximidades da Área Interditada, pela Port. PP nº 4.098/97. (DOC. 01).

Encaminhamos também, Ofícios de nºs 085, 086 e 087/DFU/AER.BEL/97, de 28.04.97, ao INCRA de SANTARÉM e BELÉM e ao ITERPA, solicitando informações acerca de pretensões desses Órgãos e/ou terceiros, na área de estudos da Portaria de Interdição da TI CUMINAPANEMA. (DOC. 03).

Somente o INCRA/BELÉM, através do Of. INCRA/SR(01)/J/Nº 64/97, de 02.12.97, nos forneceu informações acerca de suas pretensões. (DOC. 09).

3.3 - LEVANTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO/DELIMITAÇÃO:

Cónfume previsto nas etapas anteriores, os estudos e levantamentos de identificação, vinham sendo realizados pelos demais membros do GT, porém participamos nos dias 06 e 07 de maio de 97 de sobrevoos a fim de serem colhidas coordenadas geográficas dos pontos de limites e ocupações que por ventura estivessem inseridas na Terra Indígena, contando sempre, com a presença de índios Zo'é. Participamos também de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 04

- FUNAI -

reuniões com os demais membros do GT e comunidade indígena Zo'ê, a fim de discutirmos sobre a Proposta de Identificação do GT 309/PRES/97. Percorremos algumas Aldeias em companhia da Coordenadora do GT e demais membros.

3.4 - PROPOSTA DO GT Nº 309/PRES/97 - TI CUMINAPANEMA:

Conforme anteriormente citado, outros membros do GT, vinham a muito trabalhando com essa comunidade, e atendendo as especificidades e aspirações do Grupo Indígena, chegou-se a uma Proposta de área de aproximadamente 624.000 ha (seiscentos e vinte e quatro hectares), do total de 2.059.700 ha interditados pela Port. PP nº 4.098/87, de 30.12.97.

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES: (INCIDÊNCIAS DE OUTRAS ÁREAS).

Apesar de termos encaminhado expedientes aos Órgãos Furdiários em abril de 97, solicitando informações acerca de suas pretensões, somente em 02.12.97 obtivemos uma vaga resposta do INCRA/Belém, sem demonstração em mapas. Entretanto, após várias solicitações, recebemos o relatório do servidor do ITERPA, membro do GT, em 22.05.98, referindo-se a incidência na GLEBA EREPECURU, de jurisdição do Estado do Pará, tanto na Área Interditada, quanto na Proposta do GT Nº 309/PRES./97, sem referir-se a percentual de incidência, e na GLEBA CUMINAPANEMA, de jurisdição do INCRA, em cerca de 5.500 ha, na Área Interditada. Sem apresentação de mapas. (DOC. 12). Estamos aguardando um posicionamento do ITERPA, com relação ao Of. nº 087/DFU/AER.BEL/97, de 28.04.97 e suas áreas de pretensão.

Pelo Of./GMEPF/INCRA/SR(01)G/PA/Nº 297/98, de 05.06.98, recebemos o relatório do servidor Audinécio Estácio da Luz, membro do GT, referindo-se inclusive, sobre a incidência das Glebas acima citadas, tanto na Área Interditada, quanto na Proposta do GT 309, demonstrando em mapas essas incidências. (DOC. 14).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 05

- FUNAI -

Na reunião do dia 06.05.97, com a coordenadora e demais membros do GT, na Aldeia KEIJÃ/TI CUMINAPANEMA, onde chegou-se a Proposta de aproximadamente 624.000 ha, sobrando faixas de terras nos limites Norte, Sul e Este da Área Interditada Port. nº 4.098/87. Foi informado também, que haveria uma missão, a partir de junho ou julho de 97 ao Rio Urucuriana/Alto Curuá e Regiões, a fim de se verificar quanto a existência de outros grupos de índios isolados, de conformidade com a tabela de referências do DII/BSB. Caso se confirmasse essa presença, seria criada uma reserva para proteção desses indígenas. Inclusive para evitar os famosos "corredores" entre Terras Indígenas, pensou-se também na criação de Áreas de Proteção Ambiental-APA, a fim de evitar-se invasões por terceiros.

Pelo Memo nº 03/FCB/98, de 06.03.98, recebemos relatório de viagem de localização ao Rio Urucuriana, da lavra do servidor FIORELLO PARISE, referente a missão acima citado. (DOC. 10).

Em 13.04.98, recebemos expediente da ARQMO (Assoc. das Comunid. Remanesc. de Quilombos do Munic. Oriximiná), solicitando uma reunião na FUNAI/BEL, visando um posicionamento desta, a respeito do GT. Cuminapanema. A reunião realizou-se no dia 06.05.98, onde foi demonstrado em mapa a Área Proposta pelo GT, e a faixa de terras entre esta e a Port. de Interdição, então ficou decidido, inclusive com o aval da Coordenadora do GT, que não se criaria uma APA, nessa faixa, e sim tentaríamos chegar o limite da Área Quilombola ao limite SUL da TI Cuminapanema. Participamos também de reunião no ITERPA, e defendemos essa posição, que a princípio foi questionada pelo Dr. Paraguassú do ITERPA, que defendia a criação da APA, porém conseguimos a unanimidade para a proposta de chegar o limite da área quilombola ao limite Sul da TI Cuminapanema.

Nos foi solicitado pela ARQMO, um documento que permitisse aos servidores do INCRA e ITERPA, que se encontravam na área em trabalhos de levantamento ocupacional dos remanecentes, transitarem nes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 06

- FUNAI -

nessa faixa. Foram expedidos os Of. nºs 101 e 102/AJR/ADR.BEL/98, de 06.05.98, aos Presidente do ITERPA e Superintendente do INCRA/BEL, respectivamente, dando tal permissão. (DOC. 11).

A partir dessa reunião, recebemos vários expedientes da ARQMO, versando sobre o encaminhamento à FUNAI/BSB, do relatório final do GT. (DOC. 13).

Em 16.06.98, recebemos convite do INCRA/BEL, para participação de um Encontro nos dias 22/23.06.98, referente a questão dos Povos Remanescentes de Quilombos. Participamos e informamos do recebimento dos relatórios dos técnicos do ITERPA e INCRA, e que posteriormente estaríamos enviando-os a Coordenadora do GT, Antrop. Dominique Gallois. (DOC. 15) Nesse encontro, recebemos das mãos da Srª Lúcia Andrade, um croquis com a plotagem das Áreas de jurisdição da FUNAI/INCRA/ITERPA. (DOC. 16).

Nos documentos recebidos da ARQMO, expressam sua preocupação, com relação ao prazo, para demarcação e regularização da Terra a esses remanescentes.

V - A N E X O S:

Doc. 01-- Relação de beneficiários do Proj. de Assentamento do INCRA, denominado "NOVO HORIZONTE", localizado às proximidades da TI;

Doc. 02 - Port. nº 309/PRES. de 04.04.97- Constitui o GT;

Doc. 03 - Of. nºs 085,086 e 087/DFU/ADR.BEL/97, de 28.04.97, enviados aos INCRA/SANTARÉM e BELÉM, e ao ITERPA, solicitando informações acerca de pretensões desses Órgãos ou por terceiros na Área Interditada;

Doc. 04 - Of. nºs 001, 002, 003, 004 e 005/DFU/AER.BEL/97, de 08, 13, 19, 22 e 26 de maio de 97, aos Cartórios de Registros de Imóveis das Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém, solicitando buscas aos Livros de Registros Imobiliários;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

fls. 07

- FUNAI -

- Doc. 05 - CERTIDÕES expedidas pelos Cartórios antes mencionados atestando a inexistência de Transcrições em nome de terceiros, Órgãos e Autarquias. (Ver contido às fls. 02 e 03 deste);
- Doc. 06 - Of. nºs 006 e 007/DFU/AER.BEL/97, de 30.05 e 03.06.97 encaminhados ao INCRA/SANTARÉM e ITERPA, referente a participação dos técnicos Audinécio Luz e Edmilson Silva, no GT nº 309/PRES/97;
- Doc. 07 - Prestação de Contas de Viagem dos tec. Edna Ferreira Edmilson Silva e Audinécio Luz;
- Doc. 08 - Relatório de viagem do Tec. Agrimensor ANTONIO ABRAHÃ DE OLIVEIRA/FUNAI/BEL, (já tínhamos entregue uma cópia desse a Antrop. Nad
- Doc. 09 - Of./INCRA/SR(01)/J/Nº 64/97, de 02.12.97, dando conta incidência de terras da União Federal nos limites da Área Interditada;
- Doc. 10 - Memo nº 03/FCB/98, capeando relatório do servidor FIOR LO PARISE, em missão ao Rio Urucuriana, no período de 19.08 à 17.10.97;
- Doc. 11 - Of. nº 101/AJR/ADR.BEL/98, de 06.05.98, ao ITERPA, dando permissão para transitarem na região sudoeste da área interditada;
- Doc. 12 - Of. nº 000235/98, de 19.05.98, encaminhando cópia do relatório do Engº Agrº EDMILSON MARTINS DA SILVA, que participou do GT Cuminapanema;
- Doc. 13 - Expedientes datados de 02.06; 27.06 e 02/07/98, oriundos da ARQMO, solicitando informações acerca do Relatório Final do GT/Cuminapanema e seu envio a FUNAI/BSB;
- Doc. 14 - Of./GMEPF/INCRA/SR(01)G/PA/Nº 297/98, de 05.06.98, encaminhando o relatório de viagem do Tec. Agrícola AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ que participou do GT Cuminapanema, bem como mapas com as áreas da FUNAI INCRA/ITERPA, e a Transcrição de matrícula nº 663, da "GLEBA CUMINAPANEMA de interesse do INCRA;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

fls. 08

Doc. 15 - Fax/INCRA/SR-01/G/Nº 990/98, de 16.06.98, convidando a participar de um Encontro relacionado à questão dos Povos Remanescentes de Quilombos, nos dias 22 e 23.06.98;

Doc. 16 - Croquis contendo áreas de jurisdição da FUNAI/INCRA e ITERPA, doado pela Sr^a LÚCIA ANDRADE, nesse Encontro acima citado.

Doc. 17 - Fotos da reunião com membros do GT e Comunidade Indígena na ZO'É e no Levantamento Cartorial.

É o que tínhamos a relatar, submetendo-o à apreciação de V.Sa para as devidas providências, justificando que a demora do mesmo foi principalmente em virtude na demora do recebimento dos RELATÓRIOS dos Técnicos do ITERPA e INCRA, que fizeram parte desse GT.

Belém(PA), 08.07.1998

EDNA MIRANDA FERREIRA
- ENG^o AGRÔNOMO -

CHEFE DA DIVISÃO FUNDIÁRIA/FUNAI/AER.BELÉM

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA - M A A R A

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - I N C R A

UNIDADE AVANÇADA DE SANTARÉM

SETOR DE ASSENTAMENTO

Relação de Beneficiários do P.A. Novo Horizonte em situação regular, aptidão agrícola, acessível a assistência técnica e creditícia. Melhores condições ao benefício do Proceza.

<u>Nº DE ORDEM</u>	<u>NOME DO BENEFICIÁRIO</u>	<u>Nº DO LOPE</u>	<u>COLÔNIA</u>	<u>FILIAÇÃO</u>
01	Raimundo Marinho de Oliveira	24	Patauzal	Sebastiana Alves Marinho
02	Maria Ivan Rocha da Silva	23	"	Benedito José da Rocha e Raimunda Guilhermina da Rocha
03	Benedito Rodrigues da Silva	12	"	Jorge Rodrigues da Silva e Maria Ivan Rocha da Silva
04	Remisson Pereira de Moura	08	"	Expedito A. de Moura e Cláudia Pereira
05	Manoel Félix Rodrigues	22	"	Francisco Rodrigues e Antônia Félix Rodrigues
06	Francisca Pereira de Barros	04	"	Nila Pereira Barros
07	Manoel Alves de Brito	10	"	Raimundo Alves de Brito e Maria Fernandes de Brito
08	Ataide Ferreira de Freitas	02	"	Alexandrina Ferreira de Freitas
09	Edevaldo Lemos Filho	20	"	
10	Antônio Marques da Costa	06	"	Francisco Marques da Costa e Maria M. da Costa
11	Oswaldo Ferreira de Castro	116	"	Francisco da Rocha Castro e Bernardina Rafael de Castro
12	Salomão Roque da Conceição	05	"	Raimundo Conceição de Castro e Raimunda Castro
13	José Maria Correa da Conceição	03	"	Felias Santiago de Melo e Laurentina Ferreira de Melo
14	Francisco Jacinto de Souza	81	Areial	Pedro Gomes Ferreira e Sabina Gomes de Souza

<u>Nº DE ORDEM</u>	<u>NOME DO BENEFICIÁRIO</u>	<u>Nº DO LOTE</u>	<u>COLÔNIA</u>	<u>FILIACÃO</u>
15	Gamilo de Menezes	21	Fatauzal	Tertuliano José de Menezes e Maria do Carmo Nascimento
16	Domingos Ferreira de Araújo	80	Areial	Paulo Ferreira Araújo e Izidora Rosa Figueira
17	Ziomar Borges Alves	78	"	Manoel Cleres Pinto e Lúcia Borges
18	José Pereira Costa	95	Cito Homens	Felisberto Pereira da Costa e Dominga Baptista de Azevedo
19	Sebastião Farias de Sousa	63	"	Francisco Luiz de Sousa e Raimunda Farias de Sousa
20	João Pereira de Sousa	109	Porão	Raimundo Bernardino de Sousa e Maria Feitosa Mourão
21	Antônio Barbosa Gomes	118	Cristalino	José Edmilson Gomes e Olivia Barbosa Gomes
22	José Vilmar de Araújo	106	Porão	Acrisio Dutra de Araújo e Joana Barbosa Araújo
23	Raimundo Avelino Sobrinho	150	"	Manoel Lucas Machado da Silva e Raimunda Avelino de Sousa
24	José Lima de Menezes	70	Cúia Preta	Miguel Rodrigues de Menezes e Lucila Lima Menezes
25	José Felix do Nascimento	69	"	Francisco Felix do Nascimento e Francisca Pinheiro do Nascimento
26	Mauricio Pereira Rocha	68	"	José Pereira da Rocha e Francisca Vidal de Souza
27	Ana Maria Souza da Silva	56	"	Pedro Nunes Corrêa e Maria de Souza Corrêa
28	Rosivaldo de Sousa Ribeiro	57	"	Francisco Ribeiro de Souza e Raimunda Cordeiro de Souza
29	Antônio Romão de Souza	60	"	Gregório Romão de Oliveira e Angelina Monteiro de Souza
30	Odali Alves Pereira	58	"	Antônio Artur Pereira e Antônia Alves Pereira
31	Antônio dos Santos	59	"	José Antônio dos Santos e Maria da Conceição dos Santos
32	Luzia Batista de Oliveira	62	"	Raimundo Pereira Soares Diniz e Antide Beatris de Oliveira
33	Maria Limeira da Silva	64	Cito Homens	José Marcelino de Sousa e Francisca Limeira de Sousa

<u>Nº DE ORDEM</u>	<u>NOME DO BENEFICIÁRIO</u>	<u>Nº DO LOTE</u>	<u>COLÔNIA</u>	<u>FILIAÇÃO</u>
34	Geraldino Miguel da Silva	61	Cúia Preta	Maria Francisca de Jesus
35	Quintino José de Souza Barroso	151	Açaizal	Antônia souza Barroso
36	Francisco Santos da Silva	17	"	Manoel Pereira da Silva e Raimunda Casemiro dos Santos
37	Antônio Ricardo Barroso	15	"	Josué Rodrigues Barroso e Antônia de Sousa Marques
38	João Bosco Marinho Monteiro	14	"	Teotônio Barral Monteiro e Rosa Maria Marinho
39	Severino Menezes de Oliveira	38	"	Jovêncio Menezes de Oliveira e Maria Jocelina de Queiróz
40	José Coelho de Macedo	31	"	João Coelho de Macêdo e Maria Bernardina Pereira Borges
41	Auzedim de Oliveira	34	"	João Batista de Oliveira e Maria Eugênia Moreira
42	Pedro Coelho de Macêdo	30	"	José Coelho de Macêdo e Maria de Lourdes Coelho de Macêdo
43	Antônio Lúcio Costa	28	"	Joaquim Bertino da Costa e Maria Lúcia da Costa
44	Sivaldo de Macêdo	40	"	José Coelho de Macêdo e Maria de Lourdes Coelho de Macêdo
45	Edmilson Barros de Jesus	32	"	Amâncio Bonifácio de Jesus e Rita Barros de Jesus
46	Geraldo Fidalgo dos Santos	33	"	Alexandre Fidalgo dos Santos e Raimunda Fidalgo dos Santos
47	José Rodrigues Leitão	25	"	Pedro Francisco Leitão e Luiza Rodrigues Leitão
48	José Maria Sousa dos Santos	13	"	Maria Olinda Sousa Dos Santos
49	Luiz Carlos Souza dos Santos	18	"	Francisco Marinho dos Santos e Maria Erlinda Sousa dos Santos
50	Antônio Belo dos Santos	108	Forão	Exedito Belo dos Santos e Maria Silva Conceição
51	Joaci Oliveira Lima	47	Açaizal	Manoel Fernando de Lima e Alzira Nunes de Oliveira
52	José Lino Filho	152	Forão	José Lino Sobrinho e Raimunda J. Lima

11/12

<u>Nº DE ORDEM</u>	<u>NOME DO BENEFICIÁRIO</u>	<u>Nº DO LOTE</u>	<u>COLÔNIA</u>	<u>FILIAÇÃO</u>
53	Benedito Moisés da Silva	102	Oito Homens	Raimundo Rodrigues da Silva e Maria Moisés da Silva
54	José Rodrigues de Oliveira	79	Areial	Vicente Camelo Filho Neto e Geraci Rodrigues de Oliveira
55	Sebastião de Oliveira	50	Estrada	Raimundo Gomes do Carmo e Raimunda de Oliveira
56	Selson Gomes Barreto	75	Areial	Américo Gomes Barreto e Amélia Gomes
57	Algusto Nunes	76	Estrada	Anatália Mendes
58	Saturnino Teotônio dos Santos	52	Estrada	Miguel Teotônio dos Santos e Maria Rosa dos Santos
59	Heitor de Jesus Oliveira	51	Estrada	Auzedim de Oliveira e Tereza de Oliveira
60	Valdomiro Manoel da Silva	77	"	Raimundo E. da Silva e Olimpia Maria da Silva
61	Valdir Soares da Silva	46	Açaizal	Oswaldo Manoel da Silva e Anilda Soares da Silva
62	Oswaldo Barbosa dos Santos	37	"	Francisco Barbosa dos Santos e Rosilda Francisca de Sousa
63	Benervaldo Farias da Conceição	72	Água Branca	Dionizio Chaves de Farias e Santana Maria da Conceição
64	Geraldo Nunes de Oliveira	54	"	Antônio Ramos de Oliveira e Clinda Ferreira Nunes
65	José de Oliveira Brito	53	"	João Batista de Brito e Amelina de Oliveira Cotrin
66	Raimundo Batista do Nascimento	71	"	Antônio Batista do Nascimento e Raimunda Batista do Nascimento
67	Jorge Cunha da Silva	103	Faiol Velho	Eugênio Francisco da Silva e Maria Ferreira da Cunha
68	José da Paz Vieira	82	Água Branca	Francisco Fernandes Vieira e Maria da Paz Vieira
69	Antônio Meireles Pereira	83	"	Alcindo Pereira Candido e Almerinda Meireles dos Santos
70	Valderi Marreira	84	Faiol Velho	José Marreira e Elisa Ferreira da Silva
71	José Valmir Marreira	86	"	Valderi Marreira e Maria do Carmo Marreira
72	José Valdir Marreira	85	"	Valderi Marreira e Maria do Carmo Marreira

<u>Nº DE ORDEM</u>	<u>NOME DO BENEFICIÁRIO</u>	<u>Nº DO LOTE</u>	<u>COLÔNIA</u>	<u>FILIAÇÃO</u>
73	José Jurandir Marreira	89	Cito Homens	Valderi Marreira e Maria do Carmo Marreira
74	Luiz Cunha da Silva	105	Paiol Velho	Eugênio Francisco da Silva e Maria Ferrei- ra da Cunha
75	Nilo Pimentel Garcia	104	"	Raimundo Pereira Garcia e Ana de Sousa Pi- mentel
76	Américo Gomes Barreto	74	Areial	João Gomes Barreto e Maria Fernandes de Jesus
77	Divino de Landes	87	Paiol Velho	Antenor de Landes e Efigênia Ribeiro
78	Antônio Lima de Menezes	114	Água Branca	Miguel de Menezes e Lucila Lima de Menezes
79	Ionelson da Costa	97	Paiol Velho	Nestor Rodrigues da Silva e Jacy da Costa
80	Raimundo Haroldo Batista de Sena	98	Cito Homens	Simplicio Vieira Barbosa e Umbertina Ba- tista Sena
81	Manoel Fernandes da Silva	99	"	Geraldo Fernandes de Melo e Raimunda da Silva Melo
82	Antônio Neri de Aguiar	96	"	Raimundo Neri de Aguiar e Francisca Maria de Aguiar
83	Iracildo Alcântara Coelho	117	"	Carlos Neris de Alcântara e Otacília Alcân- tara Coelho
84	Emanuel Vieira Pinto	90	"	Raimundo Pinto Garcia e Beatriz Vieira da Silva
85	Antônio Pedro Alves da Silva	92	"	Francisca Alves da Silva
86	Sebastião Lopes da Silva	93	Cristalino	Genésio Bernaldo da Silva e Maria Lopes da Silva
87	João Sabóia de Sousa	128	"	Manoel Sabóia de Sousa e Francisca Clanda Cavalcante.

Santarém, 20 de Julho de 1995

18/17

Doc. 02
15/4



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria nº 309 /PRES

Brasília, 04 de abril de 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21, item VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 8 de junho de 1992, e tendo em vista a continuidade dos trabalhos determinados pelas Portarias nº 430, de 10.06.96 e nº 584 de 05.07.96,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana (PA), composto por:

- 1) Dominique Tilkin Gallois, antropóloga-coordenadora, da USP;
- 2) Nadja Havt Bindá, antropóloga, da USP;
- 3) Rogério Cesar Silva, biólogo, da UFG;
- 4) Antônio Abrahão de Oliveira, técnico em agrimensura, da ADR Belém;
- 5) Fiorello Parise, Chefe da Frente de Contato, da ADR Belém;
- 6) Edna Miranda Ferreira, engenheira agrônoma, da ADR Belém;
- 7) Heleno Augusto Couto dos Santos, técnico em agricultura e pecuária, da ADR Belém; (**)
- 8) Audinécio Estácio da Luz, técnico agrícola, do INCRA-Belém;
- 9) Edmilson Martins da Silva, engenheiro agrônomo, ITERPA-Belém.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos técnicos aos Municípios de Óbitos, Alenquer, Oriximiná e Monte Alegre, todos no Estado do Pará, nos seguintes prazos: Dominique T. Gallois, Nadja H. Bindá e Rogério Cesar da Silva, de 03 a 29 de abril de 1997; Antonio Abrahão de Oliveira, de 07 a 28 de abril de 1997; Fiorello Parise, de 14 de abril a 5 de maio de 1997; Edna M. Ferreira e Edmilson M. da Silva, de 26 de abril a 11 de maio de 1997; Heleno Augusto C. dos Santos e Audinécio E. da Luz, de 28 de abril a 07 de maio de 1997.

Art. 3º Determinar o prazo de sessenta dias para a entrega dos relatórios finais a contar do término dos trabalhos de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seu deslocamento correrão às custas do Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura.

Júlio Marcos Germany Gaiger
JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER

Nº 309
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO PPTAL
15/4/97



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

OF. nº 087/DFU/AER.BEL/97

Em: 28.04.1997

Sr. Presidente,

Tendo em vista, a Portaria nº 309/PRES/97, de 04.04.97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/PA, com superfície de 2.059.700 hectares e interditada pela Port. PP nº 4.098/87, de 30.12.87.

Vimos pelo presente, solicitar a V.Sa nos informar acerca de pretensões desse Instituto, referentes a arrecadações de áreas, projetos de assentamento, ou quaisquer outros pedidos de terceiros que visem a regularização fundiária de imóveis incidentes nos limites desta Terra Indígena, para tanto, anexamos cópias das peças técnicas, bem como das portarias acima mencionadas.

No aguardo de seu pronunciamento, subscrevemo-nos com apreço.

Atenciosamente,

Márcia Corrêa da Silva Gilhe
Adm. Regional Substituto - Funai Belém
Port. Pres. N.º 0437 290494

Ilm^ª Sr.

Dr. RONALDO BARATA

MD. Presidente do ITERPA/PA

Neste



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

Of. nº 085/DFU/AER.BEL/97

Em: 28.04.1997

Prezada Senhora,

Tendo em vista, a Portaria nº 309/PRES/97, de 04.04.97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da TI CUMINAPANEMA/JURUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Criximiná e Alenquer/PA, com superfície de 2.059.700 Ha e interdita pela Port. PP nº 4098/87, de 30.12.87.

Vimos pelo presente, solicitar a V.Sa nos informar acerca de pretensões desse Órgão, referentes a arrecadações de áreas, projetos de assentamento, ou quaisquer outros pedidos de terceiros que visem a regularização fundiária de imóveis incidentes nos limites desta Terra Indígena, para tanto, anexamos cópias das peças técnicas, bem como das portarias acima mencionadas.

No aguardo de seu pronunciamento, subscrevemo-nos com apreço.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Márcia Helena da Silva Gilh.
Adm. Regional Substituto - Funai- Belém
Port. Fies. N.º 0437-290494

Ilmª Srª
Drª MARIA LÚCIA A.M. MELO
MD. Executora da Unidade Avançada do INCRA/SANTARÉM-PA.

Neste

INCRA
SANTARÉM

RECEBI O ORIGINAL
28/04/97



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

OF. nº 086 /DFU/AER.BEL/97

Em: 28.04.1997

Prezado Senhor,

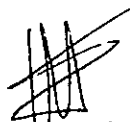
Tendo em vista, a Portaria nº 309/PRES/97, de 04.04.97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/PA, com superfície de 2.059.700 Ha e interdita pela Port.PP nº 4098/87, de 30.12.87.

Vimos pelo presente, solicitar a V.Sa nos informar acerca de pretensões desse órgão, referentes a arrecadações de áreas, projetos de assentamento, ou quaisquer outros pedidos de terceiros que visem a regularização fundiária de imóveis incidentes nos limites desta Terra Indígena, para tanto, anexamos cópias das peças técnicas, bem como das portarias acima mencionadas.

Por oportuno, informamos que estamos encaminhando expediente com estes documentos à Unidade Avançada de Santarém, objetivando as mesmas informações.

No aguardo de seu pronunciamento, subscrevemo-nos com apreço.

Atenciosamente,


Mário Ferreira da Silva Filho
Adm. Regional Substituto - Funai Belém
Port. Pres. N.º 0437-290494

Ilm^º Sr.

Dr. HERMEDES MIRANDA DE SOUZA TEIXEIRA
MD. SUPERINTENDENTE DO INCRA/PA

Nesta



203.04

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

Ofício Nº 001 /AER.BEL/DFU/97

Belém, 08 / 05 /1997.

Prezado Senhor,

Tendo em vista, a Portaria Nº 309/PRES/97, de 04 de abril de 97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/Pa, com superfície de 2.059.700 ha e interditada pela Portaria PP Nº 4.098/87, de 30 de dezembro de 87.

Vimos pelo presente, solicitar a V. Sa, efetuar buscas nos livros de Registro de Imóveis, desse Cartório, objetivando verificar a incidência de terras de domínio, ou quaisquer outros pedidos de registros de imóveis, por parte de terceiros, nos limites desta Terra Indígena, para tanto fornecemos cópias das peças técnicas da mencionada Reserva.

Solicitamos também, em qualquer situação, nos se ja fornecido as respectivas Certidões.

Atenciosamente,

Edna Dinanda Ferreira
Edna Dinanda Ferreira
Chefe Subst. DFU
nd. n.º 232.414.97 - 29.04.97

Recebido
Em 08 de 05 de 1997
[Assinatura]

Ilmº Sr. CARLOS HAROLDO DA SILVA MARITNS

Tabelião do Cartório da Comarca de ORIXIMINÁ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

13/05

Ofício Nº 002/AER.BEL/DFU/97

Belém, 13 / 05 /1997.

Prezado Senhor,

Tendo em vista, a Portaria Nº 309/PRES/97, de 04 de abril de 97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/Pa, com superfície de 2.059.700 ha e interditada pela Portaria PP Nº 4.098/87, de 30 de dezembro de 87.

Vimos pelo presente, solicitar a V. Sa, efetuar buscas nos livros de Registro de Imóveis, desse Cartório, objetivando verificar a incidência de terras de domínio, ou quaisquer outros pedidos de registros de imóveis, por parte de terceiros, nos limites desta Terra Indígena, para tanto fornecemos cópias das peças técnicas da mencionada Reserva.

Solicitamos também, em qualquer situação, nos se ja fornecido as respectivas Certidões.

Atenciosamente,

Edna Ricardo Ferreira
Chefe Div. Fundiária
Port. n.º 138/PRES-97 de 14.02.97

Óbidos, 13 de maio de 1997

Ilmº Sr. ■
Maria Luiza Pinto Bentes
Tabelião do Cartório da Comarca de ÓBIDOS

Maria Luiza Pinto Bentes
Maria Luiza Pinto Bentes
TABELIÃO OFICIAL
CIC 403.461.882-63

CARTÓRIO BENTES - 1º OFÍCIO
Rua Marcos Rodrigues de Souza, n.º 22
Óbidos - PA - CEP nº 06.000-000
Tabelionato de Registros de Imóveis
Maria Luiza Pinto Bentes - Tabeliã Oficial
CIC nº 403.461.882-63



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

Ofício Nº 003/97AER.BEL/DFU/97

Belém, 19 / 05 1997.

Prezado Senhor,

Tendo em vista, a Portaria Nº 309/PRES/97, de 04 de abril de 97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/Pa, com superfície de 2.059.700 ha e interditada pela Portaria PP Nº 4.098/87, de 30 de dezembro de 87.

Vimos pelo presente, solicitar a V. Sa, efetuar buscas nos livros de Registro de Imóveis, desse Cartório, objetivando verificar a incidência de terras de domínio, ou quaisquer outros pedidos de registros de imóveis, por parte de terceiros, nos limites desta Terra Indígena, para tanto fornecemos cópias das peças técnicas da mencionada Reserva.

Solicitamos também, em qualquer situação, nos se ja fornecido as respectivas Certidões.

Atenciosamente,

João Ricardo
Chefe Subst. DFU
M. 132/DA/97



Ilmº Sr. **Antonio Augusto da Costa Guimarães.**

Tabelião do Cartório da Comarca de ALENQUER

Recebi em 19/05/97
Repos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

Ofício Nº 005 /AER.BEL/DFU/97

Belém, 26 / 05 /1997.

Prezado Senhor,

Tendo em vista, a Portaria Nº 309/PRES/97, de 04 de abril de 97, que constituiu o Grupo Técnico para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, localizada nos municípios de Oriximiná e Alenquer/Pa, com superfície de 2.059.700 ha e interditada pela Portaria PP Nº 4.098/87, de 30 de dezembro de 87.

Vimos pelo presente, solicitar a V. Sa, efetuar buscas nos livros de Registro de Imóveis, desse Cartório, objetivando verificar a incidência de terras de domínio, ou quaisquer outros pedidos de registros de imóveis, por parte de terceiros, nos limites desta Terra Indígena, para tanto fornecemos cópias das peças técnicas da mencionada Reserva.

Solicitamos também, em qualquer situação, nos seja fornecido as respectivas Certidões.

Atenciosamente,

José Juvenal Ferreira
Cano José Juvenal Ferreira
Chefe Subst. DFU
Port. Nº 232/CA/97 - 28/04/97

Ilmº Sr. **SEBASTIÃO NOGUEIRA SIROTHEAU**
Tabelião do Cartório da Comarca de SANTARÉM

*Recebi o original
em 26/05/97
Mistura*



Cartório "Pedro Martins" Único Ofício
TV. Carlos Maria Teixeira, Nº 753
CEP. 68.270-000 - Oriximiná - Pa
CGC - 04546826/0001-01

Doc. 05
1997

TABELIONATO E REGISTRO DE IMÓVEIS

C E R T I D ã O

CARLOS HAROLDO DA SILVA MARTINS -

Tabellião e Oficial do Registro Imobiliário desta cidade e Comarca de Oriximiná - Estado do Pará, por nomeação legal, etc ...

CERTIFICO usando das atribuições que me são conferidas por lei, à requerimento da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, através do Of. Nº 001/AER. BEL/ DFU/97., DE 08.05.97, que revendo nos arquivos deste Cartório, os Livros de Registro Imobiliário 3-A, 3-B, 3-C, 3-D, e 2-A, 2-B, 2-C, 2-D, 2-E e 2-F, deles constatei a inexistência de Transcrições Imobiliárias em nome de terceiros ou de outros Órgãos ou Autarquias, dentro da área da **TERRA INDÍGENA - CUMINAPANEMA**, localizada nos Municípios de Oriximiná e Alenquer, com superfície de 2.059.700 ha (Dois Milhões, cinqüenta e nove mil e setecentos hectares), e interditada pela Portaria PP nº 4.098/87, de 30.12.87, que ora está sendo identificada e delimitada pelo GT nº 309/PRES/97, de 04.04.97.

O referido é verdade e dou fé.

ORIXIMINÁ, 12 de MAIO de 1.997.

Carlos Haroldo da Silva Martins
CARLOS HAROLDO DA SILVA MARTINS
ESCRIVÃO

CARTÓRIO PEDRO MARTINS

ÚNICO OFÍCIO

Rua Barão do Rio Branco, 1858
Fone: 544-1299 - Oriximiná - Para

Carlos Haroldo da Silva Martins
CPF. 016.473.932-72

TABELIÃO

Maria Beia dos Santos Oliveira
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO PEDRO MARTINS
Rua Barão do Rio Branco, 1858
Fone: 544-1299
Carlos Haroldo da Silva Martins
TABELIÃO - CPF. 016.473.932-72
ORIXIMINÁ - PA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ÓBIDOS

Cartório Bentes

1.º OFÍCIO

WALDYR DE AZEVEDO BENTES

Tabellião Vitalício

MARIA LUIZA PINTO BENTES

Tabeliã Substituta

Rua Marcos Rodrigues de Souza, 22

FONE: 547 - 1452

WALDYR DE AZEVEDO BENTES. Oficial do Registro Imobiliário da Comarca de Óbidos, Estado do Pará, por nomeação legal etc.

C E R T I F I C A, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e, am atendimento a requerimento da FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO -FUNAI, através do Of. nº 002/AER. BEL/DFU/97, datado de 13 de maio corrente, que após buscas procedidas nos livros'' existentes neswte Cartório, nº 3-A a 3-Z e 2-A, não foi constatado nenhuma Transcrição ou Registro de aquisição de imóveis, em nome de terceiros ou outros Orgãos ou Autarquias, dentro da área de TERRAS INDÍGENAS-CUMINAPANEMA/URUCURIANA, situada nos municípios de Oriximiná, Obidos e Alenquer, com uma superfície de 2:059.700 (Dois milhões, cinquenta e nove mil e setecentos hectares), e interditada pela Portaria PP nº4098/87, de 30 de dezembro de 1987, que ora está sendo identificadada e delimitada pela GT Nº 309/PRES/97, de 04.04.97.--\$-

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

ÓBIDOS (PA): 16 de maio de 1997

A Oficiala Maria Luiza Pinto Bentes

Maria Luiza Pinto Bentes

TABELIÃ OFICIAL

CIC 403.461.882-53

CARTÓRIO BENTES - 1.º OFÍCIO
Rua Marcos Rodrigues de Souza, n.º 22
Óbidos - Pará - CEP n.º 63.250-000
Tabelliãto e Registro de Imóveis
Maria Luiza Pinto Bentes - Tabeliã e Oficial
CIC n.º 403.461.882-53
Helenice da Silva Gomes - Substituta
CIC n.º 402.682.172-20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Cartório do 1º Ofício e Cartório de Registro de Imóveis

Antônio Augusto da Costa Guimarães
TABELIÃO VITALÍCIO

SUCESSOR DE:
Claudionor da Silva Guimarães



ANTÔNIO AUGUSTO DA COSTA GUIMARÃES
Tabelião Vitalício do Cartório do 1º Ofício e Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca de Alenquer, Estado do Pará, por nomeação legal, etc. . .

CERTIDÃO

Certifico, usando das atribuições que a Lei me faculta e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os arquivos deste Cartório verifiquei que: em atendimento ao Requerimento da FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI, através do Cf. nº 003/AER. BEL/DFU/97 datado de 19 de maio do corrente ano, que após buscas procedidas nos Livros existentes neste Cartório de nº 2-A, 2-B, 2-C, 2-D, 2-E, 2-F, 2-G, 2-H, 2-I, 2-J, e 3-A, 3-B, 3-C, 3-D, 3-E, 3-F, 3-G, 3-H, 3-I, respectivamente, não foi constatado nenhuma Transcrição ou Registro de aquisição de imóveis, em nome de terceiros ou outros Órgãos ou Autarquias, dentro da área da TERRA INDIGENA CUMINAPANEMA/URUCURIANA, situada nos municípios de Oriximiná, Óbidos e Alenquer, com uma superfície de 2.059.700 (dois milhões, cinquenta e nove mil e setecentos hectares), e interditada pela Portaria FP nº 4098/87, de 30 de dezembro de 1987, que ora está sendo identificada e delimitada pelo GE nº 309/PRES/97, de 04.04.97. É o que tenho à Certificar. O Referido é verdade e dou fé.

Alenquer-PA, 21 de Maio de 1997.

Antônio Augusto da Costa Guimarães
Marta Jacilinda ...
Escritor ...

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



113/97

ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE MONTE ALEGRE
REGISTRO DE IMÓVEIS

Acylino d'Almeida Lins

CERTIFICO a pedido da FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI, que da busca por mim procedida nos Livros deste Cartório, verifiquei não existir nenhuma matrícula e registro de título aquisitivo de imóvel, especialmente da área denominada CUMINAPANEMA / URUCURIANA - PARÁ, de sua propriedade e nem de terceiros.

O referido é verdade e dou fé.
Monte Alegre, 23 de Maio de 1997.
Oficial., *Esmeralda de Almeida Lins*
Esmeralda de Almeida Lins
Escrivente Juramentado



1.º Cartório do Registro de Imóveis

SEBASTIÃO NOGUEIRA SIROTHEAU
OFICIAL VITALÍCIO

Rua Siqueira Campos, n.º 155 - Fone: 522-1987

Comarca de Santarém - Pará

Santarém, 30 de MAIO de 1997

Livro N.º xxxxxxxx
Reg. N.º xxxxxxxx
Fls. xxxxxxxx

- C E R T I D ã O -

CERTIFICO usando de atribuições que a Lei me confere e à requerimento da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, através do Of. Nº 005/AER/BEL/DFU/97, datado de Belém-PA., em 26/05/97, que revendo neste Cartório Imobiliário, os Livros nºs: 3-A, 3-B, 3-C, 3-D, 3-E, 3-F, 3-H, 3-I, 3-J e 3-L (Transcrição das Transmissões), já arquivados e Livro 2-RG, a partir da matrícula nº 001 até a de nº 12.046, desta Serventia de Registro de Imóveis, foi constatado a inexistência de Transcrições e Registros Imobiliários em nome de terceiros ou de outros Órgãos ou Autarquias, dentro da área da TERRA INDÍGENA - CUMINAPANEMA, localizada nos Municípios de Oriximiná e Alenquer, com superfície de 2.059.700 ha (DOIS MILHÕES, CINQUENTA E NOVE MIL E SETECENTIS HECTARES), e interdita pela Portaria PP nº 4.098/87, de 30.12.87, que ora está sendo identificada e delimitada pelo GT nº 309/PRES/97, de 04.04.97. *****

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

SANTARÉM, 30 DE MAIO DE 1997

O OFICIAL

SEBASTIÃO NOGUEIRA SIROTHEAU
Oficial Reg. Imóveis

REGISTRO DE IMÓVEIS

1.º OFÍCIO

Sebastião N. Sirotheau

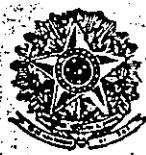
Titular

Maria Amélia A. Sirotheau

Substituto

Santarém

Pará



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

OF. Nº 007/DFU/AER.BEL/97

Em: 03.06.1997

Prezado Senhor,

Em decorrência da Port. nº 309/PRES. FUNAI, de 04.04.97, que instituiu o Grupo Técnico a fim de realizar estudos de identificação e delimitação da TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA, localizada nos municípios de Alenquer/Oriximiná e Óbidos/PA, e dentre essas tarefas, foi realizado o levantamento cartorial nas comarcas de Santarém, Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, tendo participado desse levantamento o servidor **EDMILSON MARTINS DA SILVA/Engº Agrº**, desse Órgão, no período de 05 à 30.05.97.

Assim sendo, solicitamos a V.Sa providenciar junto ao Setor Competente, as anotações devidas no livro de frequência do mencionado servidor.

Na oportunidade, agradecemos a colaboração e desempenho do referido servidor.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Eliane Almeida Fernandes
Chefe Seção DFU
19 de Maio de 1997

Recebi original em 04-5-97

[Assinatura]
Marta de Jesus Rosa
GRA nº 2366 - 2ª Região-PA/AP

Ilmº Sr.
Dr. PARAGUASSU ELLERS
MD. Diretor do Deptº Técnico do ITERPA

NESTA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
— FUNAI —

OF. Nº 006/DFU/AER.BEL/97

Em. 30.05.1997

Prezada Senhora,

Em decorrência da Port. nº 309/PRES. FUNAI de 04.04.97, que instituiu o Grupo Técnico, a fim de realizar estudos de identificação e delimitação da TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA, localizada nos Municípios de Alenquer/Oriximiná e Óbidos/PA, que dentre dessas tarefas, foi realizado o levantamento cartorial nas Comarcas de Santarém/Oriximiná/Óbidos/Alenquer/Monte Alegre, tendo participado desse levantamento o servidor AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ/Tec. Agrícola, desse Órgão, no período de 05.05 à 30.05.97. Assim sendo, solicitamos a V.Sa mandar ao Setor de Recursos Humanos, realizar a devida anotação no Livro de Frequência do referido servidor.

Na oportunidade, agradecemos a colaboração e total desempenho do servidor AUDINÉCIO, e as devidas providências por parte de V.Sa.

Atenciosamente,

Edna Ripanda Ferreira
Edna Ripanda Ferreira
Chefe Subst. DFU
Port. nº 232/DA.97 - 28.04.97

Recebi o original

Em 30/05/97

Ilma. Sra.
Dra. MARIA LÚCIA A. MELO
MD. Executora da UA SANTARÉM/INCRA.

Mª Lucia
Mª Lucia
Engº Agron. Cl. 389/D
Exec. UA/STR/Port. 613/93

Neste

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNAI	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM	SDP Nº 059/DAF
---	--------------------------------------	-------------------

NOME EDNA MIRANDA FERREIRA	PROCESSO Nº 0940/97
-------------------------------	------------------------

CARGO ENGº AGRÔNOMO	LOTAÇÃO AER. BELÉM/FUNAI	PERÍODO DE 05.05.97 A 30.05.97
------------------------	-----------------------------	-----------------------------------

PERCURSO REALIZADO DE	PARA	DATA
BELÉM	SANTARÉM	05.05.97
SANTARÉM	PIN CUMINAPANEMA	06.05.97
PIN CUMINAPANEMA	ORIXIMINÁ	07.05.97
ORIXIMINÁ	ÓBIDOS	13.05.97
ÓBIDOS	ALENQUER	17.05.97
ALENQUER	MONTE ALEGRE	22.05.97
MONTE ALEGRE	SANTARÉM	30.05.97
SANTARÉM	BELÉM	30.05.97

CIA. TRANSPORTADORA VARIG	BILHETE Nº 042 4209381469 6	CIENTE DA CHEFIA EM
------------------------------	--------------------------------	------------------------

<input type="radio"/> A RESTITUIR <input checked="" type="radio"/> A SER RESSARCIDO	VALOR	CARIMBO E ASSINATURA
--	-------	----------------------

JUSTIFICATIVA

HAJA VISTA, A DEMORA NO REPASSE DE RECURSOS PARA TAL MISSÃO, A VIAGEM TRANSCORREU NO PERÍODO DE 05 à 30.05.97, CONFORME RELATÓRIO DE VIAGEM, EM ANEXO, NÃO OBEDECENDO O CONTIDO NA PORT. nº 309/PRES. QUE SERIA NO PERÍODO DE 26 DE ABRIL Á 11 DE MAIO DE 1997.

ASSINATURA DO SERVIDOR EM 03.06.97 <i>Edna Miranda Ferreira</i> CARIMBO E ASSINATURA	VISTO DO SETOR RESPONSÁVEL EM CARIMBO E ASSINATURA
---	---

RECIBO

Recebi da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI a importância de R\$ _____ (_____), referente a ressarcimento a que fiz jus.

LOCAL	DATA	ASSINATURA
-------	------	------------

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNAI	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM	SDP Nº 062/DAF
---	--------------------------------------	-------------------

NOME EDMILSON MARTINS DA SILVA	PROCESSO Nº 0943/97
-----------------------------------	------------------------

CARGO ENGº AGRÔNOMO	LOTAÇÃO DEPTº TEC. ITERPA	PERÍODO DE 05.05.97 A 30.05.97
------------------------	------------------------------	-----------------------------------

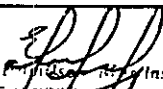
PERCURSO REALIZADO DE	PARA	DATA
BELÉM	SANTARÉM	05.05.97
SANTARÉM	PIN CUMINAPANEMA	06.05.97
PIN CUMINAPANEMA	ORIXIMINÁ	07.05.97
ORIXIMINÁ	ÓBIDOS	13.05.97
ÓBIDOS	ALENQUER	17.05.97
ALENQUER	MONTE ALEGRE	22.05.97
MONTE ALEGRE	SANTARÉM/BELÉM	30.05.97

CIA. TRANSPORTADORA VARIG	BILHETE Nº 042 4209381468 5	CIENTE DA CHEFIA EM
------------------------------	--------------------------------	------------------------

<input type="radio"/> A RESTITUIR <input checked="" type="radio"/> A SER RESSARCIDO	VALOR	CARIMBO E ASSINATURA
--	-------	----------------------

JUSTIFICATIVA

TENDO EM VISTA, A DEMORA NO REPASSE DE RECURSOS PARA TAL MISSÃO, A VIAGEM TRANSCORREU NO PERÍODO DE 05 à 30.05.97, CONFORME RELATÓRIO ANEXO, NÃO OBEDECENDO O CONTIDO NA PORT. 309/PRES. QUE SERIA NO PERÍODO DE 26 DE ABRIL A 11 DE MAIO DE 1997.

ASSINATURA DO SERVIDOR EM 03.06.97  Engº Agrº Edmilson Martins da Silva CARIMBO E ASSINATURA	VISTO DO SETOR RESPONSÁVEL EM CARIMBO E ASSINATURA
---	--

RECIBO

Recebi da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI a importância de R\$ _____ (_____), referente a ressarcimento a que fiz jus.

LOCAL	DATA	ASSINATURA

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNAI	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VIAGEM	SDP Nº 061/DAF
---------------------------------	-------------------------------	-------------------

NOME AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ	PROCESSO Nº 0942/97
----------------------------------	------------------------

CARGO TEC. AGRÍCOLA	LOTAÇÃO INCRA/UA SANTARÉM	PERÍODO DE 05.05.97 A 30.05.97
------------------------	------------------------------	-----------------------------------

PERCURSO REALIZADO DE	PARA	DATA
SANTARÉM	PIN CUMINAPANEMA	06.05.97
PIN CUMINAPANEMA	ORIXIMINÁ	07.05.97
ORIXIMINÁ	ÓBIDOS	13.05.97
ÓBIDOS	ALENQUER	17.05.97
ALENQUER	MONTE ALEGRE	22.05.97
MONTE ALEGRE	SANTARÉM	30.05.97

CIA. TRANSPORTADORA	BILHETE Nº	CIENTE DA CHEFIA EM
---------------------	------------	------------------------

<input type="radio"/> A RESTITUIR <input checked="" type="radio"/> A SER RESSARCIDO	VALOR	CARIMBO E ASSINATURA
--	-------	----------------------

JUSTIFICATIVA

TENDO EM VISTA, A DEMORA NO REPASSE DE RECURSOS PARA TAL MISSÃO, A VIAGEM TRANSCORREU NO PERÍODO DE 05 à 30.05.97, CONFORME RELATÓRIO ANEXO, NÃO OBDECENDO O CONTIDO NA PORT. 309/PRES, QUE SERIA NO PERÍODO DE 28 de abril a 07 de maio de 1997.

ASSINATURA DO SERVIDOR EM 30.05.97 <i>Audinécio Estácio da Luz</i> Técnico Agrícola - CREA 1286TD-SC Unid. Avançada de Santarém/INCRA CARIMBO E ASSINATURA	VISTO DO SETOR RESPONSÁVEL EM CARIMBO E ASSINATURA
--	--

RECIBO

Recebi da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI a importância de R\$ _____ (_____), referente a ressarcimento a que fiz jus.

LOCAL	DATA	ASSINATURA

115/97

RELATÓRIO DE VIAGEM

SDP. Nº 061 / 1997

NOME: AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ CARGO/FC: TEC. AGRÍCOLA
LOTAÇÃO: INCRA/UA SANTARÉM PERÍODO DA VIAGEM: 05.05.97 à 30.05.97

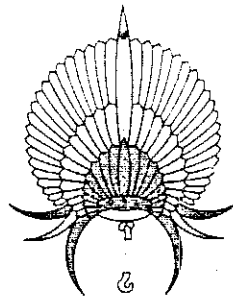
OBJETIVO DA VIAGEM: ATENDER PORT. Nº 309/PRES. FUNAI/97, DE 04.04.97, fim REALIZAR LEVANTAMENTO CARTORIAL NAS COMARCAS DE SANTARÉM/ORIXIMINÁ/ÓBIDOS/ALENQUER MONTE ALEGRE/PA.

PERMANÊNCIA		ATIVIDADE:
Data	Localidade	
05.05.	SANTARÉM	REUNIÃO NA UA SANTARÉM/INCRA com a SRA. EXECUTORA.
06/07.05	PIN CUMINAPAN.	REUNIÃO COM A COORDENADORA DO GT E DEMAIS MEMBROS E COMUNIDADE INDÍGENA ZO'E, PARTICIPAÇÃO NO SOBREVÔO.
07 à 12.05	ORIXIMINÁ	LEVANTAMENTO CARTORIAL NA COMARCA DE ORIXIMINÁ.
13 à 16.05	ÓBIDOS	LEVANTAMENTO CARTORIAL NA COMARCA DE ÓBIDOS.
17 à 21.05	ALENQUER	LEVANTAMENTO CARTORIAL NA COMARCA DE ALENQUER.
22 à 23.05	MONTE ALEGRE	LEVANTAMENTO CARTORIAL NA COMARCA DE MONTE ALEGRE.
24 à 30.05.	SANTARÉM	LEVANTAMENTO CARTORIAL NA COMARCA DE SANTARÉM, REUNIÃO NO INCRA, COLORIR MAPAS DAS GLEBAS DO INCRA, PREPARAR A RESPECTIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE VIAGEM.

DATA
SANTARÉM/PA /30 / 05/97

Ass.do Servidor
Audinécio Estácio da Luz
Técnico Agrônomo - CREA 12867D-SC
Unid. Arapuçá de Santarém/INCRA

Visto do Chefe Responsável
Lucia Alves de Mendonça Melo
Engº Agrôn. CREA 389/D
EXEC. UN/STN/Port. 618/93



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DOC 08
(parte)

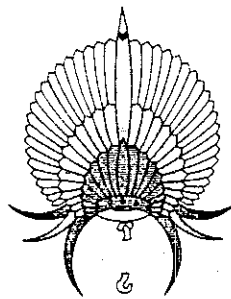
Relatório de Viagem

I - INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Portaria N° 309/PRES de 04 de abril de 1997, deslocamo-nos aos municípios de Alenquer, Óbidos e Santarém, para compor Grupo Técnico de trabalho que realizaria estudos de identificação e delimitação da terra indígena Cuminapanema/Urucuriana. A viagem transcorreu no período de 18-04 a 08-05-97.

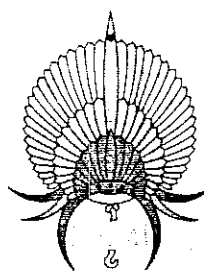
II - CRONOGRAMA DE OCORRÊNCIAS

- 18/04 - Deslocamento às 14:00 hs para cidade de Santarém-Pa, em aeronave prefixo **PT-FBU** de propriedade da **FUNAI**, onde pernoitamos.
- 19/04 - Neste dia decolamos para pista de pouso na aldeia Keijã, porém devido o desconhecimento do piloto sobre a região e falhas operacionais apresentadas no **GPS** da aeronave, fez com que ficássemos sobrevoando aquela região pôr mais de 5 hs sem encontrar a referida pista de pouso e com isso retornarmos para Santarém.
- 20/04 - Tentamos o deslocamento para a aldeia Keijã, mais novamente não foi possível, pôr ter acontecido problemas nos freios da aeronave, permanecemos em Santarém no aguardo das soluções para o nosso deslocamento.
- 21/04 - Partimos de Santarém às 12:00 hs desta vez em avião fretado da empresa **PENTA**, com chegada na pista de pouso da aldeia pôr volta das 13:30 hs, já encontravam-se no local a **Dra. Dominique Gallois**, coordenadora do **GT**, **Nadja Havt**, pesquisadora da **USP** e **Rogério César Silva**, Biólogo da **UFG**, neste dia já iniciamos discussões sobre os nossos trabalhos na área.
- 22/04 - Percorremos a algumas aldeias, em com a utilização de um **GPS**, determinamos suas coordenadas geográficas, para posteriormente plotarmos no mapa de identificação da terra indígena.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- 23/04 - Permanecemos no posto da **FUNAI** , onde de acordo com proposta para os trabalhos técnicos do Biólogo, projetamos rotas para o sobrevôo que realizaríamos no dia seguinte.
- 24/04 - Neste dia acompanhamos o Biólogo no sobrevôo , e aproveitamos para verificar a questão dos limites da área.
- 25/04 - Neste dia realizamos cálculos de coordenadas e plotagens das áreas de ações indígenas , de acordo com os dados fornecidos pela Nadja que encontrava-se a várias semanas no local e também os obtidos durante o sobrevôo que realizamos no dia anterior.
- 26/04 - Partimos juntamente com os membros da equipe e o sertanista Fiorello Parise, Chefe de Proteção e Contato da **FUNAI - ADR Belém**, que se juntou ao **GT** e alguns índios, para localização de um igarapé no sul da reserva, afluente da margem esquerda do rio Erepecuru, que poderia servir de limite natural. Devido a distancia e as dificuldades de acesso pernoitamos em um acampamento intermediário para no dia seguinte continuarmos com a expedição.
- 27/04 - Continuamos com a caminhada até chegarmos na Base de apoio da **FUNAI**, localizada em outro igarapé, também afluente do rio Erepecuru.
- 28/04 - Seguimos de voadeira pelo igarapé até atingirmos o rio Erepecuru, e dali continuamos descendo o rio, onde ao longo do percurso realizamos observações no porte dos igarapés e ao mesmo tempo determinamos as coordenadas nas confluência dos mesmos. Chegamos as proximidades da cachoeira Torino, onde localizamos a boca do igarapé Raia Branca, denominado pelos índios como Kiei Juburuxie, e passamos a percorrer um trecho, objetivando verificar as condições do mesmo para se tornar limite natural da Terra Indígena. Após as verificações e observações realizadas concluímos, juntamente com os índios que nos acompanhavam que o referido igarapé, devido ao seu porte e localização estratégica, ficaria sendo o limite ideal para a proposta do **G.T.** Ao retornarmos para a base aproveitamos e colocamos uma placa indicativa na confluência deste igarapé com o rio Erepecuru.
- 29/04 - Neste dia percorremos o rio Erepecuru realizando mais um reconhecimento daqueles limites no oeste da T.I.
- 30/04 - Realizamos plotagens das coordenadas levantadas no dia anterior , e comparamos com a configuração dos limites interpretados na imagem de satélite que havíamos levado.

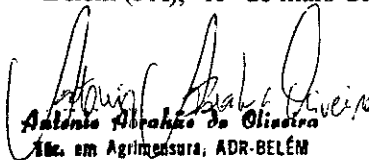


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

113/59

- 01/05 - Retornamos a caminhada até o posto da FUNAI, na aldeia Keijã.
- 02/05 - Realizando plotagens das coordenadas obtidas na missão que realizamos no Erepecuru.
- 03/05 - Deslocamento as aldeias Naret e Oviãteary para determinação através de GPS de suas coordenadas geográficas para posteriormente executarmos suas plotagens no mapa de identificação da Terra Indígena.
- 04/05 - Realizando plotagens diversas.
- 05/05 - Projetando rotas de um sobrevôo que o sertanista Fiorello, iria realizar na área, baseado nas interpretações de imagens de satélite para verificar a existência de possíveis aldeamentos de índios isolados.
- 06/05 - Neste dia chegaram de Santarém o restante dos componentes do GT, em aeronave da empresa AQUILA, no caso a Dr. Edna Miranda da FUNAI/ADR/BEL e os técnicos do INCRA e ITERPA. Logo em seguida realizamos sobrevôo no limite sul da Terra Indígena e retornamos para o Keijã pois já era noite. Nesta noite tivemos uma reunião entre todos os técnicos envolvidos no GT onde se discutiu sobre os trabalhos já realizados e se definiu a proposta de identificação do GT.
- 07/05 - Neste dia não houve a possibilidade de prosseguirmos com o sobrevôo nos outros limites da área, face o tempo está bastante nublado e o comandante da aeronave tinha pressa em retornar à Santarém, haja vista os compromissos que tinha naquela cidade, e com isso só haveria a possibilidade do seu retorno para prosseguimento dos trabalhos na outra semana. A coordenadora do GT, após entendimento com os técnicos envolvidos nos trabalhos resolveu dar por concluída essa fase e o restante do sobrevôo ficaria a cargo do sertanista Fiorello Parise que permaneceria pôr alguns dias na aldeia. Em seguida a aeronave conduziu à Oriximiná os técnicos que realizariam trabalhos de levantamento cartorial e reunião no quilombo e retornou à aldeia e nos conduziu à Santarém, onde pernoitamos.
- 08/05 - Retorno a Belém.
- É o que tínhamos a relatar,

Belém (PA), 15 de maio de 1.997


Antônio Abrahão de Oliveira
Téc. em Agrimensura, ADR-BELÉM

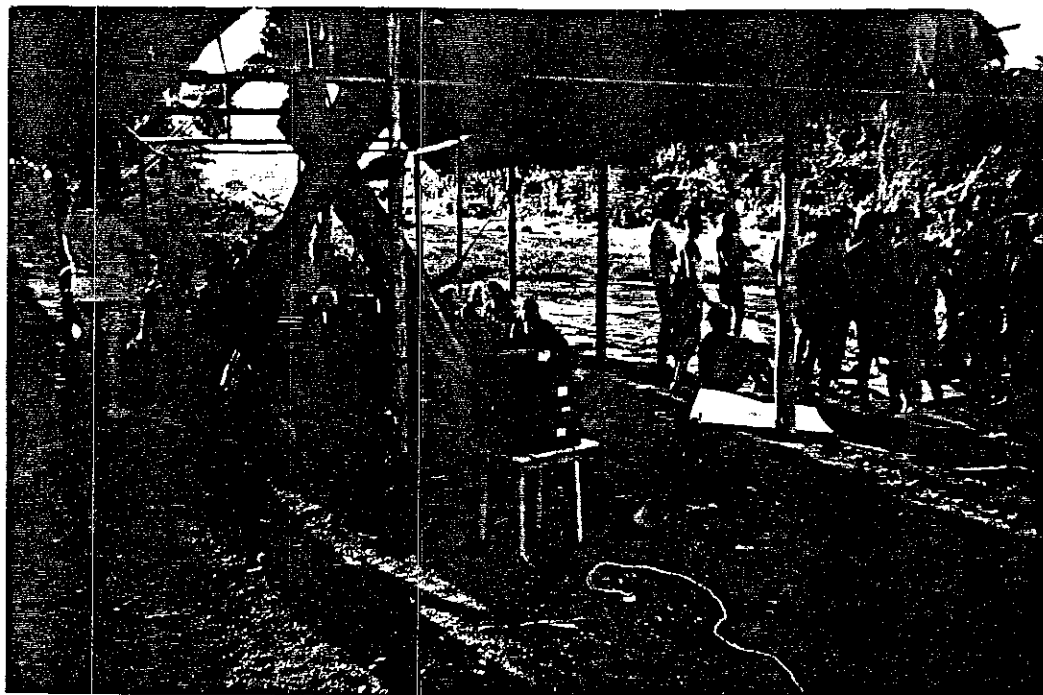


FOTO -01 REUNIÃO DIA 23/04/97. EQUIPE GT, COM MEMBROS COMUNIDADE ZO'É PARA EXPLICAR COM MAPAS SOBRE OS FUTUROS LIMITES DA T.I.

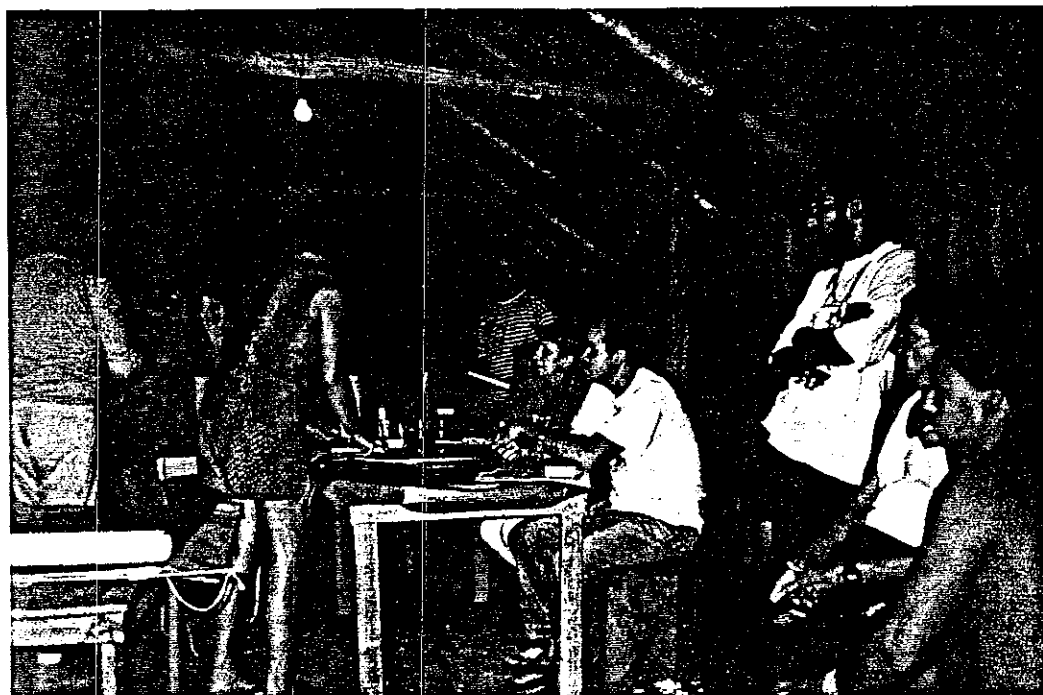


FOTO -02 REUNIÃO DIA 06/05/97, DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO GT, E PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO A SER APRESENTADA.

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLITICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ - SR(01)

Doc. 09

OFICIO/INCRA/SR(01)/J/N° 64/97

Belém(Pa), 02.12.1997

FUNAI

Administração Reg. Belém

Protocolada sob n.º _____

Livre n.º _____ Página n.º _____

Belém, _____ de _____ de 19__

Sr. Diretor Regional,

PROTOCOLISTA

Em resposta ao Ofício n° 085/DFU/AER. BEL/97, de 28.04.97, de V.Sa., solicitando informação acerca da incidência de terras da União Federal nos limites de terra indígena - Reserva TI/ Cuminapanema/Urucuriana/Pa, temos a informar:

1. A Reserva Indígena TI/Cuminapanema/Urucuriana/Pa atinge a área de 5.000,0000 ha, (cinco mil hectares) da Gleba Cuminapanema, não existindo ocupações na área atingida.
2. O Projeto de Assentamento Novo Horizonte fica distante a 60 km da Reserva Indígena.
3. Tanto a Gleba Cuminapanema, arrecadada e matriculada em nome da União Federal, em data de 24.02.83, como também a Reserva Indígena TI/Cuminapanema/Urucuriana/Pa, foram criadas anterior à Portaria n° 4.098, de 30.11.87, que interditou a área de 2.059.700,000 ha (dois milhões e cinquenta e nove mil hectares e setecentos ares).
4. Finalmente, que as terras discriminadas, e as arrecadadas, após matriculadas em nome da União Federal são destinadas para fins de Regularização Fundiária e/ou Reforma Agrária.

Atenciosamente,

João Luis C. Brandão
 Procurador Regional INCRA/SR-01
 PORTARIA N° 52 DE 20-02-97
 DAB Nº 4.256/PA C.F. 032.143.112-04
 SIAPE Nº 0715123

Ilm° Sr.
M.D. Diretor Regional da FUNAI
Nesta

Em 5/12/97
DFU
para conhecimento
devidos providos
ciós
 Gerente de
 Administração
 Regional

113/10

625
06.03.98
m

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

Doc. 10

Memo nº 03/FCB/98
Do: Chefe Frente Contato
Para: Sr. Administrador Regional, ADR - Belém,

Belém, 06 de março de 1998

Senhor Administrador,

Apresento a V.Sa o relatório da viagem de localização ao rio Urucuriana para vosso conhecimento. Outrossim solicito encaminhar cópia para o DII, DAF e PPTAL/BSB.

Atenciosamente.


Florento Pereira
Chefe Frente Contato
MURAI ADR Belém - 1º Level

Protocolo nº 044/98. E - 05.5050 113.

Em 06.25.98.
Pereira

EXPEDIÇÃO DE LOCALIZAÇÃO AO RIO URUCURIANA

RELATÓRIO DE VIAGEM

INTRODUÇÃO

Em 1987 foi interditada uma terra indígena de aproximadamente 02 milhões de hectares, logo ao sul do parque Tumucuraque, entre os rios Erepecuru e Curuá denominada Cuminapanema/Urucuriana, com a finalidade de propiciar condições de trabalho às equipes de localização e contato, na definição de numerosas referências incidindo na referida região.

A falta de recursos humanos e financeiros limitaram a ação da FUNAI que só conseguiu assumir a assistência ao grupo indígena Zo-é, contatado de forma ilegal por uma missão estrangeira e que apresentava sérios riscos de extinção. Daí foi montada toda uma infra-estrutura de assistência aos Zo-é e também uma base de apoio para ações de localização das outras referências de grupos isolados.

OBJETIVO

Com a criação do grupo técnico de identificação e delimitação da terra indígena Zo-é, surgiu a necessidade de se saber quanto a existência de outros grupos isolados dentro da área interditada. Daí a proposta e o financiamento para uma expedição ao rio Urucuriana/ Alto Curuá para verificar a referência nº 11 da tabela de referências sobre a presença de índios isolados no Brasil do DII/BSB, conforme portaria 688/PP de 30/07/97.

PARTICIPANTES

- 1- FIORELLO PARISE, sertanista, chefe da F.C. Belém;
 - 2- NÁDJA HAVT, antropóloga, USP;
 - 3- AUGUSTO CARLOS R. OLIVEIRA, chefe subs. PIN Cuminapanema ;
 - 4- RAIMUNDA M. DE OLIVEIRA LUZ, aux. enf. ADR Itaituba;
 - 5- LUIZ MOREIRA SILVA, aux. sertanista colaborador;
 - 6- CAETANO SCANAVINO FILHO, cineasta colaborador CEAPS-Santarém;
 - 7- SEVERINO GUEDES BATISTA, prático cachoerista;
 - 8- JULHIO GUEDES BATISTA, prático cachoerista;
 - 9- JOSÉ MANOEL ALMEIDA GUEDES, mateiro;
 - 10- JOSÉ RAIMUNDO SOUZA LEITE; mateiro;
 - 11- IORI RICCARDO GOUVÊA PARISE, mateiro.
- Mais 17 (dezessete) Zo-é colaboradores : KIAPÓ, TERON, TENKOAN, SOARIM, SARARA, XAN, KURU, PUCU, NAMIIT, DEBUPORAN, ERECEI, DUAI, NIHUZIN, TERON, HUN, SEMIRAN, DIG.

FINANCIAMENTO

DAF/BSB - PPTAL

Diárias a servidores da FUNAI;
Pagamento a práticos e mateiros;
Frete de aeronave;
Combustível e material de Campo/rancho;
Medicamentos, material de pesca e ferramentas.

DII/BSB

Diárias para colaboradores;
Equipamentos;
Pagamento para mateiros e materiais para colaboradores Zo-é.

USP/SP

Diárias para antropóloga
02 (dois) fretes aéreos;
Equipamento de registro e compromisso de edição;
Materiais para Zo-é colaboradores.

ROTEIRO

19 a 26/08/97

- Reunião da equipe em Santarém, aquisições, coleta de preços, fretamento de aeronave.
- Deslocamento para Cuminapanema em 03 (três) vôos, com total de 2.000 Kg de carga e mais os membros da equipe. No último vôo, a aeronave fez 03 (três) pernas, do Keinã até a pista da CESBRA no rio Erepecuru, levando 800 lit. de gasolina, rancho, material de campo e colaboradores: Luiz Moreira e 02 (dois) Zo-é, sendo Kiapó e Teron.

27 a 28/08/97

- Seleção dos Zo-é colaboradores. Preparação dos volumes a serem lançados pela aeronave, aproximadamente dia 25/09/97 no divisor Urucuriana/ Cuminapanema. Preparação dos materiais e cargas necessárias à viagem .

29 a 30/08/97

- Viagem a pé do Pin Cuminapanema (Keinã) até a base de frente de contato próxima ao rio Erepecuru, com aproximadamente 40Km, levando equipamentos, rancho e combustível necessário à subida do Erepecuru até a pista da CESBRA.

31/08 a 01/09/97

- Viagem subindo o Rio Erepecuru da base localizada no igarapé dos índios até a pista da CESBRA passando pela aldeia Velha e Puana, com 02 (duas) voadeiras de alumínio com capacidade para 3.000 Kg e motores de popa, respectivamente de 25 e 15 HP. O Rio Erepecuru bem mais seco que o normal nesta época dificultou bastante, que de um passou para três dias, mesmo assim, próximo a chegada, tivemos um pequeno acidente na passagem de uma das centenas de corredeiras, quando o prático não percebeu a tempo umas pedras submersas nas quais a voadeira bateu com força jogando-o longe, na água cheia de piranhas, porém, foi resgatado a tempo.
- Na pista da CESBRA, Luíz, Kiapó e a esposa Teron, estavam bem, aproveitaram os dias de espera recuperando a casa, pescando e caçando.

02 /09/97

- Deixamos a voadeira maior no pé da 1ª cachoeira denominada Paciência.
- Saída da CESBRA com uma voadeira, diversos equipamentos e 800lt de combustível com destino a boca do Urucuriana . O trecho de aproximadamente 18Km é uma seqüência de cachoeiras e corredeiras, sendo que quatro com queda acima de 30metros denominadas de Paciência, Jacaré, Resplendor e Grande.

04/09/97

- Na cachoeira do Resplendor, pela margem esquerda, sai a primeira equipe a pé cortando caminho e com saída para o rio Urucuriana, prevista em 05(cinco) dias, sendo a mesma composta por Nádja, Luíz Moreira, José Raimundo(Zezinho) e 06 (seis) Zo-é, os quais são: Duai, Nihuzin Kiapó, Teron, Hun, Semiran.

06/09/97

- Pela parte da tarde, alcançamos a boca do Urucuriana.

07/09/97

- Subimos o Erepecuru acima da boca do Urucuriana, cerca de 10Km, onde encontramos outra pista abandonada e de onde saiu a 2ª equipe, composta pelo Augusto Carlos, Caetano, José Manuel (Zecão) e mais 07 Zo-é, com rumo ao mesmo rio Urucuriana, trecho de cerca de 35Km (05 dias). Na margem direita, visitamos o local de um acampamento do Marechal Rondon, na viagem da comissão de limites do começo do século. O Urucuriana estava muito seco, quase sem condições de navegabilidade, com muitos trechos sendo necessário arrastar a voadeira.

08/09/97

- Subida do rio Urucuriana com 02 práticos, Iori e 04 Zo-é.

09/09/97

- 2ª entrada da primeira equipe sul composta por Fiorello, Nádja, Luiz Moreira, Zezinho e mais 07 Zo-é, subindo a margem esquerda do Urucuriana, cortando o curso médio de diversos afluentes durante três dias.
- Iori segue com mateiros e restante Zo-é para montar a base de apoio e esperar a 2ª equipe norte e 1ª equipe sul no médio Urucuriana.
- Equipes norte (1ª) e sul (2ª) encontram todos os afluentes secos, tendo que apelar para água de cipó, raiz de embaúba e poço passando serias dificuldades inclusive tendo que modificar roteiros adaptando-os a nova situação.

10/09/97

- A equipe norte, de Carlos/Caetano, chega a Segunda base do Urucuriana. Caetano e quatro Zo-é ficam nesta base aguardando a voadeira para retornar ao Erepecuru e ajudar os práticos no translado das cachoeiras e carregamento dos equipamentos.

12/09/97

- Chegada da equipe sul, próximo a base. Encontraram inscrições nas pedras, rio muito seco, na mata todos os igarapés estavam secos, beberam água de cipós e poços cavados nos leitos secos. Nada de vestígios recentes. Capoeiras de aproximadamente 30 anos e achados pré-históricos. Mesmo assim, muito peixe, muita caça e nada de castanheiras.

14/09/97

- Saída da equipe norte composta por Augusto Carlos, Zecão, Iori e mais 07 Zo-é, com objetivo de atravessar a mancha (área que na imagem de satélite apresentava sinais de provável ocupação humana) .Na margem direita do Urucuriana. Seca, falsos vestígios, diarreia na maior parte do pessoal juntando sede com desidratação e causando a interrupção da viagem e retorno ao Urucuriana. A mancha na verdade apresentou vegetação rasteira quase transição para campos, fechada e seca.

17/09/97

- Saída da equipe Sul, subindo o Urucuriana com a voadeira. Colocação da placa de identificação da reserva na boca do igarapé da demarcação da área eleita no Urucuriana, muito seco, intransitável. Montagem de 3ª bases no Urucuriana. Reunião das equipes.

18/09/97

- Retorno da voadeira para a base de Erepecuru/ PIN Cuminapanema com práticos regionais: Severiano e Júlio, Caetano do CEAPS e 04 Zo-é os quais são: Kuru, semiran, Erecei e Namiit.
- Saída da equipe norte formada por Augusto Carlos, Nadja, Moreira, Zecão e 06 Zo-é, Kiapó, Teron, Toari, Nihucin, Tuai e Xan, com destino ao Alto Urucuriana .
- Saída da equipe sul composta de: Fiorello, Zezenho, Iori e 07 Zo-é : Dig, Soarim, Sarara, Debu, Tenkoan, Hun e Pucu, com destino ao rio Capitari principal formador do rio Cuminapanema e formadores rio Curuá, planalto/ campos. Todas com problemas de falta d'água.

20/09/97

- Equipe sul encontra água a 15Km do Urucuriana a meio caminho do Capitari, capoeiras antigas, com mais de 20 anos e nada de castanha. No caminho são preparadas bases de abastecimento de água a cada sete quilômetros com cerca de 40 litros cada guardada em sacos plásticos.

22/09/97

- Caetano e práticos chegam na pista do CESBRA.
- Carlos, Moreira e Nadja chegam ao rio novo principal formada do Urucuriana. O rio Novo tem muita água mas não foi encontrado nenhum vestígio. Retorno.
- Equipe sul alcança o rio Capitari, principal formador do Alto Cuminapanema, seco, encontrada água com poço de 1,2 metros, início dos preparativos para a abertura de clareira para o lançamento aéreo.

23/09/97

- Retorno da equipe norte para a 3ª base Urucuriana.

25/09/97

- Reunião das equipes no rio Capitari, principal formador do Cuminapanema que está seco. Muito babaçu (Curuá). Nenhum vestígio recente de ocupação humana. Muita caça, principalmente porco do mato e antas.
- Chegada de Caetano, práticos e Zo-é ao PIN Cuminapanema .

26/09/97

- Preparado local para lançamento aéreo no leito seco do Capitari.
- Zecão, Zezinho e mais 04 Zo-é avançam rumo 180° 15Km sem encontrar água.

27/09/97

- Realizado o lançamento aéreo pelo comandante Flávio, ocorreu tudo bem. Recuperados os 26 volumes com 300 Kg de gêneros de 1ª necessidades.
- No retorno saem para Santarém Caetano, Raimunda e práticos e entra João Lobato.

29/09/97

- Início da viagem margeando Capitari e Cuminapanema (secos) rumo ao sul.

30/09/97

- Encontrados primeiras poças d'água no rio Cuminapanema. Capoeiras antigas/carvão (fogo).

04/10/97

- Passamos pela boca do igarapé afluente do Cuminapanema, escolhido para limite da área eleita Zo-é . Acaba área de babaçu. Os afluentes bem como o Cuminapanema só com poças de água fétida remexida pelos numerosos bandos de porcos do mato. Mesmo assim já se consegue alguns peixes.

07/10/97

- Chegada ao ponto de travessia para o rio Kiaré e retorno a Keiná, preparado novamente local para lançamento, aproveitando a presença da aeronave no PIN Cuminapanema trazendo a Equipe de Saúde. O segundo lançamento foi realizado sem problemas.

08/10/97

- Saída rumo ao Kiaré sempre sem castanha, muito açaizal e caça.

09/10/97

- Chegada ao Kiaré às 12:00h, bastante água mas não corrente. Na verdade o rio Kiaré é o principal sendo que o Cuminapanema seria um afluente apesar de ser um pouco mais comprido.

11/10/97

- Chagada da equipe no Kiretá e encontro com Zo-é vindos do Keiná . Kiretá seco.

12/10/97

- Saída para Keiná passando pela aldeia do Piritewa, onde encontramos a primeira água corrente desde o rio Urucuriana e também castanheiras.
- Chegada a Keiná. O rio Trarin e o pequeno córrego do posto da FUNAI ainda com água corrente.

14/10/97

- Saída para Santarém. Pagamento de fretes, pendências e mateiros .

17/10/97

- Retorno para Belém.

CONCLUSÃO

" El Nino" atrapalhou bastante, limitou nossa ação mas ao mesmo tempo reduziu as áreas passivas de serem habitadas de forma permanente por grupos humanos. Encontramos capoeiras com mais de 30 anos às margens do Erepecuru dentro da área eleita Zo-é, que pertenciam a grupos Tiryós, transferidos pela FAB na década de 60 para a Missão Tiryós. Outras capoeiras com mais de 20 anos foram encontradas no rio Urucuriana e afluentes, no Capitari e Cuminapanema.

Colhemos informações de contato visual ocorrido em 91 no rio Poana com 02 índios provavelmente Karib, confirmando a referência de nº 10, só que mais ao sul, no caso entre Marapí e Poana.

Provavelmente esta foi a maior seca do século nesta região, fato que restringiu nossa ação por motivos de segurança. Faltou assim uma melhor verificação do alto rio novo (formador do Urucuriana) e do alto rio Curuá.

A referência do Urucuriana, levantada pelo falecido sertanista João Carvalho em 84, quando acompanhava a comissão de limites, na época inclusive que o CESBRA estava atuando na região realizando pesquisas mineiras, ainda não está descartada totalmente, porém, se tiver ainda algum grupo isolado este estaria provavelmente dentro da área eleita. Sim, porque as informações do Severiano Guedes e do João de Carvalho aponta para uma região entre o Erepecuru e o Urucuriana, atrás da cachoeira Paciência e campo de pouso da CESBRA, não verificada por estar incluída na T. I. eleita.

Posso concluir assim que na região a ser desinterditada a possibilidade de existir Grupos Indígenas Isolados é bastante remota.

Os Zo-é que nos acompanharam, puderam verificar a quase totalidade dos limites de sua T. I. eleita.

A localização dos aldeamentos Zo-é é a melhor dentro das condições que o meio ambiente apresenta pois é a única com cursos de água corrente quando todos os rios da região secam como o Erepecuru, Urucuriana, Cuminapanema e Kiaré. Muita castanha do Pará e açaí.

Belém 05 de março de 1998.



FIORELLO PARISE
CHEFE FRENTE CONTATO-AER-BELÉM



Doc. 11

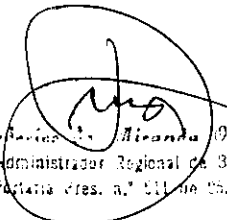
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

OFÍCIO Nº *101* AJR/ADR/BEL EM 06.05.98

Senhor Presidente.

Em resposta a solicitação dos representantes dos remanescentes do Quilombo Erepecuru recebida nesta ADR-BEL, referente a Área Indígena Cuminapanema, (localizada no Município de Oriximiná, Estado do Pará, com uma superfície aproximada de 2.059.700 hc, dois milhões cinqüenta e nove mil e setenta hectares), que se encontra interditada (Portaria PP/4098, de 30.12.87, anexa) para efeito de segurança, garantia da vida e do bem estar do índio. Informamos a V. Sa., que: Esse Instituto e Representantes dos Remanescentes do Quilombo Erepecuru, estão autorizados a transitarem na Região Sudoeste abaixo da Cachoeira do Torino, integrante da área em referência, para fins de identificação e reconhecimento por parte dos solicitantes.

Na oportunidade, agradecemos e renovamos votos de consideração.


Fernando de Miranda Oliveira
Administrador Regional de Belém
Portaria Pres. n.º 111 de 06.05.98

Exmo Sr
Presidente do Instituto de Terras do Pará
ITERPA

NESTA

Recebido em 06/maç/98

FROM : ITERPA PARA

PHONE NO. : 0912299488

May. 19 1998 09:32AM P



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

FAX Nº 017/98-PG

19/ 05 / 98

REMETENTE:

NOME : RONALDO BARATA

FAX : (091) 229.9488

LOCAL (PAÍS, ESTADO, CIDADE) : BELEM/PA

DESTINATÁRIO:

NOME : DR. MARIO FERREIRA DA SILVA FILHO - Adm. Reg.

INSTITUIÇÃO : FUNAI/BELEM

TELEFONE / FAX : (091) 223.6372

LOCAL (PAÍS, ESTADO, CIDADE) : BELEM/PA

Nº DE PÁGINAS INCLUINDO ESTE

OFICIO Nº 000235/98-PG, c/anexos



OFICIO Nº 000235/98-PG

BELEM (PA), 19.05.98

Doc. 12

FUNAI

Administração Reg. Belém

Proteção sob n.º 1585
Livro n.º 002 Página n.º 59
Belém, 19 de 05 de 1998

PROTOCOLISTA

Prezado Senhor

Em atenção ao OF. nº 087/DFU/AER.BEL/97, pro-
tocolado neste Instituto sob o nº 1997/55658, com referência à
delimitação da TI CUMINAPANEMA/URUCURIANA/PA, tenho a informar
que após os estudos de campo realizados, de cuja equipe partici-
pou o ITERPA, através de um de seus técnicos, a posição do Gover-
no do Pará é a de que aquela TI fique limitada a 623 mil hecta-
res, tal como sugerido pelo Grupo de Trabalho, e que o próprio
Governo do Pará tome a iniciativa da criação da Área de Proteção
Ambiental, também sugerida pelo mesmo GT.

Acompanha o presente ofício cópia do relatô-
rio produzido pelo Engenheiro Agrônomo Edmilson Martins da Sil-
va.

Na oportunidade, apresento protestos de esti-
ma e consideração.

Atenciosamente

Ronaldo Barata
RONALDO BARATA

Presidente

Ilmo. Sr.
Dr. FREDERICO DE MIRANDA OLIVEIRA
Administrador Regional - FUNAI/BELEM

Em 21/05/98.
DFU
para encaminhamento
para ASR. e
para providências
com

RELATÓRIO DE VISTORIA DE CAMPO.

INTERESSADA: FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

MUNICÍPIOS: Alenquer e Óbidos.

PROCESSO: Documento nº 1947/55658

OBJETIVO: realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, localizada no Estado do Pará.

Senhor Diretor do Departamento Técnico,

Cumprindo determinação de V.S.ª, deslocamo-nos, no período de 05-05 a 30-05-97, aos municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém, para realizar levantamentos cartoriais e estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana(PA), conforme prevê a Portaria nº 309/PRES-FUNAI, de 04 de abril de 1997.

A - ANTECEDENTES À INTERDIÇÃO DA T.I. CUMINAPANEMA/URUCURIANA: O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará-IDESP e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais -CPRM, por necessidade de levantamentos para o Projeto RADAMBRASIL, detectaram no ano de 1975, a presença de indígenas na região compreendida entre os rios Erepecuru, Urucuriana e Curuá, avisando à FUNAI sobre tal fato, a qual, por sua vez, proibiu o prosseguimento da pesquisa técnica em execução pelos citados órgãos.

De posse dessa informação, a FUNAI passou a manter os primeiros contatos com os índios no ano de 1987, culminando com a expedição da Portaria nº PP/4098, de 30-12-87, interditando uma área aproximada de 2.059.700ha, para efeito de segurança, garantia de vida e do bem-estar dos índios, já que aproximações anteriores dos "brancos" com os silvícolas, ocasionaram mortes a estes últimos, em épocas diferentes: antes do ano de 1975, houve um surto do que se supunha ser, pelas informações sobre os sintomas, febre amarela, diminuindo consideravelmente a população do grupo; com a chegada de uma missão evangélica à área no ano de 1987, ocorreu um surto de gripe, matando parte dos índios.

Os indígenas contatados pertencem ao grupo Tupi, são nômades da floresta e vivem exclusivamente da caça (do macaco gordo, do tucano gordo, do porco gordo, etc.), do extrativismo vegetal (coleta de castanha, de pataúá, de açaí, etc.), da agricultura (mandioca, batata-doce, cará, etc.) e da pesca, antes conseguida devido à batadura do timbó nos igarapés de água rasa localizados nos baixões, e hoje obtida nos igarapés maiores, usando-se anzóis introduzidos pela FUNAI.

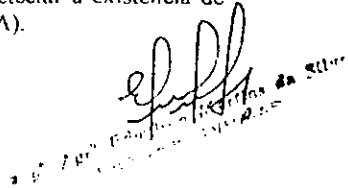
Os Zo'és, como são denominados, além de terem a população diminuída devido às doenças já citadas - que hoje é de apenas 165 (cento e sessenta e cinco) índios de todas as faixas etárias -, foram também alvo de outros fatos que concorreram para isto: um, quando em época imprecisa, "brancos" entraram em suas terras e levaram várias de suas mulheres; e, uma dissidência ocorrida há cerca de 50 anos, quando um pequeno grupo de índios rumou para o norte, isolando-se em região desconhecida.

B - COMPONENTES DO GRUPO TÉCNICO CONSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 309/PRES-FUNAI: compõem o Grupo Técnico, os seguintes técnicos:

- 1 - Dominique Tilkin Gallois, antropóloga-coordenadora, da USP;
- 2 - Nádja Havt Bindá, antropóloga, da USP;
- 3 - Rogério César Silva, biólogo, da UFG;
- 4 - Antônio Abrahão de Oliveira, técnico em agrimensura, da ADR-Belém;
- 5 - Fiorello Parise, Chefe da Frente de Contato, da ADR-Belém;
- 6 - Édna Miranda Ferreira, engenheira-agrônoma, da ADR-Belém;
- 7 - Heleno Augusto Couto dos Santos, técnico em agricultura e pecuária, da ADR-Belém;
- 8 - Audinécio Estácio da Luz, técnico-agricola, do INCRA-Belém.
- 9 - Edmilson Martins da Silva, engenheiro-agrônomo, do ITERPA-Belém.

C - FINALIDADES DO GT: realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, com área aproximada de 2.059.700ha (dois milhões, cinqüenta e nove mil e setecentos hectares), cujos limites e confrontações constam da Portaria de Interdição nº PP/4098, de 30 de dezembro de 1987, em anexo.

D - AÇÕES DESENVOLVIDAS: competia a este servidor, juntamente com os técnicos Édna Miranda Ferreira e Audinécio Estácio da Luz, promover, além dos levantamentos de campo propriamente ditos, buscas cartoriais nas Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém, com a finalidade de detectar a existência de registros de propriedade porventura incidentes na Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana(PA).



Certifico que a presente cópia xerox contém
com o original que me foi exibido.

19/05/98

Benedo Souza

D.1 - Levantamentos cartoriais: realizados no período de 08 a 30-05-97, mediante a apresentação de ofícios DIFU/FUNAI/Belém aos respectivos tabeliães das comarcas anteriormente mencionadas, cujas respostas por meio de certidões, atestam a inexistência de quaisquer transcrições ou registros de aquisição de imóveis, em nome de terceiros ou Órgãos ou Autarquias, sobre a Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, cujas cópias estão em anexo.

Também foram encaminhados ao INCRA e ao ITERPA ofícios de teor semelhante, estando a FUNAI no aguardo de resposta aos mesmos.

D.2 - Levantamento de identificação e delimitação: levados a efeito nos dias 06 e 07 de maio do corrente ano, constaram de sobrevôos a fim de serem colhidas as coordenadas geográficas dos pontos dos limites, bem como das ocupações inseridas na Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, cuja área fora reduzida a 30% da área de 2.059.700ha, interdita pela Portaria nº PP/4098, de 30 de dezembro de 1987.

E - PROPOSTA DO GT PARA A T.I. CUMINAPANEMA/URUCURIANA: embora tivéssemos chegado à área no dia 06 de maio, os outros membros do GT, que vinham trabalhando há algum tempo junto aos índios, decidiram, atendendo às aspirações das lideranças dos Zo'é, reduzir a área interdita de 2.059.700ha, para aproximadamente 623.000ha (seiscentos e vinte e três mil hectares), devido ao fato de que os silvícolas não utilizam, tanto a faixa de terra interdita localizada na extrema sul e nem àquela compreendida entre os rios Cuminapanema e Curuá, para qualquer finalidade (caça, coleta vegetal, agricultura e pesca).

Desta maneira, segundo proposta do Grupo Técnico, a Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, fica reduzida à cerca de 623.000ha (seiscentos e vinte e três mil hectares), compreendida entre as seguintes coordenadas geográficas determinadas por GPS Garmin 45:

- Ponto A: 00°20'48" N - 55°54'08" WGr
- Ponto B: 00°18'32" N - 55°43'24" WGr
- Ponto C: 00°21'30" N - 55°34'42" WGr
- Ponto D: 00°15'40" N - 55°26'45" WGr
- Ponto E: 00°02'15" S - 55°25'24" WGr
- Ponto F: 00°50'30" S - 55°34'00" WGr
- Ponto G: 00°40'55" S - 55°52'36" WGr
- Ponto H: 00°26'42" S - 55°57'19" WGr
- Ponto I: 00°27'50" S - 56°05'21" WGr

F - OCUPAÇÕES: sabe-se que são 35 aldeias ativas e 1 abandonada, sendo que foram localizadas por ocasião dos sobrevôos a aldeia abandonada e apenas 17 aldeias ativas, das quais atualmente 6 delas estão habitadas por uma média de 30 índios cada uma.

G - COBERTURA VEGETAL: a cobertura vegetal da área proposta é predominantemente de floresta umbrófila densa, onde predominam a castanha-do-brasil, a sucupira, o ipê, etc., ocorrendo também savanas e matas ciliares, pontificando palmeiras como o patauá, o açai, etc.

H - INCIDÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS NA SUPERFÍCIE PROPOSTA PARA TERRA INDÍGENA CUMINAPANEMA/URUCURIANA: parte da gleba denominada Erepecuru (470.000ha), que voltou à jurisdição do Estado do Pará, incide tanto na área interdita quanto na proposta para ser terra indígena (623.000ha); também a gleba Cuminapanema (327.600ha), arrecadada em nome da União Federal, apresenta-se com cerca de 5.500ha incidentes na área interdita.

I - DESTINAÇÃO DE PARTE DA ÁREA INTERDITADA: a FUNAI irá realizar nos meses de junho e julho deste ano, expedição à faixa de terras compreendida entre o limite norte da área proposta (igarapé Urucuriana) e o limite norte da área interdita (limite sul do Parque Indígena Tumucumaque), com a finalidade de verificar se os índios dissidentes dos Zo'é que migraram para o norte, estão isolados ocupando dita faixa de terras. Caso isso seja confirmado, pretende a Fundação Nacional do Índio lá criar uma reserva indígena, com a finalidade de proteger tais silvícolas.

Caso o citado grupo não seja localizado, é idéia da FUNAI sugerir a criação de uma Área de Proteção Ambiental-APA, de modo a impedir que "brancos" passem a ocupar tal região, intermediária entre a área proposta e o Parque Indígena Tumucumaque.

É o que nos cumpre a relatar.

Belém, 20 de junho de 1997.

[Assinatura]
 Diretor de Terras Indígenas do ITERPA

Certifico que a presente cópia xerox contém
o original que me foi exibido.

19/05/98

Paçê do Souza

FROM : ARQMO

PHONE NO. : 55915442617

JUN. 02 1998 03:52PM P1



DFU

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

Para: Sr. Frederico de Miranda Oliveira
Administrador Regional FUNAI
Fax: 223 - 8372
Data: 1 de junho de 1998

FUNAI
Administração Reg. Belém
Protocolada sob n.º 1886
Livro n.º 002 f.º 89
Belém, 09 de 06 de 1998
PROFESSORISTA

Prezado Senhor,

Escrevemos para saber se a FUNAI de Belém já encaminhou o processo da terra dos Zo'é para a FUNAI de Brasília.

Na reunião que tivemos com o senhor, a FUNAI assumiu o compromisso de entregar o relatório do GT Cuminapanema no final de maio. Como já estamos iniciando o mês de junho, decidimos escrever para perguntar se está tudo andando conforme o combinado.

O técnico do INCRA que participou do GT da FUNAI terminou o seu relatório na semana passada. Esperamos que este relatório já esteja com o senhor.

O INCRA e o ITERPA já terminaram o levantamento ocupacional da nossa área. Neste momento, os técnicos estão elaborando o mapa oficial da Área Remanescente de Quilombo Erepecuru.

O serviço de topografia deve começar no final do mês de julho por isso precisamos que a FUNAI encaminhe logo o processo para não atrasar nossa titulação.

Esperamos que o senhor compreenda nossa situação e de o seu apoio para a nossa luta.

Saudações,

Amarcino da Silva Cordeiro

Em 08/06/98
fiante.

DFU
para combater
sua...

Protecole DFU N° 140, Em 10.06.98



ARQMO

**Associação das Comunidades Remanescentes
de Quilombos do Município de Oriximiná**

Para: Dra. Edna Miranda Ferreira/FUNAI
Fax: 223 - 6372
De: ARQMO
Fax: 544 2617

Prezada Senhora,

A ARQMO vem indagar como ficou a questão do processo da demarcação da área dos Zo'é. Queremos saber se a senhora conseguiu falar com a Dra. Dominique e se já tem idéia de quando o relatório do GT vai ser enviado para a FUNAI em Brasília.

Queríamos saber bem da data para poder acompanhar o processo pois temos muito interesse que ele ande bem rápido pois nossa demarcação depende do sucesso dos índios.

Estamos correndo sério risco de não receber o título de nossas terras em 20 de novembro porque ainda não foi resolvida a questão da área indígena. Temos medo pois este ano tem eleições e ninguém sabe se o próximo governador vai cumprir o que este prometeu. Este governo a gente que sabe que tem compromisso conosco porque inclusive já titulou a área do trombetas, mas ninguém sabe do próximo.

Pedimos também que a FUNAI nos envie uma cópia do relatório do GT assim que ele fique pronto para podermos articular com o INCRA e ITERPA.

Agradecendo sua atenção,

Mario Roberto de Souza ex. *trinezi*

c.c.
CPI-SP
Dominique Gallois

Protocolo nº 19.168/98. Em 29.06.98. MR.

Para: Dra. Edna Miranda Ferreira/FUNAI
Fax: 223 - 6372
De: ARQMO
Fax: 544 2617

Prezada Senhora,

A ARQMO vem indagar como ficou a questão do processo da demarcação da área dos Zo'é. Queremos saber se a senhora conseguiu falar com a Dra. Dominique e se já tem idéia de quando o relatório do GT vai ser enviado para a FUNAI em Brasília.

Queríamos saber bem da data para poder acompanhar o processo pois temos muito interesse que ele ande bem rápido pois nossa demarcação depende do sucesso dos índios.

Estamos correndo sério risco de não receber o título de nossas terras em 20 de novembro porque ainda não foi resolvida a questão da área indígena. Temos medo pois este ano tem eleições e ninguém sabe se o próximo governador vai cumprir o que este prometeu. Este governo a gente que sabe que tem compromisso conosco porque inclusive já titulou a área do trombetas, mas ninguém sabe do próximo.

Pedimos também que a FUNAI nos envie uma cópia do relatório do GT assim que ele fique pronto para podermos articular com o INCRA e ITERPA.

Agradecendo sua atenção,

c.c.
CPI-SP
Dominique Gallois

Joaquim Lima de Saes
Socorro de Oliveira Pereira

mod. do n.º 173/98 (em 2/7/98)

Livro n.º 003, p.º n.º 154
Belém, 08 de 07 de 1998



Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

119/98

Para: Sr. Frederico de Miranda Oliveira
Administrador Regional FUNAI
Fax: 223 - 8372
Data: 1 de junho de 1998

Prezado Senhor,

Escrevemos para saber se a FUNAI de Belém já encaminhou o processo da terra dos Zo'é para a FUNAI de Brasília.

Na reunião que tivemos com o senhor, a FUNAI assumiu o compromisso de entregar o relatório do GT Cuminapanema no final de maio. Como já estamos iniciando o mês de junho, decidimos escrever para perguntar se está tudo andando conforme o combinado.

O técnico do INCRA que participou do GT da FUNAI terminou o seu relatório na semana passada. Esperamos que este relatório já esteja com o senhor.

O INCRA e o ITERPA já terminaram o levantamento ocupacional da nossa área. Neste momento, os técnicos estão elaborando o mapa oficial da Área Remanescente de Quilombo Erepecuru.

O serviço de topografia deve começar no final do mês de julho por isso precisamos que a FUNAI encaminhe logo o processo para não atrasar nossa titulação.

Esperamos que o senhor compreenda nossa situação e de o seu apoio para a nossa luta.

Saudações,

Amarcino da Silva Cordeiro

Rua 24 de Dezembro n.º 1820 - Centro - Oriximiná
Pará - Brasil - CEP 52 - CEP 68270-000 - fone/fax: (091) 744.1617

Em 06/07/98.
FUNAI
Grandes Unidades
- unidades
- informações
- ARSNO

Quest. 500 n.º 176/98 (em 08.07.98)



GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA-GMEPF
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ-SR(01)



1998
Doc. 14

OFÍCIO/GMEPF/INCRA/SR(01)G/PA/Nº 297/98

DE, 05/06/1998

002 1834
08 06 84 98
A

Senhor Administrador,

Encaminhamos Relatório de Viagem referente ao trabalho realizado pelo técnico agrícola desta Autarquia, AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ, referente ao Grupo Técnico que realizou estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana/PA determinados pela Portaria 309/PRES, de 04.05.97.

Na oportunidade, renovamos votos de consideração.

Handwritten signature
Raimunda Miranda de Sousa Brito
Superintendente Regional SR-01
Port. INCRA/P/N.º 28/97

Ilmo. Senhor
Administrador Regional da FUNAI

Handwritten signature
1998 20/06
FUNAI



MINISTÉRIO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ - SR(01)
UNIDADE AVANÇADA DE SANTARÉM

RELATÓRIO DE VIAGEM

Servidor: AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ.

Cargo: TÉCNICO AGRÍCOLA

INTERESSADO: FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.

Processo: 0267/97 - INCRA/STM EM 06.05.,.97.

OBJETIVO: Consumar investigação quanto a identificação de possíveis ocupantes e definição da terra indígena cuminapanema/urucuriana, localizada no Estado do Pará.

Período: **Proposto:** 28.04.97 a 07.05.97

Realizado: 05/05/97 à 30/05/97

Localidade: MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E ALENQUER

Sr^a Executora da U. A/STM,

Serviço Executado: Cumprindo determinação de V. Sa., deslocamo-nos no período de 05.05.97 a 25.05.97, aos municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém, minha cidade de origem, com a finalidade de efetuar, levantamento cartorial e estudos de identificação e delimitação da terra Indígena Cuminapanema/urucuriana (Pa), conforme prevê a Portaria 309/PRES-FUNAI de 04 de abril de 1997.

1 - COMPONENTES DO GRUPO TÉCNICO CONSTITUÍDO PELA PORTARIA/Nº

309/PRES-FUNAI: Compõe o Grupo Técnico os seguintes Técnicos:

1 - Dominique Tilkin, antropóloga-coordenadora da USP;

2 - Nádja Havt Bindá - antropóloga, da USP;

3 - Rogério César Silva - biólogo, da UFG;

- 4 - Antonio Abrahão de Oliveira - Técnico em Agrimensura, da ADR-Belém;
- 5 - Fiorello Parise, chefe da frente de contato, da ADR - Belém;
- 6 - Édna Miranda Ferreira - Engenheira Agrônoma, da ADR - Belém
- 7 - Heleno Augusto Couto dos Santos - Técnico em agricultura e pecuária, da ADR - Belém.
- 8 - Audinécio Estácio da Luz - Técnico Agrícola do INCRA - Santarém.
- 9 - Edmilson Martins da Silva - Engenheiro Agrônomo, ITERPA - Belém.

2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS: Competia a este servidor, juntamente com os técnicos Édna Miranda Ferreira e Edmilson Martins da Silva, promover, além dos levantamentos de campo propriamente ditos, buscas cartoriais nas Comarcas de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Santarém, com a finalidade de detectar a existência de registros de propriedade porventura incidentes na Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana (PA).

3 - LEVANTAMENTOS CARTORIAIS: realizados no período de 08 a 30.05.97, mediante a apresentação de ofícios DFU/FUNAI/Belém aos respectivos tabeliães das comarcas anteriormente mencionadas, cujas respostas por meio de certidões, atestam a inexistência de qualquer transcrições ou registros de aquisição de imóveis, em nome de terceiros ou Órgãos ou Autarquias, sobre a terra indígena Cuminapanema/Urucuriana, cujas cópias estão em anexo.

Também foram encaminhados ao INCRA e ao ITERPA ofícios de teor semelhante, estando a FUNAI no aguardo de respostas aos mesmos.

3.1 - Levantamento de Identificação e determinação: levados a efeito nos dias 06 e 07 de maio do corrente ano, constaram de sobrevôos a fim de serem colhidas as coordenadas geográficas dos pontos dos limites, bem como das ocupações inseridas na Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, cuja área fora reduzida a 30% da área de 2.059.700 ha, interdita pela Portaria nºPP/4098, de 30 de dezembro de 1987.

4 - PROPOSTA DO GT PARA A T.I. CUMINAPANEMA/URUCURIANA: embora tivéssemos chegado à área no dia 06 de maio, os outros membros do GT, que vinham trabalhando há algum tempo junto aos índios, decidiram, atendendo às aspirações das lideranças dos Zo é, reduzir a área interdita de 2.059.700 ha, para aproximadamente 623.000 ha (seiscentos e vinte e três mil hectares), devido ao fato de que os silvícolas não utilizam, tanto a faixa de terra interdita localizada na extrema sul e nem àquela compreendida entre os rios Cuminapanema e Curuá, para qualquer finalidade (caça, coleta vegetal, agricultura e pesca).

Desta maneira, segundo proposta do Grupo Técnico, a Terra Indígena Cuminapanema/Urucuriana, fica reduzida à cerca de 623.000 ha (Seiscentos e vinte três mil hectares), ou seja 30% da área interdita, compreendidas entre as seguintes coordenadas geográficas determinadas por GPS Garmim 45;

Ponto A:	00°20'48" N - 55°54'08" Wgr
Ponto B:	00°18'32" N - 55°43'24" Wgr
Ponto C:	00°21'30" N - 55°34'42" Wgr
Ponto D:	00°15'40" N - 55°26'45" Wgr

Ponto E: 00°02'15" S - 55°25'24" Wgr
Ponto F: 00°50'30" S - 55°34'00" Wgr
Ponto G: 00°40'55" S - 55°52'36" Wgr
Ponto H: 00°26'42" S - 55°57'19" Wgr
Ponto I: 00°27'50" S - 56°05'21" Wgr

5 - OCUPAÇÕES: Sabe-se que são 35 aldeias ativas e 1 abandonada, sendo que foram localizadas por ocasião dos sobrevôos a aldeia abandonada e apenas 17 aldeias ativas, das quais atualmente 6 delas estão habitadas por uma média de 30 índios cada uma.

Informamos que a Gleba Cuminapanema, precisamente a área afetada pela Portaria PP/4098/FUNAI em 30 de dezembro de 1987 foi sobrevoada com a finalidade de detectar desmatamento que caracterizasse a ocupação de pessoas (física e jurídica) e não foi contemplada naquela ocasião qualquer vestígio, bem como nas fotos satélites usadas pelos antropólogos e agrimensores que faziam parte do GT - Grupo Técnico.

Outrossim, afirmamos não haver título emitido pelo INCRA naquele perímetro, até a atual data da missão.

5.1 - COBERTURA VEGETAL: a cobertura vegetal da área proposta e predominantemente de floresta umbrófila densa, onde predominam a castanha-do-brasil, a sucupira, o ipê, etc, ocorrendo também savanas e matas ciliares, pontificando palmeiras como o patauá, o açaí, etc.

5.2 - INCIDÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS NA SUPERFÍCIE PROPOSTA PARA TERRA INDÍGENA CUMINAPANEMA/URUCURIANA: parte da Gleba denominada Erepecuru (470.000 ha), que voltou a jurisdição do Estado do Pará, incide tanto na área interdita quanto na proposta para terra indígena (623.000 ha); também a Gleba Cuminapanema (327.600 ha), arrecadada em nome da União Federal, apresenta-se com cerca de 5.500 ha aproximadamente incidentes na área interdita. Porém está isenta de qualquer incidência sobre a área proposta pelo GT, que dista aproximadamente 17 km a oeste, conforme planta em anexo e coordenadas geográficas apresentadas.

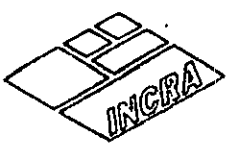
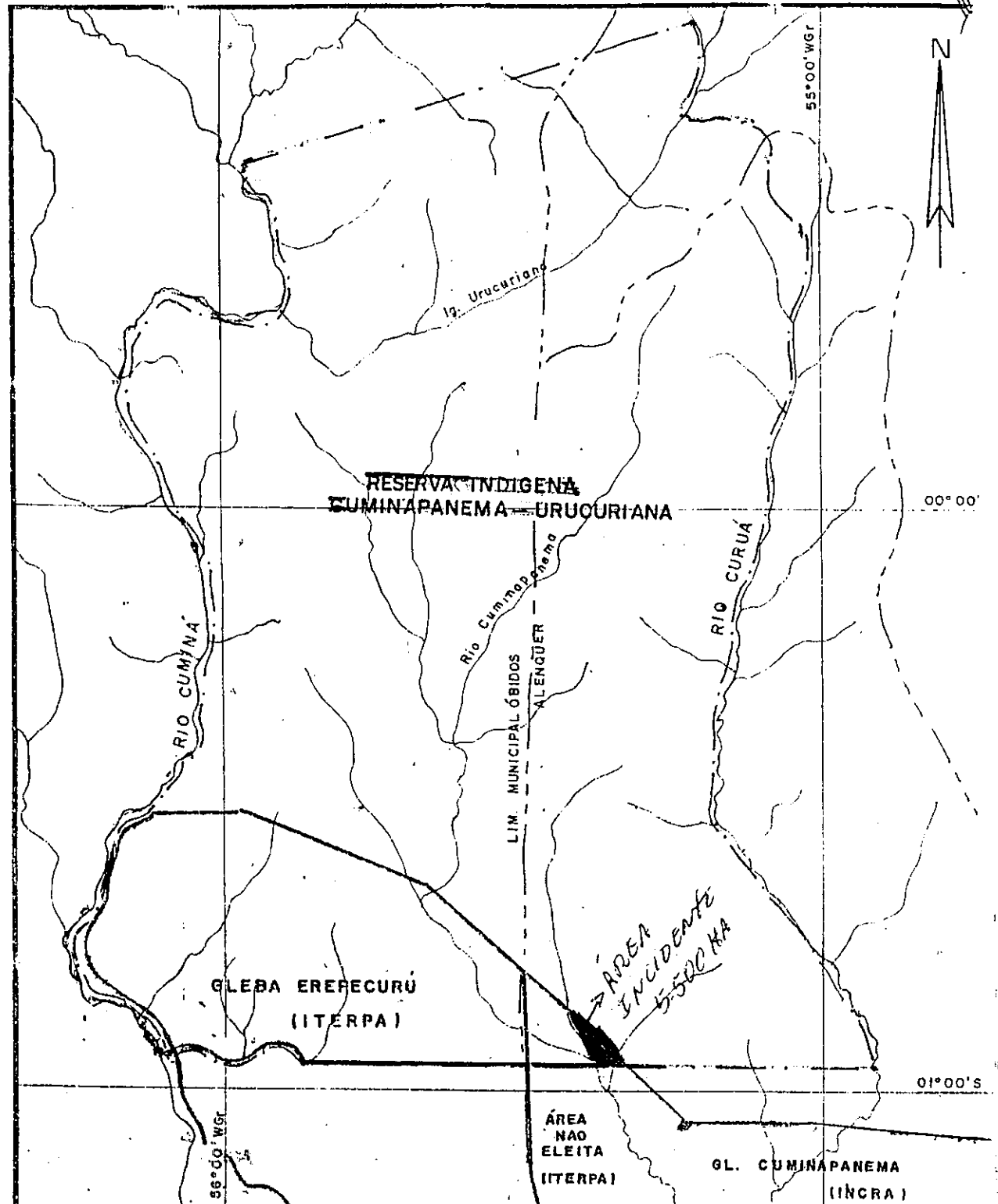
É o que tínhamos a informar.

Santarém (Pá), 22 de junho de 1997.


Audinécio Estácio da Luz
Técnico Agrícola - CREA 1288TD-SC
Unid. Avançada de Santarém/INCRA

AUDINÉCIO ESTÁCIO DA LUZ

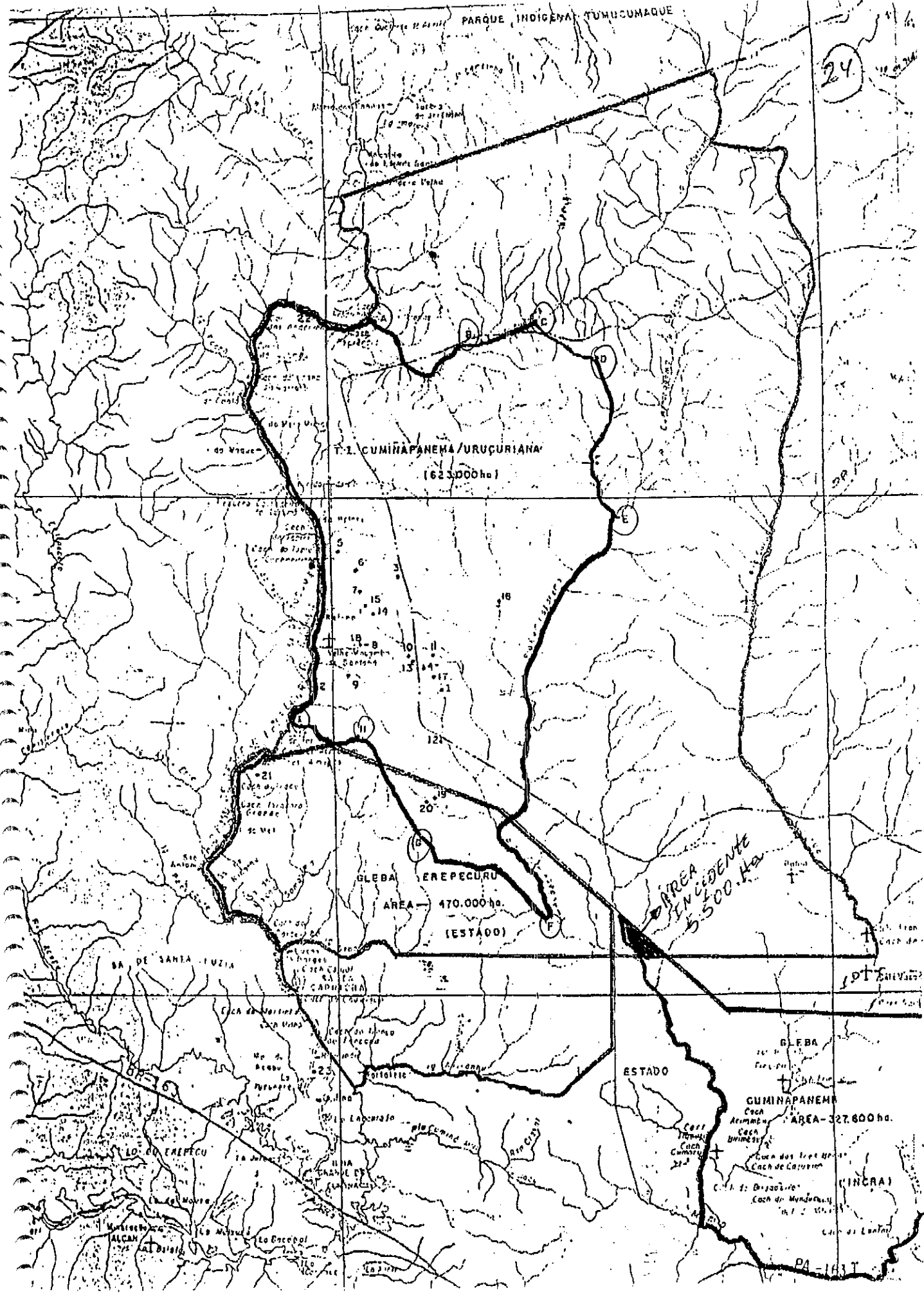
*Emprego na Regional
aos 29.05.98*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - MARA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

REGISTRO / CÓDIGO	IMÓVEL	RES. ÍNDIGENA CUMINAPANEMA / URUCURIANA	ÁREA
DATA MAI 97	MUNICÍPIO / UF	ÓBIDOS-PA / ALENQUER-PA	PERÍMETRO
DESENHO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONFERE	ESCALA 1:1.000.000
			VISTO

24



PARQUE INDIGENA TUMUCUMAQUE

T.I. CUMINAPANEMA/URUCURIANA
(62.3000 ha)

GLEBA EREPECURU
AREA - 470.000 ha.
(ESTADO)

AREA INCIDENTE
5.500 Ha

GLEBA CUMINAPANEMA
AREA - 327.600 ha.

ESTADO

(INCRA)

PA-143 T

ANEXO AS PLANTAS

LEGENDA

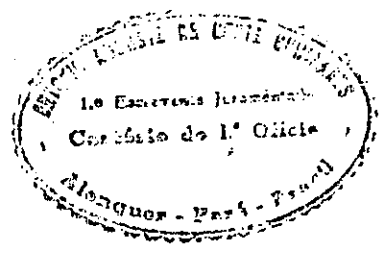
- ▼ - ÁREA INTERDITADA
- ▼ - ÁREA PROPOSTA
- 7 - GLEBA CUMINAPANEMA
- ▼ - ÁREA INCIDENTE NA ÁREA INTERDITADA

[Assinatura]
Audiência Pública da Luz
Técnico Agrícola - CREA 120610-SC
Unid. Avançada de Santarém/INCRA

13/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Cartório do 1.º Ofício e
Cartório de Registro de Imóveis
CLAUDIONOR DA SILVA GUIMARÃES
TABELIÃO VITLÍCIO
Antonio Augusto da Costa Guimarães
1.º ESCRIVENTE JURAMENTADO



ANTONIO AUGUSTO DA COSTA GUIMARÃES, Escrevente Juramentado do Cartório do 1.º Ofício e Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca de Alenquer, Estado do Pará, por nomeação legal, etc. . .

CERTIDÃO

CERTIFICO, usando das atribuições que a Lei me faculta e a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os arquivos deste Cartório verifiquei que: Às fls. 170 à 170vº do Livro 2-C, foi hoje feito sob o nº 663 à Matrícula do imóvel descrito como segue: IDENTIFICAÇÃO NOMINAL- Área 289.917,10 ha. (DUZENTOS E OITENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E DEZESSETE HECTARES E DEZ ARES) - DENOMINAÇÃO: "GLEBA CUMINAPANEMA- FIGURA 1 E 2", situada no Município de Alenquer, Estado do Pará, na Circunscrição judiciária da Comarca de Alenquer, no mesmo Estado do Pará, com as seguintes características e confrontações: INCORPORAR, como terra devoluta, ao patrimônio da União, a área de ~~289.917,10 ha~~ (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e dezessete hectares e dez ares), representada por duas áreas distintas, sendo a primeira denominada "FIGURA 1", com a área aproximada de 289.902,10 ha (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e dois hectares e dez ares), e a segunda denominada "FIGURA 2", com a área de 15,00 ha (quinze hectares), situadas no Município de Alenquer, apurada pela referida Comissão Especial, abrangida pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e legislação posterior que o alterou, com a denominação de "GLEBA CUMINAPANEMA- FIGURAS 1 E 2", situada

11/2

no Município de Alenquer, Estado do Pará, na circunscrição judiciária da Comarca de Alenquer, no mesmo Estado do Pará, com as seguintes características e confrontações: "FIGURA 1": " Inicia o perímetro da área junto ao PO, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°26'20"WGR e latitude 00°48'10"S, situado na margem esquerda do rio Cuminapanema; deste, por uma linha quebrada, divisa da jurisdição do Projeto Fundiário Santarém, com as terras de quem de direito, com os seguintes rumos e distâncias aproximadas: 47°30'SE e 29.500m (vinte e nove mil e quinhentos metros), até o P1, de coordenadas geográficas aproximadas longitudes 55°14'58"WGR e latitude 00°59'20"S; 46°15'SE e 5.000m (cinco mil metros), até o P2, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°13'10"WGR e latitude 01°01'10"S; 89°30'SE e 23.900m (vinte e três mil e novecentos metros), até o P-3, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°00'20"WGR e latitude 01°01'20"S; 86°30'SE e 30.500m (trinta mil e quinhentos metros), chega-se ao P-4, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°43'45"WGR e latitude 01°02'30"S, situado na margem direita do igarapé S/Denominação; deste, pelo referido igarapé S/Denominação abaixo, por sua mencionada margem, com a distância aproximada de 57.000m (cinquenta e sete mil metros), chega-se ao P5, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°49'20"WGR e latitude 01°27'10"S, situado em sua foz com a margem direita do igarapé Preto; deste, pelo referido igarapé Preto, por esta sua margem direita, com a distância aproximada de 1.500m (um mil e quinhentos metros), chega-se ao P6, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°50'10"WGR e latitude 01°26'40"S, situado na margem direita do igarapé do Inferno, confronte a foz do igarapé Preto ; deste, pelo referido igarapé do Inferno abaixo, por esta sua margem direita, com uma distância aproximada de 5.500m (cinco mil e quinhentos metros), chega-se ao marco M-IV, do domínio particular Mata Galinha; deste, pela divisa do referido domínio particular Mata Galinha, nos seguintes rumos e distâncias: 32°00'NW e 2.610,00m (três mil, seiscentos e dez metros), até o marco M-III; 58°00'SW e 4.000 m (quatro mil metros), chega-se ao marco M-II, cravado na margem esquerda do rio Curuá; deste, ainda pela divisa do

referido domínio particular, por uma linha quebrada margeando o rio Curuá abaixo, nos seguintes rumos e distâncias: $32^{\circ}00' SW$ e 570m (quinhentos e setenta metros), até a estação E; $46^{\circ}30' SE$ e 960m (novecentos e sessenta metros), até a estação D; $84^{\circ}00' SE$ e 1.450m (um mil, quatrocentos e cinquenta metros), até a estação C; $48^{\circ}00' SE$ e 630,00m (seiscentos e trinta metros), até a estação B; $33^{\circ}00' SW$ e 850m (oitocentos e cinquenta metros), até a estação A; $7^{\circ}00' SW$ e 1.150m (um mil, cento e cinquenta metros), chega-se ao marco M-1; deste marco, atravessa-se o rio Curuá, com o rumo aproximado $00^{\circ}00' W$ e com a distância aproximada de 150m (cento e cinquenta metros), chega-se ao P7, de coordenadas geográficas aproximadas longitude $54^{\circ}52'30'' WGR$ e latitude $01^{\circ}30'32'' S$; deste, pelo referido rio Curuá abaixo, por sua margem direita, com uma distância aproximada de 4.000m (quatro mil metros), chega-se ao P8, de coordenadas geográficas aproximadas longitude $54^{\circ}52'45'' WGR$ e latitude $01^{\circ}32'03'' S$, situado na divisa do domínio particular Nacional; deste, pela divisa do referido domínio particular Nacional, no rumo aproximado de $63^{\circ}00' NW$ e uma distância aproximada de 6.000m (seis mil metros), chega-se ao P9, de coordenadas geográficas aproximadas longitude $54^{\circ}55'50'' WGR$ e latitude $01^{\circ}31'04'' S$, situado na divisa do domínio particular São Paulo; deste, pelo referido domínio particular São Paulo, no rumo aproximado de $30^{\circ}00' NE$ e distância aproximada de 6.300 m (seis mil e trezentos metros), chega-se ao marco M-2, cravado na margem direita do Rio Curuá; deste, ainda pela divisa do referido domínio particular, por uma linha quebrada margeando o rio Curuá acima, por sua mencionada margem, nos seguintes rumos e distâncias: $83^{\circ}00' NW$ e 600m (seiscentos metros), até a estação E; $62^{\circ}00' NW$ e 1.450m (um mil, quatrocentos e cinquenta metros), até a estação D; $23^{\circ}00' NW$ e 165m (cento e sessenta e cinco metros), até a estação C; $61^{\circ}00' NW$ e 950m (novecentos e cinquenta metros), até a estação B; $38^{\circ}00' NW$ e 300m (trezentos metros), até a estação A; $83^{\circ}00' NW$ e 675m (seiscentos e setenta e cinco metros), chega-se ao marco M-1; deste, continuando pela divisa do referido domínio particular, no rumo $30^{\circ}00' SW$ e distância de 8.035m (oito mil e oitenta e cinco metros), chega-se ao marco M-4; deste, ainda pela divisa do referido domínio particular, no rumo

194

de 70°00'SE e distância aproximada de 2.550m (dois mil, quinhentos e cinquenta metros), chega-se ao marco M-IV, do domínio particular Centro da Estrela; deste, pelo referido domínio particular Centro da Estrela, no rumo de 20°00'SW e distância aproximada de 2.750m (dois mil, setecentos e cinquenta metros), chega-se ao marco M-7, do domínio particular Boa Esperança; deste, pelo referido domínio particular Boa Esperança, no rumo 70°00'NW e distância de 4.050m (quatro mil e cinquenta metros), chega-se ao marco M-6, situado na divisa do domínio particular Castanhal Tracuá; deste, pelo referido domínio particular Castanhal Tracuá, nos seguintes rumos e distâncias aproximados: 30°00'NE e 3.600m (três mil e seiscentos metros), até o P10, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°58'22"WGR e latitude 01°30'42"S; 75°00'NW e 4.000m (quatro mil metros), chega-se ao P11, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°00'27"WGR e latitude 01°30'09"S, situado na divisa do domínio particular Castanhal Massaranduba; deste, pelo referido domínio particular Castanhal Massaranduba nos seguintes rumos e distâncias aproximadas: 25°00'NE e 1.250m (um mil, duzentos e cinquenta metros), até o P12, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°00'09"WGR e latitude 01°29'34"S; 70°00'NW e 4.700m (quatro mil e setecentos metros), até o P13, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°02'35"WGR e latitude 01°28'42"S; 30°00'SW e 7.350m (sete mil, trezentos e cinquenta metros), chega-se ao P14, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°04'55"WGR e latitude 01°31'55"S, situado na faixa de domínio da Rodovia PA-254; deste, pela referida faixa de domínio da Rodovia PA-254, no sentido Alenquer - Óbidos, com a distância aproximada de 9.800m (nove mil e oitocentos metros), chega-se ao P15, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°09'40"WGR e latitude 01°34'00"S, situado no cruzamento da faixa de domínio da referida rodovia com a margem esquerda do rio Mamiá; deste, pelo referido rio Mamiá acima, por sua margem esquerda e uma distância aproximada de 2.500m (dois mil e quinhentos metros), chega-se ao marco M-1, cravado na divisa do domínio particular Acari/União; deste, pelo referido domínio particular Acari/União, no rumo 45°00'NE e distância de 6.100m (seis mil e cem metros), chega-se ao marco

M-IV, do domínio particular Arnaldo de Moraes; deste, pelo referido domínio particular Arnaldo de Moraes, nos seguintes rumos e distâncias: 45°00' SE e 4.400m (quatro mil e quatrocentos metros), até o marco M-III; 45°00' NE e 13.200m (treze mil e duzentos metros), chega-se ao marco M-II, cravado na margem direita do rio Curuá; deste, ainda pela divisa do referido domínio particular, por uma linha quebrada margeando o rio Curuá acima, nos seguintes rumos e distâncias: 78°00' NW e 800m (oitocentos metros), até a estação J; 70°00' NW e 1.200m (um mil e duzentos metros), até a estação I; 75°00' SW e 840m (oitocentos e quarenta metros), até a estação H; 86°00' SW e 700m (setecentos metros), até a estação G; 39°00' NW e 1.260m (um mil, duzentos e sessenta metros), até a estação F; 16°00' NE e 780m (setecentos e oitenta metros), até a estação E; 00°00' N e 1.000m (um mil metros), até a estação D; 15°00' NE e 560m (quinhentos e sessenta metros), até a estação C; 07°30' NW e 800m (oitocentos metros), até a estação B; 82°00' NW e 1.300m (um mil e trezentos metros), até a estação A; 31°00' NW e 920m (novecentos e vinte metros), chega-se ao marco M-I; deste, continuando pela divisa do referido domínio particular no rumo 45°00' SW e 9.000m (nove mil metros), chega-se ao marco VI, situado na divisa do domínio particular Mercejana; deste, pela divisa do referido domínio particular Mercejana no rumo 55°00' NW e distância 6.000m (seis mil metros), chega-se ao marco M-2, cravado na margem esquerda do igarapé Griguilé; deste, ainda pela divisa do referido domínio particular, por uma linha quebrada margeando o igarapé Griguilé abaixo, nos seguintes rumos e distâncias: 78°00' SW e 125m (cento e vinte e cinco metros), até a estação O; 35°00' NW e 200m (duzentos metros), até a estação N; 86°00' NW e 270m (duzentos e setenta metros), até a estação M; 40°00' NW e 270m (duzentos e setenta metros), até a estação L; 65°00' NW e 250m (duzentos e cinquenta metros), chega-se a estação J; desta estação, atravessa-se o referido igarapé Griguilé com o rumo aproximado de 59°00' NW e com a distância aproximada de 300m (trezentos metros), chega-se ao marco M-II, do domínio particular Natal, cravado na margem direita do igarapé Griguilé; deste, pelo referido domínio particular Natal, nos seguintes rumos e distâncias: 65°00' NW e 8.000m (oito mil metros), até o marco M-III; 25°00' SW e 4.000m (quatro mil

1686

metros) chega-se ao marco M-IV, situado na divisa do domínio particular Escorrega; deste, pelo referido domínio particular Escorrega, no rumo aproximado de 10°00'SW e distância aproximada de 4.000m (quatro mil metros), chega-se ao P16, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°15'54" WGR e latitude 01°27'53"S, situado na margem esquerda do rio Mamiá; deste, pelo referido rio Mamiá acima, por sua margem esquerda, com a distância aproximada de 2.700m (dois mil e setecentos metros), chega-se ao P17, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°16'37"WGR e latitude 01°28'39"S situado conforme a foz do igarapé das Cutias; deste, por uma linha seca, confrontando com terras de Quem de Direito com o rumo aproximado de 14°00'NE e distância aproximada de 15.000m (quinze mil metros), chega-se ao P18, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 55°15'20" WGR e latitude 01°20'00"S, situado na margem esquerda do Rio Cuminapanema; deste, pelo referido Rio Cuminapanema acima, por sua mencionada margem, com distância aproximada de 82.000m (oitenta e dois mil metros), chega-se ao PO, ponto inicial da descrição do perímetro".

"FIGURA 2": "Inicia o perímetro da área junto ao PO, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°55'14"WGR e latitude 01°35'27"S, situado na faixa de domínio da Rodovia PA-254, com a divisa do domínio particular Boa Esperança; deste, pela divisa do referido domínio particular Boa Esperança, no rumo aproximado de 70°00'SE e uma distância aproximada de 1.000m (um mil metros), chega-se ao marco M-2, cravado na margem direita do rio Curuá; deste, pelo referido rio Curuá abaixo, por sua margem direita, com uma distância aproximada de 300m (trezentos metros), chega-se ao P1, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 54°54'48" WGR e latitude 01°35'47"S, situado no cruzamento deste rio com a faixa de domínio da Rodovia PA-254; deste, pela referida faixa de domínio da Rodovia PA-254, no sentido Alenquer-Óbidos, com uma distância aproximada de 1.000m (um mil metros), chega-se ao PO, ponto inicial da descrição do perímetro".

Que hora fica registrado em nome da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - tudo nos termos do requerimento e respectivo memorial Descritivo, datado de 22.02.82 e assinado

7

pelo Sr. Dr. JACOB AZANCOT MOURA, Executor Substituto do PROJETO FUNDIÁRIO DE SANTARÉM, O.S. Nº 006/77, com os seguintes anexos: Planta da área, Xerox da Portaria nº 40 de 03.02.83 e exemplar do Diário Oficial da União, Edição de 07.02.83, que ficam arquivados. Dou fé.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

Alenquer, 24 de Fevereiro de 1983.

[Handwritten Signature]

ALTONIO AUGUSTO DA COSTA GUIMARÃES
1º Executor Juriscentado em Exercicio
CPF 039751252-01



Jur

FUNAI

Administração Reg. Belém

Protocolada sob n.º 1947

Livre n.º 002 página n.º 95

Belém, 16 de 06 de 1998

PROT. 11573

**GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/PARA(SR-01)
END. ROD. MURUTUCUM S/Nº BAIRRO SOUZA
CEP - 66.610-120 FONE-091-246-6118 FAX- 091-226-7370**

TRANSMISSÃO DE TELEFAX/INCRA/SR-01/G/Nº 990 /98

DESTINATÁRIO: FUNAI

NOME:

Cargo: SUPERINTENDENTE.

ÓRGÃO: FUNAI

FAX:

Mensagem:

CONVITE

A Superintendência do INCRA/PARÁ (SR-01), na pessoa de seu Superintendente Regional, Hérmedes Miranda de Souza Teixeira, tem a satisfação de convidar Vossa Senhoria, para participar de um Encontro relacionado à questão dos POVOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS, objetivando estabelecer uma interação mais estreita com os organismos governamentais e não governamentais, ligados à causa. O evento acontecerá no período de 22 a 23/06/98, a partir das 9:00 horas, no auditório dessa Superintendência, localizada na Rodovia Muruticum s/n (Estrada da Ceasa).

REMETENTE:

NOME: Hérmedes Miranda de Souza Teixeira
Superintendente Regional do INCRA/Pará

DATA:

NÚMEROS DE PÁGINAS INCLUINDO ESTA. 1

*Participaram
dia 22/6/98 n/
Walter Gherjany
e Fênelo Saranta
22.6.98*

*EM 25/06/98
diante
do SFU,
para conhecer e indicar
um servidor que deverá
também se fazer presente
na reunião.*

SÉTIMA PARTE

Conclusões, Recomendações e Delimitação

A Constituição Federal em seu Art. 231 reconhece "aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

O Parágrafo 1º define assim as "terras tradicionalmente ocupadas":

"Parágrafo 1º "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

O presente **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação** fornece os elementos necessários para que os preceitos constitucionais acima citados sejam efetivamente cumpridos em relação ao povo Zo'é. Sendo resultado dos estudos constitutivos da primeira etapa do processo de regularização fundiária, que tem por finalidade reconhecer e instituir legalmente a **Terra Indígena Zo'é**, este Relatório descreve com detalhes e caracteriza o grupo indígena Zo'é e seu modo e história tradicionais de ocupação da terra. A partir dessa caracterização, é apresentada também a **Proposta de Delimitação** que inclui - novamente, seguindo os preceitos constitucionais (e seu detalhamento conforme o Decreto 1775, de 08/01/96, e a Portaria Nº 14, de 09/01/96) - a área tradicionalmente ocupada e as extensões em seu entorno consideradas imprescindíveis à garantia de suas condições de vida, em compatibilidade com as necessidades de sua população em crescimento, e em acordo com a vontade expressa dos Zo'é.

7.1 Conclusões

Em atendimento à normatização estabelecida pelo Decreto 1775 (de 08/01/96) e pela Portaria Nº 14 (de 09/01/96), constam da Primeira Parte do Relatório dados sobre o grupo indígena Zo'é: sua língua, e aspectos linguísticos e culturais que permitem identificá-los em relação a outras etnias; informações sobre sua organização social e política; aspectos de sua história, sobre a história de sua ocupação territorial e sobre o contato com outras populações (indígenas e não indígenas); dados sobre população, etc.

Conclui-se, pelo disposto no referido item, que **não cabe contestação quanto à identidade étnica / indígena dos Zo'é, e que sob diversos aspectos sociais, culturais e históricos foram caracterizados os elementos que os demarcam como sociedade diferenciada em seus "usos, costumes e tradições"**.

Com os dados apresentados nas Segunda e Terceira Partes, fica caracterizada a forma como os Zo'é ocupam a terra. Reunindo os dados destes itens àqueles apresentados acerca de sua organização social, verifica-se e **conclui-se que o caráter tradicional dessa ocupação não reside apenas no fator tempo, mas - e principalmente - no fato dessa ocupação ser orientada por um princípio baseado na própria organização social do grupo**. Constatase, ainda que essa forma tradicional de ocupação:

- 1) torna inadequada a distinção entre "as terras habitadas em caráter permanente" e aquelas "utilizadas para suas atividades produtivas";
- 2) tem em algumas regiões de seu entorno áreas "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar [do grupo] e necessárias a sua reprodução física e cultural".

Essas áreas de entorno foram identificadas e descritas nas Quarta e Quinta Partes. Localizadas ao Norte, Nordeste e Sul da área efetiva de ocupação atual do grupo, elas funcionam como regiões de reprodução de caça e garantem os mananciais e cursos d'água mais importantes para manutenção do "bem-estar" do grupo. Restringir o acesso exclusivo dos Zo'é a essas áreas é condição indispensável à possibilidade de continuidade da ocupação tradicional, em face ao quadro atual de crescimento da população. **Ao mesmo tempo em que corresponde ao preceito constitucional de "terras tradicionalmente ocupadas", a área proposta neste Relatório poderá ser de fato controlada pelos Zo'é, uma condição indispensável para garantir a efetividade do processo de regularização fundiária de sua Terra.**

De fato, depreende-se do Levantamento Fundiário (cujos resultados constam da Sexta Parte) que **os Zo'é ocupam exclusivamente as terras identificadas e descritas**, e cujos limites são definidos na Proposta de Delimitação (apresentada ao final deste item). As glebas que incidem sobre áreas interiores aos limites propostos, identificadas através do Levantamento Cartorial (cujos resultados também são apresentados na Sexta Parte) - seja de responsabilidade do INCRA ou do ITERPA - não são (e nunca foram) ocupadas. Sua delimitação, pelo exposto neste Relatório, é comprovadamente posterior à ocupação das terras pelos Zo'é.

Apesar disso, e mesmo considerando que os Zo'é terão garantidos legalmente seus direitos exclusivos às Terras identificadas, faz-se necessário apresentar algumas recomendações que reforçam as conclusões acima, pois foram elaboradas e reunidas tendo como referência experiências da fase atual de contato vivida pelos Zo'é, notadamente as políticas voltadas para a "assistência". Essas recomendações foram elaboradas respeitando os preceitos constitucionais e priorizam aspectos que vão determinar como sua vida tradicional será

positiva ou negativamente impactada pelo novo estatuto decorrente da regularização fundiária de suas terras.

7.2. Recomendações

a) Respeito sem protecionismo

A proteção alegada pelos agentes de intervenção não alterou a trajetória de adaptações habituais no convívio com postos de assistência: sedentarização, contaminação, cooptação para a implantação de um sistema de trocas que altera profundamente as relações internas da comunidade. Como sempre é verificado, para os índios recém-contactados, o foco inicial das relações de convivência é a obtenção de objetos e o acesso a técnicas antes desconhecidas e/ou dificilmente acessíveis. Em função disto, ocorrem rápidas mudanças no modo de vida, especialmente no que diz respeito a padrões tecnológicos, vestimenta, ritmos e divisão do trabalho, peso relativo das atividades de subsistência, padrões de ocupação territorial e de organização sócio-política.

As intervenções realizadas até o momento, configuradas enquanto “proteção” e “isolamento” deste povo, merecem ser reavaliadas, na medida em que se deve promover a participação dos índios no processo de demarcação da terra indígena. As intervenções, até aqui unilaterais de preservação, devem agora se abrir ao interesse e à capacidade destes índios terem acesso ao mundo exterior. É evidente que este processo de abertura só reverterá em benefício dos índios se for devidamente acompanhado, em termos antropológicos e indigenistas, para garantir sua adequação ao ritmo e às categorias de entendimento próprias à cultura zo'é.

O protecionismo excessivo para preservar o que se julga ser a cultura indígena apresenta muitos riscos: é necessário controlar, mas esse controle não deve ser por princípio limitador na esfera dos conhecimentos novos aos quais, como qualquer sociedade, os isolados têm

direito. A cultura só se mantém enquanto dinâmica, necessitando ser confrontada, conscientemente e de acordo com arranjos cognitivos próprios, com outras formas de viver e pensar. Desse confronto, a identidade surge acoplada à valorização de elementos culturais próprios. Surge como opção e não como resultado de uma imposição ou de uma limitação de alternativas.

Não queremos dizer com isso que seria o caso de ensinar, de imediato, o Português aos Zo'e, ou de impor a este grupo a responsabilidade do processo de delimitação ou demarcação. Apenas chamamos atenção para a intervenção não-refletida do protecionismo, que acaba praticando a negação daquele mesmo respeito que justifica seu discurso.

b) Perspectivas para sair do isolamento

É importante enfatizar que a curiosidade dos Zo'e em conhecer melhor aspectos de mundo que os brancos lhes revelam - através de seus objetos, suas falas, seus gestos, suas reticências - deve ser valorizada como um dos meios através dos quais reformulam suas concepções a respeito da diferença entre eles e os brancos. Essas diferenças não são apenas pensadas em termos negativos (desejar as coisas que eles não têm) mas o são sobretudo em termos positivos (recusar comportamentos ou objetos que não lhes parecem adequados). Na medida em que aumentarem sua compreensão do mundo dos brancos, serão capazes de escolher não apenas artefatos e modalidades de relacionamentos, e sobretudo de defender melhor suas expectativas em relação à convivência com determinados segmentos da sociedade nacional.

Mas, quais critérios estão sendo adotados para a manutenção desse isolamento institucionalmente definido? Como se fará a inevitável passagem (também institucional) para o nível seguinte de contato?

A primeira questão pode ser respondida com as seguintes observações: os Zo'é não foram indagados quanto à entrada dos missionários da MNTB em sua área de ocupação, como não opinam sobre as formas e a rapidez com que o universo dos brancos lhes será apresentado, como não têm liberdade de ir e vir. Assim, "podem" ajudar na implantação de um novo Posto da FUNAI no Erepecuru, mas "não podem" ir a Santarém ou visitar os Waiãpi. Aos funcionários da Funai, e apesar de muitos terem ampla experiência acumulada de convívio com grupos indígenas, em geral, faltam o conhecimento e a formação especializada necessários aos trabalhos que conjuguem as mudanças decorrentes do contato com a valorização da cultura, isso dificulta ou impede que esses funcionários possam atuar no sentido de incentivar iniciativas que levem ao manejo mais racional dos recursos ambientais, como, por exemplo, no caso dos Zo'é, as vantagens de cuidar melhor de suas plantações de algodão, a partir do qual poderiam fazer redes mais leves e recorrer menos às castanheiras. Os incentivos à introdução de novos cultivos e práticas econômicas e produtivas não são planejados (nem são feitos estudos prévios sobre possíveis impactos ambientais negativos), frustrando-se inclusive tentativas voltadas apenas à subsistência dos próprios funcionários do Posto, como aconteceu com o milho no Cuminapanema. O problema não está na intervenção em si, mas nos mecanismos em operação e na qualidade e grau de envolvimento dos Zo'é.

Para ilustrar algumas das contradições vivenciadas pelos índios nesta delicada fase de transição, é significativa a questão referente à língua como fator de comunicação e instrumento eficiente - mesmo que não planejado - de manutenção de uma política de isolamento artificial, tanto como o é para a promoção da desarticulação do grupo e introjeção de valores. Assim, a prática das chamadas missões de fé de aprenderem a língua de um grupo para depois "alfabetizá-los", limita a aquisição de conhecimento da cultura do "branco" ao Novo Testamento. Por que não ensinar Português, porque alfabetizar um grupo numa língua que ele já sabe - a sua?

Outro exemplo: os funcionários da FUNAI muitas vezes alegam não querer interferir na cultura dos índios, mas, seja pela falta de formação necessária (como explicado acima), ou por escolha consciente, não estão muito longe de reduzir e limitar as possibilidades do grupo de fazer suas escolhas e elaborar seus conhecimentos sobre os brancos à manipulação de uns poucos instrumentos, ao escambo (genericamente falando) e a um Português que 'apelidamos' de "Português-FUNAI", repleto de "okapa" e "prossiga" do vocabulário utilizado nas comunicações por rádio. Em fevereiro de 95 pudemos constatar esse fato, quando observamos que esse vocabulário era alegremente repetido pelo jovem Kuru, que é o único falante de "português" entre os Zo'é, e eventual intérprete. Naquela ocasião, em resposta às nossas tentativas de expandir um pouco esse acervo, Kuru dava sempre retrucava: "Isso não fala, isso FUNAI não fala, eu não sei..."

É neste sentido que, num programa de intervenções na área de saúde e controle territorial proposto à FUNAI em 1992 (*Projeto Cuminapanema: Contato, terra, saúde*), enfatizamos que as atividades nestas esferas técnicas devem ser subordinadas à formas de atuação inovadoras na área do contato propriamente dito. Um programa de acompanhamento e de preparação ao contato consistiria, inicialmente, no repasse controlado, mas abrangente, de informações adequadas à demanda e à especificidade cultural do grupo, para que ele possa não apenas compreender, mas assumir de forma autônoma tanto o controle de suas relações com os brancos, quanto a defesa de seu território. Um programa desta natureza envolve uma série de etapas que devem ser discutidas com agentes locais e sertanistas responsáveis. As informações etnográficas obtidas na pesquisa em curso visam prioritariamente contribuir à elaboração deste programa que é urgente, dada a atual situação no Cuminapanema. Intervenções deste tipo não deveriam, de fato, ser condicionadas apenas ao acaso ou à necessidade imediata.

c) A atuação da MNTB junto aos Zo'é

A MNTB considerou a interrupção de seu trabalho no Cuminapanema uma dificuldade momentânea e é por este motivo que a equipe não foi totalmente desativada (1). As notícias que divulgadas, ao longo dos últimos 7 anos, nos boletins internos da agência, manifestam a determinação de reverter a situação (sempre referida pela expressão "a ocupação da área pela FUNAI"). Nesses anos, a equipe continuou "estudando a língua arduamente" e organizou uma campanha (2) junto a fiéis e colaboradores, com vistas à "reabertura do trabalho". Nos últimos dois anos, obtiveram apoio de parlamentares, que passaram a defender agressivamente a atuação da missão nesta e em outras áreas indígenas.

Com este apoio e paralelamente a uma campanha de difamação, que a missão e seus aliados políticos lançam contra agentes da Funai e pesquisadores, a MNTB ousa empreender uma ação de peso na área Zo'é. Entre maio e julho de 1998, sem autorização da Funai, alguns membros da equipe da MNTB invadiram a área, com apoio de guias garimpeiros, na tentativa de reativar a base Esperança. Nessa empreita, conseguiram atrair muitas famílias Zo'é, que se precipitaram à Rui Rupa, na expectativa de rever conhecidos e de obter bens que a equipe da Funai estava controlando, com intuito de evitar dependências. Como desdobramento dessa "iniciativa", alguns indivíduos Zo'é decidiram "ir atrás" dos missionários por conta

¹ cfr. lista da "família da New Tribes" publicada anualmente pela sede na revista Brown Gold.

² Os documentos dessa campanha trazem de início poucas informações sobre os índios, enfatizando apenas que a MNTB é a única instituição capaz de suprir as necessidades espirituais dos Zo'é: "...alqueles índios que ainda estão lá, sem a assistência necessária de pessoas que entendam o seu verdadeiro estado espiritual... voltar e estar com eles, e permanecer lá até que possamos contar-lhes a história do Salvador... os Poturu serão eternamente gratos" (Dos Confins da Terra, Jan-Mar/93:5). Nos últimos dois anos, a equipe "dos Poturu" se fortaleceu graças ao apoio político, e ela pode assim difundir documentos com dados mais detalhados, porém inexatos e desatualizados, em que tenta acusar a Funai de omissão na assistência aos índios.

própria, correndo o risco, no mínimo, de - chegando a áreas ocupadas por regionais - serem contaminados por doenças cuja ocorrência entre eles ainda não foi registrada.

Quanto ao impacto da atuação de missões fundamentalistas sobre sociedades como a dos Zo'é, elas acreditam serem capazes de operar uma engenharia cultural na qual "aspectos positivos" são reformatados pela eliminação dos "aspectos negativos". Em oposição radical a essa postura, atualmente, o trabalho realizado por equipes da própria Funai em áreas isoladas visa um fortalecimento da autonomia dos povos indígenas nessas condições. Esta meta só pode ser atingida na medida em que se der, a esses grupos, oportunidades de optar por determinadas formas de convívio e, assim, se autoafirmar como atores de seu futuro.

d) Proteção e controle territorial

Também é significativa a maneira como vinha sendo programada a proteção do território deste povo, que até agora é mantido interdito, e seria provavelmente demarcado sem o mínimo envolvimento dos Zo'é. Em nossas últimas visitas, procuramos recuperar o tempo perdido neste processo, fazendo-os participar intensamente da pesquisa sobre a ocupação tradicional e atual da área, mas discutindo também exaustivamente a própria noção de limite, terra, demarcação, etc... bastante estranhas as suas concepções e práticas da territorialidade. Acreditamos que o processo de demarcação física, a ser iniciado em 1999, deva ter como meta prioritária esta tradução e adequação inter-cultural de concepções acerca do território. Só com o trabalho orientado por essas premissas será possível ver assegurada a viabilidade de uma Terra Indígena Zo'é demarcada, que, do contrário, existirá apenas em sua forma legal.

e) Assistência à saúde

Apesar dos vários surtos de gripe ocorridos entre os Zo'é desde o primeiro contato, eles ainda não estão totalmente imunizados. Todo e qualquer visitante é um transmissor potencial da gripe, o que reforça a tese de que, em grupos isolados, é imprescindível uma logística de assistência acessível e ágil.

Numa perspectiva mais ampla da questão da saúde, essa logística deveria, no caso dos Zo'é, conjugar os seguintes elementos:

- Presença ininterrupta de pessoas que assumam a parte de assistência à saúde e em condições de medicar, já que há doenças específicas decorrentes do contato, como as respiratórias e algumas formas de malária, que exigem esse atendimento contínuo. Apesar das tentativas recentes de pessoas ligadas à equipe da MNTB, em Santarém, de criar dúvidas sobre a prestação dos serviços de saúde da Funai junto aos Zo'é, é certo que esta presença tem sido constante desde 1991, e os últimos surtos de malária registrados devem-se muito mais às dificuldades operacionais e financeiras para manter o controle sobre os focos de mosquitos, do que à falta de pessoal ou medicamento (apesar das conhecidas e já crônicas dificuldades financeiras vividas pela Funai);
- Cobertura vacinal e atendimento odontológico periódico (pois o contato trouxe para os Zo'é, por exemplo, o risco das bactérias causadoras de cáries, às quais eles são mais sensíveis em função da retração gengival provocada pelo uso prolongado do adorno "embe'po"). Sem dúvida, tem havido mais dificuldade em garantir a vacinação desde que esta passou a ser responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde. Mesmo assim, a Funai tem conseguido assegurar este serviço aos Zo'é, com a frequência necessária. O atendimento odontológico é o mais prejudicado, tanto por ser menos frequente, como pelo fato dele vir atingido menos indivíduos no total da população - daí o próximo ponto;
- Uma assistência ininterrupta não é suficiente, no caso dos Zo'é, para garantir a qualidade do atendimento: são necessários também a continuidade de uma linha coerente de atuação dos agentes de saúde, e uma adequação de seu trabalho à forma e aos ritmos de

ocupação territorial deste grupo, isto é, compatível com os movimentos de concentração e dispersão, para que não se deixe de prestar atendimento em função das famílias estarem em outros assentamentos, que não o mais próximo do Posto. É nesse ponto que a assistência prestada pela Funai é mais vulnerável, pois dificilmente pode contar com profissionais em número suficiente para garantir que os serviços sejam executados dentro desse parâmetro. Além disso, o órgão é também mais vulnerável a mudanças bruscas do padrão de atendimento (devido à alta rotatividade de profissionais na área, ao baixo índice de reciclagem), e à presença pessoas que não voltam, pois teriam aceito trabalhar na área apenas pelo período mínimo exigido, muitas vezes movidas unicamente pela curiosidade em conhecer "índios primitivos";

- Ainda, e mais importante, é preciso que o atendimento à saúde não seja realizado com vistas à manutenção de relações de dependência dos Zo'é para com o agente prestador da assistência, o que depende não só da clareza em não transformá-lo em artigo de barganha ou troca com os índios, mas do cumprimento das diretrizes apresentadas acima.

f) Os Zo'é e os Remanescentes de Quilombo do Baixo Erepecuru

A Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana, interditada em 1987, englobou nos seus limites regiões não ocupadas pelos Zo'é, mas conhecidas e utilizadas pelos Remanescentes de Quilombo do Erepecuru. O procedimento daquela interdição, necessário naquele momento a fim de garantir a segurança do grupo, pode ser revisto dentro do processo de regularização fundiária da Terra Indígena em questão. O GT Zo'é adotou essa linha, mantendo um diálogo próximo com os representantes reconhecidos pelas comunidades de Remanescentes de Quilombos, cuja área de ocupação tradicional foi incluída na Portaria de Interdição. Essas comunidades ocupam a região imediatamente ao sul e sudoeste do território zo'é, sendo os limites historicamente contíguos, tanto ao longo do curso do Igarapé da Raia Branca, como ao

longo da cordilheira identificada e descrita como limite sudoeste da ocupação zo'é ao longo deste Relatório.

Ao fim da primeira etapa de campo do GT, e paralelamente ao levantamento cartorial, uma parte da equipe deslocou-se até as comunidades do Baixo Erepecuru (ou Cuminá), para esclarecer o procedimento adotado à época da Interdição, e tomar conhecimento do processo de regularização fundiária daquelas terras. Constatou-se na ocasião que, por motivos alheios à história da ocupação da região pelos quilombolas, a proposta de delimitação fazia recuar os limites norte e nordeste para longe dos limites tradicionais e atuais dessa ocupação, contíguos aos limites sul e sudoeste da ocupação zo'é. Em seu Relatório "Área remanescente de Quilombo Erepecuru", de 05.1998, Lúcia Andrade apresenta detalhadamente a ocupação quilombola e sugere a inclusão dos castanhais situados entre a Cachoeira do Mel e o limite sul da Área Proposta para a T.I.Zo'é. Cabe ressaltar que técnicos da Funai e representantes dessas comunidades quilombolas realizaram reuniões para discussão e acerto das propostas de limites, "chegando a unanimidade para a proposta de chegar o limite da área quilombola ao limite sul da TI Cuminapanema"(E.M. Ferreira, pag.5).

Toda a equipe do GT Zo'é tem claro que o recuo desses limites, além de equivocado do ponto de vista da extensão da área ocupada pelos quilombolas, representa riscos atuais e futuros à "preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural" dos dois grupos - indígena e quilombola, e a sua "reprodução física e cultural", contrariando frontalmente, pelo menos no caso dos Zo'é, os preceitos constitucionais, pois um dos fatores que tem garantido até agora a segurança e tranquilidade dos Zo'é é, certamente, a presença daquelas populações quilombolas, cujos padrões de vida em tudo se aproximam daqueles mantidos pelo próprio grupo indígena. Assim, recomenda-se que os limites da terra quilombola a ser demarcada e homologada corresponda aos seus limites históricos, isto é, em contiguidade com os limites sul e sudeste da área de ocupação zo'é.

g) A margem norte do Igarapé Urucuriana

Da mesma forma que em relação ao limite sul, a Portaria de 87 interditou como Área Indígena Cuminapanema / Urucuriana uma região que vai da margem norte do Igarapé Urucuriana até o limite sul do (antigo) Parque Indígena Tumucumaque, tendo em vista a realização de estudos para levantamento sobre a ocupação indígena na região.

Os estudos realizados junto aos Zo'é mostraram que essa não é uma área ocupada por eles, seja histórica ou atualmente. Complementarmente, a realização da Expedição ao longo do curso do Urucuriana e Cuminapanema corroborou referências antigas sobre a ocupação histórica da região por povos Karib, cuja maior parte passou a habitar o Tumucumaque. Os vestígios de ocupação antiga foram verificados, mas não se chegou a nenhuma conclusão sobre ocupação atual, pois os levantamentos na margem norte do Urucuriana ficaram comprometidos pela falta de água. Assim, à equipe que realizou a Expedição só foi possível fazer inferências sobre a ocupação indígena na área em questão, com base na presença de capoeiras e nas condições observadas quanto a fauna, flora, perenidade dos igarapés, etc.

Por outro lado, foram confirmadas referências a índios isolados nas imediações Igarapé Poana, afluente da margem direita do Erepecuru localizado próximo à confluência entre este e o Urucuriana. As informações referem-se a contatos visuais, além de vestígios como fogueira de acampamento.

Com base nesses elementos, e tendo em vista que as duas regiões próximas entre si não são de ocupação zo'é, o GT Zo'é recomenda a manutenção da interdição entre o Urucuriana e o Tumucumaque e a formação de um novo GT de Identificação e Delimitação que possa realizar, desta vez em condições mais favoráveis e apropriadas, o estudo da ocupação indígena entre a região do Igarapé Poana e a margem norte do Urucuriana (até o limite sul do Tumucumaque).

As recomendações acima foram elaboradas com o objetivo de apresentar da forma mais completa possível, tanto as conclusões deste Relatório, como a proposta de Delimitação à qual se chegou através dos trabalhos de pesquisa antropológica (realizados junto aos Zo'é desde 1991), através do trabalho do GT e da participação dos Zo'é em todo o processo de sua realização. A Proposta de Delimitação compõe o próximo item.

7.3. Delimitação

Apresentamos a seguir a Proposta de Delimitação da Terra Indígena Zo'é, que consta do Memorial Descritivo de Identificação, a Descrição do Perímetro e a Planta de Delimitação, preparados pelo Técnico Agrimensor Antonio Abrahao Oliveira (AER Belém) em conformidade com as decisões tomadas conjuntamente pela comunidade indígena e pelos membros do GT.

A Área Proposta tem a dimensão aproximada de 624.000 há e um perímetro aproximado de 463 km.

Considerando que a região onde se localiza a Área Proposta é praticamente desconhecida. Considerando ainda que os pontos de amarração dos limites apresentados não foram - em sua totalidade - obtidos em campo, podendo ocorrer diferenças (decorrentes de erros de plotagem) entre sua localização de fato e a que mostra este Relatório, a Coordenação do GT Zo'é julgou por bem acrescentar uma descrição dos pontos de amarração do polígono correspondente aos limites da proposta de Delimitação da Terra Indígena Zo'é.

A finalidade da mesma é contribuir aos futuros trabalhos de demarcação física, minorando, tanto quanto possível (nem todos os problemas são eliminados por este tipo de descrição), eventuais diferenças entre os pontos calculados e sua localização efetiva, na expectativa de -

aprovada a proposta - evitar que seus limites não venham a ser alterados em virtude de tais diferenças.

Dos pontos de amarração:

- **Limite norte:** o Ponto 01 está localizado na margem sul do Igarapé Urucuriana, exatamente na sua confluência com o Rio Erepecuru. Uma placa de identificação de Área Indígena foi fixada no local durante a Expedição de estudos de referências a índios isolados naquele Igarapé. O limite segue o Urucuriana em direção a suas cabeceiras. O Ponto 02 do limite norte fica também na margem sul, na embocadura de um afluente do mesmo Urucuriana. Sua localização foi obtida por GPS, durante a Expedição: N 0° 21' 30.0" / W 55° 34' 42.0". Além disso, o local foi plaqueado alguns metros a montante da embocadura, onde havia árvores com porte suficiente para garantir a permanência da placa;
- **Limite nordeste:** Partindo do Ponto 02, o limite acompanha o mesmo afluente no seu curso principal, rumo à cabeceira. Comparando o padrão da imagem de satélite no seu leito, com o que foi observado em várias ocasiões nas duas margens do Urucuriana, ao longo do curso do igarapé em questão, as margens apresentam mata de igapó. Nota-se, também pela imagem, que na margem esquerda há uma pequena serra seguindo o igarapé até aproximadamente 8.25 km a montante da embocadura. A partir daí, vai ficando mais larga a faixa de relevo plano junto à margem esquerda, e, aproximadamente 3 km a montante, o curso apresenta uma inflexão para sul, formando um pequeno estirão por mais ou menos 1.25 km. Nesse ponto, deve-se rumar para nascente. Há novo estirão com uns 2 km. Em seguida, outra curva, relativamente suave: seguir a curva e NE por 2 km, depois rumar sul pelo estirão de 1 km. Daí rumar SE seguindo um braço da nascente por mais ou menos 750m, onde está o Ponto 03. Deste ponto, cruzar o divisor de águas rumo aproximadamente SO, até o Ponto 04, onde está a nascente de um de um afluente da margem direita do Cuminapanema. O divisor tem direção SO/NE (quase O-E). O sopé de sua encosta sul é acompanhada por um igarapé. O Ponto 04

está na nascente do primeiro igarapé com direção NO/SE, ao sul daquele que acompanha a encosta. Este ponto está no vale, e não no alto da nascente, um local "encaixado" por três elevações: aquela de direção SO/NE que o limite cruza, outra de direção aproximadamente NO/SE, e um morro. O igarapé (afluente do Cuminapanema) que fecha o limite nordeste acompanha a encosta sul da segunda montanha. A partir do Ponto 04, ele segue ao pé da encosta num estirão de 3km, quando apresenta curva com inflexão abrupta (aproximadamente 90°) para sul, e, 625m a jusante, ocorre nova curva, seguindo então rumo SE - aproximadamente. Esse rumo se mantém por por uns 2.25km, quando ocorre nova curva com inflexão para sul. Acompanhando esse curso, mais ou menos 3.75km a jusante dá-se uma confluência com outro braço do igarapé. Dessa confluência, o limite segue no curso principal do igarapé, que passa a apresentar curvas mais suaves e longas, e, provavelmente, mata de igapó nas margens. Logo após a curva da confluência dos dois braços, o igarapé segue na primeira curva longa nos rumos sudoeste e depois sul, por mais ou menos 10.5km, quando toma novamente rumo sudoeste com: um pequeno estirão de 2.5km, depois três curvas subsequentes, até a confluência com o Cuminapanema, que é o Ponto 08, para o qual o GPS acusou: S 0° 02' 26.8" / W 55° 25' 25.0";

- **Limite leste:** Do Ponto 05 o limite acompanha o curso do Cuminapanema até o Ponto 06, localizado na confluência do próprio Cuminapanema com um afluente da margem direita. Esse afluente é o primeiro igarapé de maior porte, na margem direita, à jusante da primeira bifurcação no Cuminapanema resultando numa ilha;
- **Limite sul:** Do Ponto 06, na confluência do igarapé acima indicado com o Cuminapanema, deve-se acompanhar o mesmo rumo à cabeceira. O limite segue o braço que vai na planície que ocorre na região, rumo aproximadamente SO, começando a sair da planície tomando rumo NO seguindo o braço de maior porte, em direção à pista da Missão. Nesse mesmo braço, tomar rumo O, seguindo ainda na planície, antes do relevo mais acidentado em torno do extremo sul da cordilheira que faz o limite sudoeste. O Ponto 07 fica na crista dessa

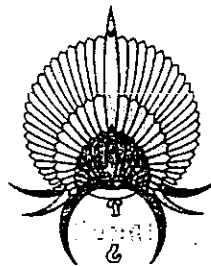
cordilheira, na nascente do igarapé, aproximadamente 1.5km ao norte da crista mais ao sul desse divisor;

- **Limite Sudoeste:** Do Ponto 07, referido acima, o limite acompanha as cristas da cordilheira, rumo NO, até onde um vale interrompe a mesma, entre as cabeceiras dos igarapés Toj Tapiri e Kuruaty (encosta leste). Deve-se então rumar para O, até o Ponto 08, na cabeceira do Igarapé da Raia Branca, aproximadamente 6.5km a oeste do final da crista, antes do vale. Do Ponto 08 chega-se, rumando O, ao curso principal do Raia Branca, aproximadamente 1.25km à jusante. O limite segue esse curso principal, que apresenta no seu início uma curva com inflexão para norte, seguida de um estirão e nova curva com inflexão para norte, no final da qual o Raia Branca atinge o Erepecuru. Nessa confluência localiza-se o Ponto 09, a montante da Cachoeira do Torino (avistada do Ponto 09). No local também foi colocada placa de identificação (S 0° 27' 52.0" / W 56° 05' 09.3");
- **Limite oeste:** Do Ponto 09, na confluência do Raia Branca com o Erepecuru, o limite segue a montante, no Erepecuru, até o Ponto 01, Na confluência do Urucuriana com este Rio.

Conclui-se aqui o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Zo'é, que está sendo encaminhado em dois exemplares (original e cópia) nesta data à DID/FUNAI, e cópia ao PPTAL.

São Paulo, 23 de novembro de 1998

Dominique T. Gallois
Coordenadora do GT 309/97



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO
TERRA INDÍGENA ZO'E

ALDEIAS INTEGRANTES
KURUATY, NARET, OVIXÂTEARY, PIRITY, PORURUTY, ZAWARAKIAVEN

GRUPO INDÍGENA
ZO'E

LOCALIZAÇÃO
MUNICÍPIO: ALENQUER e ÓBIDOS ESTADO : PARÁ
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: ADR - BELÉM

COORDENADAS DOS EXTREMOS

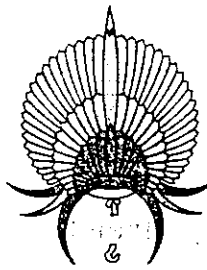
EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°21'19" N	55°34'48" WGr.
LESTE	00°02'17" S	55°25'24" WGr.
SUL	00°50'04" S	55°33'56" WGr.
OESTE	00°27'23" S	56°05'12" WGr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR - 47, 48, 62, 63	1: 250.000	D.S.G.	1984

DIMENSÕES

ÁREA(Ha): 624.000 ha (aproximadamente)
PERÍMETRO (Km): 463 Km (aproximadamente)



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial


DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

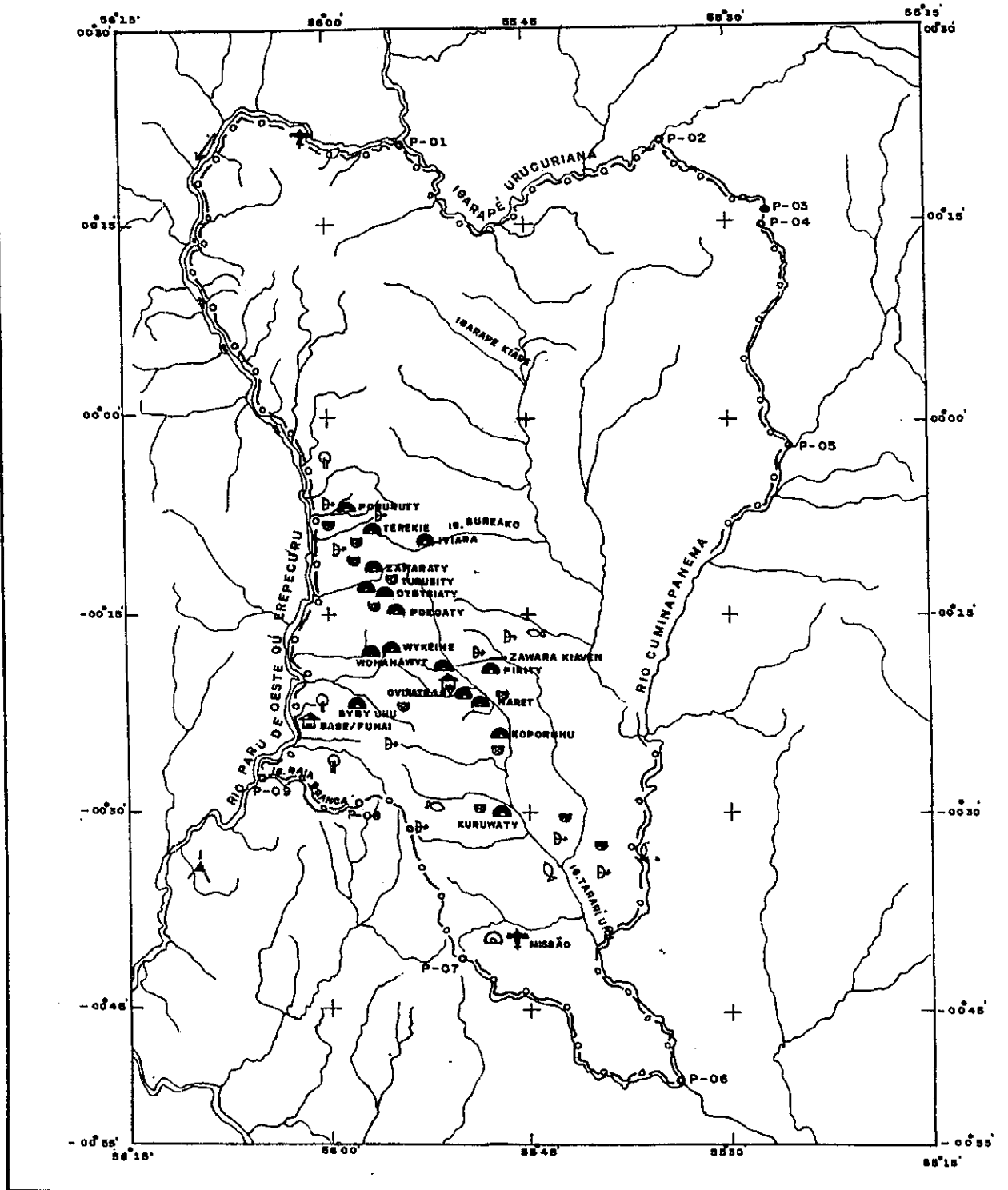
NORTE: Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas de $00^{\circ}21'16''$ N e $55^{\circ}54'16''$ WGr., localizada na confluência do igarapé Urucuriana com o rio Erepecuru, segue pelo referido igarapé no sentido montante, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}21'19''$ N e $55^{\circ}34'48''$ WGr., na confluência com um igarapé sem denominação. Daí segue por este a montante, até a sua cabeceira, no ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}15'42''$ N e $55^{\circ}26'58''$ WGr.

ESTE: Do ponto antes descrito, segue em linha reta até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}14'33''$ N e $55^{\circ}27'25''$ WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Cuminapanema. Daí segue a jusante pelo referido igarapé até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}02'17''$ S e $55^{\circ}25'24''$ WGr., localizado na sua confluência com o rio Cuminapanema. Daí segue pelo rio Cuminapanema na margem direita até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximada $00^{\circ}50'04''$ S e $55^{\circ}33'56''$ WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação.

SUL: Do ponto antes descrito, segue pelo referido igarapé, no sentido a montante até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}40'53''$ S e $55^{\circ}50'01''$ WGr., localizado na sua cabeceira. Daí segue na direção noroeste nas linhas de cotas máximas do divisor de águas que separa as bacias formadoras da margem direita do rio Cuminapanema e margem esquerda do rio Erepecuru, até alcançar a cabeceira do igarapé Raia Branca ou Kiei Juburuxie afluente da margem esquerda do rio Erepecuru, ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}29'12''$ S e $55^{\circ}57'55''$ WGr. Daí segue pelo igarapé Raia Branca no sentido a jusante até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'23''$ S e $56^{\circ}05'11''$ WGr., localizado na sua confluência com o rio Erepecuru.

OESTE: Do ponto antes especificado, segue pelo rio Erepecuru no sentido a montante, margem direita até o ponto 07, inicial da descrição.


Antônio Abrahão de Oliveira
TÉCNICO AGRIMENSOR/ADR BELÉM



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDIGENA DELIMITADA
- POSTO INDIGENA
- POSTO INDIGENA DE FRENTE AVANÇADA
- ALDEIA INDIGENA
- ALDEIA ABANDONADA
- COLETA
- CAÇA
- PESCA
- CASTANHAL
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- ✈ CAMPO DE POUSO
- ✈ GARIMPO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO TERRA INDIGENA Z'OE		PLANTA DE: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: ÓBIDOS e ALENQUER		ÁREA: 624.000 hha. aprox.	PERÍMETRO: 483 Km aprox.
UF: PARÁ	U. ADM: BEL	ESCALA: 1:750.000	DATA: MAIO / 97
TÉCNICO RESPONSÁVEL P/ IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: DOMINIQUEY GALLOIS ANTRÓPOLOGO/USP		TÉCNICO RESPONSÁVEL P/ VISTO IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: ANTONIO ABRAHAM OLIVEIRA TEC. AGRIM. CREA 14057D	
PROCESS Nº			BASE CARTOGRÁFICA MIR 47, 48, 62, 63
PORTARIA Nº: 309/PRES			

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE BELÉM
DIVISÃO FUNDIÁRIA - DFU

PONTOS DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DETERMINADAS
ATRAVÉS DE GPS

Terra Indígena: Cuminapanema/Urucariana
 Modelo GPS : Garmin 45

Operador: Carlos
 Data:

PONTO	COORDENADAS		LOCALIZAÇÃO
	NORTE	ESTE	
01	00° 24' 02" S	55° 46' 49" W	KOPORUHU (ALDEIA ANTIGA) N
02	00° 22' 58" S	56° 02' 17" W	BASE FUNAI/RIO EREPECURU C
03	00° 09' 39" S	55° 51' 40" W	IVIARA (ALDEIA ANTIGA)
04	00° 20' 34" S	55° 49' 04" W	OVIXATEARY (ALDEIA ANTIGA)
05	00° 06' 35" S	55° 59' 00" W	PORURUTY (ALDEIA ANTIGA)
06	00° 08' 48" S	55° 56' 46" W	TEREKIE (ALDEIA ANTIGA)
07	00° 11' 26" S	55° 56' 26" W	ZAWARATY (ALDEIA ANTIGA)
08	00° 17' 41" S	55° 55' 48" W	WYKEIHE (ALDEIA ANTIGA)
09	00° 21' 30" S	55° 57' 59" W	DYBY UHU (ALDEIA ANTIGA)
10	00° 19' 11" S	55° 50' 40" W	ZAWARA KIÁVEN (ALDEIA ATUAL)
11	00° 19' 02" S	55° 47' 42" W	PIRITY (ALDEIA ATUAL)
12	00° 29' 47" S	55° 46' 47" W	KURUATY (ALDEIA ATUAL)
13	00° 23' 23" S *	55° 46' 38" W	KOPORUHU (ALDEIA ANTIGA)
14	00° 19' 43" S	55° 50' 05" W	KEIJÁ/POSTO FUNAI
15	00° 14' 18" S	55° 54' 56" W	POROATY 9ALDEIA ANTIGA)
16	00° 12' 47" S	55° 55' 58" W	DYBYSIATY (ALDEIA ANTIGA)
17	00° 12' 29" S	55° 56' 42" W	TURUSITY (ALDEIA ANTIGA)
18	00° 21' 31" S	55° 47' 39" W	NARET (ALDEIA ATUAL)
19	00° 17' 46" S	55° 56' 02" W	WOHAHAWYT (ALDEIA ANTIGA)

FONTES DE INFORMAÇÃO

ÁREA INDÍGENA DO CUMINAPANEMA - POVO ZO'Ê

E REFERÊNCIAS SOBRE A REGIÃO DO INTERFLÚVIO EREPECURU/ CURUÁ

I. Documentos administrativos

1. Documentos e relatórios de agentes da FUNAI (ordem cronológica)

- FUNAI - Portaria normativa 001/N/COAMA de 25.06.76, da Coordenadoria da Amazônia, criando o Posto Indígena de Atração Cuminapanema.
- FUNAI - Radiograma 1226/2DR de 04.05.83 e Inf.815/DGO/83 informando a impossibilidade de compor a Frente de Atração por falta de recursos humanos e financeiros.
- PARISE, Fiorello - Informação ao Processo FUNAI/bsb/529/83 (propõe viagem de reconhecimento à região do Cuminapanema e interdição da área indígena), Belém, 19.09.83.
- FUNAI - Port. 1.061 de 22.05.87 cria o PIN Cuminapanema, subordinado à 4 SUER/FUNAI em Belém.
- CARVALHO, J.E. - Relatório à 4SUER (formar equipe de localização de índios isolados nos rios Erepecuru, Cuminapanema, Urucuriana e Marapi), Belém, 11.08.1987.
- FUNAI - Coordenadoria de Índios isolados / Sistema de Proteção ao Índio Isolado, Brasília, 1987 - Segunda edição, 1988 (81 pag.).
- Convênio 008/88, entre FUNAI E MNTB (veda atuação da missão em áreas de índios isolados).
- FARO, L.L.M. - Relatório de saúde referente à estadia no Cuminapanema, 4SUER/ Funai, Belém, 02.03.1989.
- POSSUELO, S., ALVES, A., PARISE, F., CARVALHO, J.E. - Viagem ao Cuminapanema, Belém, 11.03.1989
- MONTEIRO, F.A.F - Relatório do médico da Equipe de Saúde da Administração Regional da Funai em Marabá, realizada entre 26.04. e 09.05 do ano em curso, Marabá, 11.05.1989 - Acompanha: Quadro de vacinação / Plano Emergencial de assistência médica aos índios isolados do Cuminapanema.
- CII/ FUNAI - Cronologia dos acontecimentos relativos ao contato da Missão Novas Tribos do Brasil com o grupo indígena isolado do rio Cuminapanema - 4SUER, Extremo norte do Pará (1980 - 13.03.89).
- CARVALHO, J.E.- CI/19/AII/4SUER/89 - Relatório de atividades no Cuminapanema no período de 26.05.89 a 21.07.89, Belém, 01.08.89.
- CI/AII/EQPL/001/89 - Apresenta proposta relativa aos índios Poturujara, Belém, 12.09.1989
 - CI/005/AII/89 - Parecer sobre presença da MNTB no Cuminapanema, Belém, 11.12.1989.
 - Relatório de atividades e trabalhos efetuados na área do Rio Cuminapanema no período de 21.10.89 a 10.12.89, Belém, 17.01.1990.
 - CI/005/AII/90 relativa à necessidade da presença da FUNAI junto aos Poturudjara, Belém, 06.03.1990.
- PARISE, F. - Relatório de viagem à Base Esperança, Belém, 07.05.1990.
- CARVALHO, J.C.- Relatório Cuminapanema (visita de equipe de saúde, entre 16 e 26 de 05. 1990), Belém, 03.06.1990.
- Relatório de viagem ao rio Erepecuru ou Cumina (07/EQPL/90), Belém, 16.07.1990.
- LUZ, I.R. da - Relatório de Atividades, PINC Cuminapanema, 21/10/91 a 30/01/92, ms.
- Relatório de Atividades do PINC Cuminapanema, janeiro a junho de 1992, 1007.92
 - Relatório semestral do PINC Cuminapanema, período de dezembro 92 a junho 93, 30.06.93 (incluindo o "Plano de mudança para o Erepecuru")
 - Relatório PINC Cuminapanema, período de 12.11.93 a 28.02.94, 28.02.94

- Relatório PINC Cuminapanema, primeiro semestre 1994, 27.07.94
- Relatório semestral do PINC Cuminapanema, período de julho a dezembro de 1994, 10.01.95
- PARISE, F.- Programação da expedição Erepecuru, 30.08.95
- PAIXAO, C. da - Relatório do 3º trimestre do PIN Cuminapanema, 30.09.95
- LOBATO, J.C.de S. - Relatório do 1º trimestre /96 PIN Cuminapanema, 21.03.96
- Relatório 2º trimestre/96 - PIN Cuminapanema, 03.07.96
- Relatório 3º trimestre/96 - PIN Cuminapanema, 08.10.96
- Relatório trimestral abril-junho/97, AI Cuminapanema/Urucuriana, 30.06.97

2. New Tribes & MNTB: Relatórios de atividades (ordem cronológica)

BROWN GOLD / NEW TRIBES- From the 4 corners: Brazil, Santarem team: survey and contact, February 1982

- From the 4 corners: Brazil, Vianópolis, July 1982
- From the 4 corners: East Brazil, Ebenezer Institute, July 1983
- From the 4 corners: East Brazil, Ebenezer Institute, April 1988
- From the 4 corners: East Brazil, Santarém Base, May 1988
- From the 4 corners: East Brazil, Peniel Bible Institute, November 1988
- From the 4 corners: Brazil, Ebenezer Language Institute, August 1989
- From the 4 corners: East Brazil, Anápolis, September 1989
- New Tribes Mission "Family" as of December 31, 1989, April 1990.

LIMA, Silas - Seria o Evangelho de Jesus Cristo Etnocida ? MNTB, sem data.

SILVA, Assis Militão, da - Informações sobre trico arredia (notícia sobre o contato em 09/82) 15.06.83

- Projeto de Contato com os índios do Rio Cuminapanema, encaminhado à Delegacia Regional da FUNAI em Belém, 20.12.85

GORETH, Miriam - Informação relativa à atendimento médico realizado no Cuminapanema à pedido da MNTB, Santarém, 06.12.1988.

MNTB/Equipe Santarém - Carta ao Superintendente da FUNAI em Belém (informa situação crítica de saúde), Base Esperança, 30.12.1988.

MNTB/Conselho Geral - Informação: MNTB, Poturu, Demonstrativo das áreas de atuação, Anápolis, 19.11.1990.

SILVA, Assis Militão, da - Carta à 2DR/FUNAI (informa contato efetuado em setembro de 1982), Anápolis, 23.09.82.

- Carta à AGESP/FUNAI (resposta ao telex 312 de 09.06.83 da AGESP informa situação de contato), Anápolis, 15.06.1983.

- Projeto de contato com os índios do Cuminapanema, Anápolis, 20.12.1985.

- Comunicação à CII/FUNAI (histórico do contato e programa de atuação da MNTB na área), Anápolis, 26.12.1988.

EQUIPE SANTAREM/ MNTB - Carta à Superintendência da FUNAI em Belém, alertando o agravamento do estado de saúde dos índios, 30.12.88

- Comunicação sobre o trabalho entre os índios do Cuminapanema, Anápolis, 26.10.1989

SILA, Assis Militão, da - Apresentação da MNTB e Histórico da Área Cuminapanema, Grupo Poturu - encaminhado à Presidência da FUNAI, 19.11.90

SILVA, Pastor Ageu - Carta à Fernando Collor, Presidente da República, Igreja Evangélica de Vila Yara, São Paulo, 21.12.1991

MNTB - Relatório de Trabalho Missionário junto aos Zo'é (Poturu), Santarém, 11.1993

CASTRO, Onésimo M. - Manifesto Zo'é - in: Dos confins da terra, Bol. Inf. Julho/set.1997

- Impedindo a volta do criador, in: Dos confins da terra, Bol. In. out/dez.1997

5. MNTB: outras referências

FERNANDES, R.C. - Um exército de anjos: as razões da Missão Novas Tribos - Religião e Sociedade, vol.6, Tempo e Presença Ed., Rio de Janeiro, 1980.

GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, L.D. - O índio na Missão Novas Tribos - in: R.Wright (org). Sociedades indígenas e cristianismo no Brasil, 1995 (no prelo).

JOHNSTON, K. - The story of New Tribes Mission - New Tribes Mission, Sanford, 1985 (285 pag.).

II. Documentos relativos ao GT de identificação da TI Zo'é

PARISE, F. - Informações úteis para orçamento de viagem identificação TI Zo'é, dentro da AI interdita Cuminapanema, 18.01.96

GALLOIS, D.T. - Carta ao DI/FUNAI sobre planejamento do GT, 06.02.96

- Programa de Atividades do GT de Identificação da AI Cuminapanema / Urucuriana, 02.06.96

FUNAI - Portaria 430/Pres, 10.06.96 - Designa antropologas D.T.Gallois e N.Havt para realização de estudos antropológicos de identificação da TI Zo'é.

GALLOIS, D.T., PARISE, F. & SILVA, R.C. - Ata de reunião realizada no dia 17.06.96. com o intuito de realizar as primeiras discussões em Belém, visando a criação do GT que irá identificar a TI Cuminapanema, 17.06.96

GALLOIS, D.T. & HAVT., N. - II Programa de atividades para a identificação da TI Zo'é / Atividades realizadas em 1996, 26.10.96

GALLOIS, D.T. - Carta ao DI/FUNAI sobre cronograma de atividades do GT de Identificação da TI Zo'é, 15.01.97

HAVT, N - Resultados parciais das reuniões na ADR Belém, dias 26 e 27/02/97, referentes aos trabalhos de Identificação da TI Zo'é, Belém, 28.02.97

FUNAI - Portaria 309/Pres, 04.04.97 - Constitui GT para realizar estudos de identificação e delimitação da TI Cuminapanema / Urucuriana.

PARISE, F. - Projeto orçamentário/operacional para a expedição de localização ao rio Urucuriana/Curuá, 05.05.97.

- Frente de contato da ADR Belém/PINC Cuminapanema/SPAG - 23.05.97

GALLOIS, D.T. - Relatórios preliminares referentes aos levantamentos ambiental e antropológico do GT de Identificação da TI Zo'é / Cuminapanema. 26.05.97

COMISSAO PRO INDIO DE SP- Encaminha a AR FUNAI/Belém documentação referente a Área Remanescente de Quilombo Erepecuru, Mun.Oriximina, 07.04.98

ANDRADE, L.M.M. de - Área Remanescente de Quilombo Erepecuru - Comissão Pró Índio de São Paulo, maio de 1998.

FERREIRA, E. M. - Relatório de viagem GT no. 309/Pres de 04.04.97, Belém, 08.07.98

OLIVEIRA, A.A. - Memorial descritivo de identificação e descrição do perímetro da TI Zo'é, s/d

LUZ, A. E. da - Relatório de viagem (investigação quando a identificação de possíveis ocupantes e definição da TI Cuminapanema / Urucuriana) em maio de 1997, INCRA, Belém, 22.06.97

PARISE, F. - Expedição de localização ao rio Urucuriana, Relatório de Viagem - Belém, dat. 05.03.98

HAVT, N. - Expedição ao Urucuriana / Curuá 1997, Relatório - dat., 05.98

III. Notícias de jornais e textos de divulgação

1. Notícias sobre a área do Cuminapanema: década de 70

Jornal do Brasil - Funai acelera contato com as tribos existentes na rota da Perimetral Norte (ref. aos índios Nereyô), 20.10.73

Jornal do Brasil - Funai quer Cr \$50 milhões para atrair e pacificar mil índios da Perimetral (ref. aos índios Nereyó), 31.01.74

O ESP - Funai tenta contato com grupo primitivo (ref. ao helicóptero flechado pelos índios em 1975), 05.03.77

O ESP - A Funai reduzirá atração (ref. à frente do Erepecuru, desativada), 23.08.77.

CHAVES, O. - Entrevista concedida a Luís D.B. Grupioni relativa à expedição do Projeto Trombetas do IDESP que localizou os índios do Cuminapanema em 1975, Belém, 27.02.1991.

2. Notícias sobre a implantação da Funai na área:

15.03.89 - O ESP: Sertanista descobre tribo em extinção (pag.8)

16.03.89 - O Globo: Funai expulsará americanos de área indígena (pag.10)

11.04.89 - Correio Braziliense: Funai espera ajuda para salvar índios (pag.12)

22.04.89 - Diário do Pará: Funai prepara missão de saúde aos índios Tupi

04.05.89 - FSP: Funai descobre nova tribo de índios na Amazônia (pag.1,7)

05.05.89 - Jornal da Tarde: Uma expedição para salvar 130 índios das doenças do homem branco (pag.13)

05.05.89 - O ESP: Funai contata índios isolados no Pará

06.05.89 - FSP: Funai diz que índios arredios estão doentes e continuarão sob assistência

14.05.89 - O Liberal: Sertanista quer americanos longe dos índios Tupi (pag.16)

15.05.89 - O Globo: Missionários suspeitos de esterilizar índios

15.05.89 - Correio Braziliense: Sertanista veta missão dos EUA que atua no Pará

17.05.89 - Revista Visão: Bures, doentes, confiam na Funai

27.05.89 - Correio Braziliense: Funai mantém missionários americanos (pag.12)

27.05.89 - O Globo: Funai adia decisão sobre expulsão de missionários (pag.7)

02.06.89 - O Liberal: IDESP descobriu índios do Cuminapanema antes da FUNAI

06.06.89 - O Liberal: Funai vai vacinar índios Tupi

16.06.89 - FSP: No Pará, Polícia Federal prende dois jornalistas holandeses (pag.A-9)

junho 89 - Porantim: Índios do Cuminapanema: vítimas da missão e da omissão

abril 90 - Porantim: Índios do Cuminapanema, mais um povo ameaçado pelo garimpo

1989 - Revista Horizonte Geográfico: Os últimos Tupi-Guaranis, Ano 2/7.

07.07.91 - Jornal do Brasil: Missionários americanos vão ser expulsos do Brasil (pag.22)

31.10.91 - Correio Braziliense: Funai expulsa missionários de área no Pará (pag.16)

BERMAN, D. & TDC, C.H. - Índios, crepúsculo de uma raça: os donos do Poturu - Revista Manchete, 08.07.89

- A tribo perdida dos Poturus - Revista Geográfica Universal, Bloch Ed., n.177, agosto 1989.

3. Textos de divulgação sobre os índios Zo'e:

GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, L.D. - A redescoberta dos amáveis selvagens no Cuminapanema - Aconteceu Especial Povos Indígenas 1987/90, CEDI, São Paulo, 1991.

GALLOIS, D.T. - Eles se chamam Zo'e - Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1990/95, ISA, 1996.

PENNA, m.m. & TDC, C.H. - Les derniers des Poturu - Geo, n.160, junho 1992.

THOMAS, O.R. - A periferia de São Paulo descobre os índios Tupi do Cuminapanema, Tempo e Presença, Ano 14/262, março/abril 1992.

4. Reportagens de tv e documentários em vídeo sobre os índios Zo'e

1989 - Rede Globo de Televisão / Globo Reporter: contato com os índios do Cuminapanema (documentado por ocasião da terceira viagem da equipe da CII/FUNAI ao Cuminapanema).

1991 - Rede Manchete de Televisão / Reportagem sobre a atuação de missões evangélicas, inclusive na área do Cuminapanema.

1993 - A arca dos Zo'e, de Vincent Carelli e Dominique Gallois, 22 minutos, CTI, São Paulo.

Descobrimos o Brasil: Índios Tupi encontram os brancos no Cuminapanema - Exposição fotográfica e audiovisual itinerante - Coord. Dominique T. Gallois & André Villas Boas, CEDI/USP/SMCSP, abril 1991.

Jornal Casa de Cultura - Imagens, sons e sentidos da sobrevivência indígena, Ano 1/0 - 05.1991

IV. Projetos e relatórios de pesquisa e acompanhamento antropológico

1. Projetos e relatórios de pesquisa da equipe do NHII/USP

GALLOIS D.T. & GRUPIONI, L.D.B. - Tupi do Cuminapanema: uma etnografia do contato (primeira versão de projeto de pesquisa apresentado ao NHII/USP) - São Paulo, junho 1989.

GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, L.D.B. - Visita na Al Cuminapanema / Urukuriana: primeiro relatório de pesquisa etnológica entre os Tupi do Cuminapanema - São Paulo, dezembro 1989.

GALLOIS, D.T. (coord.) - Projeto de acompanhamento da situação de contato dos índios Tupi do Cuminapanema apresentado à Fundação Mata Virgem - São Paulo, maio 1990.

GALLOIS, D.T. (coord.) - Relatório preliminar: ação emergencial de saúde, apresentado à Fundação Mata Virgem e à CII/Funai, São Paulo, junho 1990 (apêndice: invasores e confrontantes da Al Cuminapanema).

GALLOIS, D.T. - Sinopse: Relatório Cuminapanema, apresentado à CII/Funai, São Paulo, abril 1991.

GALLOIS, D.T. - Projeto Cuminapanema: Contato, Terra, Saúde (primeira versão CEDI/CTI), São Paulo, abril 1991.

GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, L.D.B. - Repúdio à presença de missionários religiosos em área indígena - Carta encaminhada à CII/Funai em 09.1991 e publicada no Boletim da ABA, n.11, Brasília, abril 1992.

GALLOIS, D.T. - Encontro Waiãpi / Tupi do Cuminapanema: registro de uma experiência de contato intertribal numa área indígena isolada - Projeto USP/CTI, dezembro 1991.

GALLOIS, D.T. - Impacto do contato sobre os conceitos de doença e cura entre os Zo'e do Cuminapanema - Sub-projeto integrante do Programa "Sistemas etiológicos e terapêuticos indígenas e contato interétnico" coord. Dominique Buchillet, USP/ORSTOM, apresentado ao CNPq, julho 1992.

GALLOIS, D.T. - Relatório de pesquisa etnológica no Cuminapanema (incluindo em anexo: fontes de informação, censo e mapas) - Programa de Pesquisa etnológica na Guiana Brasileira, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, USP, novembro 1992.

GALLOIS, D.T. - Vocabulário Zo'e/Cuminapanema - dezembro 1992.

GALLOIS, D.T. - Relatório: encontro entre os Waiãpi e os Zo'e - Encaminhado à FAPESP e à DII/FUNAI, março 1993.

HAVT, N. - Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo'é / Pará, Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP e à FUNAI, NHII/USP, 1995.

GALLOIS, D.T. & HAVT, N. - Os Zo'e do Cuminapanema: etnografia e história do contato - Rel. de pesquisa encaminhado à FAPESP e à FUNAI, maio 1995.

HAVT, N. - Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo'é - Primeiro Relatório, 1996..

HAVT, N. - Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo'é - Segundo Relatório, 1997.

HAVT, N. - Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo'é - Terceiro Relatório, 1997.

HAVT, N. - Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo'é - Quarto Relatório, 1998.

SANCHEZ, F.B. - A ocupação do interflúvio Erepecurú / Curuá (Pará) - Rel. de pesquisa encaminhado ao CNPQ, junho 1998.

2. Ensaio etnológicos publicados

- GALLOIS, D.T. - De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas isolados - in: Índios do Brasil, Coord.Luis D.B.Grupioni, SMC/PMSP, 1992 (2 edição MEC, 1994).
- GALLOIS, D.T. & CARELLI, V. - Diálogo entre povos indígenas: a experiência de dois encontros medidados pelo vídeo - Revista de Antropologia, vol. 38/1, 1995.
- GALLOIS, D.T. - Imagens do contato - Comunicação apresentada no GT História Indígena, Reunião Anual da ANPOCS, 1996.

3. Estudos e classificações linguísticas:

- ADAM - 1896 - Matériaux pour servir à l'établissement des dialectes de la famille Tupi - Bibliotheque Linguistique Américaine, Paris.
- CABRAL, A.S.A.C. - Notas sobre a fonologia do Jo'é - Moara: Estudos de línguas indígenas - Rev. cursos de Pós-Graduação em Letras, UFPA, vol.4, 1996.
- Algumas evidências linguísticas de parentesco genético do Jo'é com as línguas Tupi-Guarani - (idem).
- LOUKOTKA, C. - 1968 - Classification of South American Langages - Languages of the Guiana Groupe.
- RODRIGUES, A.I. - Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas -Ed.Loyola, São Paulo, 1986 (135 pag.).
- Relações internas na família linguística Tupi-Guarani - Revista de Antropologia, vol.XXVII/XXVIII, 1985.

V. Etnologia da região norte do Pará

1. Referências básicas sobre a região norte do Pará

- ACEVEDO, R. & CASTRO, E. - Negros do Trombetas: guardiães de Mares e Rios - CEJUP/UFPA, Belém, 1993.
- FRIKEL, P. - Classificação linguístico-etnológica das tribos indígenas do Pará Setentrional e zonas adjacentes, Revista de Antropologia, vol.6/2, São Paulo, 1958 (113-189).
- GILLIN, J. - Tribes of the Guianas and the left Amazon tributaries - in: Steward, Ed. Handbook of South American Indians, Bureau of American Ethnology, bul.143/3 - Washington, 1948.
- MALCHER, J.M.da G. - Tribos da área amazônica, SPVEA, Belém, 1958.
- Índios: grau de Integração na comunidade nacional, grupo linguístico e localização - CNPI, Min.Agricultura, Rio de Janeiro, 1964.
- NIMUENDAJU, C.U. - Little-known tribes of the lower Amazon - in: Handbook fo South American Indians, Bureau of American Ethnology, 143/3, Washington, 1946.
- Mapa etnohistórico do Brasil e regiões adjacentes (1944), IBGE/Fundação Nacional Pro-Memória, Rio de Janeiro, 1981.
- RIVIERE, P. - An ethnographic survey of the Indians on the divide of the Guianese and Amazonian River systems - B.Litt.thesis, University of Oxford, 1963.
- RONDON, C.M. da S. - Índios do Brasil do norte do rio Amazonas - vol.3 - Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publ.99, Ministério de Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.

3. Estudos arqueológicos na região norte do Pará (seleção)

- FRIKEL, P. - Tradição tribal e arqueológica no Tumucumaque - Revista do Museu Paulista, vol.14, São Paulo, 1963.
- HILBERT, P.P. - A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná - Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Pub.n.9, Belém, 1955

MEGGERS, B. & EVANS, C. - Arqueological investigations at the mount of the Amazon - Bureau of American Ethnology, Bull.167, Washington, 1957.

- A reconstrução da pré-história amazônica - Publ. Especial do Museu Paraense E. Goeldi, Belém, 1973.

4. Etnologia dos povos da região das Guianas (seleção)

ALBRINCH, W. - Encyclopédie der Karaiben - Verhandelingen deer Koningklijke Akademie van Betendchappen te Amsterdam, Afdeeling Ketterkunde, n.r., dell 27/1, 1931.

DUMONT, J.P. - Le sens de l'espace chez les Panare - Actes du XLII Congres International des Américanistes, vol.II, Paris, 1977 (47-53).

FARAGE, N. - As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização, São Paulo, ANPOCS/Paz e Terra, 1991.

FRIKEL, G. P. - Os Kaxuyana: notas etno-históricas - Pub.Av.MPEG, Belém, 1970.

- A mitologia solar e a filosofia de vida dos índios Kaxuyana - Ensaio sobre línguas e culturas indígenas, SIL, Brasília, 1971.

GALLOIS, D.T. - O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo - Tese dout. FFLCH/USP, 1988.

OVERING, J. Kaplan - Review article: Amazonian Anthropology - Journal of Latin Amerindian Studies, 13, 1981.

- Elementary structures of reciprocity: a comparative note on Guianense, Central Brazilian and North-West Amazon socio-political thought - Antropológica, vol.59/62, 1983/84 (331-348).

- Images of Cannibalism, Death and Domination in a non-violent Society - in: Riches (ed.): The Anthropology of Violence, B.Blackwell, Oxford, 1986.

MAGANA, E. - Contribuciones al estudio de la mitologia y astronomia de los índios de las Guianas - Latin America Studies, vol.35, Amsterdam, 1987.

RIVIERE, P. - Marriage among the Trio: a principle of social organization - Oxford, Claredon Press, 1969.- Individual and Society in Guiana: a Comparative Study of Amerindian Social Organization - Cambridge Studies in Social Anthropology, 51, Cambridge University Press, 1984 (124 pag.).

ROTH, W.E. - Trade and Barter among the Guiana Indians - in: Lyon P.(org.) Native South Americans: Ethnology of the Last Known Continent - Toronto, 1974 (158-165).

VIVEIROS DE CASTRO, E.B. - Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Riviere - Anuário Antropológico 85, 1986.

5. Etnologia Tupi-Guarani (seleção)

MULLER, R.P. - Os Asuriní do Xingu: História e arte - Ed. UNICAMP, Campinas, 1990 (349 pag.).

VIVEIROS DE CASTRO, E.B. - Propostas para um II Encontro Tupi - Revista de Antropologia/USP, vol.27/28, 1985 (403-407).

- Araweté: os deuses canibais - Zahar/Anpocs, Rio de Janeiro, 1986.

FAUSTO, C. - Os Parakanã: dravidianato e casamento avuncular na Amazônia, tese de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/MN-PPGAS, 1991.

IV. Estudos históricos e relatos de viagem na região norte do Pará

1. Estudos históricos sobre a região norte do Pará

FRAGOSO, Fr.H. - 1982 - Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará - in: Hornaert (org) Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais, Ed. Paulinas, São Paulo.

- FIGUEIREDO, N. - O centro urbano, o barracão e a maloca - Arquivos do Instituto de Antropologia Camara Cascudo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vol.2/1-2, 1966 (325-342).
- GALLOIS, D.T. - Migração, guerra e comércio: os Waiápi na Guiana, FFLCH/USP, série Antropologia 15, São Paulo, 1986 (348p.)
- HEMMING, J. - Amazon Frontier: the Defeat of the Brazilian Indians (Cap.17: Rio Branco - North Amazon), Mac Millan, London, 1987 (338-362).
- LEITE, S. - 1943 - História da Companhia de Jesus no Brasil, vol.3 - Lisboa & Rio de Janeiro.
- MARIN, R.E.A & CASTRO, E.M.R. - Estudo de comunidades negras do município de Oriximiná sob impactos de projetos desenvolvimentistas - NAEA/UFPA, Belém, novembro 1990
- METRAUX, A. - Les migrations historiques des indiens Tupi Guarani - Journal de la Société des Américanistes, vol.XIX, Paris, 1927.
- MOREIRA NETO, C.A. - Índios da Amazônia: da maioria à minoria (1750- 1850), Ed. Vozes, Petrópolis, 1988 (348 p.).
- PALMA MUNIZ, J. de - 1916 - Limites municipais do Estado do Pará - in: Annaes da Biblioteca e Arquivo Publico do Pará, tomo 9, Belém.
- RAUSCHERT, M.I.A. - 1981 - A história dos índios Aparai e Wayana segundo suas próprias tradições - Col.Museu Paulista, Ensaios vol.4, São Paulo (233-253).
- REIS, A.C.F. - 1940 - A política de Portugal no Vale Amazônico, Belém.
- 1947 - Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, tomo 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa - Pub. da Comissão Bras. Demarcadora de Limites, 1 Divisão - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- 1979- História de Obidos - Col: Retratos do Brasil, vol.123, Civilização Brasileira, INL, Belém, Governo do Estado do Pará.
- TOCANTINS Antonio Manuel Gonçalves - Rio Cuminá, recordações - Rev. Soc. Estudos Paraenses, tomo I, fasc.III, pag.133, 1904.
- Os primeiros expedicionários dos campos gerais das Guianas - Anuário de Belçem em com. do seu tricentenário, 1616-1916, Estado do Pará, Imp.of.,1916.
- VIANA, A. - 1905 - As fortificações da Amazônia, Belém.

2. Fontes Primárias:

Século XVII:

- ACUÑA, Cristobal - 1682 Relation de la riviere des Amazones, traduite par M. de Gomberville, de l'Academie Française, 2 vol., Paris
- FRITZ, Pe.S. - 1695 - Mapa
- GARCIA, R. - O diário de Samuel Fritz - RIHGB, vol.81

Século XVIII:

- BETENDORF, J.F. Pe. - (1627/1698) 1990 - Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão - Fund.Cultural do Pará T.Neves, Sec.Estado da Cultura, Belém.
- BRAUM,J.V.M. de - (1779) 1873 - Descrição chronographica do Estado do Grão Pará - RIHGB, vol. XXXVI (369-322).
- Roteiro Corográfico - RIGHB, vol. XII.
- QUEIROZ, D.Fr.João de São José - Visitas Pastorais (memórias 1761, 1762, 1763) - Meslo, Rio de Janeiro, 1961 (426 pag.) = Viagem e visita pelo sertão em o bispado do Grão Pará em 1762 e 1763 - RIHGB, vol.9, 1847.

Século XIX:

- ALBUQUERQUE, M. de Souza - 1849 - Roteiro corográfico... - RHGB, vol.XII

- BAENA, M. - 1885 - Informações sobre as comarcas da Província do Pará, Pará.
 - (1838) 1969 - Compêndio das Eras da Província do Pará - UFPA, Belém.
 - 1839 - Ensaio corográfico sobre a Província do Pará - Typografia Santos & Menor, Pará.
 BAUVE, A. de & FERRE, P. - (1831/32) 1834/35 - Voyage dans l'intérieur de la Guyane Centrale en septembre 1831 à juin 1832 - Bull. Société de Géographie de Paris, vol.I e IV.
 ORBIGNY, A. d' - (1836) 1976 - Viagem pitoresca através do Brasil - Ed.Itatiaia, Belo Horizonte.
 Relatório do Presidente da Província do Pará - Annaes da Biblioteca eArquivo Público do Pará:
 Soares d'Andrea (1838,1839); Souza Franco (1839); J.Antonio Miranda (1840); Franco B. de Souza (1842); J.Maria de Moraes (1846); J.Francisco Coelho (1849); F.A. de Aguiar (1851); J.J. da Cunha (1852); M. de Frias Vasconcellos (1859); F.C. de Araújo Brusque (1862, 1863).
 RODRIGUES de Souza, Pe. Nicolino - (1877) 1946 - Diário de três viagens (1877, 1878, 1882) do rio Cuminá - Conselho de Proteção aos Índios, Publicação n.91, Imprensa Ofical, Rio de Janeiro.
 SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e - 1833 ou 1832 - Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da Província do Gram- Pará, Bahia.
 SOUZA, F.B. de - 1873 - Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas, Pará.
 - 1874/75 - Pará e Amazonas pelo encarregado dos trabalhos etnográficos, Rio de Janeiro.
 SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von - (1823/1867) 1976 - Viagem pelo Brasil entre 1817 e 1820 - Ed. Melhoramentos, São Paulo, vol.3.

Século XX:

- AGUIAR, B.D. - (1930/40) 1942 - Trabalhos da Comissão Brasileira demarcadora de limites: fronteiras da Venezuela e Guianas - Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol.2, Rio de Janeiro.
 COUDREAU, O. - Voyage au Cumina du 20 avril au 7 septembre 1900, Paris, 1901; Voyage au Maicuru (1902/1903); Voyage au Curuá (1900/1901).
 CRULS, G. - A Amazônia que eu vi: Obidos-Tumucumaque (1938) - Livraria José Olympio Ed. / INL-MEC, Brasília, 1973 (5 ed.)
 KRUSE, A. Frei - 1944 - Viagem ao Maicuru - O Mariano, Santarém, 04.10.1944
 - Carta a C.Nimuendajú, Santarém, 26.12.1944 (inédita).
 MOURA, P. - 1934 - Fisiografia e geologia da Guiana Brasileira - Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.
 OLIVEIRA, A.Inácio de - 1938 - Através da Guiana Brasileira, pelo rio Erepecuru, Estado do Pará, Rio de Janeiro.
 SALES, João - Os campos gerais da Guiana Brasileira - Série / A Província do Pará, Belém, maio-julho 1923.
 SAMPAIO, A.J. - 1929 - Os Campos gerais do Cuminá e a fitogeografia do Brasil - Bol.Museu Nacional, n.2.
 - 1933 - A flora do rio Cumina: resultados botânicos da expedição Rondon à Serra TumucHumac em 1928, Arquivos do Museu Nacional, vol.35, Rio de Janeiro.

VI. Outras referências para o levantamento antropológico (seleção)

- ALBERT, B. - La fumée du métal: histoire et représentations du contact chez les Yanomami du Brésil - L'Homme, 1987.
 BAINES, S. - "É a Funai que sabe": a frente de atração Waimiri-Atroari - Col. E.Galvão, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1992.
 DESCOLA, P. - La nature domestique: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achar - Ed. Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1986.
 GRENAND, P. - Introduction à l'étude de l'univers Waiãpi: ethno-écologie des indiens du Haut-Oyapock, Guyane Française - SELAF, vol.40, 1980.